



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Tentativa de ligação ao BPN irrita Cavaco

Presidente emitiu um comunicado para denunciar as alegadas "mentiras" e "insinuações" que tentaram forçar o seu envolvimento na polémica do Banco Português de Negócios

ADELINO CUNHA
adelino.cunha@jn.pt

O presidente da República quebrou, ontem, o recato do seu domingo para denunciar o que diz serem "tentativas" para o associar ao caso BPN. Cavaco Silva fala em "mentiras" e "insinuações" e exige respeito pelo seu nome.

O presidente da República tomou uma decisão inédita no seu mandato e interveio publicamente num caso sensível política e judicialmente para salvaguardar o seu bom nome e evitar futuras tentativas de o envolverem no "caso BPN". Cavaco Silva está preocupado com a citação do seu nome e dos seus familiares nesta crescente polémica.

O comunicado emitido ontem pela Presidência da República começa por advertir que nos últimos dias foram detectadas "tentativas de associar o nome do Presidente da República à situação do Banco Português de Negócios (BPN)" e explica que esta necessidade de reacção se deve a "contactos estabelecidos por jornalistas".

O tom traduz a indignidade que se vive no Palácio de Belém com esta situação e a nota é clara ao afirmar que o presidente não tolera a "continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o seu bom nome".

Cavaco esclarece que nunca exerceu "qualquer tipo de funções no BPN" ou em qualquer das suas empresas, nunca recebeu "qualquer remuneração" do banco ou de qualquer das suas empresas e que nunca "comprou ou vendeu nada" ao BPN ou a qualquer das suas empresas.

O comunicado vai ainda mais longe. O segundo ponto refere que "o Prof. Cavaco Silva e a sua Mulher" nunca contraíram qualquer empréstimo junto do BPN

e "não devem um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro, nem a qualquer outra entidade".

A necessidade de intervir na polémica surge numa altura em que os socialistas mudaram de posição e aceitaram a constituição de uma comissão de inquérito na Assembleia da República. Ao mesmo tempo surgiram as primeiras notícias estabelecendo relações entre os funções de antigos dirigentes do PSD e ex-governantes do cavaquismo com os cargos por estes desempenhados no BPN.

O comunicado adianta ainda que o presidente e a sua mulher "têm, há muitos anos, a gestão das suas poupanças entregues a quatro bancos portugueses - in-

Após tomar posse, Cavaco deixou de comprar ou vender acções de empresas portuguesas

cluindo o BPN, desde 2000 - conforme consta, discriminado em detalhe, na Declaração de Património e Rendimentos entregue ao Tribunal Constitucional, a qual pode ser consultada".

As aplicações feitas pelos bancos gestores "constam, detalhadamente, da referida Declaração de Património, entregue no Tribunal Constitucional - assim como o número de todas as contas bancárias do casal, excepto uma, aberta no Montepio Geral, por acolher apenas depósitos à ordem - a qual, repete-se - pode ser consultado".

As alienações de títulos efectuadas pelos bancos gestores também constam, "nos termos da lei, e como pode ser verificado, das declarações de IRS do



Presidente emitiu um comunicado para se demarcar do BPN

Cavaco dixit

"Nos últimos dias, detectou a Presidência da República, face a contactos estabelecidos por jornalistas, tentativas de associar o Presidente da República à situação do BPN"

"O Prof. Cavaco Silva e a sua Mulher têm, há muitos anos, a gestão das suas poupanças entregues a quatro bancos portugueses - incluindo o BPN, desde 2000"

Prof. Aníbal Cavaco Silva e de sua Mulher, preenchidas com base nas informações fornecidas anualmente pelos referidos bancos".

Por último, o texto emitido pela Presidência acrescenta que, ao tomar posse como presidente da República, Cavaco Silva e a sua mulher "deram instruções aos bancos gestores das suas poupanças para não voltarem a comprar ou vender quaisquer acções de empresas portuguesas, excepto no exercício de direitos de preferência".

Esta intervenção de Cavaco Silva deixa clara a sua intenção de demarcar-se de forma clara e inequívoca dos futuros desenvolvimentos do "caso BPN". ■

Comissão de inquérito avança com todos os partidos

A Oposição criticou ontem o "volte-face" do PS ao viabilizar a comissão de inquérito pedida pelo CDS/PP: "Registamos com surpresa o 'volte-face' absoluto do PS. Não queria ouvir ninguém a não ser o procurador-geral da República, que é a única pessoa que não pode falar sobre nada. É uma trapaalhada", acusou Francisco Louçã. O líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, avisou que se o PS "colocar obstáculos" aos trabalhos terá a sua "oposição e insistente denúncia". Já o líder da bancada do PSD, Paulo Rangel, "saudou" a mudança de posição dos socialistas. Os democratas-cristãos declararam-se "obviamente satisfeitos".



O negócio de Porto Rico e a história do BPN

1993

A fusão das sociedades financeiras **Soserfin e Norcrédito**, com negócios na banca de investimento dá origem à criação do **BPN**, vocacionado para a banca de investimento



Nos 15 anos de existência, o BPN abriu mais de 200 agências em todo o país

1998 - O antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do PSD, **José Oliveira e Costa**, que ocupou o cargo num dos governos liderados por Cavaco Silva, assume a liderança do BPN, transformando-o num banco comercial. Nesse ano é criada a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), 'holding' destinada a agregar os investimentos não financeiros do grupo

Novembro de 2001
Dias Loureiro nomeado administrador executivo do BPN

É proposto a Dias Loureiro que a SLN/BPN compre empresas tecnológicas da área bancária

Dez. 2001 e Jan. 2002

O grupo SLN/BPN compra as empresas que produzem essa tecnologia por 71 milhões de dólares

Dias Loureiro desloca-se a **Porto Rico** para ver as máquinas de leitura de cheques e de ATM a funcionarem no Banco Bilbao Vizcaya, Banco Popular e Santander

Negócio fechado, a SLN desloca pessoas para as empresas em Porto Rico. A partir daqui, Dias Loureiro afirma ter-se desligado do processo

Março de 2002

Dias Loureiro confronta Oliveira e Costa com a ausência do negócio nas contas da SLN que tem de assinar. Oliveira e Costa responde que **"não aparecem nem podem aparecer"** porque as empresas foram compradas por uma **"off shore"**. Dias Loureiro assina as contas: **"Acredita nestas explicações"**

Abril. Dias Loureiro desloca-se ao BpP para reunir com vice-governador responsável pela supervisão bancária, António Marta

Junho de 2008

Miguel Cadilhe, antigo ministro das Finanças e ex-administrador do BCP, é eleito presidente do grupo SLN/BPN, substituindo Abdool Vakil

Out. 2008 - O banco recorre ainda a um financiamento de 200 milhões de euros junto da CGD para enfrentar as dificuldades de liquidez

28 Out. - Cadilhe denuncia crimes financeiros que alegadamente teriam ocorrido ao nível da gestão do banco, envolvendo três quadros superiores

Nov. - Governo anuncia que vai propor ao Parlamento a nacionalização do BPN. A AR aprova

Novembro de 2008

Em Fevereiro de 2008, José Oliveira e Costa abandona a presidência do grupo SLN/BPN, invocando problemas de saúde



Dias Loureiro e Oliveira e Costa juntam-se em 2000 na Sociedade Lusa de Negócios/Banco Português de Negócios (SLN/BPN)



Dias Loureiro

Cargo executivo Cargo não-executivo

José Oliveira e Costa

Dias Loureiro diz, que deu conta ao Vice-governador do BpP, António Marta, de dúvidas sobre o modelo de gestão do BPN

António Marta desmente e diz que o encontro serviu apenas para Dias Loureiro se queixar de que o BPN está a ser "perseguido"



Miguel Cadilhe anuncia a sua saída e critica a nacionalização do Banco considerando-a "desproporcionada" e motivada por razões "políticas"



Miguel Cadilhe

ICE / Infografia JN

CONSELHO DE ESTADO

Dias Loureiro continua na expectativa

➔ A continuidade de Dias Loureiro no Conselho de Estado depende das declarações que José Oliveira e Costa está a prestar ao juiz de instrução e da eventualidade de ser constituído arguido pelo Ministério Público (MP), apurou o Jornal de Notícias.

O assunto está a ser acompanhado com alguma preocupação no Palácio de Belém. Por um lado, a constituição da comissão parlamentar de inquérito pode ser instrumentalizada para atacar indirectamente Cavaco através de um Conselheiro de Estado da sua confiança. Por outro, cresce o risco de alguns dos ex-ministros que tiveram relações com o BPN serem associados ao presidente.

O comunicado de ontem é o primeiro sinal e pretende ter efeitos preventivos. A generalidade dos políticos envolvidos no "caso BPN" foram dirigentes do PSD, ministros e secretários de Estado, mas Cavaco está determinado em não ser envolvido com esse pretexto.

Por seu lado, Dias Loureiro



Seguem-se os esclarecimentos na AR

considera "difícil" vir a ser constituído arguido e alega não ter cometido nenhum crime ou irregularidade. No entanto, a decisão depende do evoluir da situação, sendo certo que a tendência da polémica é para se agudizar. Conforme admitem os seus amigos mais próximos que têm acompanhado a polémica de perto.

O alcance das declarações de

"Cavaco Silva conhece-me há 23 anos e conhece os meus princípios éticos e morais"

Oliveira e Costa é igualmente imprevisível, mas o seu advogado tem insistido em afirmar que o banqueiro está a colaborar com a Justiça. O resultado final será depois avaliado pelo MP, sendo certo que uma eventual constituição como arguido retira parte substancial do espaço de manobra de Dias Loureiro para se manter em

funções. Ainda não abordou o assunto com Cavaco, mas já teve oportunidade de advertir que o seu lugar está à disposição do Presidente. "Conhece-me há 23 anos e conhece os meus princípios éticos e morais".

A constituição da comissão parlamentar de inquérito representa um sinal positivo para Dias Loureiro, tendo em conta a insistência que manifestou para explicar detalhadamente todo o seu envolvimento no grupo SLN/BPN.

O essencial das explicações sobre o dossiê Porto Rico está dado. Ajudou a montar o negócio, as empresas existiam, verificou no terreno o funcionamento dos equipamentos e durante vários meses o grupo manteve representantes no terreno. A vendas das empresas a "off shores" e a omissão da operação das contas terá sido conduzida exclusivamente por Oliveira e Costa. Falta explicar ter assinado as contas da SLN com base nos argumentos de Oliveira e Costa.

ADELINO CUNHA

PRESIDÊNCIA

Cavaco Silva demarca-se de qualquer ligação ao BPN

→ Cavaco Silva publicou ontem no site da Presidência da República uma nota oficial demarcando-se de qualquer ligação ou envolvimento em negócios, prestação de serviço ou mesmo empréstimos relacionados com o Banco Português de Negócios, envolvido em alegados escândalos financeiros que levaram já à detenção do seu antigo responsável, José de Oliveira e Costa. A Presidência da República esclarece que detectou essa “tentativa de associar” Cavaco Silva ao BPN, face a contactos para esclarecimentos, nesse sentido, “estabelecidos por jornalistas”, motivo que levou Cavaco Silva a publicar a referida nota. **LUSA**

SAÚDE

Grupo SLN perde Hospital de Santa Maria no Porto por “má gestão”

A SLN, que afinal apenas geria o Hospital de Santa Maria, acaba de perder este contrato. Uma decisão unilateral da dona do activo, que deverá chegar a tribunal



Santa Maria com obras de expansão | Proprietária do hospital alega ter perdido a paciência com os sucessivos actos de “má gestão” praticados pelo grupo GPS.

Rui Neves

rui.neves@mediafin.pt

Mais uma polémica no Grupo Português de Saúde (GPS), um dos maiores do sector em Portugal e que integra o universo empresarial da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Agora que a venda do GPS se encontra na recta final, o **Negócios** apurou que a sua carteira perdeu recentemente o Hospital de Santa Maria, no Porto. Uma unidade que vinha sendo referenciada na comunicação social como propriedade do GPS, mas sobre a qual detinha apenas um contrato de gestão.

“O GPS foi despedido do nosso hospital. Cessamos o contrato com esse grupo a 30 de Setembro”, adiantou ao **Negócios** Ludovina Ferraz, superior provincial da Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, instituição religiosa proprietária do Hospital de Santa Maria. A causa do “despedimento” do GPS? “Por má gestão”, respondeu de imediato. “Os seus actos de má gestão foram denunciados várias vezes [ao longo do tempo do contrato] e nós tivemos a paciência necessária”, confessou a responsável. A paciência acabou com a chegada do Outono.

Após uma chamada de atenção — “repare que nós resolvermos isto antes de a polémica [nacionalização do BPN, da SLN] estourar”, Ludovina Ferraz analisa o comportamento do GPS nos últimos tempos de gestão do Santa Maria: “Notávamos que as coisas não estavam bem. Eles estavam voltados para qualquer sítio menos para nós. Percebíamos que alguma preocupação havia.

Para o GPS, nós estávamos em segundo lugar. Assim não”, rematou, indignada.

Questionada sobre os termos do contrato, a superior provincial garantiu que este previa “o despedimento [da entidade gestora] em qualquer altura”. De resto, afirmou, “podem ir para tribunal se quiserem pois nós temos provas da má gestão que fizeram do hospital”. Da SLN, fonte oficial confirmou ao **Negócios**

SLN já tem propostas para o grupo

➔ A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) já tem, desde sexta-feira, as propostas — não vinculativas — dos interessados na aquisição do Grupo Português de Saúde (GPS), um dos maiores operadores portugueses do sector. Sem confirmações oficiais, na última semana foram dadas como presenças certas nesta corrida o grupo José de Mello Saúde (JMS) e a Hospitais Privados de Portugal (HPP), que pertence ao grupo Caixa Geral de Depósitos. Esta última candidata surge como a mais provável compradora do GPS. Primeiro, porque é considerado um activo interessante na estratégia de crescimento da HPP; por outro lado, devido à existência de uma relação umbilical da participada da SLN com o BPN, banco cuja administração foi assumida pela instituição financeira estatal desde a nacionalização.

que houve, de facto, a rescisão unilateral do contrato por parte da Província e que este assunto está agora na fase pré-contenciosa. “Porque, na nossa perspectiva, a denúncia do contrato não cumpriu os termos do clausulado”, argumentou.

Convidada a converter a gestão desta unidade pelo GPS em resultados financeiros, Ludovina Ferraz, sem revelar valores, concluiu: “Só não deu prejuízos porque nós também estávamos por cá...”. A leitura da SLN é diametralmente oposta: “Não existe motivo para a rescisão, sendo que os indicadores do hospital têm vindo a melhorar desde o início do nosso contrato”, garantiu a mesma fonte do grupo presidido por Miguel Cadihne.

O Grupo Português de Saúde herdou a gestão do portuense Hospital de Santa Maria em Junho de 2004 por via da aquisição, nessa altura, do leiriense Centro Hospitalar São Francisco, entidade que geria a unidade hospitalar da Invicta desde 1 de Janeiro de 2002. O Hospital de Santa Maria, situado na Rua de Camões, no centro do Porto, foi fundado no final do século XIX pela Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, de origem francesa.

Além desta unidade hospitalar, a instituição religiosa liderada por Ludovina Ferraz possui e gere uma vasta carteira de equipamentos sociais, de Educação e de Saúde. Além de vários estabelecimentos de ensino, entre os quais os colégios Luso-Francês (Porto) e de Lurdes (Santo Tirso), de lares e de creches, detém também a Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria (Porto).

Franciscanas aplicam 15 milhões na ampliação do Santa Maria

➔ A Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, proprietária do Hospital de Santa Maria, no centro do Porto, tem em curso um investimento de 15 milhões de euros no projecto de renovação desta unidade de saúde. As obras, cuja conclusão está prevista para o arranque de 2010, tem como objectivo transformar este centenário hospital “numa das mais modernas e diferenciadas clínicas privadas do País”, com especial destaque para as áreas de Ortopedia e Traumatologia e Medicina Desportiva, nas quais foi pioneiro e continua a ser considerado uma referência a nível nacional. Com uma nova área coberta hospitalar de 15 mil metros quadrados, vai ganhar 17 novos quartos individuais, passando a dispor de 56. A partir de 2010, aumenta a capacidade anual de cirurgias de 5,6 mil em 2008 para oito mil, de 38 mil para 45 mil consultas e de 25,3 mil para 30 mil diárias de internamento.

Obras em curso, a concluir no início de 2010, vão aumentar a capacidade anual do hospital de 5,6 mil para oito mil cirurgias.

Câmara da Maia preocupada com Hospital Lidador

➔ O presidente da Câmara da Maia, Bragança Fernandes, solicitou uma reunião “com carácter de urgência” à administração do Grupo Português de Saúde (GPS) para “aferir se tudo está a decorrer como planeado entre as partes, no tocante ao investimento Hospital Lidador, SA”. Em causa está a construção desta unidade hospitalar na Maia, orçada em 30 milhões de euros e onde o GPS surge como accionista maioritário, detendo cerca de 80% do capital da sociedade promotora. A autarquia e a Misericórdia locais possuem 10% cada. Há precisamente um ano, aquando da apresentação do projecto, o ex-presidente do grupo e agora detido Oliveira e Costa garantia que o Hospital Lidador entraria em funcionamento no Verão de 2009. “Apesar de sabermos que a empreitada da primeira fase (terraplanagens) continua a decorrer”, o autarca maia-tense teme pelo futuro do projecto.

O presidente da autarquia maia-tense teme pelo futuro do projecto, orçado em 30 milhões de euros e que está em fase de terraplanagens.



Comunicado. Cavaco Silva diz que tentam envolver o seu nome com o banco

Presidente condena associação ao caso BPN

Nota diz que nunca exerceu funções no banco onde tem conta

PAULA SÁ

O Presidente da República sentiu ontem necessidade de condenar de forma veemente as "mentiras" e as "insinuações" que tentam associar o seu nome à situação do BPN. Em comunicado, enviado para todas as redacções, e publicado no seu *site* oficial (www.presidencia.pt), Aníbal Cavaco Silva diz que, "nos últimos dias, detectou a Presidência da República, face a contactos estabelecidos por jornalistas, tentativas de associar o nome do Presidente da República à situação do Banco Português de Negócios (BPN)".

O professor Aníbal Cavaco Silva esclarece que, no exercício da sua vida profissional, antes de desempenhar as actuais funções "nunca exerceu qualquer tipo de função no BPN ou em qualquer das suas empresas"; "nunca recebeu qualquer remuneração" destas entidades; e nunca lhes comprou nada ou lhes vendeu.

No comunicado diz ainda que nem ele próprio nem a mulher, Maria Cavaco Silva, contraíram qualquer empréstimo junto daquela instituição bancária. "Não devem um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro, nem a qualquer entidade."

O Chefe do Estado afirma ainda que tem com a sua mulher, há muitos anos, a gestão das suas poupanças entregues a quatro bancos portugueses, incluindo o BPN, desde 2000, conforme consta da declaração de



Cavaco Silva diz querer preservar o seu bom nome

património e rendimentos entregue no Tribunal Constitucional. Declaração na qual estão mencionadas todas as aplicações e alienações feitas por esses bancos gestores.

"Ao tomar posse como Presidente da República, o professor Cavaco

Silva e a sua mulher deram instruções aos bancos gestores das suas poupanças para não voltarem a comprar ou vender quaisquer acções de empresas portuguesas, excepto no exercício de direitos de preferência", refere o comunicado.

O DN foi um dos jornais que questionou a Presidência da República sobre a eventual ligação do professor Aníbal Cavaco Silva ao Banco Português de Negócios, tanto a nível profissional – obviamente antes de assumir o mandato em Belém – como o de eventual accionista daquela instituição bancária.

O semanário *Expresso* noticiou na edição deste fim-de-semana que Cavaco Silva foi um dos muitos accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), detentora do BPN, e que terá vendido esse pequeno número de títulos em 2003, segundo informações recolhidas pelo jornal junto do BPN. E que a sua filha, Patrícia, também terá sido accionista do banco. ■

OPOSIÇÃO SAÚDA PS COM AVISOS

PSD, BE e PCP congratularam-se com adesão do PS à comissão de inquérito

O PSD saudou ontem a mudança de posição do PS ao decidir viabilizar um inquérito parlamentar ao caso BPN e só espera a sua boa colaboração, disse o líder do grupo parlamentar social-democrata, Paulo Rangel. "O PSD nunca compreendeu porque é que o PS esteve contra isto até agora."

Já Francisco Louçã, líder do BE, considerou "uma trapalhada" a posição do PS, depois de ter negado a audição no Parlamento de ex-responsáveis do banco. "Registamos

com surpresa o volte-face absoluto do PS. Não queria ouvir ninguém a não ser o procurador-geral da República, que é a única pessoa que não pode falar sobre nada, porque conduz a investigação. Não quis ouvir Dias Loureiro, agora terá de ouvir na comissão de inquérito." E o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, avisou os socialistas contra qualquer tentativa de "pôr obstáculos" durante os seus trabalhos. "Se o fizer, terá a nossa oposição e insistente denúncia."

Marcelo defende demissão de Loureiro caso seja arguido

O antigo líder do PSD Marcelo Rebelo de Sousa considerou ontem que Cavaco "fez bem" em esclarecer junto dos portugueses a sua relação com a banca. "É importante saberem que o Presidente está liberto do tráfico de influências e de relações empresariais", disse o comentador político na sua rubrica *As Escolhas de Marcelo*,

na RTP1. Sobre o facto de Pedro Passos Coelho ter considerado ao DN que a posição de **Dias Loureiro**, antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do banco, causa "incómodo" em Belém, Marcelo disse que, do ponto de vista político, isso acontecerá caso Loureiro venha a ser constituído arguido. "Nessa cir-

cunstância, eu suspen্দia as funções e poupava o PR." Sobre a entrevista de Loureiro à RTP1, interrogou-se: "Não percebo como é que um homem inteligente perante uma gestão ilegal [do BPN] e depois de ter chamado a atenção de Oliveira e Costa (...) se manteve administrador executivo da SLN." – P.S.

Orçamento do Estado. Em pouco mais de um mês, o Governo articulado com o Partido Socialista viu-se obrigado a subir o nível até ao qual o Estado se pode endividar. Um aumento das necessidades de financiamento que surge na sequência do caso BPN e do anunciado pagamento de dívidas às empresas

Crise e BPN nacionalizado disparam dívida do Estado

Governo autorizado a emitir mais 2700 milhões de dívida

MANUEL ESTEVES
e PEDRO FERREIRA ESTEVES

O Partido Socialista (PS), que suporta o Governo, aumentou de forma significativa o limite até ao qual o Estado pode endividar-se no próximo ano. A razão é simples: desde o momento em que a proposta de Orçamento de Estado para 2009 foi apresentada (15 de Outubro) e a data-limite para apresentação das propostas de alteração ao diploma, o Banco Português de Negócios (BPN) foi nacionalizado e a crise financeira assumiu definitivamente contornos de recessão económica, alastrando a muitos outros sectores, entre os quais se destacam o automóvel.

Entre as 87 propostas do PS, duas autorizam o Governo a emitir dívida adicional, num montante total de quase 2,7 mil milhões de euros, mais 30,2% do que o previsto há pouco mais de um mês. A mais importante consta do artigo 121º onde o valor do endividamento líquido global destinado a "fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado" aumenta, face à proposta inicial do Governo, em quase 963 milhões para 7342,2 milhões de euros. Embora nenhum dos dois deputados do PS - Afonso Candal e Vítor Baptista - se tenha disponibilizado para esclarecer esta questão ao DN, o aumento surge só três semanas após a nacionalização do BPN. Ainda não está definido o esforço financeiro do Estado para "sanear" o banco, mas o presidente da CGD - entidade que assumiu a ges-



Medidas anunciadas por Teixeira dos Santos vão obrigar Estado a emitir mais dívida

800 milhões de euros

Montante das injeções da CGD no BPN desde a nacionalização, segundo Faria de Oliveira

tão - revelou há uma semana que a instituição já resolveu problemas superiores a 800 milhões de euros. Contudo, o "buraco" do BPN pode ultrapassar os 1000 milhões, segundo tem sido noticiado pela imprensa.

Para além das injeções do Tesouro, existem outros mecanismos para fazer face às necessidades do BPN. Uma delas passa por um aumento de capital da própria CGD no próximo ano, que Faria de Oliveira não colocou de parte. Acrescente-se que o banco público realiza esta semana uma emissão de obrigações, outra forma de financiamento.

Dívidas às empresas

Outra das propostas, de resto admitida pelo próprio ministro das Finan-

ças quando se deslocou ao Parlamento, fixa uma verba de dívida excepcional para responder ao plano de regularização extraordinária de dívidas anunciado no início de Novembro pelo Governo. Para pagar as dívidas vencidas da administração central, regional e local no valor global de 2450 milhões de euros, o Governo poderá endividar-se até aos 1700 milhões de euros, dos quais 1200 milhões serão utilizados pela administração local e os restantes 500 milhões pela central. ■ Com S.F.

Mais 540 milhões

Em paralelo com o aumento do endividamento, outra das propostas do PS para alterar o Orçamento impulsiona em 500 milhões (para 785 milhões) o valor das operações de crédito - sob a forma de empréstimos ou créditos activos - a conceder pelo Governo. E sobe em 40 para 396 milhões, os empréstimos por serviços e fundos autónomos.

Fundos mobiliários do BPN suspeitos de empolar carteiras

Poupança. São três os produtos cujas carteiras terão contabilizado valorizações futuras dos activos

O BPN tem fundos mobiliários na mira das autoridades. Em causa está um eventual empolamento do valor dos activos em três produtos, com vista a reflectir de forma menos vinculada nas carteiras as fortes perdas dos títulos cotados nos mercados financeiros, em plena crise de confiança e liquidez.

Esta situação é mais um obstáculo ao trabalho dos gestores dos fundos do banco recentemente nacionalizado, que estão a enfrentar uma acentuada fuga de participantes (comum a todo o sector), défices de liquidez (que já obrigou a CGD a injectar mais de 100 milhões de

euros nesta área de negócio) e fortíssimas quebras de rentabilidade.

Segundo apurou o DN, os responsáveis dos fundos de investimento do BPN - agora sob gestão da equipa de Francisco Bandeira, administrador do banco público - foram questionados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) acerca de activos cujo valor nas carteiras não reflectiam o seu preço no mercado. O banco já respondeu ao regulador, desconhecendo-se se já terá satisfeito a suspeita de que essa contabilização possa estar, de forma irregular, a antecipar uma futura valorização desses activos.

Na prática, o eventual empolamento do valor dos activos terá como efeito directo o agravamento das perdas significativas de rentabili-

dade dos produtos do BPN, entre os piores do mercado em termos de desempenho actualmente. Essa é a única consequência directa para os participantes. Já os gestores e revisores oficiais de contas (ROC) dos fundos enfrentam possíveis punições sob a forma de contra-ordenação, cuja gravidade ditará o montante máximo da punição.

O BPN tem, actualmente, nove fundos mobiliários em comercialização. Apenas um - de acções europeias - consegue superar o desempenho médio do sector, apesar da rentabilidade negativa na casa dos 40%. O caso mais grave é o fundo de obrigações de taxa variável, cuja performance negativa (-33%) é muito mais profunda que a média do sector.

Os fundos de investimento do mercado por-

tuguês estão a enfrentar um problema comum a todos os produtos deste tipo na Europa: a saída em massa de participantes está a criar uma pressão de liquidez para cobrir os resgates. Com a desvalorização dos activos, essa liquidez torna-se cada vez mais escassa e obriga os gestores a contrair empréstimos para pagar as responsabilidades. A CMVM já garantiu junto do Governo mais poderes para flexibilizar os limites de endividamento nas carteiras.

Refira-se que o regulador liderado por Carlos Tavares já aplicou, no passado, contra-ordenações ao BPN devido a irregularidades na valorização dos fundos imobiliários, uma área que está no centro das suspeitas de alguns dos ilícitos que levaram à detenção do antigo presidente do banco, Oliveira e Costa. ■ - P.F.E.



Crise global obriga Estado a endividar-se mais 30%

O Partido Socialista (PS), que suporta o Governo liderado por José Sócrates, propôs ao Parlamento aumentar em 30% os limites até aos quais o Estado pode endividar-se em 2009. No intervalo de um mês e meio, em que o Governo nacionalizou o Banco Português de Negócios (BPN) e a crise financeira se alastrou a toda a economia, o grupo parlamentar do PS viu-se obrigado a corrigir a primeira estimativa inscrita na proposta do Orçamento do Estado (OE). Dos 6379,2 milhões de euros inicialmente previstos "para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado", o PS passou para 7342,2 milhões.

A este valor acrescem mais 1700 milhões - anunciados no Parlamento pelo ministro das Finanças na quinta-feira - para permitir às administra-

ções central e local financiar os seus planos de pagamento das dívidas vencidas às empresas fornecedoras.

Mas nas 87 propostas do PS há mais novidades. Uma delas diz respeito ao polémico fundo de arrendamento que visa acudir às famílias em apuros para pagar as prestações da casa ao

banco. Os socialistas esclarecem na proposta de lei do OE que os bancos que lancem esses fundos não poderão ficar com a diferença entre o valor da compra aos actuais proprietários e o da venda futura.

Num orçamento generoso para alguns sectores, por força da crise, o PS não conseguiu arranjar dinheiro para alargar a todos os deficientes o reforço dos benefícios fiscais, deixando de fora todos os paraplégicos e boa parte dos tetraplégicos.

Economia, págs. 32

PS autoriza mais 2,7 mil milhões de dívida



Editorial Paulo Ferreira

Cavaco, o BPN e o Conselho de Estado

*Se o ex-ministro
Dias Loureiro não é
um problema para
o Presidente da
República, o mesmo já
não pode dizer-se do
actual conselheiro de
Estado Dias Loureiro*

Cavaco Silva entendeu ontem emitir um comunicado onde, em tom indignado, diz não poder “tolerar a continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o seu bom nome”, por tentarem associá-lo ao Banco Português de Negócios e ao caso em que a instituição financeira está envolvida.

O Presidente da República não esclarece que “mentiras e insinuações” são essas, mas, pelas detalhadas explicações que presta logo a seguir, presume-se que estão em causa alegadas ligações directas, profissionais ou relacionadas com a sua vida financeira privada.

Até ontem à noite, nada de relevante foi publicado que possa envolver Cavaco Silva, daquela forma, com o BPN e muito menos com os comportamentos e as operações que agora estão sob escrutínio das autoridades. O comunicado colocado no *site* da Presidência pode, por isso, parecer estranho: para quê desmentir afirmações que não foram feitas ou contrariar dados que não foram publicados? O que não sabemos é que rumores têm chegado aos ouvidos do Presidente e que perguntas têm os jornalistas feito ao Palácio de Belém sobre o tema que terão justificado esta tomada de posição.

Sobre isto, e sem qualquer dado que as contrarie, só podem tomar-se como boas as explicações do Presidente.

Tem havido, de facto, referências públicas a Cavaco Silva no âmbito do caso BPN. Têm até sido frequentes, mas são de índole completamente diferente. Estas não se referem a qualquer relação directa de Cavaco Silva com a instituição, mas sim à ligação de pessoas que lhe são politicamente próximas.

E, aqui - para além das banais referências biográficas de “... ex-membro do Governo de Cavaco Silva” que geralmente acompanham nomes como o de José Oliveira e Costa, por exemplo, que são dados factuais -, é incontornável o nome de Manuel Dias Loureiro.

Dias Loureiro integrou governos liderados pelo actual Presidente da República, primeiro como ministro dos Assuntos Parlamentares e depois na pasta da Administração Interna. Só depois disso se virou para a vida empresarial e chegou aos cargos que ocupou no grupo do BPN, havendo agora dúvidas sobre o seu grau de conhecimento e de envolvimento nas actividades sob suspeita daquele grupo empresarial.

Mas isso não é, só por si, motivo suficiente para envolver, ainda que de forma indirecta, Cavaco Silva no caso. Um antigo primeiro-ministro não pode, em consciência, ser co-responsabilizado para a vida por todos os actos futuros dos membros dos seus governos só pelo facto de o terem sido.

Mas se o ex-ministro Manuel Dias Loureiro não chega para incomodar Cavaco Silva no caso BPN, o mesmo já não se pode dizer do actual conselheiro de Estado Manuel Dias Loureiro.

O comunicado emitido ontem pela Presidência nada refere em relação a isso - porque não seria esse o seu objectivo - mas começa a chegar o tempo para Cavaco Silva dizer se mantém ou não a confiança nesse membro do Conselho de Estado, que foi uma escolha pessoal sua feita há menos de três anos.

O desmentido feito pelo ex-vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, à versão de Dias Loureiro sobre a reunião que ambos mantiveram há cerca de sete anos sobre o grupo BPN, são um sério obstáculo à tentativa que o ex-administrador da SLN fez para se demarcar do caso e afecta de forma significativa a sua credibilidade.

É certo que em termos formais não recai hoje nenhum ónus judicial sobre Dias Loureiro. Mas pode uma personalidade nestas circunstâncias manter o seu posto de conselheiro de Estado, para onde foi escolhido com a caução da confiança do Presidente da República? Esta é a questão a que, Dias Loureiro primeiro e Cavaco Silva depois, terão que responder rapidamente.

Esclarecimentos Nota detalha histórico bancário do Presidente e da família

Cavaco Silva indignado com ligações frequentes do seu nome ao caso BPN

Presidência da República emitiu comunicado a revelar que, além de uma poupança desde 2000, nada o liga ao BPN. Fala-se de “uma campanha orientada para atingir o Presidente”

Luciano Alvarez

● Cavaco Silva está indignado com o facto de ver cada vez mais insistentemente o seu nome associado ao caso das irregularidades do Banco Português de Negócios (BPN). Uma indignação que o levou ontem, a meio da tarde, a emitir um comunicado em que são referidas “mentiras e insinuações visando pôr em causa o bom nome” do chefe de Estado.

Fontes contactadas pelo PÚBLICO falam numa “grande revolta por parte do Presidente” e referem mesmo “uma campanha orientada para atingir o Presidente da República”, embora se recusem a revelar quem estará por trás dessa “campanha”.

O Presidente está de tal forma agastado com a situação que viu mesmo a necessidade, não só de garantir que ele e a sua mulher não têm qualquer ligação ao BPN, como de revelar que “não devem um único euro a qualquer banco”.

Ver frequentemente referidos nomes de gestores do BPN como ex-ministros ou ex-secretários de Estado de Cavaco Silva; ver o nome da sua filha Patrícia referido como uma antiga accionista da Sociedade Lusa de Negócios (SLN); frases nos meios de comunicação social em que é referido que Cavaco Silva foi um dos homens que apostaram no sucesso da instituição financeira; telefonemas de jornalistas para membros do gabinete do chefe de Estado com questões consideradas em Belém como assentes em falsidades e rumores. São estas, segundo apurou o PÚBLICO, as tais “mentiras e insinuações” que levaram o Presidente da República a vir a público ontem prestar um esclarecimento aos portugueses.

Tudo na declaração

No comunicado da Presidência da República é dito que Cavaco Silva, no exercício da sua vida profissional, antes de desempenhar as actuais funções (“nem posteriormente, como é óbvio”), nunca “exercceu qualquer tipo de função no BPN ou em qualquer das suas empresas. Refere-se, ainda, que “nunca recebeu qualquer remuneração do BPN ou de qualquer das suas empresas; nunca comprou ou vendeu nada ao BPN ou a qualquer das suas empresas”.

É acrescentado, logo a seguir, que o Presidente da República e a sua mulher, Maria Cavaco Silva, “nunca contraíram qualquer empréstimo junto do BPN” e que “não devem um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro, nem a qualquer outra entidade”.

Presidente da República diz que “não deve um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro”



DANIEL ROCHA

O comunicado revela ainda que “Cavaco Silva e a sua mulher têm, há muitos anos, a gestão das suas poupanças entregues a quatro bancos portugueses - incluindo o BPN,

desde 2000 - conforme consta, discriminado em detalhe, na Declaração de Património e Rendimentos entregue no Tribunal Constitucional”, lembrando que a declaração pode

ser consultada publicamente.

A Presidência da República remete também para a Declaração de Património e Rendimentos de Cavaco Silva entregue no Tribunal Constitucio-

nal as aplicações feitas pelos bancos gestores assim como o “número de todas as contas bancárias do casal, excepto uma, aberta no Montepio Geral, por acolher apenas depósitos à ordem - a qual, repete-se, pode ser consultada”.

“As alienações de títulos efectuadas pelos bancos gestores constam, nos termos da lei, e como pode ser verificado, das declarações de IRS do professor Aníbal Cavaco Silva e de sua mulher, preenchidas com base nas informações fornecidas anualmente pelos referidos bancos”, refere ainda o texto emitido na página oficial da Presidência.

É revelado também que, ao tomar posse como Presidente da República, “Cavaco Silva e a sua mulher deram instruções aos bancos gestores das suas poupanças para não voltarem a comprar ou vender quaisquer acções de empresas portuguesas, excepto no exercício de direitos de preferência”.

Nomes do PSD ligados ao banco

Figuras do partido têm sido associadas a irregularidades nas contas do BPN

Desde o anúncio da nacionalização do BPN que têm vindo a público várias notícias que associam membros ou apoiantes do PSD às irregularidades das contas do BPN. Pela sua administração passaram quatro ex-governantes do partido: Dias Loureiro, Miguel Cadilhe, Oliveira e Costa e Rui Machete. Três dos quais durante os governos de Cavaco Silva.

Dias Loureiro, ex-ministro da Administração Interna de Cavaco

Silva, foi nomeado para o Conselho de Estado por escolha pessoal do Presidente da República. Numa entrevista à RTP, o ex-administrador da SLN informou que o seu lugar está sempre à disposição do Presidente.

Cadilhe, presidente do BPN até à data da nacionalização, foi ministro das Finanças de Cavaco Silva. Oliveira e Costa, o antigo homem forte do BPN, agora detido em prisão preventiva, foi secretário de Estado dos Assuntos

Fiscais, sob as ordens de Cadilhe. E, finalmente, Rui Machete foi ex-ministro das pastas da Defesa e da Justiça, no Governo de Bloco Central dirigido por Mário Soares.

Arlindo de Carvalho e Duarte Lima são mais dois nomes do PSD ligados ao BPN, por terem recebido, respectivamente, 20 e cinco milhões de euros em operações de crédito. Na lista de accionistas da SLN surge ainda o nome do ex-ministro da Saúde Arlindo Carvalho. **R.B.S.**



Caso BPN

Volte-face do PS “saudado” pela direita e criticado pela esquerda

PSD e CDS-PP “muito satisfeitos” com a decisão socialista de viabilizar uma comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN. À esquerda, PCP duvida dos resultados e **BE critica a “trapalhada” do PS**

POR: RAQUEL MADUREIRA
rmadureira@meiahora.pt

Contra as expectativas da oposição, o grupo parlamentar do PS viabilizou a criação de uma comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, pouco depois de ter chumbado a audição a ex-responsáveis daquele banco. A mudança socialista foi recebida com agrado pelo PSD e pelo CDS-PP, mas vista com alguma desconfiança pelos partidos da esquerda. O BE apelida de “trapalhada” os avanços e recuos do PS neste processo, o PCP diz não ter qualquer expectativa quanto aos resultados da comissão de inquérito.

Sol & Sombra

“É uma espécie de jogo de sombras em que se vai tapando o que há para tapar”

HONÓRIO NOVO,
DEPUTADO DO PCP

O maior partido da oposição, o PSD, “saudou a mudança de posição” do PS ao permitir a criação de uma comissão de inquérito ao caso que envolve o Banco Português de Negócios. “O PSD nunca compreendeu por que é que o PS esteve contra isto”, disse Paulo Rangel, líder do grupo parlamentar social-democrata.

Esclarecimentos. Segundo o dirigente laranja, cabe agora ao PS “ter um comporta-

mento e uma forma de agir que permita o esclarecimento total”.

Pelo CDS-PP, Nuno Melo mostrou-se também “muito satisfeito” com o volte-face do PS, até porque, explicou o deputado, “o requerimento para a comissão de inquérito partiu do CDS-PP”. Sublinhando que a decisão chega “depois de muitos avanços e recuos”, Nuno Melo sustentou que “o Parlamento terá a oportunidade de mostrar ao País o que se passou na supervisão do BPN” e de contribuir para “o esclarecimento da verdade”.

Trapalhada. Já o BE considerou “uma trapalhada” a decisão do PS, depois de ter negado a audição no Parlamento a ex-responsáveis do BPN:

Nuno Melo diz que “é a oportunidade de mostrar o que se passou no BPN”

“Não queria ouvir ninguém a não ser o procurador-geral da República, que é a única pessoa que não pode falar sobre nada, porque conduz a investigação. Não quis ouvir Dias Loureiro, agora terá de ouvir na comissão de inquérito”, afirmou Francisco Louçã. Sob o mesmo tom de críticas, o deputado do PCP Honório Novo classificou a atitude do grupo parlamentar socialista como “uma espécie de jogo de sombras em que se vai tapando o que há para tapar”. O comunista garantiu ao *Meia Hora* que o PCP “vai participar com todo o empenho” na comissão de inquérito, mas confessou não ter “nenhuma expectativa quanto aos seus resultados”.



IMAGEM DE MARCA
AFP

O BPN continua no centro das atenções e a ser ponto de ordem obrigatório na agenda política nacional, pelo escândalo que protagonizou e pelas consequências que causou

Presidência da República

Cavaco “esclarece insinuações”

● Cavaco Silva mandou publicar ontem no *site* da Presidência da República uma nota oficial, demarcando-se de qualquer ligação ou envolvimento em negócios, prestação de serviço ou mesmo empréstimos relacionados com o BPN, banco envolvido em alegados escândalos financeiros que levaram já à detenção de José Oliveira e Costa.

Mentiras. “Não podendo o Presidente da República tolerar a continuação de mentiras e insinuações”, pode ler-se na nota, a Presidência da República esclarece que Cavaco Silva, “no exercício da sua vida profissional” e mesmo “antes de desempenhar as atuais funções” como Chefe de Estado, “nunca exerceu qualquer tipo de função no BPN

PR considera que tentaram associar o seu nome ao BPN

ou em qualquer das suas empresas, nunca recebeu qualquer remuneração do BPN ou de qualquer das suas empresas e nunca comprou ou vendeu nada ao BPN ou a qualquer das suas empresas”.



Dias Loureiro e António Marta com versões diferentes sobre encontro no Banco de Portugal

Raquel Almeida Correia

Ex-administrador da SLN “espantado” com a acusação de que terá perguntado ao vice-governador do Banco de Portugal os motivos para “andar tão em cima do BPN”

● O caso BPN colocou o antigo ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, e o vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, em conflito. Está em causa um encontro entre os dois, em Abril de 2002. O teor da conversa, e as diferentes versões da mesma, motivou a divergência.

De acordo com António Marta, citado pelo *Expresso*, Dias Loureiro dirigiu-se a ele para perguntar “por que é que o Banco de Portugal (BdP) andava tão em cima do Banco Português de Negócios (BPN)”. O responsável do banco central alega que terá respondido que “isso tinha que ver com o facto de o banco ter uma gestão pouco transparente”.

O vice-governador do BdP referiu ainda que o ex-administrador executivo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), *holding* que controlava o BPN, teria dito, à saída do encontro, que as pessoas que estavam à frente da instituição financeira “eram boa gente”. Dias Loureiro reagiu de imediato às declarações, mostrando-se “espantado”, noticiou a Lusa. Tem uma versão diferente do encontro de 29 de Abril de 2002, que, aliás, contou na entrevista concedida à RTP, na sexta-feira passada.

Segundo o ex-ministro de Cavaco Silva, a conversa serviu para demonstrar preocupação com a situação do BPN. “Disse-lhe que não tinha nenhum facto concreto, mas que estava numa sociedade que tinha um banco e que isso me causava preocupação e que o BdP deveria estar atento”. Dias Loureiro alega, ainda, que António Marta terá respondido que “se soubesse alguma coisa em concreto e quisesse voltar a falar com ele privadamente, teria uma porta aberta”.

O antigo ministro da Administração Interna utilizou o facto de ter trazido a público o teor do encontro para argumentar a favor da sua versão. “Peço às pessoas que pensem um bocadinho e ponderem se, agora que o BPN e a SLN estão a ser alvo das maiores suspeitas, alguém de bom senso acha que eu iria invocar uma conversa com o dr. António Marta se ela tivesse sido aquela que ele disse que foi?”.

“Se o que vem no *Expresso* e que não li ainda é que ele disse que eu fui lá dizer o contrário, que era tudo boa gente, que estivessem sossegados, não tinha sentido nenhum que, numa altura destas, eu viesse invocar



Ex-ministro alega que mostrou preocupação com o BPN na conversa

essa conversa”, acrescentou. Além disso, Dias Loureiro afirmou à Lusa que “ninguém sabia na SLN que eu tinha ido ao BdP. É a primeira vez que digo isto, nunca o disse a ninguém”. E garantiu que o que lá foi fazer “foi aquilo que disse aos portugueses na televisão. E é a verdade”.

Na entrevista à RTP, garantiu que desconhecia as alegadas irregularidades na SLN/BPN, explicando que foi administrador da casa-mãe do banco, entre 2001 e 2002, e que “nunca desempenhou funções no BPN”.

O facto de “não estar habituado”

aos métodos de liderança de Oliveira e Costa foi, alegadamente, um dos motivos que o levaram a abandonar as funções executivas no grupo, em Setembro de 2002. Acrescentou, ainda, que o ex-presidente do BPN, em prisão preventiva desde sexta-feira, não cumpriu promessas relativas à área de auditoria. “Não tinha, como prometido, colocado o dr. Daniel Sanches no controlo da auditoria. E notava muito má vontade em relação a mim e à minha equipa. Queria sempre fazer as coisas sozinho e ser ele a mandar”, disse. **com Lusa**

Oposição vai esclarecer versões contraditórias PS decide apoiar comissão parlamentar

O grupo parlamentar socialista apoiou ontem a criação de uma comissão de inquérito na Assembleia da República para investigar o caso do BPN. A medida tinha sido proposta na quinta-feira pelo CDS-PP.

“A criação de uma comissão de inquérito, com poderes de investigação próprios, que não prejudiquem ou perturbem a investigação criminal, merece o nosso apoio”, explicou em comunicado o líder da bancada socialista, Alberto Martins, citado pela agência Lusa.

Em declarações ao PÚBLICO, o líder do CDS, Paulo Portas, congratulou-se com a decisão, observando que “numa democracia, o apuramento de responsabilidades faz-se no quadro de uma comissão de inquérito, onde o contraditório é feito a sério”.

Também o líder da bancada comunista, Bernardino Soares,

considerou que as contradições entre as declarações de Dias Loureiro e António Marta “são demasiado graves para não serem esclarecidas até ao fim” e que o Parlamento tem “um papel a desempenhar”.

Já o líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, notou que “a contradição absoluta” entre as duas versões da história coloca Dias Loureiro numa posição de “enorme fragilidade” e põe em causa o cargo que ocupa como conselheiro de Estado.

“A história [de Dias Loureiro] em si é bizarra. Não tem sentido que se vá queixar de factos de origem anónima a uma entidade de supervisão”, considera

Francisco Louçã, acrescentando que, se Dias Loureiro tinha conhecimento de irregularidades, deveria ter actuado.

O PSD não quis comentar. **João Pedro Pereira**





PS declara apoio a inquérito ao BPN depois de Dias Loureiro ter sido desmentido

Ex-vice-presidente do Banco de Portugal diz que Loureiro quis saber por que “andava em cima” do BPN

● O PS decidiu seguir a estratégia do PSD e declarou ontem o seu apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN. O anúncio surge no dia em que vieram a PÚBLICO no semanário *Expresso* declarações de António Marta, ex-vice-presidente do Banco de Portugal, que desmentia o

teor da conversa anteontem avançado por Dias Loureiro à RTP. Loureiro disse que pedira a Marta para dedicar “atenção especial ao BPN”. Este afirma, por sua vez, que o ex-ministro quisera antes saber por que razão andava o Banco de Portugal “em cima” do BPN. → Economia, 43



PARLAMENTO

PS APROVA INQUÉRITO AO CASO BPN

● CRISTINA RITA*

O PS voltou atrás na sua posição e aceitou ontem viabilizar uma comissão de inquérito, pedida pelo CDS-PP, ao caso Banco Português de Negócios (BPN). A decisão surgiu num comunicado do líder parlamentar, Alberto Martins. No texto pode ler-se que o inquérito servirá para esclarecer toda a verdade e aclarar “revelações e contradições evidenciadas em declarações públicas recentes”. No entanto, bastava a assinatura de 46 de-

putados, entre centristas e sociais-democratas, para pedir o inquérito.

“Estamos perplexos com o Partido Socialista”

Hugo Velosa, PSD

Hugo Velosa, do PSD, está “perplexo” com o PS uma vez que os socialistas “inviabilizaram todas as audições” no Parlamento. O deputado sustenta que o inquérito deve servir para saber “se foi boa ou

má” a decisão de nacionalizar o BPN, bem como avaliar a supervisão. Do lado do CDS-PP, Nuno Melo acredita que é uma oportunidade para o Banco de Portugal recuperar a sua “credibilidade”. O PCP apoia a comissão de inquérito, mas recusa pedir a saída de Dias Loureiro do Conselho de Estado, ao contrário do BE. O PSD e o CDS-PP também não defendem a saída de Dias Loureiro

. ■ *COM LUSA



CASO BPN ■ PROCESSO TEM AGORA PRAZO PARA SER CONCLUÍDO

MP procura rasto do

■ Procuradores têm agora de encontrar o destino dos milhões alegadamente desviados por Oliveira e Costa

● TÂNIA LARANJO

O Ministério Público procura agora o rasto dos milhões alegadamente desviados por Oliveira e Costa, o ex-banqueiro que desde antontem está em situação de prisão preventiva na cadeia anexa à PJ, que se consumaram, entre outros, em empréstimos que o próprio fez no BPN e que nunca foram pagos.

São quantias milionárias que o Banco Insular (BI) de Cabo Verde terá assumido como perdas, mas que já não se encontram nas contas do ex-administrador do BPN e que dificilmente poderão ser reclamadas pelo banco que o Governo recentemente nacionalizou.

A tarefa dos investigadores será agora árdua. Terão de fazer o trajecto do dinheiro até encontrar o seu destino. O que se poderá revelar difícil, atendendo a que aquelas verbas terão passado por inúmeros paraísos fiscais, terminando muitas vezes em contas de tal forma cifradas que a sua autenticação é quase impossível.

As autoridades acreditam, ainda, que uma quantia considerável dos lucros ilícitamente obtidos por Oliveira e Costa terá sido depois concretizada em compras de valiosas obras de arte. O que levou, aliás, a que no dia em que efectivaram a

detenção, os elementos da Brigada Fiscal que acompanharam os magistrados do DCIAP tivessem feito também uma busca a uma galeria de arte em Aveiro que forneceria as colecções privadas do ex-banqueiro, que já foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Recorde-se, ainda, que o património declarado pelo ex-administrador do BPN – que, tal como o CM ontem noticiou, estava há poucos meses avaliado em 6,5 milhões – está longe do valor que as autoridades acreditam ter sido ilícitamente arrecadado pelo ex-banqueiro.

A l é m disso, Oliveira e Costa, divorciado recentemente, entregou à ex-mulher a maioria dos bens móveis e imóveis. Maria Yolanda Rodrigues Oliveira e Costa arrecadou os prédios e as quintas, bem como os depósitos a prazo e as acções das empresas cotadas. Oliveira e Costa ficou apenas com as acções da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e com uma conta à ordem com pouco mais de 20 mil euros. ■



SILVANO

Carlos Alexandre já foi alvo de ameaças

Segurança máxima para juiz

● Carlos Alexandre, o juiz “sem medo” que há vários anos está colocado no Tribunal Central de Instrução Criminal, já foi alvo de várias ameaças pessoais. A sua casa foi assaltada e junto à foto do filho foi deixada uma arma; a sua mulher foi vítima de uma tentativa de atropelamento. Aos amigos mais próximos, Carlos Alexandre

já ironizou dizendo que não sabe “se amanhã” estaria vivo.

Com protecção pessoal 24 horas por dia, passam pelas suas mãos alguns dos maiores segredos da justiça portuguesa. Do caso ‘Furacão’ ao ‘Portucal’, do ‘Apito Dourado’ à investigação aos submarinos. Carlos Alexandre acumula ainda os julgamentos da 8ª vara. ■



À hora das visitas, entre as 15h00 e as

Prisão dos VIP sem luxos para reclusos

● Oliveira e Costa está a cumprir prisão preventiva no estabelecimento prisional instalado junto à Polícia Judiciária de Lisboa. É a chamada prisão dos VIP, onde já estiveram detidos alguns famosos, como João Vale e Azevedo, Carlos Cruz e José Braga Gonçalves. No entanto, fonte da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais disse ao CM que não existem grandes diferenças ao nível da qualidade das instalações entre aquela e as outras prisões do País. Segundo a mesma fonte, os reclusos são tratados da mesma forma, não têm mais direitos e nem sequer beneficiam de melhores refeições. A grande vantagem, adianta, prende-se com o número baixo e com a selecção dos reclusos. ■ A.O.

AS SETE ACUSAÇÕES

- **BRANQUEAMENTO**
É uma das acusações mais graves, que prevê uma pena até 12 anos de cadeia, a quem ocultar o destino do dinheiro
- **AQUISIÇÃO ILÍCITA DE ACÇÕES**
O crime é punido em legislação avulsa e configura uma situação de aquisição de acções de forma irregular
- **FRAUDE FISCAL**
A pena associada à fraude fiscal está dependente da verdade fiscal ser reposta. Pode ir até aos três anos de cadeia
- **BURLA QUALIFICADA**
A pena de cadeia aumenta até ao limite máximo de oito anos sempre que o valor em causa for considerado elevado
- **ABUSO DE CONFIANÇA**
A moldura penal vai até aos oito anos, quando alguém se apropria ilegítimamente de algo que lhe tinha sido confiado
- **FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**
A pena pode ir até aos cinco anos de cadeia, tratando-se de documento autêntico como cheque ou letra de câmbio
- **INFIDELIDADE A ACCIONISTAS**
É punido até três anos de cadeia e significa que foram causados prejuízos por quem tinha o dever de gerir os bens



ID: 22868995

23-11-2008

PAULO PORTAS Líder do CDS-PP

“É a gestão das aparências”

As aparições mediáticas [Dias Loureiro e António Marta] pertencem ao domínio da gestão das aparências”



PASSOS COELHO Militante do PSD

“Devia ter proposto inquérito”

O PSD, em vez de ir a reboque do CDS, deveria ter manifestado logo a sua disponibilidade para viabilizar um inquérito



FRANCISCO LOUÇÃ Líder do BE

“Dias Loureiro mentiu”

Dias Loureiro mentiu e foi desmentido. E um conselheiro de Estado não pode estar envolvido em negócios em Porto Rico



dinheiro

NÚMEROS

66 milhões de euros é, segundo o semanário 'Sol', o valor desviado por José Oliveira e Costa para uma sociedade por si detida, a A1, até ao final de 2007.

94,5 milhões foi o valor do empréstimo pedido ao BPN pelo ex-presidente, sem contrato e nunca pago, mostra a auditoria da Mazars ao Banco Insular, pedida por Cadilhe.

78,4 milhões desse empréstimo foram entregues à A1 e 12,1 milhões ficaram em nome de Oliveira e Costa, adianta a auditoria, tendo servido para comprar ações.

600 milhões de euros é o valor sinalizado pela Mazars como perdas irreversíveis do Banco Insular. Ai incluem-se créditos concedidos de forma verbal pelo banqueiro.

6,5 milhões de euros é o valor do património do casal, inscrito na partilha de bens. A mulher foram atribuídos os bens imóveis e os depósitos.



Negócio em Rabat

Amigo árabe associado ao tráfico de armas

O amigo a que Dias Loureiro se referiu na entrevista dada à RTP, que intermediou o negócio em Rabat, Marrocos, é o Abdul Rahman El-Assir, um libanês identificado como “traficante de armas” num livro publicado em Espanha em 2004 com o título ‘Los PPIjos’. O próprio Dias Loureiro era descrito como “sócio” de El-Assir, o que motivou uma intervenção do social-democrata para corrigir aquele termo, de acordo com declarações suas ao ‘Público’, em Fevereiro de 2005. Ao jornal, Dias Loureiro conta que El-Assir o convidou para “caçar com o rei de Espanha e jogar golfe”, que através dele conheceu Bill Clinton e recorda que o libanês chegou a assistir ao casamento das filhas. ■

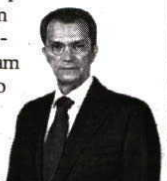
COISAS DO DINHEIRO

ARMANDO ESTEVES PEREIRA

DIRECTOR-ADJUNTO

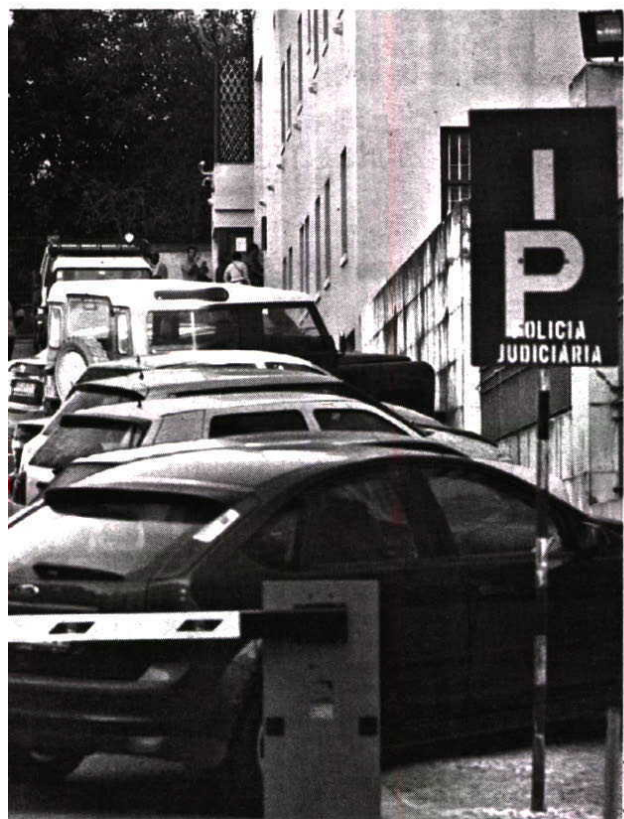
Negócios à portuguesa

Os escândalos do BPN e da SLN revelam o pior dos grandes negócios à portuguesa. Um império liderado por um ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, construído com base em ligações nem sempre claras com políticos no activo e ex-políticos influentes. Este jogo perigoso é mais visível neste grupo, mas não é um exclusivo do primeiro banqueiro português a ficar na prisão. Num país em que a economia depende tanto do Estado, que gasta cerca de metade da riqueza gerada, estas ligações são ainda mais perversas. Os valores em salários, comissões, ‘stock-options’ e empréstimos, de muitos milhões, permitiram a antigos políticos chegar a um patamar de riqueza que para os padrões nacionais são obscenos. E por muito mérito que tenham tido, dificilmente teriam conseguido sem a teia nebulosa da SLN.



■ Dias Loureiro, conselheiro de Estado, foi à RTP revelar que em 1995 saiu da política sem dinheiro e que em seis anos na Pléiade ficou com 1,65 milhões de contos (8,25 milhões de euros). O ex-ministro é um hábil estratega e tem uma grande rede de contactos. E as ‘stock-options’ dadas por Roquette tornaram-no milionário.

■ O toque de Midas de Loureiro não ficou só pela fortuna acumulada na parceria de Roquette vendida a Oliveira e Costa. Saiu a tempo da SLN e do BPN sem perder um tostão.



17h00, era visível o movimento dos visitantes, mas nenhum para Oliveira e Costa

Loureiro surpreendido com Marta

O ex-ministro da Administração Interna Dias Loureiro e o antigo vice-governador do Banco de Portugal António Marta têm versões diferentes sobre o encontro que tiveram em Abril de 2001. António Marta assegura que Dias Loureiro não o alertou para os problemas de gestão no BPN, mas foi assegurador-lhe que os gestores daquele banco “eram boagente”.

“Se o dr. Dias Loureiro anda a dizer isso [que informou o Banco de Portugal em 2001 sobre problemas de gestão no BPN] ou está a fazer confusão com a pessoa ou a mentir”, afirmou António Marta ao ‘Expresso’, acrescentando que o ex-ministro lhe foi “perguntar porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN”.

O antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) -

FRASES

O que eu fui lá fazer foi aquilo que disse na televisão, é a verdade.

DIAS LOUREIRO

Ou está a fazer confusão com a pessoa ou está a mentir.

ANTÓNIO MARTA

Confirmou ter tratado do encontro entre Dias Loureiro e António Marta.

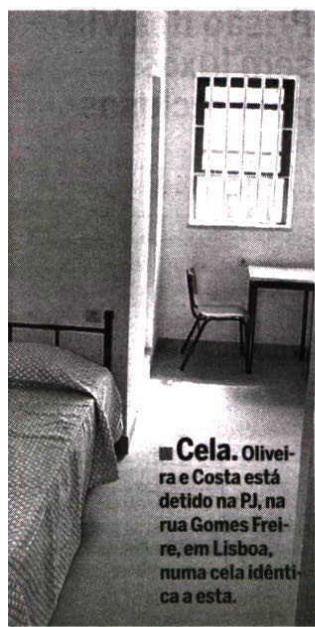
MIGUEL BELEZA



holding que detinha o BPN - mostrou-se surpreendido com o desmentido: “Eu fiquei muito espantado com a declaração do dr. António Marta e peço às pessoas que pensem um bocadinho e ponderem se agora, no momento em que o BPN e a SLN estão a ser alvo das maiores suspeitas, alguém de bom senso acha que eu iria invocar uma conversa com o dr. António Marta se ela tivesse sido aquela que ele disse que foi?”

O economista Miguel Belezza confirmou que tratou do encontro entre António Marta e Dias Loureiro, mas não sabe se esse se concretizou porque não esteve presente.

António Marta foi nomeado vice-governador do Banco de Portugal em 1994. Em 1979, foi chefe de gabinete do então ministro das Finanças, Manuel Jacinto Nunes. ■



Cela. Oliveira e Costa está detido na PJ, na rua Gomes Freire, em Lisboa, numa cela idêntica a esta.

ARQUIVO DA



ID: 22869390

23-11-2008

BPN. O ex-candidato à liderança do PSD critica o "embaraço" do seu partido com o caso que envolve antigos dirigentes. Na oposição só Louçã pede a demissão de Dias Loureiro do Conselho de Estado. Entretanto, o PS volta atrás na recusa do esclarecimento do caso no Parlamento e viabiliza comissão de inquérito proposta pelo CDS

Passos diz que caso de Loureiro é incómodo para Cavaco

Direcção do PSD e antigos dirigentes não querem falar

PAULA SÁ

O ex-candidato à liderança do PSD Pedro Passos Coelho admitiu ontem ao DN que o caso BPN é, neste momento, um "incómodo" para o Presidente da República. Isto depois de o seu conselheiro de Estado Manuel Dias Loureiro ter sido desmentido publicamente por António Marta, ex-vice-governador do Banco de Portugal (BdP). "Há um conjunto de polémicas que apontam para que alguém não está a falar verdade e isso é, de facto, um incómodo para a Presidência."

Na sexta-feira à noite, numa entrevista à RTP1, Dias Loureiro, que foi administrador executivo da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do banco, revelou ter alertado em Abril de 2002 António Marta, que detinha o pelouro da supervisão bancária, para o modelo de gestão do grupo e lhe pediu "atenção especial" ao BPN. Em declarações ao *Expresso*, António Marta desmente o teor da conversa: "Ele veio perguntar-me porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN."

Dias Loureiro reiterou também ao DN as declarações feitas na "Grande Entrevista" de Judite Sousa e adiantou que, na altura, o supervisor do BdP até lhe garantiu: "Estaremos atentos [ao BPN] e a porta estará sempre aberta para si."

Mal viu a primeira página do semanário

o e o desmentido do ex-vice-governador do BdP, o antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva ligou a outro antigo colega de governo, Miguel Beza (que chegou a ser governador do banco central) e pediu-lhe que confirmasse que fora através dele que a conversa com Marta tinha sido marcada. E Miguel Beza confirmou mesmo à Lusa que tratou do encontro entre Dias Loureiro e António Marta, mas sem dar garantias da sua realização por não ter estado presente.

"Estou tranquilo porque falo verdade!" - afirmou Dias Loureiro quando questionado se vai manter o seu lugar no Conselho de Estado. "O meu lugar está

sempre à disposição do sr. Presidente da República que me nomeou. Cavaco Silva trabalhou comigo durante 11 anos. Conhece a minha competência e a minha conduta."

Apesar do "incómodo", Pedro Passos Coelho não defende a demissão de Dias Loureiro do órgão de consulta do chefe do Estado. "Não tendo sido objecto de qualquer averiguação ou investigação não vejo razão para isso." E dos partidos da oposição, só o BE, pela voz de Francisco Louçã, exigiu a sua demissão. O DN tentou contactar antigos ministros, ex-dirigentes do PSD, incluindo Santana Lopes, sem sucesso. E os que atenderam o telefone escusaram-se a comentar o caso BPN. A direcção do PSD adoptou semelhante posição, apenas defendendo o esclarecimento do caso no Parlamento.

É precisamente esse esclarecimento que Pedro Passos Coelho não entende que não tenha sido solicitado imediatamente pelo seu partido, tendo deixado o CDS conduzir o processo de pedido de uma comissão de inquérito parlamentar. "O PSD devia ter tomado a iniciativa de viabilizar uma comissão de inquérito. Ao não fazê-lo pode dar a ideia errada que protege alguma informação."

Na sua opinião, é importante realçar que não existe qualquer relação política entre o BPN e o PSD e que o partido não deve mostrar "embaraço" relativamente ao facto de no caso estarem envolvidos antigos dirigentes do partido e membros dos seus governos, incluindo Oliveira e Costa. ■

“O PSD deveria ter tomado a iniciativa para viabilizar uma comissão de inquérito. Ao não fazê-lo pode dar a ideia errada que protege alguma informação”



Pedro Passos Coelho
ex-candidato à liderança do PSD

"O cavaquismo está a ser assassinado"

As críticas efectuadas a vários membros do PSD no âmbito do caso BPN são encaradas por algumas estruturas sociais-democratas como uma tentativa de denegrir a imagem do partido e de figuras ligadas aos governos de Cavaco Silva. O último a sustentar esta teoria foi Marco António Costa, presidente do

PSD/Porto. Em Penafiel, onde decorreu a Convenção Autárquica Distrital, um dos principais aliados do ex-presidente do PSD Luís Filipe Menezes não se cansou de elogiar a governação do actual Presidente da República para, logo de seguida, denunciar os ataques que alguns ministros desse tempo têm sido alvos.

"O tempo do cavaquismo está a ser assassinado", afirmou. **Marco António Costa** deixou no ar a ideia de que esta "tentativa de assassinio" visa já as eleições do próximo ano, em que o PSD tentará recuperar o poder aos socialistas. Há uma geração de portugueses que só conhece a governação socialista e que apenas ouviu

falar do cavaquismo. Há quem tente denegrir esse tempo", disse, exemplificando que são usados "processos completamente laterais à vida política para tentar manchar o cavaquismo, tentando lançar um anátema sobre esse tempo de sucesso e de desenvolvimento para o País".
ROBERTO B. MOREIRA, Paredes



Dias Loureiro foi nomeado por Cavaco Silva para o Conselho de Estado

PS faz volte-face e viabiliza inquérito

Mudança. Maioria recua na rejeição ao esclarecimento do caso BPN na Assembleia

Poucos dias depois de ter travado as audições de vários ex-responsáveis do BPN, alegando haver uma investigação criminal em curso, o PS fez ontem um volte-face e veio afirmar que viabilizará uma comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN.

Num comunicado enviado à Lusa, o líder parlamentar da maioria, Alberto Martins, afirma que o PS "considera prioritário o esclarecimento dos factos que conduziram à grave lesão do interesse nacional e que levaram à nacionalização do BPN". "A criação de uma comissão de inquérito, com poderes de investigação próprios, que não prejudiquem ou perturbem a investigação criminal, merece o nosso apoio", acrescenta o dirigente.

Declarações que contrastam com a posição de recusa assumida pelos socialistas ao longo da última semana. Contactado pelo DN, Ricardo Rodrigues, vice-presidente do grupo parlamentar do PS, invocou os últimos desenvolvimentos no caso BPN para justificar a mudança de posição. "As recentes declarações

dos vários intervenientes, este diz-que-disse, obriga a averiguar o que se passou. Votamos a favor porque se criou uma situação insustentável", afirma o deputado, numa referência às declarações contraditórias de Dias Loureiro e António Marta (ver texto ao lado).

Vários socialistas contactados pelo DN admitiram que a posição do PS, fortemente criticada, se estava a tornar insustentável – e incompreensível para a opinião pública. Com o CDS a avançar com o pedido de um inquérito parlamentar, toda a oposição tinha já anunciado o voto favorável. "Seria muito estranho que o PS não aprovasse", sustentou ontem Nuno Melo, do CDS.

Ricardo Rodrigues sublinha, no entanto, que o PS irá ainda analisar os termos concretos da proposta dos centristas. E que não está fechada a hipótese de os socialistas avançarem com uma iniciativa própria. Para já mantém-se a audição ao procurador-geral da República, Pinto Monteiro. Dias Loureiro, António Marta ou Miguel Cadilhe serão alguns dos nomes que não deixarão de ser chamados à comissão de inquérito. ■
SUSETE FRANCISCO



Fundos imobiliários do BPN cresceram muito e depressa

Investigação. Procuradores do MP descobriram negócios danosos na área do imobiliário

PEDRO FERREIRA ESTEVES

Em apenas três anos (entre 2001 e 2003), o BPN lançou quatro fundos imobiliários e conquistou a segunda quota mais alta deste mercado, graças a um crescimento anual muito superior ao do mercado. Foi durante este período que terão, alegadamente, sido realizados negócios imobiliários danosos para o banco e que estiveram, entre outros, na base da

prisão preventiva de Oliveira e Costa. A BPN Imofundos é uma das unidades de negócio que mais cresceram durante a presidência do antigo secretário de Estado de Cavaco Silva. Isso mesmo era regularmente sublinhado pelo próprio nas mensagens aos accionistas (ver texto nesta página). Criada em 2000, a sociedade cresceu muito acima do mercado até 2004, inclusive, período durante o qual lançou um fundo aberto e quatro fechados. Os activos sob gestão dispararam de 18,2 milhões para 671,5 milhões no final de 2003.

Segundo a edição de ontem do semanário *Sol*, o Ministério Público (MP) descobriu, na investigação desenvolvida nas últimas duas semanas, mais de 90 negócios e operações danosas para o banco na actividade

imobiliária. No interrogatório feito pelo juiz que decidiu que Oliveira e Costa devia ficar em prisão preventiva, foram utilizados casos concretos de negócios turísticos e imobiliários na Marina de Albufeira, bem como três grandes negócios com obras públicas. O expediente que terá sido usado por Oliveira e Costa passava por uma sobreavaliação dos activos – comprados através de fundos imobiliários fechados –, que se traduzia no desvio de capitais para contas de particulares e comissões.

A Imofundos nasceu em 2000 com a criação do fundo aberto Imofundos. Nos dois anos seguintes foram lançados mais três fundos fechados, o Imoglobal, Real Estate e Imo-
renda. Em 2001 e 2002, os activos do BPN nesta área dispararam a um ritmo muito superior ao do mercado, um progresso repetido em 2003, quando foi lançado o Imomarinas. Só nesse ano, a gestora cresceu 71%, enquanto o mercado progrediu 16%. Este crescimento vincado tornou a Imofundos na segunda maior gestora do mercado, uma posição que manteve até 2007, ano em que a sua contínua expansão abrandou significativamente.

Refira-se que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários aplicou, em 2006, uma contra-ordenação à sociedade por 34 violações do dever de valorização dos activos. ■

De 18 para 671 milhões em apenas 4 anos

‘Vice’ do Banco de Portugal desmente Dias Loureiro

Contradições. A versão de Dias Loureiro foi prontamente desmentida por um ex-vice do BdP

António Marta, ex-vice-governador do Banco de Portugal, não deixou que assentasse sem desmentido imediato a versão dos acontecimentos contada sexta-feira à noite por Dias Loureiro na RTP1 (em Abril de 2001 alertou o banco central, na pessoa de António Marta, para “ter uma atenção especial ao BPN”). “Se ele está a dizer isso, ou está a fazer confusão com a pessoa ou está a mentir”, disse Marta ao *Expresso*. “Ele veio perguntar-me porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN”,

acrescentou. Explicando de forma categórica as afirmações do ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (holding do BPN: “Ele quer ilibar-se.”

Ontem, Dias Loureiro reafirmou ao DN exactamente o que tinha dito na véspera na RTP1. Acrescentou que António Marta – que na altura detinha no banco central o pelouro da supervisão – lhe deixou uma garantia: “Estaremos atentos ao BPN e a porta estará sempre aberta para si.”

Recentemente, na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, Vítor Constâncio, na altura já governador, disse que foi em 2000 que o BdP começou a dar uma atenção mais particular ao BPN. ■PS./J.P.H.

DIAS LOUREIRO ‘VERSUS’ ANTÓNIO MARTA



[Pedi a António Marta, vice do BdP] que tivesse uma atenção especial ao BPN

Dias Loureiro
21 de Novembro de 2008

Ele veio perguntar-me porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN

António Marta
22 de Novembro de 2008

Fui dizer ao BdP: estejam atentos, exerçam a supervisão. É a verdade dos factos

Dias Loureiro
22 de Novembro de 2008

[Ele queria saber porque é que o BdP] estava com tantas dúvidas sobre o BPN

António Marta
22 de Novembro de 2008

BPN SGPS viu a sua dívida desclassificada por agência internacional Moody's

A nacionalização do BPN SA levou a Moody's – agência internacional de classificação de dívida – a baixar a qualidade do crédito da SGPS do grupo Banco Português de Negócios (BPN). “A descida da classificação reflecte o facto de o BPN SGPS ter

perdido o seu activo principal – as acções do BPN SA –, que foi nacionalizado”, pode ler-se no comunicado da Moody's divulgado na sexta-feira. A classificação baixou de Ba1 para Caa1, colocando a qualidade do crédito da SGPS muito próximo dos

níveis mais baixos, a partir dos quais se torna quase impossível, no actual ambiente de mercado, financiar-se através da dívida. A SGPS representava, segundo a Moody's, 10% dos activos do BPN antes da nacionalização. – P.F.E.

PRÓXIMOS EPISÓDIOS

O advogado de Oliveira e Costa vai recorrer e investigações prosseguem

O processo BPN está muito longe do fim. Decretada a prisão preventiva do ex-patrão do banco, o advogado de Oliveira e Costa vai agora recorrer da decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, que, das duas uma, ou mantém ou revoga a decisão do juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal.

Paralelamente, continuará a decorrer a investigação pelas autoridades das alegadas irregularidades cometidas pela antiga administração de Oliveira e Costa. No domínio político, também vai haver muita actividade. O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, deverá ser ouvido ainda

esta semana na Assembleia da República. Ainda nesta sede, espera-se que, na terça-feira, a conferência de líderes agende a comissão de inquérito proposta pelo CDS e, soube-se ontem (ver página ao lado), viabilizada pelo PS, que, previsivelmente, se prolongará durante várias semanas.



A situação do BPN já em 2002 está a gerar a controvérsia



ID: 22864865

22-11-2008

JOSÉ OLIVEIRA
E COSTA
ESTEVE A SER
OUVIDO PELO
SEGUNDO DIA
NO TRIBUNAL
DE INSTRUÇÃO
CRIMINAL

Ex-homem forte do BPN fica em preventiva



SÁDIO FERNANDES

Garantia é para todos

A garantia do Estado para o financiamento dos bancos aplica-se a todas as instituições bancárias portuguesas, afirmou ontem o ministro das Finanças, remetendo no entanto, para mais tarde, uma decisão sobre o pedido do Banco Privado Português (BPP). "A garantia do Estado é aplicável a todas as instituições que actuam no nosso sistema financeiro e os casos concretos serão analisados", afirmou Teixeira dos Santos, quando questionado se essa garantia se estendia ao BPP. "Não devo antecipar-me à avaliação técnica que essas entidades devem fazer do processo", afirmou, acrescentando que lhes cabe a elas "avaliar a razoabilidade do montante pedido".

Advogado diz que, como arguido, o antigo administrador podia recusar-se a falar, mas que quer esclarecer tudo

O ex-administrador do BPN José Oliveira e Costa ficou ontem em prisão preventiva, decretou o juiz Carlos Alexandre, que o esteve a interrogar pelo segundo dia consecutivo no Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC).

No final do interrogatório judicial, um oficial de justiça do TCIC revelou que o Ministério Público propôs a prisão preventiva de Oliveira e Costa, tendo o juiz aplicado esta medida de coacção por considerar que está "fortemente indicada a autoria dos ilícitos", que incluem os crimes de falsificação, abuso de confiança agravado, infidelidade e aquisição ilícita de acções.

Oliveira e Costa foi levado para o Estabelecimento Prisional de Lisboa.

"Na condição de arguido, [Oliveira e Costa] podia recusar-se a falar, mas manifestou o desejo de esclarecer todas as dúvidas. Tem respondido a todas as perguntas e está a ser esclarecido", disse o seu causídico, Leonel Gaspar.

O antigo banqueiro, que dirigiu o BPN entre 1998 e

factos



FALTA. O CDS quer apurar se houve "falta grave" do governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, no desempenho dos deveres estatutários na supervisão do BPN, refere a proposta para um inquérito parlamentar.

PROCURADOR. O requerimento do PS para ouvir os esclarecimentos do procurador-geral da República sobre o curso das investigações judiciais, em relação à gestão do BPN, vai ser discutido e votado na segunda-feira.

2008, foi constituído arguido, por burla qualificada, fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais, entre outros crimes. O ex-administrador do Banco Português de Negócios foi detido na quinta-feira.

Oliveira e Costa foi presidente da Sociedade Lusa de Negócios de 1998 a Fevereiro de 2008, altura em que se demitiu invocando razões de saúde. ■



DETENÇÃO ■ PARTILHAS REALIZADAS NUMA SEMANA

Património avaliado em 6,5 milhões

■ Oliveira e Costa ficou com as acções da SLN, para a mulher foram todos os prédios, quintas e depósitos

● EDUARDO DÁMASO/
/MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Oliveira e Costa planeou cuidadosamente a partilha e salvaguarda do seu património pessoal, avaliado em 6,5 milhões de euros. Uma semana após ser decretado o divórcio, a 3 de Março de 2008, e menos de um mês depois de ser afastado da presidência do Banco Português de Negócios (BPN), Oliveira e Costa e a mulher fizeram uma escritura de partilhas num notário privado em Lisboa.

Os bens imóveis (prédios e quintas) passaram para a propriedade de Maria Yolanda Rodrigues Alves Oliveira e Costa, bem como os depósitos a prazo e acções de empresas cotadas. Para o ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) ficaram as acções da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e uma conta a prazo no Millennium bcp no valor de...20 mil euros.

Teoricamente, cada um terá recebido bens no valor de 3,2 milhões mas, na verdade, a parte que foi dada à ex-mulher de Oliveira e Costa vale muito mais do que as acções da SLN-Valores, SLN-SGPS ou Nexpart-SGPS (uma sociedade gestora de participações sociais do grupo BPN), que ficaram para o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com a nacionalização do banco (um dos principais activos da SLN) a Sociedade Lusa de Negó-



Oliveira e Costa quando era conduzido para o tribunal para ser ouvido

Depósito bancário de meio milhão da Caixa Agrícola

cios perdeu grande parte do seu valor. Mais: a nova administração, liderada por Francisco Bandeira, já anunciou a venda de vários activos para recapitalização do grupo.

Portudo isto, o valor de 2,3 milhões de euros atribuído aos 17 milhões de acções da SLN SGPS, ou os 601 mil euros atribuídos às 5250 mil acções da SLN-Valor, são

montantes muito inflacionados.

Mesmo a partilha dos depósitos bancários que tinham "dinheiro vivo" foi cuidadosamente planeada. Enquanto Oliveira e Costa ficou com 20 mil euros de um depósito à ordem no Millennium bcp, Maria Yolanda recebe um depósito a prazo de meio milhão de euros aberto junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola.

Para a mulher do ex-presidente do BPN vai também todo o recheio dos prédios e das quintas. ■



Dias Loureiro na RTP

"Fui ao Banco de Portugal pedir especial

● O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) Dias Loureiro revelou ontem que em Abril de 2001 foi ao Banco de Portugal "pedir uma especial atenção" ao BPN. "Não pedi por causas concretas. Não tinha nenhuma desconfiança de irregularidades na SLN. Pedi por causa do que se ouvia cá fora e porque queria estar tranquilo lá dentro",

afirmou Dias Loureiro na Grande Entrevista, a RTP1, referindo que falou com o então vice-governador António Marta. O ex-ministro da Administração Interna confirmou ter participado no negócio da compra de duas empresas em Porto Rico mas assegurou que tudo decorreu dentro da legalidade e negou que se tratasse de "empresas-fantasma".

Dias Loureiro garantiu ainda estar de "consciência tranquila" e descreveu Oliveira e Costa como um "homem brilhante e muito inteligente". "Não acredito que ele tenha feito alguma coisa para seu interesse pessoal", sublinhou. O ex-governante afirmou que quando saiu da política "não tinha dinheiro nenhum", foi no negócio da venda da empresa Plêia-

Os milhões de Oliveira e Costa

A partilha foi feita em partes iguais, cabendo a cada um 3 271 52,39 €. A mulher de Oliveira e Costa ficou com os bens mais valiosos - casas, depósitos bancários e obras de arte -, ficando o ex-marido com as desvalorizadas acções do BPN. Esta partilha incidiu sobre o património adquirido em regime de comunhão de bens e não abrange o que o banqueiro possa ter no estrangeiro

Património

1. Fracção autónoma (apartamento) em prédio Av. Álvares Cabral, Lisboa 62 588,52€

2. Fracção autónoma (apartamento e cave) em prédio Av. Álvares Cabral, Lisboa 191 938,12€

3. Prédio misto Freguesia de Esgueira, Aveiro 89 550,00€

Soma dos bens 6 542 104,79 €
CADA 3 271 052,39€



Ⓜ PORMENORES

● **PREÇO JUSTO**
A Caixa Geral de Depósitos quis comprar o BPN em 29 de Outubro, considerando que o "preço justo" era de zero euros.

● **RECUSA**
No final do mês de Outubro, o Governo recusou a proposta do então presidente, Miguel Cadilhe, de uma nova injeção de capital no Banco Português de Negócios.

● **DESCONFIANÇA**
Os accionistas da SNL-Valores desconfiaram, em Setembro, que o Governo preparava a nacionalização.



Acções

BPN Conservador 191 580 456 unid.
1185 €

CDS-PP | EXAME A CONSTÂNCIO

O CDS-PP quer apurar se houve "falta grave" do governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, no desempenho dos deveres estatutários na supervisão do BPN



PRESIDENTE | SEM COMENTÁRIOS

O Presidente da República recusou-se ontem a comentar a detenção de Oliveira e Costa, afirmando que nenhum Presidente comenta questões do "foro judicial"

INQUÉRITO | SEM OBSTÁCULOS

O penalista Costa Andrade afirmou não ver qualquer impedimento à audição parlamentar dos responsáveis do BPN no decurso da investigação penal

Valores a VERMELHO
propriedade de José Oliveira e Costa

Valores a PRETO
propriedade de Maria Yolanda Oliveira e Costa

ACÇÕES

VÁ PARA A PRISÃO

6. Prédio rústico
(quinta com habitação construída e terreno)
Cabeço de Ferreiros, Cartaxo
186,40€

7. Prédio rústico
(fracção da referida quinta)
Cabeço de Ferreiros, Cartaxo
180,15€

5. Prédio urbano
Gomeira, Cabanas de Tavira
14 131,44€

4. Prédio urbano
Sesmaria, Albufeira
152 955,00€

Obras de Arte e recheios de bens imóveis
750 000,00€

Filha do banqueiro sai mas filho fica no BPN

A filha de Oliveira e Costa, que ocupava vários cargos de gestão na área das novas tecnologias, rescindiu o seu contrato com o Banco Português de Negócios (BPN). O mesmo caminho seguiu o seu marido.

Yolanda Maria Rodrigues Oliveira e Costa, que ocupava a presidência da Datacomp e exercia cargos de direcção na Infobusiness e

SGOI (empresas que tinham contratos com o BPN), saiu da instituição financeira em Setembro.

Já o filho do banqueiro, José Augusto Rodrigues Oliveira e Costa, que foi administrador do BPN (para a área imobiliária) e do Banco Efisa, encontra-se agora destacado em funções de direcção numa área operacional do banco sem contacto com os clientes.



José Oliveira e Costa está no BPN

 SLN - Valor 5 250 000 acções 601 000,00€ SLN 17 milhões de acções 2 milhões €	 Teixeira Duarte 32 460 acções 45 444,00€	 NEXPART, SGPS, S. A. 608 850 acções 280 835,00€	 Paço dos Infantes Soc. Agrícola 199 966 acções 199 966,00€
--	---	---	--

Bancos

 BPN Depósito à ordem 932 000,00€	 BPN Depósito a prazo 39 000,00€	 Millennium BCP Depósito à ordem 20 000,00€	 C. Crédito Agrícola Depósito a prazo 500 000,00€
---	--	---	---

CORREIO DA MANHÃ

atenção

de que recebeu 8 milhões de euros. Com este montante comprou acções na SLN. Dias Loureiro explicou que deixou a sociedade porque o "modelo de gestão não lhe agradava" e sentia "alguma hostilidade" em relação à sua equipa. Questionado sobre o Banco Insular de Cabo Verde, Dias Loureiro disse não ter qualquer conhecimento.

Disponível para falar a Cavaco

- O antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva Dias Loureiro afirmou ontem à RTP que o seu lugar "está sempre à disposição" do Presidente da República caso este esteja interessado em ouvi-lo. O antigo governante sublinhou que não tem "nada a esconder nesta matéria".



ID: 22863979

22-11-2008

OPERAÇÃO FURACÃO



RECURSO | RELAÇÃO DECIDE

À saída da Boa-Hora, o advogado de Oliveira e Costa não quis prestar declarações. No entanto, é certo que o advogado vai recorrer, cabendo à Relação decidir



INTERROGATÓRIO | 9 HORAS

Oliveira e Costa foi interrogado durante nove horas. As explicações que deu ao juiz não foram consideradas consistentes. Vai ficar na cadeia

FRAUDE ■ MAGISTRADO SUSTENTOU DECISÃO COM O PERIGO DE FUGA



1 O advogado de Oliveira e Costa, Leonel Gaspar, chega ao tribunal para o segundo dia de interrogatório **2** O ex-presidente do BPN chegou ao Tribunal Central de Instrução Criminal num carro celular **3** O procurador Rosário Teixeira, que coordena a "Operação Furacão", no Tribunal da Boa-Hora **4** O aparato dos carros de exteriores das televisões **5** Um inspector com mais documentação apreendida em casa do ex-presidente do BPN

Prisão preventiva para patrão do BPN

■ Procurador pediu prisão preventiva de Oliveira e Costa e juiz determinou aplicação

● EDUARDO DÂMASO/
/ MIGUEL CURADO

Oliveira e Costa, que se encontra acamado quando foi detido no seu apartamento de Lisboa, vai aguardar em prisão preventiva o desenrolar do processo. O juiz entendeu que se justifica a aplicação da mais gravosa medida de coacção, atendendo a que estão reunidos os pressupostos legais: perigo de fuga, perigo de continuação da actividade criminosa e perigo de destruição de provas.

A aplicação de caução foi considerada insuficiente pelo tribunal

As explicações dadas pelo ex-banqueiro ao juiz Carlos Alexandre foram então consideradas pouco consistentes. Oliveira e Costa aceitou depor, tendo-o feito durante várias horas. Anteontem, foi identificado e ficou a conhecer os factos que sobre ele recaíam. Ontem, respondeu individualmente às acusações. Está indiciado por branqueamento de capitais, fraude fiscal qualificada, burla qualificada, abuso de confiança agravado, 'infidelidade', aquisição ilícita de acções e falsificação de documentos.

Vai aguardar pelo desenrolar do processo na cadeia anexa à Polícia Judiciária de Lisboa, podendo ficar em prisão preventiva até um ano, altura em que terá de ser conhecida a acusação pública.



Oliveira e Costa a caminho do estabelecimento prisional

Oliveira e Costa chegou ao Tribunal Central de Instrução Criminal, na Boa-Hora, numa carrinha celular, depois de ter passado a noite já na qualidade de detido. O juiz entendeu que se justificava a prisão

fora do flagrante delito já que existia o perigo de o arguido fugir. A aplicação de caução também terá sido considerada insuficiente, para garantir que o ex-banqueiro se apresente à justiça. ■

Q PORMENORES

● **PRISÃO DOS VIP**
O estabelecimento prisional para onde Oliveira e Costa foi transferido já albergou vários detidos famosos. Entre eles estão João Vale e Azevedo, José Braga Gonçalves e o pai, José Júlio Gonçalves, e Carlos Cuz. A prisão da Polícia Judiciária fica na Rua Gomes Freire, em Lisboa.

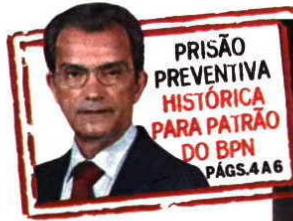
● **DECISÃO HISTÓRICA**
A decisão de ontem acaba por ser histórica. Nunca um banqueiro tinha sido detido no nosso país, raramente se aplicou a mais gravosa medida de coacção em caso de crimes económicos. Oliveira e Costa regressou à cadeia pelas 20h50 e aí vai permanecer.

● **BANCO DE PORTUGAL**
Em paralelo com as investigações do Ministério Público, prosseguem as investigações do Banco de Portugal. Está em causa a aplicação de várias contra-ordenações, que podem recair sobre o banco e sobre os vários elementos do conselho de administração.

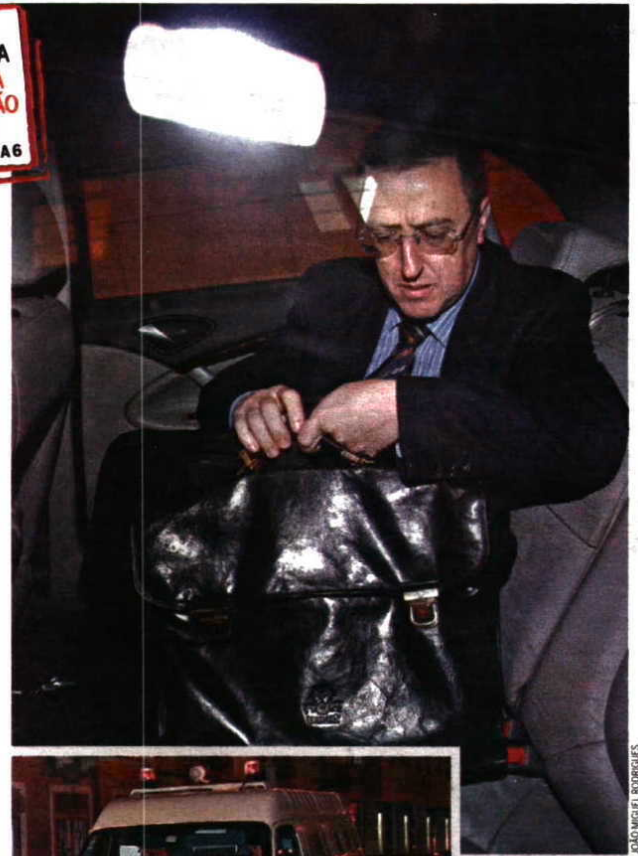
ID: 22863979

22-11-2008

FORTUNA DE OLIVEIRA E COSTA VALE 6,5 MILHÕES



PRISÃO
PREVENTIVA
HISTÓRICA
PARA PATRÃO
DO BPN
PÁGS. 4 A 6



■ **Juiz Carlos Alexandre** à saída do tribunal depois de ter enviado o antigo secretário de Estado para o calabouço dos VIP, na Judiciária

LISTA DE BENS
do casal adquiridos em regime de comunhão não revelada pelo CM

MULHER
fica com todas as casas e as contas bancárias mais recheadas

BANQUEIRO
reserva para si apenas as ações desvalorizadas do banco

RISCO DE FUGA
e de destruição de provas foram razões principais para ficar preso

TIAGO SOUSA/DAS

JOÃO MIGUEL RODRIGUES



PONTOS CARDEAIS

ANTÓNIO JOSÉ GOUVEIA



O segredo e a justiça



JOSÉ CARIA

O 'subprime' no sector automóvel

Não há volta a dar. A indústria automóvel e toda a sua fileira vai retrair-se um 2009 e, conseqüentemente, terá um forte impacto em Portugal. A situação já não estava famosa antes da crise financeira internacional, mas esta veio colocar a nu as grandes dificuldades dos grandes construtores internacionais. A General Motors, que detém a Opel na Europa, já estava em agonia há, pelo menos dois anos, e a crise colocou um ponto final na reestruturação. Só medidas políticas podem salvar a empresa norte-americana. O mesmo acontece com outras marcas, que, perante uma quebra abrupta nas vendas - em Espanha atinge os 40% -, se vêem obrigados a cortar nos custos e a despedir.

As marcas estavam convencidas que o aumento de vendas de carros era infinito

O sector automóvel sofreu também uma espécie de subprime: estava convencido

que o aumento das vendas de carros era infinito. Isto pode ser uma verdade nos países emergentes, mas os Estados Unidos, a Europa e o Japão ainda contribuem bastante para o seu volume de negócios. E como a crise se instalou no mundo desenvolvido, o arrastamento foi inevitável. Já sofre com isso a Autoeuropa, a PSA de Mangualde ou a Renault de Cacia. O mais certo é que a Comissão Europeia venha a aprovar um plano global que abra caminho às intervenções dos Estados nas construtoras de automóveis, à semelhança do que aconteceu nos bancos. Um caminho perigoso, porque a seguir virão as companhias aéreas ou a indústria siderúrgica.

José Oliveira e Costa, fundador do grupo Sociedade Lusa de Negócios, no qual está incluído o BPN, foi finalmente detido após duas buscas domiciliárias feitas a uma quinta na zona do Cartaxo e a uma residência em Lisboa. A suspeita é de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais. Este é o primeiro passo para que haja uma clarificação sobre a verdadeira situação da SLN/BPN e que colocará em 'brças' não só Oliveira e Costa, mas todos os administradores e colaboradores que, de perto, pactuaram e beneficiaram das operações menos lícitas. O curioso é que, após anos de investigação no seio da Operação Furacão, os documentos enviados por Miguel Cadilhe para a Procuradoria-Geral da República espoletaram aquilo que já há muito se suspeitava. E foi preciso que vários casos chegassem aos jornais para que houvesse uma actuação da Justiça. Mais vale tarde que nunca.

A ida do Procurador-Geral da República ao Parlamento é, a todos os níveis, de lamentar. Pinto Monteiro, devido ao lugar que ocupa, não deve servir de instrumento político para que os socialistas tenham argumentos e impeçam, sabe lá porque, a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre o

caso BPN. Está visto que o Procurador irá à Assembleia da República dizer que está tudo em segredo de justiça. Acrescentará que é necessário tempo para que as coi-

Os deputados não têm de se orgulhar do trabalho feito. Veja-se o caso BCP: conclusões inconclusivas

sas sejam clarificadas e que os órgãos judiciais estão a trabalhar. Objectivos louváveis, mas que dão ao Partido Socialista o argumento de que não será necessário ouvir

ninguém no Parlamento enquanto a Justiça estiver a investigar.

Verdade se diga que, em matéria de inquéritos parlamentares, os deputados não têm de se orgulhar do trabalho feito. Veja-se o caso BCP: conclusões inconclusivas. Foram ouvidas cerca de uma vintena de personalidades e a 'montanha pariu um rato'.

Mas, com toda a certeza, que este não será o argumento dos socialistas, ou estariam a passar um atestado de incompetência a um órgão de soberania.



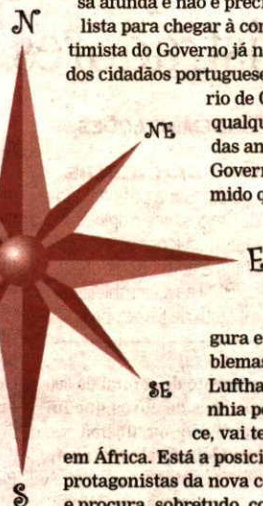
Pinto Monteiro, Procurador-Geral da República | RAQUEL WISE

ROSA DOS VENTOS

Norte. Um vinho português está entre os três melhores do mundo segundo a revista *Wine Spectator*, para muitos a 'bíblia' dos vinhos. A Quinta do Crasto Reserva Vinhas Velhas 2005 conseguiu o terceiro lugar entre 19.500 vinhos em prova cega. Em tempos de algum desânimo, o sector e tem razões para sorrir, tendo em conta que o galardão é dos mais almejados em todo o mundo. O Douro continua a surpreender.

Sul. Mais uma vez, o primeiro-ministro intervém para contrariar Mário Lino. O ministro disse que não estava disponível para falar com operadores sobre uma rede única de nova geração de telecomunicações. Sócrates vai reunir com os operadores para definir o «quadro regulatório» e vai assim acolher algumas propostas da Vodafone, Sonae e outras. Pena é que, nesta matéria, por inépcia, a Anacom seja ultrapassada pelo Governo. É que quem define o quadro regulatório é a entidade de supervisão.

Este. O Banco de Portugal (BdP) veio confirmar esta semana os piores receios. A economia portuguesa afunda e não é preciso ser um grande especialista para chegar à conclusão que o discurso optimista do Governo já não encaixa na realidade dos cidadãos portugueses. É verdade que o relatório de Outono do BdP não faz qualquer considerando às medidas anti-crise anunciadas pelo Governo, mas também está assumido que, quando foram anunciadas, estas não teriam grande impacto.



Oeste. Com a TAAG nas ruas da amargura e a TAP a atravessar problemas financeiros, a alemã Lufthansa, parceira da companhia portuguesa na Star Alliance, vai tentando ganhar terreno

em África. Está a posicionar-se para ser um dos protagonistas da nova companhia aérea angolana e procura, sobretudo, continuar a ser o líder da Star Alliance, estando interessado na Alitalia e Austrian Airlines. Será que a TAP está na mira dos alemães? A privatização será no próximo ano.

Mentiras e intrigas no caso BPN

Ex-vice-governador do Banco de Portugal e Dias Loureiro com **versões divergentes** face ao encontro em 2001

"Se o dr. Dias Loureiro anda a dizer isso (que informou o Banco de Portugal em 2001 de problemas de gestão do BPN) ou está a fazer confusão com a pessoa ou a mentir", afirma ao Expresso António Marta, vice-governador do banco central, com a supervisão, à altura dos acontecimentos.

Marta vai mais longe e diz: "Ele veio perguntar-me porque é que o Banco de Portugal (BdP) andava tão em cima do BPN, ao que eu lhe respondi que isso tinha que ver com o facto do banco ter uma gestão pouco transparente e de haver muitos negócios entre a administração e os accionistas".

António Marta diz que Dias Loureiro saiu do BdP a dizer que as pessoas à frente do BPN "eram boa gente" e especifica: "Foi uma conversa a sós, até me lembro da sala onde decorreu. Se fosse uma coisa como ele diz, certamente que a teria transmitido ao senhor governador".

Dias Loureiro, que foi administrador-executivo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), afirmou esta semana: "Em Abril de 2001 fui ao Banco de Portugal e disse a António Marta que o modelo de gestão do grupo não me inspirava confiança e que havia accionistas que eu sentia que fa-

ziam negócios com o banco". Ao Expresso queixou-se que Oliveira Costa não despachava com ele, fazia poucas reuniões e não havia actas. "Quando pedi para haver actas deixou de haver reuniões", diz.

Como se justificam então as declarações de Dias Loureiro? "Ele quer ilibar-se", diz, preempitório, António Marta.

Apesar das dúvidas, Dias Loureiro aceitou assinar as contas relativas a 2001, onde não constava o negócio que ele e Oliveira Costa tinham feito pessoalmente em Porto Rico, e que escapou ao fisco e às autoridades de supervisão. É depois de assinar este relatório que, em Março de 2002, Dias Loureiro decidiu pôr à venda as suas acções do BPN (obtidas como moeda de troca da venda da Plêiade ao banco) e sair de administrador-executivo.

A aquisição das duas tecnológicas-fantasma em Porto Rico — Biometrics Imagineering Inc. e Novatech — foi feita por sugestão do próprio Dias Loureiro, através de contactos que tinha em Madrid com o empresário porto-riquenho, Hector Hoyos.

Segundo o Expresso apurou junto de uma fonte que participou nas conversas, Hector Hoyos deslocou-se a Portugal em 2001 em jacto particular e teve

Um grupo com nomes sonantes

O Presidente da República (PR), Cavaco Silva, foi um dos muitos accionistas que a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) cativou para o seu capital ao longo dos anos. Cavaco teve um pequeno número de acções que manteve por pouco tempo, tendo-as vendido em 2003, segundo informação prestada ao Expresso em Janeiro pelo próprio Banco Português de Negócios (BPN). Também a sua filha Patrícia foi accionista da SLN. O Expresso perguntou ao PR por que motivo entrou no capital da SLN e saiu pouco tempo depois, mas fonte oficial da Presidência disse que não há comentários sobre este assunto. O grupo sempre foi considerado próximo do PSD. Um dos seus maiores accionistas é Joaquim Coimbra, membro do Conselho Nacional do PSD. Arlindo Carvalho, ex-ministro da Saúde de Cavaco, é outro dos accionistas.

CONTAS DE DIAS LOUREIRO

9,5

milhões de euros foram os rendimentos declarados por Dias Loureiro, no Tribunal Constitucional, em Abril de 2002. Destes, cerca de €7 milhões faziam parte de um depósito à ordem no BPN, resultante da venda da sua participação no Grupo SLN, adquirida na sequência da venda da Plêiade ao banco em 2001

458

mil euros foi o rendimento declarado por Dias Loureiro, em Março de 2005, enquanto deputado. A quebra abrupta do rendimento durante dois anos é justificada por Loureiro pela passagem, em 2002, de todo o seu património, em forma de suprimentos, para a DL-Gestão e Consultoria, empresa detida em parceria com as duas filhas

reuniões com Oliveira Costa e Dias Loureiro em casa deste último, no Estoril, para negociar a venda das participações nas duas empresas de Porto Rico.

Acordados os termos do negócio (que perfeitamente 71,25 milhões de dólares), os dois administradores da SLN deslocaram-se a Porto Rico na companhia de Hoyos para concretizar a operação.

Mas a verdade é que nem a Biometrics Imagineering nem a Novatech tinham activos tangíveis, além de um escritório alugado em San Juan de Porto Rico que fechou poucos meses depois. O dinheiro destes "investimentos", que nunca constou das contas oficiais da SLN, seguiu o seu curso via contas "offshore" e, tudo indica, terá sido partilhado pelos envolvidos no negócio. Mais tarde, Hoyos terá solicitado um "reforço" do investimento, mas Oliveira Costa recusou.

Dias Loureiro chegou a deslocar-se mais duas vezes a Porto Rico. A última terá sido para dirimir um conflito existente entre Oliveira Costa e os sócios porto-riquenhos.

Ao Expresso o agora Conselheiro de Estado — que esteve no universo BPN, entre Janeiro de 2001 e Março de 2002 como administrador-executivo da SLN e depois disso como não

executivo até 2005 — diz que depois de ter questionado o facto de as participações não estarem no Relatório de 2001, Oliveira Costa lhe respondeu: "Não as vê porque estas vão ser consolidadas na Seac Banche (tecnológica italiana que tinha sido adquirida pela Datacomp)". Acrescentou: "As participações estão parquedeas num veículo 'offshore' e como vamos proceder a uma fusão na área tecnológica em 2002, não se preocupe. porque os revisores não fizeram qualquer reserva às contas". Por isso, diz, "assinei as contas. Não percebo nada de contabilidade".

Mas, logo de seguida sai de administrador-executivo porque como disse, "senti que havia ali um ambiente contra mim".

Dias Loureiro entra no grupo BPN por sua iniciativa quando em 2001 se dirige a Oliveira Costa, seu ex-colega de Governo, propondo-lhe a compra de 50% da Plêiade, empresa do grupo Roquette, que Loureiro administrava e onde tinha uma posição de 15%. Oliveira Costa comprou tudo e em troca Loureiro ficou com acções do grupo que vendeu em 2002 e lhe renderam cerca de €7 milhões.

ISABEL VICENTE e NICOLAU SANTOS, com A.C.C., A.S. e J.R. ivicente@expresso.pt

SUSPEITA DE CRIMES

A detenção de Oliveira Costa

Depois de ter andado em parte incerta durante semanas e de se especular sobre o seu paradeiro fora de Portugal, José de Oliveira Costa, fundador do BPN e seu presidente até Fevereiro de 2008, foi detido na quinta-feira, numa quinta que possui no Cartaxo. O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva é arguido e suspeito de crimes de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais, no âmbito de processos pendentes no Departamento Central de Investigação e Acção Penal envolvendo o grupo BPN. É a primeira vez que em Portugal um banqueiro é detido numa operação policial e ouvido como arguido antes da acusação. Oliveira Costa começou a ser ouvido pelo juiz Carlos Alexandre, no Tribunal de Instrução Criminal, na quinta-feira à noite. Até ao fecho da edição não tinha sido sujeito a medidas de coação. Leonel Gaspar, advogado de Oliveira Costa, afirma que o banqueiro não se recusou a falar e "manifestou o desejo de esclarecer todas as dúvidas".



José de Oliveira Costa, quinta-feira passada, à saída do Tribunal Central de Instrução Criminal

FOTO TIAGO MIRANDA

Manuela mudou de opinião

Ferreira Leite apoia agora um inquérito parlamentar à supervisão bancária. Há seis meses considerou isso "extremamente gravoso"

Manuela Ferreira Leite anunciou que o PSD apoiará a comissão parlamentar de inquérito proposta pelo CDS sobre o caso do BPN — uma mudança face ao que a líder do PSD defendeu há seis meses, quando estava em causa uma iniciativa semelhante a propósito do BCP. Na altura, Ferreira Leite estava contra a comissão de inquérito proposta pelo PSD, então dirigido por Menezes e Santana. Em entrevista à "Sábado", a 29 de Maio, explicou porque: "Foi por uma questão de sentido de Estado. Considero que é extremamente gravoso estar-se a pôr em causa,

através de um inquérito parlamentar, o papel do Banco de Portugal como regulador." Ora, é mesmo isso que o CDS pretende. Os centristas querem investigar "a forma como tem sido exercido o poder de supervisão do sistema bancário e financeiro" e a forma como actuou o BdP no caso do BPN. E vão ainda mais longe: querem "afirmar da existência de falta grave do governador do BdP, enquanto máximo responsável da instituição, no desempenho dos seus deveres estatutários". "Vamos ver qual é a posição do PS", desafiou Ferreira Leite,

depois de anunciar o voto favorável ao inquérito. Mas chega o aval do PSD para que a comissão parlamentar avance de forma potestativa (bastam 46 deputados). Para já, o PS só quer ouvir o procurador-geral da República. Uma decisão tomada pela maioria um dia depois de chumbar iniciativas do PCP e do BE para ouvir Dias Loureiro (que se disponibilizou para ir ao Parlamento), Miguel Cadilhe, Oliveira Costa e Abdoal Vakil. O PSD apontou a contradição: a maioria recusou as audições invocando a investigação criminal em curso, mas chamou o

responsável pela investigação. No debate, os argumentos contra eram "pouco convincentes", dizia a oposição, e o socialista Vítor Baptista não parecia esforçado em contradizer a impressão dos adversários. No final, confessava ao Expresso um seu camarada, Baptista dava sinais de desgaste pelo esforço de uma posição que "não unia a direcção, quanto mais o grupo parlamentar". Até António Costa, presidente da autarquia lisboeta, disse na "Quadratura do Círculo" não perceber os argumentos do PS para inviabilizar a audição dos ex-responsáveis do BPN.

A ideia de barragem às audições parlamentares terá vindo do Governo, segundo fontes do próprio partido, e a razão prender-se-ia, sobretudo, com a "inconveniência de ouvir Miguel Cadilhe", quando o processo de nacionalização ainda está fresco. Mas a oposição até deu ao PS a possibilidade de escolher quem queria ouvir. Cada um dos quatro nomes propostos foi votado isoladamente — o PS chumbou todos. Agora, vem aí o inquérito.

FILIPE SANTOS COSTA e HUMBERTO COSTA costa@expresso.pt



Editorial Manuel Carvalho

Um banco, português e de negócios

O que está em causa é muito mais do que a sorte de um banco: é a revelação da teia de ilegalidades onde os poderes públicos são suspeitos de culpa ou de omissão

Até anteontem, o caso do BPN era uma meia abstracção, por muito que se fossem referindo nomes e responsabilidades para o tornar coerente. Agora há um rosto no epicentro da sua lamentável história. E havendo o rosto de um ex-secretário de Estado e dedos que se apontam a ex-ministros e outras altas figuras da vida política nacional da última década e meia, o caso do BPN tornou-se um problema de regime. Porque impõe perguntas incómodas e incontornáveis: como foi possível que, apesar de insistentes rumores, a sociedade que controla o banco tivesse acumulado tão vasto património? Como se explica que tenha mantido tantas operações suspeitas de ilegalidade sem que ninguém tivesse dado conta? Sim, já se sabe que a supervisão do Banco de Portugal falhou clamorosamente, mas será que não houve ao longo de todos estes anos políticos, banqueiros, ou homens de negócios com proximidade do poder que não o soubessem? E se sabiam, como foi possível que a sorte dos negócios deste banco português acabasse num buraco superior a 800 milhões de euros e na sua inevitável nacionalização?

Talvez não haja nos últimos tempos uma história tão portuguesa como a história do BPN. Suspeitas de fraudes, de burla ou de branqueamento de capitais não são exclusivo de nenhum país em concreto, mas olhando

em perspectiva a saga do banco de Oliveira e Costa é fácil encontrar vícios profundamente arreigados nos hábitos e valores de certas "elites". O hábito do salve-se quem puder, o que leva tantos a preocupar-se em governar a vidinha sem olhar a meios, ou a falta de valores que faz com que, subliminarmente, a probidade e apologia do trabalho árduo e honesto sejam tantas vezes depreciadas. É impossível conceber que uma tão gigantesca operação de actividades suspeitas, mobilizando centenas de milhões de euros, não tivesse sido soprada além das paredes do conselho de administração do BPN. Ainda assim, não se sabe de nenhum sobressalto, de nenhum sinal de incomodidade, de nenhum gesto que tentasse evitar que as redes do banco se espraiassem até ao momento em que o Estado teve de o nacionalizar.

E se a memória recente do BPN é um caso muito português, a história do seu ex-presidente é-o ainda mais. Oliveira e Costa é o símbolo perfeito de uma casta que soube usar a política como rampa de lançamento para o enriquecimento pessoal. O seu percurso é modelar: começa como cacique local, ascende ao poder nacional, usa-o pelos princípios do nepotismo para, através de estratégias como o perdão fiscal, angariar apoios e consolidar alianças. Quando sai, dispõe já de uma rede de parcerias capaz de lhe permitir novos voos.

Inocente até prova em contrário, Oliveira e Costa jamais poderá recuperar dos danos de imagem. O que agora se pergunta é se a gestão que afundou o banco é obra de um homem só, ou se reflecte uma teia de comportamentos e cumplicidades que envolvem outras figuras públicas. Quem sabia, quem ajudou, quem beneficiou, quem ocultou? Perguntas incómodas que lançam um anátema sobre pessoas em concreto, mas cujo alcance acaba por contaminar toda a classe política. Independentemente das conclusões a que vão chegar as instâncias judiciais, é por isso obrigatório que o Parlamento se empenhe em contribuir para o esclarecimento da situação. Merece por isso aplauso a iniciativa do CDS-PP de criar uma comissão parlamentar de inquérito, como merece apreço a decisão do PSD em a apoiar, até porque é este partido que está no centro das atenções. O que não se percebe é a hesitação da maioria em subscrever a proposta.

Sem se saber ainda como acaba a história, o importante agora é que os cidadãos percebam que o caso do BPN vai até ao fim, custe o que custar. O que está em causa é muito mais do que a sorte de um banco: é a revelação da teia de ilegalidades onde os poderes públicos são suspeitos de culpa ou de omissão. Não há nada pior para a vida colectiva de que suspeita de que vale tudo nos negócios e na política.



Joaquim Coimbra assume controlo do semanário Sol

Inês Sequeira

● Joaquim Coimbra vai comprar a posição do grupo Cofina no semanário *Sol* através de um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros, que lhe dará o controlo da empresa, uma vez que passa a deter mais de metade do capital. O valor do negócio, ontem noticiado pela Lusa, traduz-se num investimento de 50 cêntimos por acção e corresponde a metade do respectivo valor nominal - semelhante a uma proposta anterior que estava em cima da mesa avançada pelo empresário Alberto do Rosário, mas sobre a qual Coimbra decidiu exercer o direito de preferência.

A compra deve estar concluída até ao início da próxima semana. Coimbra é dono da JVC Holding, sociedade através da qual gere a participação no *Sol*, é um dos principais accionistas da SLN Valor, que estava ligada

ao Banco Português de Negócios, e é também membro do conselho nacional do PSD. Os 33,33418 por cento detidos pelo grupo de comunicação social liderado por Paulo Fernandes, desde o último aumento de capital da empresa para 9.500.100 euros, irão juntar-se aos 16,66646 por cento que pertencem actualmente à JVC.

O grupo de comunicação social liderado por Paulo Fernandes, que entrou no capital do *Sol* em Dezembro de 2007 com um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros, deixa assim o projecto cerca de 11 meses depois. A Cofina é dona de vários títulos de imprensa escrita, como o *Correio da Manhã*, a *Sábado* e o *Record*.

Os restantes investidores são a Imosider, ligada a José Paulo Fernandes, o BCP Investimento e uma sociedade constituída pelos elementos da direcção do jornal, cada um

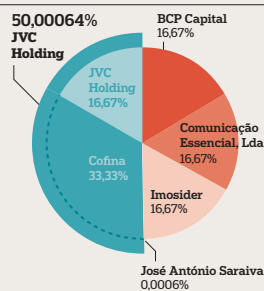
com cerca de 16,6 por cento da empresa. Face à tomada de posição da JVC Holding, prevê-se que possa haver alterações em relação aos dois primeiros accionistas, incluindo a alienação das respectivas acções,

até porque assumiram a entrada no início do projecto, em 2006, como um investimento financeiro.

Nos últimos meses, terão surgido vários desentendimentos quanto à estratégia comercial do semanário, entre o grupo Cofina e a direcção editorial liderada por José António Saraiva e por José António Lima.

O *Sol* subiu em um por cento a sua média de circulação paga, para os 40.912 exemplares, de Julho a Agosto deste ano. Esse comportamento positivo não impediu, todavia, que o jornal tivesse uma descida de 10,8 por cento no acumulado do ano, registando 44.719 exemplares, indicam dados recentes da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. Em contrapartida, o principal concorrente, o *Expresso*, tinha uma circulação média paga de 120.811 exemplares no mesmo período.

Accionistas do Sol





Caso BPN O primeiro banqueiro português a ser preso preventivamente

Ex-presidente do BPN fica detido por suspeita de sete crimes

Oliveira e Costa aguarda o desenrolar das investigações na zona prisional da Polícia Judiciária. O juiz considera que a autoria dos crimes está "fortemente indiciada"

António Arnaldo Mesquita

● José de Oliveira e Costa é o primeiro banqueiro português a ser preso preventivamente. A decisão foi tomada ontem ao início da noite pelo juiz de instrução criminal Carlos Alexandre, no fim de um interrogatório de mais de oito horas que começou na noite de anteontem e terminou ao fim da tarde de ontem no Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa.

Oliveira e Costa vai ficar na zona prisional anexa à Polícia Judiciária, em Lisboa, onde já dormiu a noite passada. Branqueamento de capitais, abuso de confiança agravado, aquisição ilícita de acções, falsificação de documentos, infidelidade, burla e fraude fiscal qualificadas são os crimes imputados ao ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN).

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de dois governos de Cavaco Silva é o primeiro arguido de um inquérito iniciado com uma queixa do Banco de Portugal sobre os negócios suspeitos entre o BPN e

o Banco Insular, de Cabo Verde, e um balcão virtual, usados para ocultar prejuízos. Os autos seriam engrossados em Outubro com as conclusões da auditoria ordenada pelo ex-presidente da instituição, Miguel Cadilhe, que iniciou em Junho o seu mandato e se demitiu em protesto contra a nacionalização do BPN, decidida pelo Governo e pelo Banco de Portugal no início deste mês.



Leonel Gaspar, advogado de Oliveira e Costa: "tem respondido a todas as perguntas e está a ser esclarecedor"

A prisão preventiva, a mais grave medida de coação, foi proposta pelo Ministério Público, alegando os três pressupostos no Código de Processo Penal: perigo de fuga, perturbação do inquérito e risco de continuidade da actividade criminosa. O juiz Carlos Alexandre justifica a sua decisão "por considerar fortemente indiciada a autoria" dos sete ilícitos imputados ao ex-deputado do PSD,

realçando que a prisão preventiva era a solução "adequada, proporcional e única suficiente" para prevenir os perigos invocados pelo MP.

"Está a ser esclarecedor"

A defesa contestou a proposta do MP, mas não convenceu o juiz a quem Oliveira e Costa terá prestado esclarecimentos. "Na condição de arguido, [o meu cliente] podia recusar-se a falar, mas manifestou o desejo de esclarecer todas as dúvidas. Tem respondido a todas as perguntas e está a ser esclarecedor", realçou o advogado do banqueiro, Leonel Gaspar, ao fim da manhã de ontem.

Apesar de a investigação ter começado há pouco tempo, os procuradores Rosário Teixeira e Vítor Magalhães, do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), foram rápidos na promoção da detenção de Oliveira e Costa, que esteve durante dez anos à frente do BPN e abandonou funções há nove meses, invocando razões de saúde. A celeridade ficou a dever-se ao facto de haver situações suspeitas que já eram conhecidas do Ministério Público, no âmbito da megainvestigação iniciada há quatro anos e que originou o *Processo Furacão*, actualmente repartido em 12 inquéritos.

O BPN é uma das instituições bancárias, juntamente com o BES, BCP e Finibanco, alvo das investigações do *Furacão*, em que o Estado foi lesado em mais de 200 milhões de euros, um quarto dos quais foi liquidado por iniciativa de alguns arguidos interessados na suspensão dos inquéritos-crime. Neste caso, além de eventuais danos causados ao Estado, o DCIAP quer apurar a autoria do buraco financeiro de 800 milhões de euros até agora identificados no BPN e quem, além de Oliveira e Costa, se terá apropriado ilicitamente de património da instituição.

Detido em Lisboa

Oliveira e Costa foi detido anteontem, depois de o juiz de instrução emitir o mandado de detenção e ordenado a realização de buscas em três locais, dois dos quais prováveis domicílios do ex-secretário de Estado: uma quinta no Cartaxo e um apartamento num condomínio fechado, localizado na zona do Rato, em Lisboa. Foi também revistada a residência de um comerciante de obras de arte de Aveiro, que seria um dos fornecedores do banqueiro. Oliveira e Costa encontrava-se na sua residência em Lisboa e estava detido quando os magistrados e elementos da Brigada Fiscal e da

Ontem à noite, depois de ser ouvido, o arguido abandonou a Boa Hora



Os crimes

Dos 120 dias de multa aos 12 anos de prisão

Os sete crimes imputados a Oliveira e Costa, banqueiro e ex-deputado do PSD, têm molduras penais máximas que oscilam entre os 120 dias de multa e os 12 anos de prisão. A sanção pecuniária pune a aquisição ilícita de acções, prevista no Código das Sociedades Comerciais. A pena mais dura respeita ao crime de branqueamento de capitais, cujo limite inferior é de dois anos de cadeia. Tanto a burla qualificada como o abuso de confiança agravado, previstos no Código Penal (CP), têm como máximo oito anos de prisão e mínimo de dois e um ano, respectivamente. O ex-secretário de Estados dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva é também suspeito de um crime de fraude fiscal qualificada, punível com um a cinco anos de cadeia, de acordo com o Regime Geral



das Infrações Tributárias.

Oliveira e Costa é ainda indiciado pelo crime de infidelidade, arriscando pena de prisão até três anos ou multa. Comete este ilícito quem com o encargo de gerir património alheio violar gravemente os seus deveres, provocando "prejuízo patrimonial importante", diz o CP. Neste caso, contudo, o procedimento criminal depende de queixa do(s) lesado(s).

A primeira batalha jurídica que se antevê deverá ocorrer no Tribunal da Relação de Lisboa, para onde a defesa do arguido deverá recorrer da prisão preventiva, agora decretada pelo juiz de instrução. Embora de forma lateral, os desembargadores deverão ser chamados a pronunciar-se sobre o mandado de detenção do arguido, emitido fora do flagrante delicto.

Inspeção Tributária entraram no apartamento, localizado a escassas centenas de metros do DCIAP e da Procuradoria-Geral da República.

Estes são os últimos passos de um caso que teve os primeiros sinais no início da década, quando a auditora externa Deloitte & Touche apresentou uma série de reservas às contas de 2002 da instituição.

A Deloitte, à semelhança das auditoras anteriores (Ernst & Young e PriceWaterHouse) que também apresentaram reservas às contas do BPN em anos anteriores, foi substituída pela BDO Binder a partir de 2003. Ao longo dos anos, 21 administradores do banco foram abandonando a instituição, alguns deles recusando-se a assinar as contas.

De acordo com as informações disponíveis, em poucos anos Oliveira e Costa terá montado uma complicada teia de interesses e um esquema alegadamente fraudulento envolvendo empréstimos a empresas do grupo e accionistas, cujos resultados negativos foram escondidos no Banco Insular de Cabo Verde e, nos últimos tempos, num balcão virtual criado a partir de um computador.

Só em 2007, quando o Banco de Portugal começou a ter "dificuldades em identificar os beneficiários de veículos *off-shore* que tinham recebido créditos do BPN", é que o banco central começou a questionar (sem sucesso) Oliveira e Costa. **com M.O.**

Demissão da Comissão Joaquim Coimbr

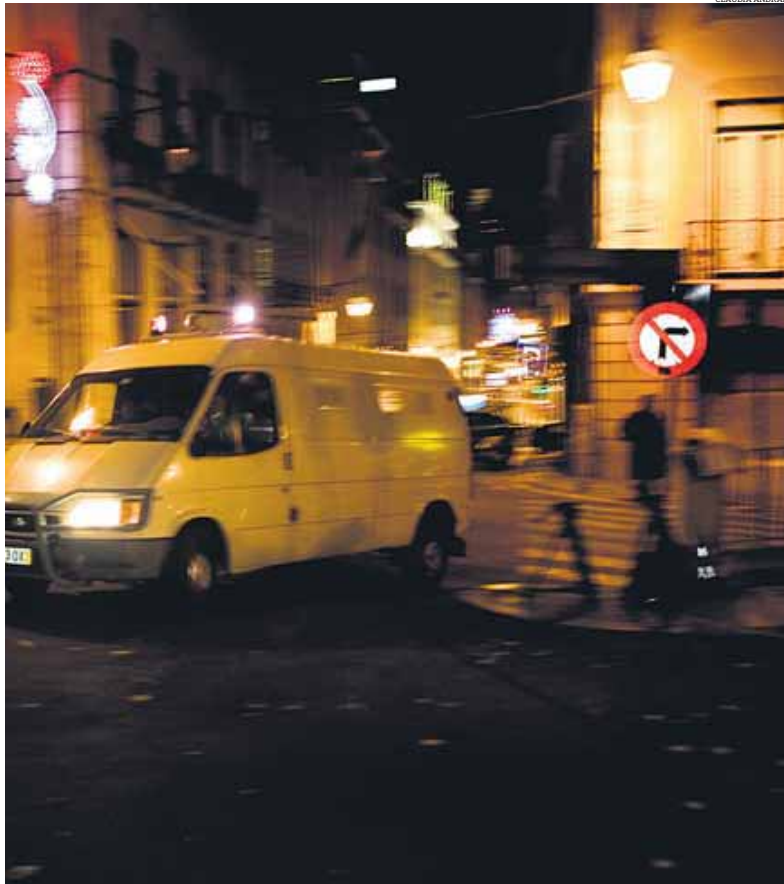
● Quem fez, afinal, o membro da Comissão Política (CP) do PSD que se demitiu depois de ter feito pressões e ameaças a Luís Filipe Menezes quando este sugeriu, na qualidade de líder do partido, um inquérito parlamentar à supervisão bancária?

O mistério demorou pouco mais de 24 horas a ser desfeito pelo próprio Menezes: foi Joaquim Coimbra, um dos maiores accionistas do grupo do Banco Português de Negócios.

"Demitiu-se da Comissão Política o senhor Joaquim Coimbra", refere um comunicado do gabinete de imprensa de Luís Filipe Menezes, enviado ontem à agência Lusa na sequência da polémica gerada pelas declarações do ex-líder social-democrata em entrevista, na noite de quarta-feira, à RTP-N.

Nessa entrevista, Menezes afirmou ter sido pressionado e ameaçado por ter avançado com um inquérito à supervisão bancária do Banco de Portugal, reafirmando agora que "foram públicas e notórias as críticas permanentes, duras, variadas e concertadas, muitas ilegítimas, de dezenas de agentes políticos sociais-democratas à anterior liderança".

Devido a esta questão, Joaquim



Dias Loureiro, ex-administrador no grupo BPN “Confiei que Oliveira e Costa estava a fazer bem”

● Dias Loureiro afirma que não participou nem teve conhecimento de irregularidades no Banco Português de Negócios (BPN), confiando sempre nas boas intenções e na boa gestão de José Oliveira e Costa. O ex-administrador de empresas do grupo BPN afirma mesmo: “Não acredito que ele tenha feito isso para benefício pessoal”. “Isso” são as irregularidades e os crimes de que Oliveira e Costa, ex-presidente do BPN, está indiciado e que ontem lhe valerem a prisão preventiva.

Em entrevista à RTP, ontem à noite, o ex-ministro da Administração Interna e actual conselheiro de Estado nomeado por Cavaco Silva defendeu que acreditava nos mecanismos de controlo do grupo para confiar na forma como eram geridas as sociedades. “Havia auditorias, havia a supervisão do Banco de Portugal, havia pessoas em quem confiava quase cegamente”. Ainda assim, diz ter questionado Oliveira e Costa quando, em 2001, a revista *Exame* publicou um trabalho onde levantava suspeitas sobre a forma como o grupo BPN era gerido. O presidente terá respondido que eram notícias infundadas, originadas por invejas. No ano seguinte, em Abril, pediu uma reunião a António Marta, então vice-presidente do Banco de Portugal com o pelouro da supervisão bancária, onde alertou para a necessidade de ter especial atenção para com o BPN. “Disse-lhe o seguinte: não tenho conhecimento de nada nem qualquer desconfiança em relação à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), mas a SLN tem um banco, tem

accionistas e estou preocupado com isso. O que lhe queria pedir era que tivesse uma atenção especial ao BPN”, afirmou. “Não tinha nenhum facto concreto, apenas o que se ouvia cá de fora”, continuou.

Por existirem todos os mecanismos de controlo, assinava as contas do grupo das empresas onde exercia cargos executivos. Isso aconteceu mesmo em relação ao ano de 2003, quando era suposto que as contas reflectissem os prejuízos com o encerramento de duas empresas em Porto Rico, negócio em que Dias Loureiro se envolveu. Questionou Oliveira e Costa e “ele mostrou-me 10 itens on-



“Havia auditorias, havia a supervisão do Banco de Portugal, havia pessoas em quem confiava quase cegamente”

de esse prejuízo estava reflectido”. “Que eu saiba não houve ‘luvas’ ou comissões”, afirmou Dias Loureiro, que revelou que o BPN era gerido sem reuniões do conselho de administração: “Oliveira e Costa tinha um método de gestão que era reunir-se com cada um em separado”.

Sobre a sua permanência no Conselho de Estado, disse que o seu lugar está sempre à disposição do Presidente da República. Garante estar de “consciência tranquila”, em relação às funções no grupo do BPN e mostrou-se disponível para colaborar com as autoridades. **PÚBLICO, com Lusa**

Política do PSD

ra é o nome de quem Menezes falava



O empresário na Labesfal, antes da venda a estrangeiros

Coimbra apresentou a demissão da CP do PSD. No entanto, essa demissão “ficou congelada”, depois do demissionário ter sido “esclarecido sobre o verdadeiro enquadramento” da questão, acrescentou o actual autarca de Gaia.

Esta demissão, que Luís Filipe Menezes admite não ter sido pública,

acabou, no entanto, por fazer com que Joaquim Coimbra “nunca mais tivesse participado em qualquer tipo de reunião ou iniciativa partidária”.

Conclui, por isso, que foi “uma demissão congelada, mas uma demissão de facto”. Menezes esclarece ainda que, apesar desta demissão, “nada fez com que deixasse de considerar

Joaquim Coimbra uma pessoa bem intencionada e séria”.

Quem é Coimbra?

Com 58 anos, natural de Tondela, Joaquim Coimbra tornou-se esta semana o accionista maioritário do semanário *Sol*. Esta é a última aquisição do seu grupo económico, que tem investimentos em sectores como a banca, a produção de vinhos, as energias renováveis e a indústria farmacêutica. Foi nesta que fez fortuna, primeiro com a Labesfal e depois com a JABA, empresas que entretanto vendeu a grupos estrangeiros, encaixando mais-valias de centenas de milhões de euros.

A sua *holding*, a JVC, contabiliza as participações na Sociedade Lusa de Negócios (SLN, antiga proprietária do BPN), no Banco Privado Português (BPP), na Dão Sul (Vinhos), na Nutroton Energia, a par de outros investimentos. O empresário é militante social-democrata, tendo pertencido à comissão política presidida por Luís Filipe Menezes. Actualmente, integra o conselho nacional do PSD. Joaquim Coimbra foi mandatário para Visu de Manuela Ferreira Leite. **PÚBLICO/Lusa**

CDS quer saber se houve “falta grave” do BdP

O CDS-PP quer apurar se houve “falta grave” do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, no desempenho dos deveres estatutários na supervisão do BPN, de acordo com uma proposta do partido para a realização de um inquérito parlamentar. A ser viabilizada pelo PS, a comissão de inquérito teria como objectivo determinar “a forma como o Banco de Portugal cumpriu plenamente” os deveres legais de supervisão ao BPN entre 2001 e 2008, e “aferir da existência de falta grave” por parte de Vítor Constâncio, enquanto “responsável máximo” pelo BdP, que regula e supervisiona o sistema bancário. No texto da proposta, entregue ontem no Parlamento, o grupo parlamentar do CDS-PP considera que o Banco de Portugal, enquanto supervisor do sistema bancário, teve uma atitude “incauta e condescendente” com o facto de só “quatro meses depois” ter recebido as respostas do Banco Português de Negócios às perguntas que lhe tinha dirigido. Tal demora, considera o CDS-PP, indicia claramente

a vontade de não comunicar ao Banco de Portugal factos decisivos” por parte do BPN, que foi nacionalizado depois de terem sido detectadas práticas irregulares e perdas acumuladas no valor de 700 milhões de euros.

Entretanto, o requerimento do PS para ouvir os esclarecimentos do procurador-geral da República sobre o curso das investigações judiciais em relação à gestão do BPN vai ser discutido e votado na próxima segunda-feira.

Na quinta-feira, o líder da bancada parlamentar do PS, Alberto Martins, anunciou que ia pedir a audição do procurador-geral, Fernando Pinto Monteiro, explicando que “os factos graves que conduziram à nacionalização do BPN e que lesaram o interesse nacional não podem deixar de ser alvo de uma investigação criminal célere, profunda e consistente, que responsabilize civil e criminalmente os responsáveis por essa situação”.

O deputado afirmou que “interessa ao PS a verdade em todas as suas dimensões, que a investigação criminal se faça da forma mais rigorosa”. **Lusa**



Política & Sociedade



Oliveira e Costa à entrada para o Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, na quinta-feira à noite, depois de ser detido. O ex-presidente do BPN voltou ontem e foi interrogado durante todo o dia

CÉSAR SANTOS/ZN

Uma detenção milionária

Investigadores descobrem **uma centena de negócios imobiliários ruinosos** para o BPN

Felícia Cabrita

felicia.cabrira@sol.pt

O EX-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José Oliveira e Costa, foi confrontado - no interrogatório que se prolongou pelo dia de ontem no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa - com três negócios feitos por empresas do grupo BPN que envolvem obras públicas, além dos desfalques detectados nas auditorias feitas ao banco (ver *Confidencial*).

Um desses três negócios diz respeito à construção da Marina de Albufeira e aos negócios turísticos e imobiliários que a rodearam, e cuja exploração foi concessionada a 'empresas-filhas' da SLN (Sociedade Lusa de Negócios, a accionista principal do BPN) por diferentes Governos.

Nas buscas realizadas a duas residências de Oliveira e Costa - durante a manhã de quinta-feira, sob a direcção do procurador Rosário Teixeira, titular do processo -, elementos da Inspeção Tributária e da Guarda Fiscal apreenderam novos documentos que permitiram consolidar as provas contra o ex-administrador do BPN.

Já há mais arguidos

Os investigadores estiveram numa casa de Lisboa e numa quinta nos arredores do Cartaxo, onde Oliveira e Costa costuma passar os fins-de-semana. O gestor foi detido quinta-feira pelas autoridades, sendo suspeito de burla, falsificação de documentos, fuga ao fisco e infidelidade (ou seja, gestão danosa).

O banqueiro responde pelo 'buraco' deixado no BPN, de 700 milhões de euros. Só para si, Oliveira e Costa desviou 66 milhões de euros, através de um empréstimo do Banco

Oliveira e Costa foi confrontado com três operações envolvendo obras públicas

Insular a uma empresa sua e que nunca foi pago.

Além do processo contra o BPN resultante da 'Operação Furacão', o banco de Oliveira e Costa é alvo de três novos inquéritos, que estão também a ser dirigidos por Rosário Teixeira, no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e nos quais já

foram constituídos novos arguidos. Quatro deles trabalham para a Planfin, uma das empresas do grupo SLN, onde eram criadas as sociedades *offshore* usadas nos esquemas fraudulentos.

Há já duas semanas que a equipa do 'Furacão' se dedica exclusivamente a esta investigação, apertando o cerco ao antigo banqueiro. Uma semana antes da nacionalização do BPN, foram realizadas buscas à sede do banco onde, com a colaboração de Miguel Cadilhe, foram apreendidos milhares de documentos. Na semana seguinte, exactamente na véspera do anúncio da nacionaliza-

ção, foram de novo para o terreno. Numa das caves de um condomínio de luxo no Parque das Nações, em Lisboa, novas buscas permitiram apreender documentação que mal cabia em duas carrinhas.

Através de toda esta documentação, a equipa de Rosário Teixeira conseguiu desmontar o esquema utilizado durante anos no BPN - sobretudo na área imobiliária da SLN, onde foram detectados mais de 90 negócios e operações ruinosas.

Estes negócios eram feitos através de fundos fechados de investimento imobiliário (produtos financeiros que permitem opacidade aos accionistas que intervêm nos negócios), com o BPN a financiar projectos sobreavaliados. Muito di-

nheiro foi assim desviado para contas de particulares e para pagar comissões.

Os investigadores descobriram também que este expediente serviu para fazer três grandes negócios com obras públicas, que envolvem milhões de euros de burla e fraude ao Estado.

«É um desfalque de quem manda no banco para enriquecer outros. No fundo, a instituição investia no negócio mas não recebia um centavo», explicou ao SOL fonte conhecedora do processo.

Os esquemas utilizados no BPN e na SLN, através de centenas de sociedades *offshores*, *holdings* e *subholdings* criadas exclusivamente para este efeito, já tinham começado a ser descobertos na investigação da 'Operação Furacão'.



Dias Loureiro alertou Vítor Constâncio

Sofia Rainho

sofia.rainho@sol.pt

MANUEL Dias Loureiro revelou ontem, na **Grande Entrevista** na RTP, que em Abril de 2001 tomou a iniciativa de ir ao Banco de Portugal (BdP) solicitar a supervisão bancária do BPN.

Na altura, o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) – a *holding* que detém o BPN – falou com António Marta, o vice-governador com o pelouro da supervisão bancária, e pediu que o BdP tivesse «uma atenção especial» ao BPN e ao grupo. «Não pedi por causas concretas. Não tinha nenhuma desconfiança de irregularidades na SLN. Pedi por causa do que se ouvia cá fora, porque o modelo de gestão era de 'não reuniões'. E porque queria estar tranquilo lá dentro», justificou.

Dias Loureiro esclareceu ainda que tinha acesso às contas da SLN no final do ano, para as assinar. Mas tinha «duas salvaguardas» que o tranquilizavam. Por um lado, «o facto de, a partir de determinado momento, o Banco de Portugal estar permanentemente lá» e, por outro, «o facto de haver um administrador do banco em



'Oliveira e Costa é um homem brilhante'

quem confiava». Na entrevista, aliás, Dias Loureiro sustentou que Oliveira e Costa «é um homem brilhante, muito inteligente, um trabalhador incansável». «E eu não acredito que ele tenha feito alguma coisa para seu interesse pessoal», acrescentou. Apesar de tudo, admitiu que falou por diversas vezes com Oliveira e Costa e que este lhe disse sempre que se tratava de «má-língua» e que «sabia o que estava a fazer».

A propósito do 'Negócio de Porto Rico', o ex-administrador da SLN confirmou as alocações a Porto Rico e a compra das duas empresas tecnológicas em 2002. Mas negou que se tra-

tassem de «empresas-fantasma», sustentando que em 2002 as empresas existiam e tinham pessoas da SLN a trabalhar lá.

Porém, «quando no final de 2002 vejo as contas do grupo, não vejo estas empresas lá». E quando confrontou Oliveira e Costa com este facto a resposta foi: «Pois não estão, nem podem estar porque estas empresas foram compradas por uma *offshore*, que foi financiada, não é nossa neste momento e eu não quero que seja, até poder fazer uma *holding* de todas as empresas tecnológicas do grupo para poder levar para a Bolsa». «E acreditou nessa explicação?», interrogou Judite de

Sousa. «Acreditei sinceramente», respondeu.

Em 2002, Dias Loureiro anunciou a Oliveira e Costa que queria voltar à política. «O modelo de gestão aqui não é um modelo que me agrade, não há reuniões...», justificou.

O ex-secretário-geral do PSD deixou então todos os cargos executivos e passou a não executivo, tendo ficado até 2005 «com apenas dois dossiês: tentar que a Caixa Galiza comprasse uma participação na SLN e, por outro lado, com o dossiê dos plásticos e dos automóveis».

Questionado sobre o Banco Insular, de Cabo Verde, Dias Loureiro disse: «Não tenho nenhum conhecimento. Nunca participei em nenhuma reunião onde fosse decidido comprar um Banco Insular».

A propósito do negócio SI-RESP, Dias Loureiro disse que só soube pelos jornais, que Daniel Sanches apenas fez o despacho enquanto ministro e que «foi tudo investigado».

Dias Loureiro assegurou nunca ter falado com o Presidente sobre o BPN e disse estar «de consciência tranquila», garantindo que, desde 2002, não tem nada a ver com o BPN.

Comissão de inquérito nas mãos do PSD

ESTÁ nas mãos do PSD viabilizar a comissão parlamentar de inquérito à actuação do Banco de Portugal no caso BPN.

«Não vamos facilitar a vida ao PS» diz Paulo Rangel, o presidente do grupo parlamentar dos social-democratas. Confirma que o seu partido irá votar a favor da proposta do CDS – que os socialistas insistem em não viabilizar –, mas não explica se irá apoiar um agendamento potestativo dessa comissão de inquérito.

É que, para a constituir contra a vontade da maioria parlamentar, são ne-

cessárias 50 assinaturas. Estão asseguradas as do CDS, PCP e BE («com reservas às intenções do CDS e do PSD» diz Francisco Louçã), mas as dos deputados do PSD são fundamentais. «Para já», Rangel não quer, porém, «falar de cenários».

O PS mantém-se intransigente na recusa por considerar que está vai dar origem a uma «chicana política», diz Vera Jardim. Vítor Baptista, coordenador das finanças e orçamento do PS, salienta que «o que o CDS e PSD na verdade querem é um ajuste de

contas» com Vítor Constâncio, que calculou em alta o défice após a saída do Governo PSD/CDS, em 2005.

Esta semana, o PS recusou também a audição de Dias Loureiro, ex-administrador da SLN (*holding* detentora do BPN) e conselheiro de Estado, apesar de este ter pedido para ser ouvido. Argumentaram que o caso BPN tem que ser tratado na esfera judicial e não na política. Contudo, nem sequer os seus próprios militantes, como António Vitorino e António Costa, ficaram convencidos, dizendo não

compreender os argumentos do PS.

Perante esta situação, a bancada socialista pediu a presença do procurador-geral da República (PGR) no Parlamento para esclarecimentos sobre a investigação ao BPN. A iniciativa é vista pela oposição como uma 'ajuda' de Pinto Monteiro ao PS. Vítor Baptista assume que é para «mostrar à oposição que o PS não tem medo nenhum» deste caso. Mas, por causa do segredo de justiça, pouco poderá o PGR acrescentar.

HP/MA/M.T.O.

Escândalo do BPN

Revelações da auditoria



Oliveira e Costa desviou 66 milhões através de um empréstimo que ele próprio **pediu e autorizou**

Arlindo de Carvalho e um sócio receberam 10,9 milhões para **'ficcionalar'** mais-valia na Real Seguros



► **390 milhões foram para 'conta saco' e 'pagamentos por fora'**

A AUDITORIA ao BPN feita pela Mazars revela que o ex-presidente Oliveira e Costa pediu um empréstimo ao Banco Insular, que ele próprio autorizou, desviando 66 milhões de euros em seu proveito; por outro lado, o ex-ministro Arlindo de Carvalho, juntamente com um sócio, recebeu 10,9 milhões para comprar terrenos à Real Seguros, seguradora do grupo BPN, para 'ficcionalar mais-valia' na seguradora. Também havia um gordo 'saco azul' e 'pagamentos por fora'.



OPERAÇÃO FURACÃO



BPN ■ EX-PRESIDENTE PLANEOU ESTRATÉGIA PARA SALVAR O SEU PATRIMÓNIO E DIVORCIOU-SE POUCO DEPOIS D

Mulher fica com bens do casal

■ Oliveira e Costa saiu às 00h30 depois de ter sido ouvido durante três horas e meia. Regressa hoje ao tribunal

● EDUARDO DÁMASO/MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO/TÂNIA LARANJO*

O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) José de Oliveira e Costa, que ontem foi detido e constituído arguido pelos crimes de burla agravada, fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais e falsificação de documentos, garantiu há oito meses que nenhum do património pessoal pudesse ser congelado ou executado.

Com efeito, pouco tempo depois de ser concretizado o afastamento do banco (15 de Fevereiro de 2008), Oliveira e Costa divorciava-se da mulher, Maria Yolanda Rodrigues Alves de Oliveira e Costa, com quem esteve casado durante 42 anos.

O divórcio foi realizado por mútuo consentimento e com a apresentação de uma relação de bens comuns para partilha que atribuiu de imediato à mulher a casa de morada de família, situada na Av. Álvares Cabral, nº 45, em Lisboa.

A necessidade de apressar o divórcio e a partilha levaram o casal Oliveira e Costa a renunciar ao prazo de recurso como permite o nº 1 do Artigo 681 do Código de Processo Civil – uma renúncia que só pode ser decretada e aceite se ambas as partes dela beneficiarem.

A decisão final de divórcio foi decretada no dia 3 de Março, menos de um mês depois de os accionistas o terem afastado da presidência do

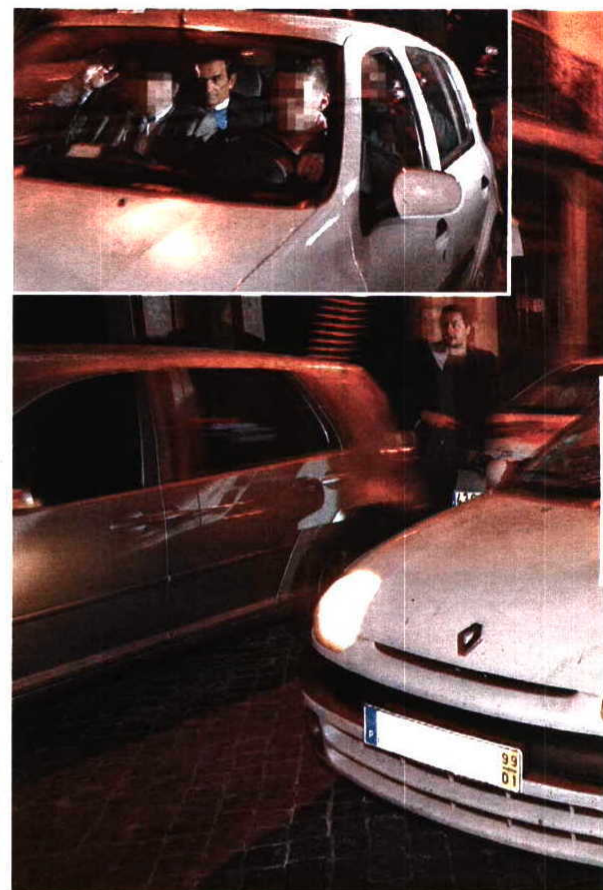
ACUSAÇÕES

● **BRANQUEAMENTO**
O crime de branqueamento de capitais imputado a Oliveira e Costa é o que admite uma maior pena de cadeia. Está em causa a suspeita de que muitas das operações financeiras feitas no banco serviam para ocultar a origem das verbas.

● **FRAUDE FISCAL**
O crime de fraude fiscal qualificada está previsto nos artigos 103 e 104 do Regime Geral das Infrações Tributária (RGIT) e é a espinha dorsal de toda a 'Operação Furacão'. No caso do BPN, são diversas as operações registadas em offshores para fugir aos impostos e também para receber comissões de negócios, que eram distribuídas por administradores.



Nas buscas de 2005 ao BPN foi apreendida muita documentação



Advogado do banqueiro e o magistrado Rosário Teixeira à saída da Boa-Hora

"Está a colaborar com a Justiça", diz o advogado de Defesa

BPN. Ontem, conduzido ao Tribunal Central de Instrução Criminal, foi interrogado pelo juiz Carlos Alexandre sobre as transacções financeiras e negócios imobiliários sobvalorizados do BPN em Cabo Verde e em paraísos fiscais, apanhadas na 'Operação Furacão'. Oliveira e Costa foi detido no Cartaxo depois de ter estado várias semanas fora do País,

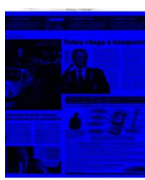
provavelmente no Brasil. As autoridades fizeram ainda buscas a uma das suas casas, em Lisboa. O interrogatório começou às 21h00 e terminou às 00h30. "Está a colaborar com a Justiça e regressa a casa", disse o advogado do arguido à saída, acrescentando que o interrogatório recomeça hoje às 10h00. O arguido ficou em regime de detenção, depois de ter saído do tribunal na sequência de uma operação de diversão dos jornalistas com um carro da Brigada Fiscal. ■ *COM.H.A.

OS ACTIVOS EXTRAVAGANTES

● **JUAN MIRÓ**
O BPN ficou com uma colecção de quadros do artista Juan Miró como garantia de um empréstimo concedido a uma empresa espanhola.

● **MOEDAS EURO**
Cinco milhões de moedas comemorativas do Euro 2004 (em ouro e prata) no valor de 40 milhões de euros não foram vendidas. O Banco de Portugal era um potencial comprador.

● **JÓIAS DO FARAÓ**
O banco tem uma importante colecção de várias antiguidades egípcias que foram adquiridas através de um empresário amigo de Oliveira e Costa.



ID: 22849906

21-11-2008

CGD | CONTAS NO BPN

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), que acabou por ficar com o BPN, tinha várias contas abertas no banco de Oliveira e Costa e realizava diversas transacções com a instituição financeira



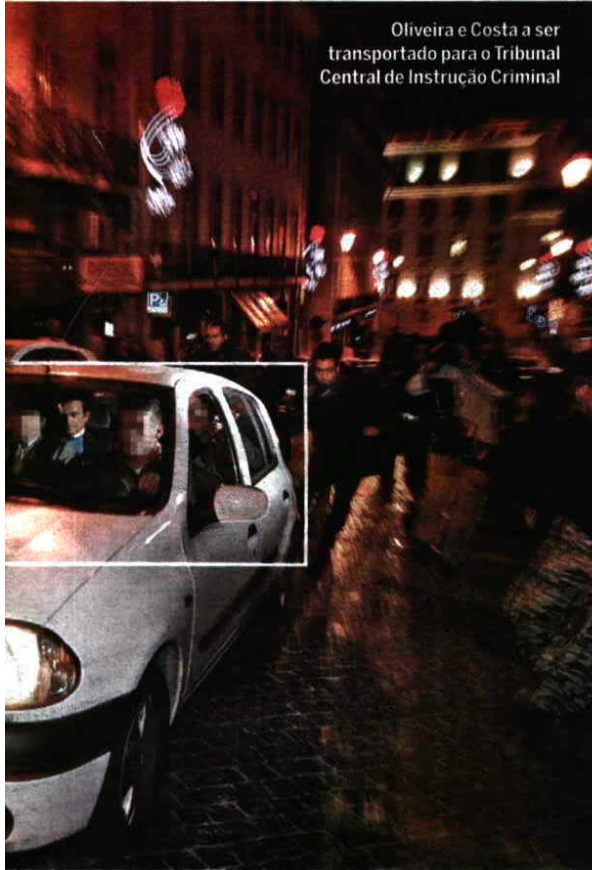
PSD | CORTINA DE FUMO

O líder parlamentar do PSD afirmou que o PS está, em relação ao BPN, "com uma cortina de fumo que ninguém entende" por recusar a audição parlamentar de actuais e antigos responsáveis do banco

MAIA | HOSPITAL LIDADOR

A Câmara Municipal da Maia pediu "com urgência" uma reunião ao Grupo Português de Saúde (GPS), que pertence à Sociedade Lusa de Negócios, para discutir futuro Hospital Lidador

SAIR DO BANCO



Oliveira e Costa a ser transportado para o Tribunal Central de Instrução Criminal

Pobre chega a banqueiro

Oliveira e Costa conheceu Cavaco Silva nos anos 70



■ Ninguém imaginava que Oliveira e Costa, que trabalhava num escritório e estudava à noite, iria um dia fazer parte de um Governo e mais tarde alcançar a posição de banqueiro. Mas o rapaz pobre de Esgueira, concelho de Aveiro, acabou por subir a pulso a corda da vida. Termina o liceu, licencia-se em Economia e, em meados da década de 70, entra para o Banco de Portugal, onde se torna amigo de Cavaco Silva. Norol das distintas amizades está ainda Miguel Cadilhe, que conhece na

Faculdade de Economia do Porto. A partir de 1979 faz carreira na alta finança: é presidente da Sociedade Financeira, vice-presidente do Banco Nacional Ultramarino e vice-presidente do Banco Pinto & Sotto Mayor. Quando Cavaco Silva forma o primeiro Governo, em 1985, Miguel Cadilhe é ministro das Finanças e Oliveira e Costa secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Oliveira e Costa abandona funções governativas em 1991. Mas o primeiro-ministro, Cavaco Silva, oferece-lhe um lugar na Europa – como vice-presidente do Banco Europeu de Investimentos. Regressado a Portugal, funda, em 1993, o Banco Português de Negócios (BPN) – do qual foi presidente até Fevereiro deste ano. ■

'Operação Furacão' decisiva para a queda do ex-governante

● O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, está disponível para ir ao Parlamento prestar declarações sobre o caso BPN, que sofreu um forte impulso com toda a documentação apanhada pela 'Operação Furacão'. Dois dos quatro inquéritos sobre o banco em curso no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) são relativos à 'Furacão' e foram abertos

numa altura em que a se agudizava a crise no banco. As participações posteriores de Vítor Constâncio e de Miguel Cadilhe foram feitas a Maria José Morgado, mas passaram para as mãos do departamento liderado por Cândida Almeida. Aí, os casos foram distribuídos aos magistrados Rosário Teixeira, que dirige a 'Furacão', e a Vítor Guimarães, agora também com o Freeport. ■



Pinto Monteiro quer que casos como o do BPN tenham prazos de inquérito mais alargados



ID: 22849906

21-11-2008

OPERAÇÃO FURACÃO



DIAS LOUREIRO | FALA NA RTP

Dias Loureiro, ex-administrador do BPN, é hoje entrevistado na RTP, na rubrica 'Grande Entrevista', pela jornalista Judite de Sousa



SANTOS SILVA | NECESSÁRIO

O presidente do BPI, Artur Santos Silva, classificou de "certada" e "necessária" a intervenção do Governo no Banco Português de Negócios

CONTESTAÇÃO ■ ACCIONISTAS DA SLN-VALORES ESTAVAM CONTRA A ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Patrão de 25 empresas

■ Ex-presidente do BPN concentrava pelouros e fazia negócios entre várias participadas

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) acumulava cargos de direcção em pelo menos 25 empresas do Grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), o que lhe permitia realizar transacções e receber comissões sem o conhecimento dos restantes accionistas da holding SLN-Valores, apurou o Correio da Manhã junto de fontes da SLN. Esta situação, à qual se juntou o desenvolvimento de uma teia de relações familiares - com a colocação do filho (José Augusto Rodrigues Oliveira e Costa) na administração do Banco Efisa, da filha (Iolanda Maria Oliveira e Costa) e do genro (João José Abrantes) à frente de várias participadas do universo BPN (Datacomp, Infobusiness, Rentilusa, BPN-Crédito, BPN-Leasing, entre outras) - veio aumentar o mal-estar entre os principais accionistas da holding SNL-Valores.

Oliveira e Costa tinha cargos de direcção no BPN-Participações Financeiras, BPN-Crédito, BPN-Madeira, BPN-SGPS, Caves Raposeira, Grupo Português de Saúde, Partinvest, Real Seguros, Murganheira, Urbigarden, Tapada de Chaves, entre outras empresas detidas pelo banco. Uma realidade que alguns accionistas questionavam, exigindo nomeadamente a separação dos negócios entre as áreas financeira e não-financeira dentro do universo BPN e a constituição de dois conselhos de administração distintos para cada uma delas, que reportariam a uma comissão executiva controlada por um conselho superior - onde estariam representados todos os accionistas da SLN-Valores.

Esta exigência de descentralização de cargos dentro do Grupo acentuou-se depois das buscas à sede do BPN no início da 'Operação Furacão', em 2005. Ontem mesmo, o presidente da Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários

■ Casas. Os dois apartamentos (ambos no 5.º andar) na avenida Álvares Cabral foram objecto de buscas por ordem do DCIAP.



FOTOMONTAGEM



FOTOS: VÍTOR MOTA

(CMVM) veio esclarecer que os problemas do BPN se ficaram a dever "à falta de controlo do Governo sobre as sociedades". Carlos Tavares disse que "os controlos societários não funcionam e não há administradores independentes. Os administradores não-executivos vão às sociedades uma vez por mês e não questionam as decisões". O presidente da CMVM - que falava no XII Congresso de Contabilidade e Auditoria, que decorre na Universidade de Aveiro - acrescentou que "os accionistas não pedem habitualmente explicações nas assembleias gerais e há a prática indesejável de as instituições financeiras a compra de capital, o que deixa os accionistas numa situação de dependência". ■

SAIBA MAIS

● **CRIADO EM 1993**
O BPN foi criado em 1993 como resultado da fusão das sociedades financeiras Soserfin e Norcrédito.

● **56,7**
milhões de euros foi o resultado líquido consolidado do Grupo BPN no exercício de 2007.

● **'COMPLIANCE'**
Apesar de todas as irregularidades detectadas nos negócios do BPN, o banco tinha um departamento de 'compliance' que tinha por missão supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação nas empresas do Grupo.



JÓÃO MIGUEL RODRIGUES



SÉRGIO LEWIS

Arlindo de Carvalho pediu 20 milhões, Duarte Lima pediu cinco milhões

Empréstimos e patrocínios

● O ex-ministro da Saúde Arlindo de Carvalho e o deputado social-democrata Duarte Lima foram contemplados com dois empréstimos do BPN de vinte e de cinco milhões de euros, noticiou o jornal 'Público', citando os relatórios preliminares da auditoria realizada pela Deloitte a pedido do ex-presi-

dente do banco Miguel Cadilhe. Segundo apurou o **Correio da Manhã**, para além daqueles empréstimos o BPN terá patrocinado um concerto para angariação de fundos da Associação Portuguesa contra a Leucemia (de que Duarte Lima foi um dos fundadores) que ocorreu em Janeiro no Pavilhão Atlântico. ■



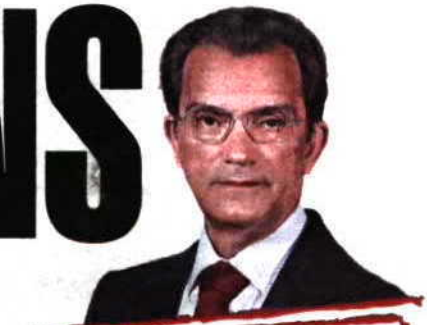
PATRÃO DO BPN PASSA BENS À MULHER

**OLIVEIRA
E COSTA**
foi detido
ontem
à tarde

ADVOGADO
diz que
banqueiro
colabora
com Justiça

DIVÓRCIO
em Março
para salva-
guardar
património

PÁGS. 4 A 6

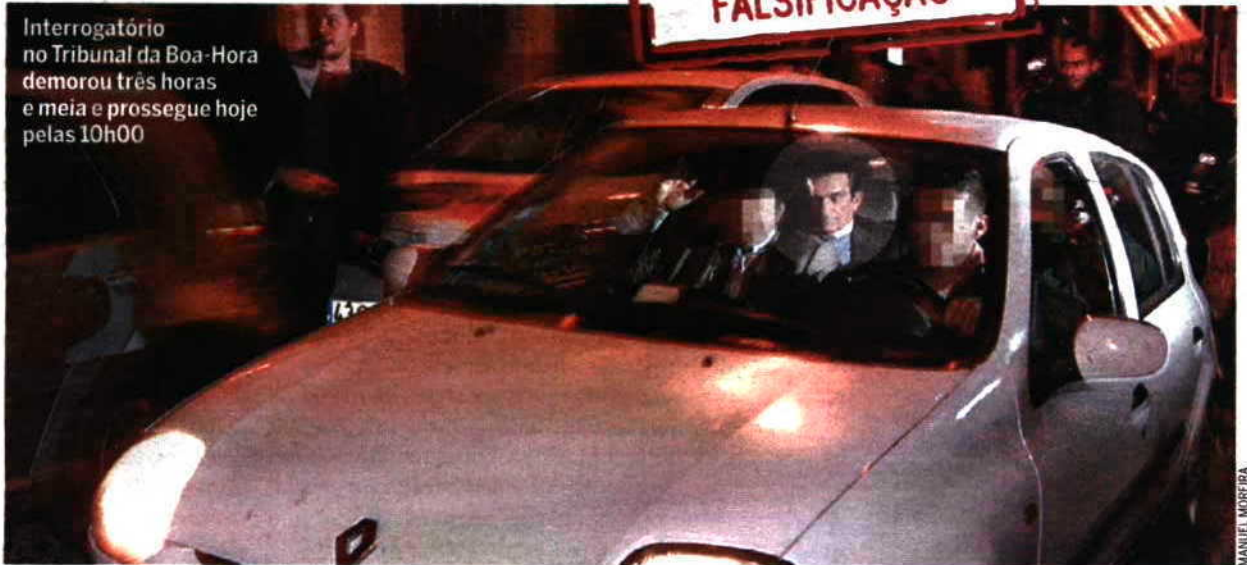


SUSPEITO DE 4 CRIMES
BRANQUEAMENTO
FRAUDE FISCAL
BURLA
FALSIFICAÇÃO

OPERAÇÕES
financeiras e
imobiliárias
a partir de
Cabo Verde
investigadas

ARGUIDO
passou
a noite sob
detenção
às ordens
do juiz

Interrogatório
no Tribunal da Boa-Hora
demorou três horas
e meia e prossegue hoje
pelas 10h00





OLIVEIRA E COSTA RESPONDE POR BURLA, FRAUDE FISCAL E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Detido na casa de campo

Desde que rebentou o caso BPN que Oliveira e Costa andava desaparecido. Ontem foi apanhado na sua casa de campo, perto do Cartaxo. Vai responder por vários crimes que terão levado o banco à falência

Texto • Luis Maneta

Oliveira e Costa encontra-se indiciado pela suspeita da prática de diversos crimes, entre os quais burla, branqueamento de capitais e fraude fiscal.

Desde que começaram a ser conhecidas as operações financeiras que conduziram a perdas de 700 milhões de euros e levaram o Governo a nacionalizar o banco, José Oliveira e Costa tem permanecido incontactável.

Esta semana estava prevista a sua ida a tribunal para ser ouvido no âmbito de um processo em que cinco indivíduos respondem pela alegada tentativa de extorquir 2,5 milhões de euros ao BPN. Mas o antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais faltou à audiência.

Apanhado nas buscas domiciliárias

Ontem foi encontrado por equipas da Inspeção Tributária, Guarda Fiscal e MP durante buscas domiciliárias realizadas em três residências: um 5.º andar da Aveni-



Oliveira e Costa, ontem, à entrada do Tribunal, em Lisboa



O antigo secretário de Estado de Cavaco Silva esteve à frente da SLN durante 10 anos

da Pedro Álvares Cabral, em Lisboa, a quinta na zona do Cartaxo, onde se encontrava, e um palacete em Esgueira, Aveiro.

A última declaração pú-

blica de José Oliveira e Costa data de Fevereiro, altura em que anunciou que se afastava da liderança da instituição bancária, invocando o "agravamento do seu

Nas mãos do juiz corajoso

À frente do Tribunal Central de Investigação Criminal (TCIC), o juiz Carlos Alexandre – que tem em mãos alguns dos mais mediáticos processos judiciais do País – é o homem que irá decidir o futuro próximo de Oliveira e Costa. O fundador do BPN foi ontem conduzido ao TCIC para primeiro interrogatório judicial e fixação das medidas de coacção.

A ouvi-lo estará um dos poucos magistrados portugueses com protecção policial. Carlos Alexandre dirige processos como a "Operação Furação", o caso Portucale, o Freeport e o BPN.

Em Outubro, no âmbito do "Apito Dourado", pronunciou Pinto de Sousa e outros 15 arguidos pela prática de 500 crimes de falsificação de documentos. Outro processo mediático é o que envolve Isaltino Morais. Foi ele que condenou Maria das Dores.

estado de saúde".

Durante 10 anos, entre 1998 e 2008, Oliveira e Costa presidiu à Sociedade Lusa de Negócios, proprietária do BPN. ■

PGR esclarece investigações

O Partido Socialista solicitou ontem a presença do procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, no Parlamento, para esclarecer o curso das investigações judiciais em relação à gestão do Banco Português de Negócios (BPN), anunciou ontem o líder parlamentar socialista Alberto Martins. O PGR já fez saber que está disponível para prestar esclarecimentos.

Dias Loureiro explica tudo

Manuel Dias Loureiro, antigo administrador-executivo da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do BPN, prometeu ontem relatar na RTP todas as suas actividades como administrador do grupo. O social-democrata foi administrador-executivo da empresa, entre Dezembro de 2001 e Setembro 2002 e não-executivo até 2005.

SNL vai vender a Real Seguros

A Sociedade Lusa de Negócios espera concretizar a venda da Real Seguros antes do final do ano, encaixando entre 80 e 100 milhões de euros, disse ao 24horas fonte oficial da empresa. A SLN está a negociar a venda da Real desde Setembro e aguarda a apresentação de uma proposta final no início da próxima semana. ■

Menezes acusa e fica com gripe

Luis Filipe Menezes, presidente da Câmara de Gaia, esteve ontem engripado, o que o obrigou a cancelar todos os compromissos do dia, confirmou ao 24horas fonte da autarquia. Quarta-feira à noite, na RTPN, disse ter sido alvo de "críticas ameaçadoras", algumas de "ex-ministros do PSD" que se opunham a uma fiscalização à supervisão bancária. ■

JOÃO RENDEIRO JUSTIFICA PEDIDO AO BANCO DE PORTUGAL COM A CRISE E ACREDITA QUE A CGD VAI FAZER O MESMO EM BREVE

Banco Privado Português recorre aos cofres do Estado

O Banco Privado Português (BPP) solicitou a garantia do Banco de Portugal, no âmbito da linha de crédito estatal de 20 mil milhões de euros, para pedir um empréstimo junto do Citigroup, afirmou o presidente da instituição, João Rendeiro,

numa entrevista televisiva. João Rendeiro garantiu quarta-feira à noite, em entrevista à SIC Notícias, que o BPP não se encontra em dificuldades e que o recurso à garantia estatal se deve exclusivamente ao facto de os mercados financeiros não se

encontrarem a funcionar de forma normal, devido à crise internacional.

Recorde-se que a agência de notação financeira Moody's subiu, a 13 de Novembro, a avaliação do risco de crédito do BPP.

O presidente do BPP diz

que a Caixa Geral de Depósitos vai ser "o primeiro banco a usar as garantias do Estado". Rendeiro revelou ainda que o BPP poderá participar em movimentos de consolidação no sector, através de trocas de capital e prevê fusões e aquisições na banca.

"Haverá menos bancos, mas serão mais fortes", opina

Por seu lado o presidente do BPI, Artur Santos Silva, considera "natural que o sistema bancário use estas medidas, tal como os outros países europeus".

RICARDO VILHENA COM LUSA



ACTUAL 2

Minifurcação. A presença de Oliveira e Costa no Tribunal Central de Instrução Criminal foi o culminar de uma operação do Ministério Público que envolveu buscas em Aveiro, Cartaxo e em Lisboa. O ex-presidente do BPN é o primeiro banqueiro de topo a entrar num tribunal na condição de detido

Banqueiro suspeito de burla e branqueamento

MP fez buscas em casas no Cartaxo, Aveiro e Lisboa

CARLOS RODRIGUES LIMA

Foi perto das 21.00 de ontem que José Oliveira e Costa, ex-presidente do BPN, entrou, como arguido, para a garagem do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC). Ficando para a História como o primeiro banqueiro de topo em Portugal suspeito de cometer crimes no exercício de funções: burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais são, segundo apurou o DN, as suspeitas que incidem sobre o antigo homem forte do BPN.

Um desfecho esperado depois de, nos últimos meses, se ter assistido a uma catadupa de informações públicas sobre a sua gestão à frente do banco. O processo que está na origem da sua "detenção" diz respeito, não à Operação Furacão, mas sim aos elementos fornecidos pelo Banco de Portugal ao Ministério Público e à auditoria ordenada por Miguel Cadilhe à gestão do BPN.

Durante o dia de ontem, uma pequena equipa de procuradores, militares da Brigada Fiscal da GNR e inspetores tributários montaram uma operação de busca em três localidades, nas quais Oliveira e Costa possuiu residência: Aveiro, Cartaxo e em Lisboa. Terá sido numa propriedade do Cartaxo que os investigadores recolheram documentação com interesse para o processo.

À hora de fecho desta edição, Oliveira e Costa ainda se encontrava a ser interrogado pelo juiz Carlos Alexandre do TCIC. Um interrogatório que poderá prolongar-se ainda hoje, dado que o novo Código do Processo Penal já não permite as "maratonas noctivas" como, por exemplo, se assistiu na fase de inquérito do processo da Casa Pia.

O facto de o Ministério Público ter apresentado o arguido ao juiz de instrução, isto quer dizer que os procuradores pretendiam a aplicação de medidas de coacção para além do Termo de Identidade e Residência (TIR). Oliveira e Costa terá sido confrontado com os factos recolhidos pela investigação. A expectativa residia no comportamento do ex-presidente do BPN: iria rejeitar as acusações ou mostrar-se-lhe colaborante?

Tendo em conta que se está perante suspeitas de crimes económicos, o MP poderá pedir a aplicação de uma caução e, caso haja elementos que indicem perigo de fuga, a prisão domiciliária é outra hipótese.

Ao fim da tarde de ontem, uma fonte ligada a esta investigação garantiu ao DN que o MP não ia para o interrogatório com propostas de medidas de coacção pré-estabelecidas. "No decorrer do interrogatório é que se perceberá qual a atitude do arguido. Só depois serão propostas as medidas de coacção", explicou a mesma fonte.

O antigo presidente do BPN é suspeito de ser o principal responsável por uma série de actos de gestão que levaram à queda do banco (obrigando o Governo a avançar para a nacionalização). A ocultação do Banco Insular, a criação de um balcão virtual, que seria gerido através de um computador portátil, terão sido os principais temas do interrogatório. É que por detrás destas situações poderá estar a prática de crimes.

Oliveira e Costa, antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de um dos governos de Cavaco Silva detinha quase quatro por cento do capital do BPN, tendo sido presidente do conselho de administração da instituição entre 1997 e Fevereiro deste ano. Abandonando as funções executivas, mas mantendo-se, no entanto, nos bastidores do banco, como membro do respectivo Conselho Superior. A sua queda começou com a entrada de Miguel Cadilhe na liderança do BPN, a instituição que, em 1997 (ver texto nestas páginas), fundou. E que liderava com mão de ferro.

Juiz confrontou banqueiro com suspeitas



Das buscas à detenção

José Oliveira e Costa foi detido por suspeita de burla, crimes de branqueamento de capitais e fraude fiscal. Primeiro, a polícia fez buscas nas suas casas

10.00

A Polícia Judiciária, a Inspeção Tributária e a Guarda Fiscal fazem buscas às residências de José Oliveira e Costa em Aveiro, Cartaxo e em Lisboa

18.10

Cinco investigadores à paisana foram buscar o ex-banqueiro à casa de Lisboa, depois de ter sido apreendida "documentação e material de relevo"

CRIMES E MOLDURAS

Branqueamento de capitais tem a pena mais elevada. Segue-se a burla

➔ Habitualmente denominado como "lavagem de dinheiro", o crime de branqueamento de capitais tem uma pena que pode chegar aos 12 anos de cadeia. No fundo, trata-se de dissimular ou dar uma aparente legalidade a dinheiro obtido ilicitamente. É um crime "normal" no tráfico de droga.

➔ O autor do crime de abuso de confiança arrisca uma pena de prisão que pode ir até aos cinco anos se "se apropriar de coisa móvel que lhe tenha sido entregue por título não translativo da propriedade". E se a tal coisa móvel for de "valor elevado". A cadeia pode ser substituída por uma multa.

➔ A burla qualificada tem um regime semelhante ao abuso de confiança. A pena prevista é de prisão até cinco anos. Que pode ter um acréscimo de três anos se o "prejuízo patrimonial" provocado por alguém, enganando um terceiro e com isso obter vantagens, for de valor elevado.

BdP reafirma versão de 2008

O Banco de Portugal reafirmou ontem ao DN que não recebeu "de qualquer origem, qualquer informação que indiciasse a existência de um relacionamento entre o Banco Insular e o Banco Português de Negócios". Numa nota assinada por João Matela, assessor de imprensa do BdP, o banco central diz ainda que "só

em 2008, na sequência das investigações de supervisão do Banco de Portugal, foram obtidas informações que permitiram identificar a relação de domínio realmente existente entre as duas instituições". Foi desta forma que o BdP reagiu a uma notícia avançada, ontem pelo DN, na qual se deu conta de uma informação enviada pelo

Ministério Público para o Departamento de Supervisão da instituição liderada por Vítor Constâncio. De acordo com informações recolhidas, os ofícios enviados pelo MP ao BdP constam da Operação Furacão. Só quando este processo deixar de estar em segredo de justiça, é que tudo pode ser clarificado.

Oliveira e Costa quando era levado para o tribunal



Catroga é o ex-ministro de que falava Filipe Menezes

Polémica. Em duas cartas, Eduardo Catroga pediu para ser travado o inquérito à banca

FRANCISCO ALMEIDA LEITE

Eduardo Catroga (foto) é o ex-ministro a que Luís Filipe Menezes se referia, quando, na quarta-feira à noite, disse na RTP-N ter recebido "críticas ameaçadoras" à sua vontade em avançar com um inquérito à supervisão bancária. Ao DN, o antigo ministro das Finanças do XII Governo Constitucional, liderado por Aníbal Cavaco Silva, diz ter sido sempre "contra a realização de inquéritos parlamentares que envolvam altas instituições financeiras ou outras, como a PGR, a PJ, a Igreja ou as Forças Armadas".

O antigo ministro, sabe o DN, escreveu duas cartas ao então líder do PSD, onde se colocava contra uma eventual comissão de inquérito parlamentar ao Banco de Portugal "a propósito do chamado caso BCP". Na primeira carta, datada de 3 de Março deste ano, Catroga afirma que tal iniciativa só iria servir para privilegiar "razões políticas de certo segmento

dentro do PSD, mas pondo em causa uma instituição pilar do nosso sistema económico e financeiro".

Menezes, recorde-se, disse que recebeu "nessa altura profundas críticas ameaçadoras, algumas por escrito, de alguns ex-ministros que não queriam que avançasse a fiscalização à supervisão bancária". Quando questionado sobre se estaria a referir-se a ministros oriundos do PSD, Menezes frisou que se tratavam de "ex-ministros de Portugal". Catroga, embora muito próximo, não é militante do PSD, é independente e foi nesta qualidade que apoiou Manuela Ferreira Leite para líder do partido.

Na segunda carta, datada de dia 11 de Março, Eduardo Catroga é mais duro e em duas páginas explica o que o afasta do PSD. Sobre o inquérito parlamentar à supervisão do sis-

tema bancário, garante que só irá servir para a "chicana política". Segundo o ex-ministro de Cavaco Silva, "o inquérito parlamentar a propósito do chamado 'caso BCP' vai apenas permitir a certo segmento do PSD tentar ajustar 'contas políticas' com o dr. Vítor Constâncio". Mais, iria ainda servir para PCP e Bloco de Esquerda "se delectarem em fazer chicana política convocando certos protagonistas ao Parlamento, para gáudio próprio e da comunicação social".

A finalizar este ponto da carta, Catroga diz lamentar que os dirigentes do partido "não tenham resistido às más pressões e tenham olvidado os bons conselhos". Na mesma entrevista, Menezes diz que teve "a demissão de membros da comissão política nacional porque eram accionistas de referência do BPN", numa referência a Joaquim Coimbra, também accionista do Sol. ■



PS chama Pinto Monteiro à Assembleia da República

Audição. Socialistas querem ouvir o procurador-geral da República sobre a investigação ao BPN

Um dia depois de ter chumbado a audiência parlamentar de vários antigos responsáveis do BPN, o PS anunciou ontem que pediu a ida ao Parlamento do Procurador-Geral da República (PGR). Segundo Alberto Martins, líder do grupo parlamentar socialista, Pinto Monteiro manifestou-se disponível para ir "em breve" à comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

Em declarações aos jornalistas, o dirigente do PS sustentou que o "papel de fiscalização política da Assembleia não pode em nenhuma circunstância prejudicar a

investigação criminal". "O PS tem tornado público que o objectivo essencial é a investigação criminal. Só com uma informação precisa e rigorosa da investigação, que para o PS é preponderante, é que a política pode agir", sustentou. Sem esclarecer, no entanto, se a audiência do PGR poderá levar a maioria parlamentar a viabilizar futuras audições com os ex-administradores do BPN. A audiência com Pinto Monteiro "significa que o Parlamento pode aferir com rigor o que não prejudica a investigação criminal", limitou-se a afirmar Alberto Martins. Que disse ainda esperar que o PGR informe os deputados sobre "os meios, os prazos, os tempos e o âmbito" da investigação ao BPN. ■ SUSETE FRANCISCO

CDS QUER INQUÉRITO PARLAMENTAR

O CDS/PP desafiou ontem os vários partidos a aprovarem uma comissão parlamentar de inquérito à actuação do Banco de Portugal no caso BPN e à gestão deste banco. O PSD já veio dizer, pela voz de Manuela Ferreira Leite, que votará a favor da proposta. Que não deverá, no entanto, contar com o acordo dos socialistas, essencial para a aprovação da comissão de inquérito.

19.40	20.55	23.30
O ex-administrador do BPN deixou a casa de Lisboa em direcção ao TCIC num Renault Clio branco, escoltado por quatro agentes da autoridade	José Oliveira e Costa entrou no Tribunal Central de Instrução Criminal para ser interrogado. O antigo banqueiro foi constituído arguido	O interrogatório conduzido pelo juiz Carlos Alexandre ainda decorria. Ex-presidente do BPN estava a ser confrontado com as suspeitas

De 1997 até à 'Operação Furacão'

Carácter. "Demasiado criativo e pouco realista", "centralizador" e "vingativo"

José Oliveira Costa capitaneou o Banco Português de Negócios (BPN) desde 1997 até Fevereiro de 2008. A sua carreira na banca conta com passagens anteriores pelo Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino, banco Pinto & Sotto Mayor e, finalmente, Finbanco, para onde tinha entrado em 1994. Saiu em conflito com o presidente e principal accionista, Álvaro Costa Leite.

Erradamente, é por vezes confundido com os fundadores do BPN, mas a verdade é que só quatro anos depois do nascimento da nova instituição assumiu a presidência. Foi nessa mesma altura em que Américo Amorim, até

principal accionista do BPN, com cerca de 25%, vendeu a sua participação.

Em declarações ao *Expresso*, na passada semana – logo após ter-se ficado a conhecer melhor os problemas em que o BPN estava envolvido – um ex-administrador do BPN, Amílcar Theias (ele próprio ex-ministro no Governo de Durão Barroso), dizia que Oliveira Costa "é demasiado criativo e pouco realista".

Outros consideram-no "muito centralizador, ou até "vingativo", com fama de ter feito raziá na Distrital de Aveiro, que chefiou durante anos, depois de ter impugnado umas primeiras eleições em que tinha sido vencido por escassa margem.

Desde cedo militante do PSD, foi apolante de Cavaco Silva no Congres-

so da Figueira da Foz, do qual o actual Presidente da República haveria de emergir como candidato laranja a primeiro-ministro.

Na passagem de José Oliveira Costa pelo Governo ficou conhecido como um dos homens que implementou a reforma fiscal. Mas também pelos perdões fiscais que concedeu a muitas empresas, com destaque para algumas da região de onde é originário.

Saiu do BPN em Fevereiro, depois de mais de dois anos de baixo de fogo, devido ao envolvimento do BPN na Operação Furacão.

Actualmente com 73 anos, José Oliveira Costa é casado e tem dois filhos (um homem e uma mulher). É licenciado em Economia pela faculdade de Economia da Universidade do Porto. ■



Oliveira e Costa apoiou Cavaco Silva

perfil

OLIVEIRA E COSTA

- Foi secretário de Estados dos Assuntos Fiscais de Miguel Cadilhe, no primeiro Governo de maioria absoluta de Cavaco Silva
- Foi presidente da Distrital de Aveiro do PSD
- Antes de fundar o BPN, passou pelo Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino, Banco Pinto & Sotto Mayor e Finbanco, entre outros

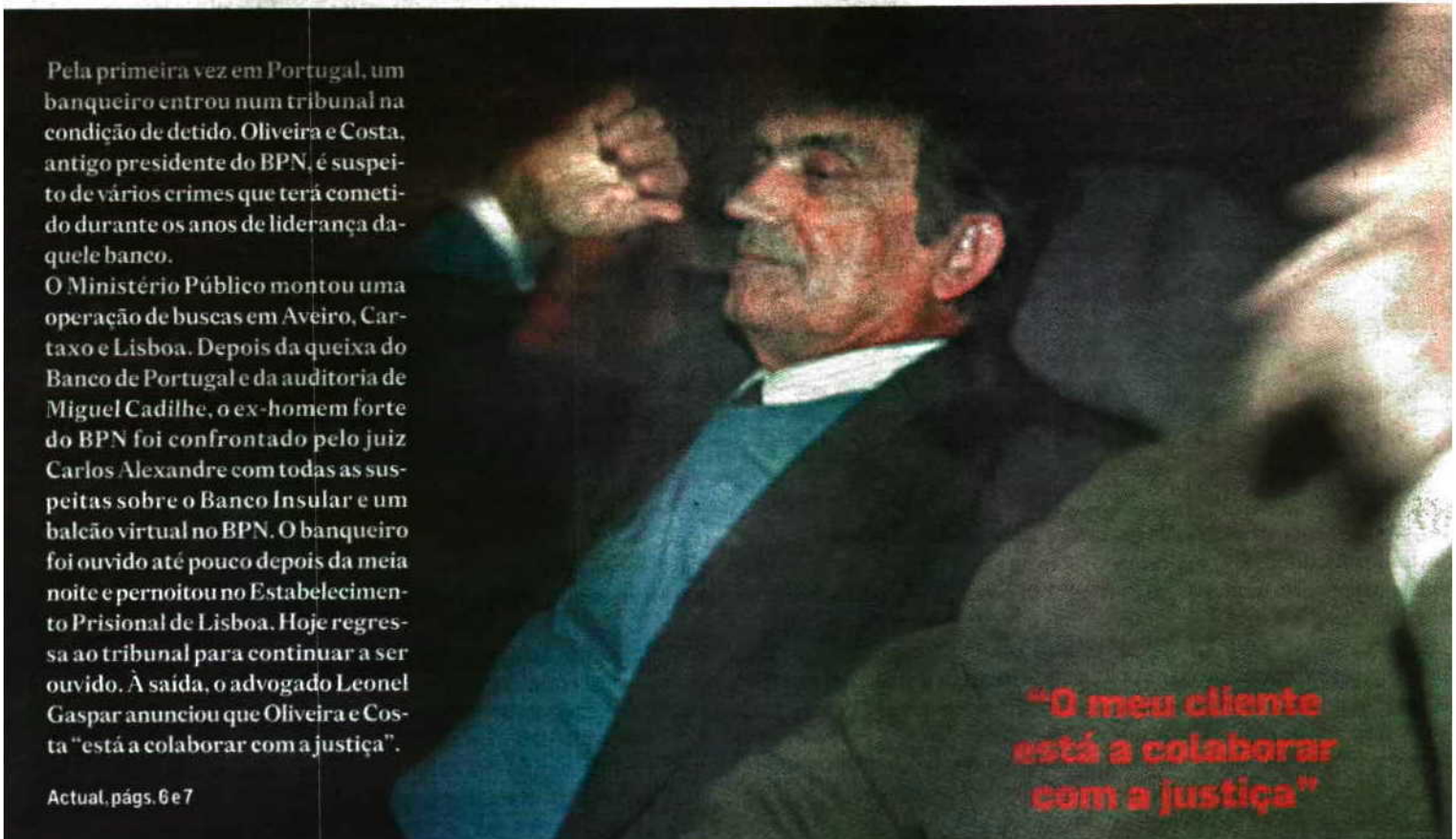


Oliveira e Costa detido por burla, fraude fiscal e branqueamento de capitais

Pela primeira vez em Portugal, um banqueiro entrou num tribunal na condição de detido. Oliveira e Costa, antigo presidente do BPN, é suspeito de vários crimes que terá cometido durante os anos de liderança daquele banco.

O Ministério Público montou uma operação de buscas em Aveiro, Cartaxo e Lisboa. Depois da queixa do Banco de Portugal e da auditoria de Miguel Cadilhe, o ex-homem forte do BPN foi confrontado pelo juiz Carlos Alexandre com todas as suspeitas sobre o Banco Insular e um balcão virtual no BPN. O banqueiro foi ouvido até pouco depois da meia noite e pernitoiu no Estabelecimento Prisional de Lisboa. Hoje regressa ao tribunal para continuar a ser ouvido. À saída, o advogado Leonel Gaspar anunciou que Oliveira e Costa "está a colaborar com a justiça".

Actual, págs. 6 e 7



"O meu cliente está a colaborar com a justiça"



BANCA

José Oliveira Costa constituído arguido por burla agravada e crimes fiscais

O ex-presidente do BPN foi ontem detido. É acusado de burla agravada, fraude fiscal, branqueamento de capitais e fuga ao fisco



Miguel Baltazar



José Oliveira Costa | Entre as moradas conhecidas do empresário está uma quinta no Cartaxo e dois andares no centro de Lisboa.

José Oliveira Costa, fundador e ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), foi ontem à tarde detido, no âmbito das investigações a alegadas práticas de gestão danosa. O empresário, de 73 anos, é acusado dos crimes de burla agravada, fraude fiscal, branqueamento de capitais e fuga ao fisco. A detenção foi feita numa quinta no Cartaxo, da qual Oliveira Costa é proprietário e onde estaria a residir nas últimas semanas, e foi o culminar de várias horas de buscas realizadas por equipas do Ministério Público, Inspeção Tributária e Brigada Fiscal às residências do antigo presidente do BPN, no Cartaxo e em Lisboa.

À hora de fecho desta edição, aguardava-se ainda que Oliveira Costa fosse ouvido num primeiro interrogatório, no Tribunal Central de Instrução Criminal. Devido à sua idade, bem como a problemas gra-

ves de saúde, o ex-presidente do BPN poderá ser alvo de medidas de coação mais ligeiras do que uma eventual prisão preventiva.

A detenção do ex-banqueiro foi feita no âmbito da investigação realizada pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal, que terá sido aberta com base em informações transmitidas ao Banco de Portugal pelo Banco de Cabo Verde, bem como em factos apurados na auditoria efectuada por iniciativa do ex-presidente do BPN, Miguel Cadilhe, avançou ontem o "Público online". Embora o BPN seja uma das cinco instituições bancárias referenciadas na "Operação Furacão", que envolve crimes de fraude fiscal, "Oliveira Costa não foi ainda constituído como arguido neste megaprocessado, que já tem centenas de arguidos, nomeadamente de empresas, sociedades de

advogados e respectivos clientes", acrescentava o "Público".

José Oliveira Costa fundou o Banco Português de Negócios e a casa-mãe Sociedade Lusa de Negócios, em 1998, depois de cinco anos de exercício político, enquanto secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nos governos social-democratas de Aníbal Cavaco Silva. Deixou o banco em Fevereiro deste ano alegando motivos de saúde. No entanto, sabe-se agora, que já há vários meses que um grupo de accionistas tentava forçar o seu afastamento.

BPN em inquérito parlamentar

O caso BPN deverá ser alvo de uma comissão parlamentar de inquérito constituída para averiguar práticas e intervenientes que conduziram ao processo que culminou com a nacionalização do banco no início de Novembro, devido a perdas

não declaradas na ordem dos 700 milhões de euros.

O CDS revelou ontem ao final da tarde ir avançar com um pedido nesse sentido. Uma medida que, segundo declarações também ontem proferidas por Manuela Ferreira Leite, deverá contar com o apoio do PSD, ficando assim reunidos os votos de um quinto dos deputados necessários para aprovar este processo.

Também ontem, o PS solicitou a presença no Parlamento do procurador-geral da República, Fernando Pinto Monteiro, para prestar esclarecimentos acerca do curso das investigações judiciais à gestão do BPN. Uma vontade que surge um dia depois do Partido Socialista ter reprovado os pedidos de audiência a ex-administradores do banco, por solicitação do Bloco de Esquerda e do PCP. **ES com agências**



O ex-presidente do BPN foi ontem à noite presente a tribunal para um primeiro interrogatório e a aplicação de eventuais medidas de coação.



Investigação Documentos e obras de arte apreendidos a Oliveira e Costa

Burla e branqueamento levam à detenção do ex-presidente do BPN

Oliveira e Costa começou a ser interrogado pelo juiz de instrução ontem ao princípio da noite. Medidas de coacção podem ser conhecidas hoje

António Arnaldo Mesquita, Ana Brito e Mariana Oliveira

O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José de Oliveira e Costa, foi detido ontem em Lisboa por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais numa das investigações pendentes no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCAAP). A detenção ocorreu 18 dias após a nacionalização do BPN e oito meses depois do ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva ter abandonado a liderança do banco.

O processo
Inquérito foi aberto este ano

A detenção de Oliveira e Costa foi feita no âmbito de uma investigação que terá sido aberta este ano com base em informações transmitidas ao Banco de Portugal pelo Banco de Cabo Verde, bem como em factos apurados, nomeadamente, na auditoria efectuada por iniciativa do ex-presidente do BPN Miguel Cadilhe. Embora o BPN seja uma das cinco instituições bancárias referenciadas na Operação Furacão, desancadeada há mais de quatro anos, Oliveira e Costa não foi ainda constituído arguido neste megaprocso com centenas de arguidos, entre eles empresas e sociedades de advogados. No entanto, alguns documentos que fazem parte dos autos do Furacão ajudaram os investigadores a perceber melhor os contornos dos crimes de que Oliveira e Costa é suspeito neste inquérito.



de e vastidão dos factos, era ontem previsível que a diligência fosse interrompida, prosseguindo hoje. Isto por que a revisão do Código de Processo Penal aconselha que os arguidos não sejam interrogados pela noite fora, como aconteceu antes.

Como a detenção ocorreu fora de flagrante delito, o Ministério Público teve de sujeitar o mandado de detenção de Oliveira e Costa à apreciação do juiz Carlos Alexandre. Este magistrado não só ordenou a detenção do ex-banqueiro como determinou duas buscas domiciliárias: uma visando uma quinta que o ex-deputado do PSD possui na zona do Cartaxo e outra num apartamento situado num condomínio fechado no centro de Lisboa.

Paralela às buscas - que tiveram a participação do magistrado titular do inquérito, o procurador da República, Vítor Magalhães, de elementos da Brigada Fiscal e da Inspeção Tributária - foi apreendida diversa documentação e algumas obras de arte. As investigações deverão tentar reconstruir os caminhos do dinheiro entregue ao BPN e direcionado para paraísos fiscais, assim como o respectivo destino final. Em causa poderá estar a apropriação ilícita de capitais através de operações que terão contribuído para a ruína do banco.

Já depois do PURLICO ter avançado na sua edição on-line com a notícia da detenção de Oliveira e Costa, o gabinete de imprensa da Procuradoria-Geral da República emitiu um comunicado. "O DCAAP confirma que foram realizadas buscas nas moradas conhecidas ao sr. dr. Oliveira e Costa, na sequência das quais o mesmo foi constituído arguido e vai ser apresentado ao senhor juiz de instrução do Tribunal Central de Instrução Criminal, para primeiro interrogatório e eventual aplicação de medidas de coacção", adianta a nota.

Oliveira e Costa, recorde-se, possuiu quase quatro por cento do capital do BPN, sendo sóo presidente do conselho de administração entre 1998 e Fevereiro desse ano. Invocando motivos de saúde, o ex-deputado do PSD abandonou as funções executivas do banco, mantendo-se, no entanto, como membro do respectivo conselho superior.

Dívidas nas contas de 2002
Os primeiros sinais de que o esquema de funcionamento do BPN (e da Sociedade Lusa de Negócios, em que estava inserido) era pouco ortodoxo surgiram quando a auditora externa Deloitte & Touche apresentou uma série de reservas às contas de 2002 da instituição.

Segundo o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, estas questões resolveram-se com instruções do banco central para que houvesse reforços dos rácios de capital e das provisões para riscos de crédito.

Em Deloitte, à semelhança das auditorias anteriores (Ernst & Young e Pricewaterhouse) que também apresentaram reservas às contas do BPN em anos anteriores, foi substituída pela BDO Binder a partir de 2003. Ao longo dos anos, 21 administradores do banco foram abandonando a instituição, alguns deles recusando-se a assinar as contas.

Embora Constâncio assegure que os problemas detectados "nunca puseram em causa a liquidez e solvabilidade da instituição", parece certo que em poucos anos Oliveira e Costa terá montado uma complicada teia de interesses e um esquema alegadamente fraudulento envolvendo empréstimos e empresas do grupo e accionistas, cujos resultados negativos foram estímulos no Banco Insular de Cabo Verde e, nos últimos tempos, num balcão virtual criado a partir de um computador.

E foi em 2007, quando o Banco de Portugal começou a ter "dificuldades em identificar os beneficiários de veículos off-shore que tinham recebido créditos do BPN", que o banco central começou a questionar (sem sucesso) Oliveira e Costa. Foram denúncias anónimas sobre o Banco Insular que permitiram, já este ano, ao Banco de Portugal avançar mais na investigação e contactar o Banco de Cabo Verde para averiguar a relação entre as duas instituições.

Em Junho, o supervisor obteve de Abdool Vakil (que sucedeu a Oliveira e Costa) uma confissão escrita das várias ilicitudes praticadas pelas equipas de gestão do BPN. Entre elas: receptação ilegal de depósitos, burla informática, insolvência dolosa, infidelidade comercial, favorecimento de credores e burla qualificada.

E foi aqui também que viu confirmada a existência de um buraco de 409 milhões de euros nas contas do Insular. A este valor acrescem desvalorizações de activos muito superiores a 300 milhões de euros no BPN, pelo que o valor das perdas identificadas até agora é de 800 milhões de euros.

No início de Setembro, Vítor Constâncio entregou ao procurador geral da República uma participação relativa às alegadas práticas financeiras ilícitas no BPN, em Outubro foi a vez de Miguel Cadilhe (que sucedeu a Vakil).

Jornalistas e polícia à espera da chegada de Oliveira e Costa



Ascensão e queda de Oliveira e Costa
Dos assuntos fiscais às contas com o fisco

Os impostos o glorificaram, os impostos o transaram. Foi como governante e dirigente do PSD que Oliveira e Costa se tornou figura pública, mas a sua carreira fica inevitavelmente marcada pelas questões do fisco. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais nos dois primeiros governos de Cavaco Silva, o até há pouco presidente do BPN destacou-se ia como o "pai" da reforma que introduziu o IVA no nosso país e acaba agora detido face à acumulação de suspeitas sobre a prática maciça de fraudes fiscais e burla qualificada.



A sua ascensão e queda fica também ligada a Miguel Cadilhe. Ele era o ministro das Finanças quando Oliveira e Costa ascendeu ao Governo e foi com a sua chegada à presidência do BPN que surgiram as auditorias que puseram à nu as práticas irregulares da gestão do seu antigo secretário de Estado. Oliveira e Costa nasceu em Aveiro e si iniciou a sua vida profissional como empregado de escritório. Licenciou-se depois em Economia e passou pelo Banco de Portugal, onde Cavaco Silva

o terá conhecido. Depois de ter sido eleito deputado pelo PSD, seguiram-se seis anos (entre 1985 e 1991) no Governo com a tutela dos assuntos fiscais. Foi neste período que o seu nome saltou para a ribalta, não só devido à polémica resultante do perdão de dívidas de que beneficiaram algumas empresas da região de Aveiro, mas também pela forma obsessiva com se empenhou para afirmar a "força" do PSD no distrito. Politicamente desgastado, saiu do Governo mas acabou premiado com a nomeação para uma das vice-presidências do Banco Europeu de Investimentos, antes de vir a fundar e a presidir ao Banco Português de Negócios. **J.A.M.**



Ex-líder do PSD denunciou "pressões" de ex-ministros

Catroga escreveu a Menezes protestando contra inquéritos à supervisão do BdP

● O ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva Eduardo Catroga revelou ontem que rompeu com a direção do PSD de Luís Filipe Menezes por discordar de propostas então defendidas pelo líder, entre as quais o pedido de inquérito parlamentar à supervisão bancária, da responsabilidade do Banco de Portugal (BdP), na sequência do "caso" BCP.

Em declarações ao PÚBLICO, Eduardo Catroga admitiu que escreveu duas cartas, transmitindo essa sua discordância. "Um inquérito por causa do BCP não servia para nada, só iria fragilizar o BdP. Sempre defendi que as instituições devem estar acima da querela política", explicou. Para o antigo ministro, por detrás da proposta de Menezes estavam "más pressões" de Pedro Santana Lopes, "que nunca perdou" a Vitor Constâncio o facto de o governador ter posto em causa o Orçamento de Estado apresentado pelo último Governo de maioria PSD/CDS-PP. Acusando Menezes de "levandade e ligeireza", Catroga sustenta que "um líder com sentido de Estado, em vez de pedir um inquérito

parlamentar, mandava fazer estudos tecnicamente fundamentados e, com base neles, apresentava propostas de melhoria legislativa [de supervisão]". Foi esse desagrado que manifestou nas duas cartas que escreveu a Menezes. Catroga, que sempre apoiou o



Eduardo Catroga admite ter escrito duas cartas a Menezes, que acusa de "levandade e ligeireza"

partido apesar de não ser militante, "suspendeu" a sua colaboração.

Anteontem, numa entrevista à RTPN, Luís Filipe Menezes voltou a denunciar pressões e "críticas ameaçadoras, algumas por escrito", de que teria sido alvo quando liderava o partido, vindas de "alguns ex-ministros de Portugal que não queriam que avançasse a fiscalização à supervisão bancária". Resistindo a revelar nomes, o ex-líder acrescentou que chegou a haver demissões de membros da comissão política nacional,

porque "eram accionistas de referência do BPN e tinham medo que a supervisão bancária fosse tocar nos interesses, porventura, de instituições financeiras que não estavam a funcionar de acordo com os padrões de transparência de um Estado de direito".

O PÚBLICO tentou, sem sucesso, obter de Menezes mais esclarecimentos sobre as denúncias e sobre demissões (que nunca foram tornadas públicas), mas o presidente da Câmara de Gaia esteve incontactável, tendo cancelado todos os compromissos de agenda de ontem. Um ex-deputado, que pediu anonimato, garantiu que teve apenas conhecimento da demissão de Joaquim Coimbra, que era vogal da comissão política. Questionado sobre quem tinha abandonado a direcção social-democrata - que nunca foi divulgada -, o ex-secretário-geral Ribau Esteves remeteu a resposta para "quem lançou a matéria para a praça pública: Luís Filipe Menezes", desafiando-o mesmo a contar "a história verdadeira. E toda". ■ Margarida Gomes e Filomena Fontes

PS avança com audição ao procurador-geral PSD vai viabilizar comissão de inquérito ao banco

● A criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) ao caso BPN vai ser possível, graças ao "sim" da líder do PSD. A disponibilidade de Manuela Ferreira Leite surge um dia depois de os deputados social-democratas terem hesitado em empenhar as suas assinaturas para viabilizar a proposta da comissão de inquérito anunciada pelo CDS. O PS, por seu turno, faz uma proposta alternativa, depois de ter chumbado todas as audições pedidas: ouvir o procurador-geral da República.

Ontem, e pela primeira vez, a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, falou do caso BPN, que envolve ex-ministros e várias figuras sociais-democratas. Reagindo à proposta do CDS-PP de avançar sobre uma comissão parlamentar de inquérito, Ferreira Leite anunciou que o PSD apoiará esta solução, "se houver um pedido de inquérito parlamentar, obviamente que o PSD vota a favor", afirmou a social-democrata na sede do parlamento.

Na quarta-feira, durante o debate sobre as audições pedidas por BE e PCP, Miguel Cadilhe (presidente do banco até data da nacionalização do BPN) e a Dias Loureiro, antigo administrador do banco, o PS desafiou a oposição a avançar com uma comissão de inquérito, tentando pôr o PSD entre a espada e a parede. O CDS anunciou na altura que iria concretizar essa solução. Mas como optou pela via parlamentar (impositiva), precisava do apoio dos deputados social-democratas, que se mostraram pouco inclinados a participar, embora tivessem votado a favor de todas as audições pedidas sobre o caso.

Ferreira Leite disponibilizou ontem o partido para viabilizar a comissão de inquérito e agora quer saber qual será a resposta dos socialistas a este pedido, já que até agora o PS tem inviabilizado todas as propostas de audição sobre este caso. O PÚBLICO sabe que esta posição socialista criou muitas divisões no seio do grupo parlamentar, mas foi defendida por alguns deputados com o argumento da necessidade de se preservar a estabilidade do sistema financeiro.

Ontem, um dia depois da oposição em coro ter questionado o PS sobre o que tem a esconder neste caso, o

líder parlamentar, Alberto Martins, pediu a presença do procurador-geral da República para esclarecer o curso das investigações judiciais relativamente à gestão do BPN. E reserva para depois desses esclarecimentos uma posição sobre futuras audições, apesar de reconhecer que o procurador está sujeito a segredo de justiça.

A proposta de Alberto Martins é fundamentada com a necessidade de se "afetir com rigor o que é que não prejudica a investigação criminal sobre as irregularidades no BPN", viabilizando mais uma vez que o PS dá prioridade à investigação judicial.

Em reacção a este passo político dos socialistas, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, acusou o PS de contradição por ter negado a audição de dirigentes do BPN e agora querer ouvir o procurador. "O PS inviabilizou a audição de todos os dirigentes do BPN justificando-as com a interferência em processos judiciais em curso. E agora quer ouvir o Parlamento o procurador-geral da República, titular dos processos judiciais? Não há maior contradição", defende Rangel, que recusou comentar a detenção de Oliveira e Costa.

PCP tinham muitas dúvidas sobre a criação de uma comissão de inquérito por terem concluído pela inutilidade da mais recente - sobre o caso BCP -, mas, perante a possibilidade de se votar, não deveriam votar contra. Sofia Rodrigues, com J.F.C.

OPPE e "coerência"

Chumbo de todas as audições pedidas sobre o BPN levou o CDS-PP a formalizar ontem a proposta para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a actuação do Banco de Portugal enquanto supervisor. "O Parlamento tem de ser historicamente coerente. Se no passado se constituiram comissões de inquérito a processos-crime, como por exemplo no caso Camarate, deve aprovar a constituição desta comissão", defendeu o deputado Bruno Melo, do CDS-PP.



Se a CPI for viabilizada, Dias Loureiro deverá ser chamado à AR

BPN Oliveira e Costa apanhado

Ministério Público deteve o ex-presidente do banco e apreendeu-lhe documentos e obras de arte

● O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José de Oliveira e Costa, foi detido por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais, no âmbito de uma das investigações pendentes no Departamento Central de Investigação e Acção Penal. Oliveira e Costa chegou ontem pouco antes das 21h ao Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa, onde foi ouvido pelo juiz titular Carlos Alexandre, que hoje irá decretar as medidas de coacção que serão aplicadas ao ex-banqueiro. O

magistrado não só tinha ordenado a detenção de Oliveira e Costa como determinou duas buscas domiciliárias, uma numa quinta que o ex-deputado do PSD possui na zona do Cartaxo e outra num apartamento situado num condomínio fechado no centro de Lisboa. No decorrer dessas buscas, foram apreendidos diversos documentos e obras de arte. Oliveira e Costa detém quase quatro por cento do capital do BPN, tendo sido presidente do conselho de administração entre 1998 e Fevereiro deste ano. Invocando motivos de saúde, o



SARA MATOS

ex-deputado do PSD abandonou as funções no banco, mantendo-se, no entanto, como membro do respectivo Conselho Superior. Entretanto, o PSD anunciou ontem que vai viabilizar a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN, o que poderá contornar o chumbo do PS à convocação de Miguel Cadilhe e de Dias Loureiro para serem inquiridos sobre o caso. O PS prefere, por seu lado, convocar para a Assembleia o procurador-geral da República, apesar do segredo de justiça a que está obrigado. → Destaque, 6/7



Caso BPN

Chumbo a Dias Loureiro pode ser tiro pela culatra

Recusa do PS em ouvir Dias Loureiro deixou partidos **desconfiados sobre os motivos que levaram os socialistas a chumbar** a audição ao conselheiro de Estado. Vitalino Canas desvaloriza insinuações

POR: RAQUEL MADUREIRA
rmadureira@meiahora.pt

Afinados pelo mesmo diapasão, PSD, CDS-PP, PCP e BE dizem não entender o motivo que levou o PS a recusar a audição de Dias Loureiro no Parlamento, a propósito das irregularidades detectadas no Banco Português de Negócios (BPN). A maioria socialista argumentou que a Assembleia da República não é o local apropriado para ouvir o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios – proprietária do BPN antes da sua nacionalização –, mas a oposição considera “estranho” que seja negada uma audição a um conselheiro de Estado.

Vitalino Canas diz que “o PS não tem nada a temer nem a esconder”

Para Louçã, “é inaceitável que o PS se recuse a ouvir esclarecimentos”. O líder do BE disse ao *Meia Hora* que essa recusa “é a prova de que o PS tem algo a esconder”, já que “Dias Loureiro deve explicações sobre o caso”.

Também Hugo Velosa, do PSD, sustentou que “as explicações do PS” para não querer ouvir o ex-ministro de Ca-

vaco Silva “não são plausíveis”. Na opinião do vice-presidente do grupo parlamentar do maior partido da oposição, “existe alguma razão que não é clara”, garantindo que o PSD “vai continuar a tentar que Dias Loureiro seja ouvido”.

Decisão estranha. Para Nuno Melo, do CDS-PP, a decisão dos socialistas “é incompreensível”. Afirmando, com ironia, que “não tem dons premonitórios”, o deputado sublinhou que “quando está em causa a avaliação de um dos casos mais graves na história da banca portuguesa e se recusa a ouvir um interveniente directo”, essa atitude “é, no mínimo, estranha”.

Do PCP, através de Honório Novo, chegou a mesma “es-

tranheza”: “Se não importa ouvir Dias Loureiro, importa ouvir quem? Um funcionário do Largo do Rato?”, questionou o deputado, acrescentando que, “por coincidência, o PS recusa ouvir uma figura que é conselheiro de Estado”.

Nada a temer. Ouvido pelo *Meia Hora*, o porta-voz do PS garantiu que “o partido não tem nada a temer, nem a esconder”. Vitalino Canas explicou que a decisão de não ouvir Dias Loureiro foi “coerente”, já que “o PS considera que o Parlamento não se deve intrometer em casos sob investigação”, nem é “uma caixa de ressonância para explicações”, acrescentou o porta-voz do PS, desvalorizando “as alegações de má-fé” feitas pela oposição.

Parlamento

PS quer PGR a esclarecer, CDS, comissão de inquérito

● O PS pediu ontem a presença do procurador-geral da República (PGR) no Parlamento para esclarecer o curso das investigações judiciais em relação à gestão do Banco Português de Negócios (BPN). O líder da banca parlamentar socialista adiantou que Pinto Monteiro já se mostrou disponível para comparecer em breve na Assembleia da República, mais concretamente na Comissão Parlamentar de Finanças e Orçamento.

Segundo Alberto Martins, “o papel de fiscalização política da Assembleia da República não pode em nenhuma circunstância prejudicar a in-

vestigação criminal”. Por isso, acrescenta, o PS pede a ida do PGR ao Parlamento “para dar conta do processo”.

Comissão. Entretanto, o CDS-PP já havia defendido que para manter a “coerência histórica” o Parlamento deve aprovar a constituição de uma comissão de inquérito que “mostre ao País” as falhas do Banco de Portugal na supervisão ao BPN.

A proposta do CDS-PP conta já com a aprovação do PSD, garantida pela líder do partido. Ferreira Leite afirmou ainda estar curiosa em saber “a posição do PS perante esse pedido de inquérito”.



NA BERLINDA
CDM

Ex-ministro de Cavaco Silva, o conselheiro de Estado Dias Loureiro, não consegue ser ouvido no Parlamento

Detido

José Oliveira e Costa já foi detido e constituído arguido

Ministério Público deteve o ex-presidente do BPN (de 1998 a 2008) e fez buscas às suas residências. Oliveira e Costa vai ser submetido a um primeiro interrogatório judicial no Tribunal Central de Instrução Criminal.



PCP defende «soluções para quem precisa»

Basta de milhões para a banca

O PCP promoveu, dia 13, uma acção nacional de esclarecimento sobre a crise do capitalismo, de denúncia da política do Governo e de apresentação de propostas do Partido.

Ao mesmo tempo que Jerónimo de Sousa participava numa acção junto à sede da PT, em Lisboa, por todo o País, em diversas acções de rua, o PCP distribuía um folheto onde se afirmava: «Basta de milhões para a banca! Soluções para quem precisa!». Considerando que a crise «não é para todos», os comunistas lembraram os avultados lucros da banca – mais de 3 milhões por dia, «enquanto as famílias e as empresas asfixiam sob o peso das taxas de juro».

O PCP acusa ainda o Governo de pretender oferecer 200 milhões de euros à GALP (para cumprir regras ambientais), que ganhou milhões com a especulação do preço dos combustíveis. O *off-shore* da Madeira «destinado a permitir que os grandes grupos económicos fujam ao fisco» mantém o mesmo nível de benefícios – 1800 milhões de euros, acrescenta o PCP.

Também as medidas de suposto combate à crise merecem a crítica dos comunistas. «O Governo avançou com uma garantia do Estado aos bancos [de 20 mil milhões de euros], sem qualquer imposição ou contrapartida, premiando os responsáveis pela crise». A compra do Banco Português de Negócios/BPN constituiu um «negócio que passa ao lado do

apuramento de responsabilidades, transfere para o erário público os milhões de prejuízos e deixa intacta a parte lucrativa do grupo económico onde o BPN se insere».

Para os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população é o inverso. No Orçamento de Estado para 2009, é reduzido o valor para o subsídio de desemprego; pretende-se impor um referencial de 2,5 por cento para os salários, que se traduzirá na redução do poder de compra; volta a crescer o peso dos impostos indirectos, como o IVA. O novo Código do Trabalho «cria as condições para o grande patronato agravar a explo-

ração, diminuir os salários, alargar o horário de trabalho e impor menos direitos», acrescenta o PCP.

No folheto, são tornadas públicas as propostas do Partido: aumento dos salários e das reformas e pensões; a revogação dos aspectos negativos do Código do Trabalho; o reforço do papel e intervenção do Estado em sectores e áreas estratégicas; a defesa dos sectores produtivos e da produção nacional; a adopção de uma política de emprego com direitos; a adopção de uma nova política de crédito; uma intervenção que ponha fim aos paraísos fiscais (*off-shores*) são algumas delas.

A parte lucrativa do grupo a que pertencia o BPN ficou intacta

crise». A compra do Banco Português de Negócios/BPN constituiu um «negócio que passa ao lado do



Em várias acções por todo o País, o PCP denunciou o carácter de classe da política do Governo



BPN. Depois de em 2005 ter feito ao Banco de Portugal uma pergunta genérica sobre o Banco Insular, equipa da 'Operação Furacão' concretizou suspeitas em meados do ano passado

Constâncio teve dados sobre o Insular em 2007

Procuradoria-geral não desmente informação

CARLOS LIMA

O Departamento de Supervisão do Banco de Portugal (BdP) recebeu, em meados de 2007, um conjunto de informações da equipa da "Operação Furacão" sobre as actividades entre o BPN e o Banco Insular, em Cabo Verde. Este dado, confirmado pelo DN, junto de uma fonte directamente ligada ao processo que corre no Ministério Público (MP), contraria a versão de Vitor Constâncio, governador do BdP, que afirmou que a instituição que lidera não recebeu qualquer informação do MP.

Os dados que os magistrados da "Operação Furacão" enviaram em 2007 evidenciavam, segundo a mesma fonte, "as suspeitas apuradas no decorrer da investigação". "Em 2005, foi o MP que pe-diu informação ao BdP sobre o Insular. Um pedido que poderia ter intrigado, mas, compreende-se, era genérico. No ano passado, a informação já não foi bem assim", precisou a fonte contactada pelo DN.

Estas declarações contrariam a versão que Vitor Constâncio tem feito passar. Há duas semanas, após o semanário *So* ter afirmado que o BdP foi informado pelo "Furacão", o banco central português afirmou em comunicado que "nunca recebeu do Ministério Público qualquer informação sobre o BPN". Dias depois, numa noctívaga audição parlamentar sobre o caso BPN, Constâncio reafirmaria que "não teve nem tinha de ter" acesso às investigações do MP.

Questionada pelo DN, a Procuradoria-Geral da República não des-

mente o envio de informação em 2007, nem o pedido de 2005. Limita-se a dizer que, "atento o segredo de justiça", "não podem ser fornecidas as informações pretendidas". Sendo certo que a questão do segredo de justiça é tudo menos pacífica na "Operação Furacão" (ver texto nestas páginas).

Esta tramitação é, sobretudo, importante para se perceber se o BdP foi suficientemente lesto a resolver um problema ou, pelo contrário, este se arrastou sem necessidade. Aliás, segundo revelou ontem o *Diário Económico*, Miguel Cadilhe, o último presidente do BPN, considerou que Vitor Constâncio teve uma "responsabilidade coadjuvante". Cadilhe, numa carta enviada aos accionistas da SLN SGPS, afirmou que transmitiu "expressamente" aquela ideia ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

É que, perante os dados que já são públicos, o BdP só no início deste ano é que encetou um conjunto de diligências para apurar a relação entre o

Cadilhe diz que Constâncio teve responsabilidades

BPN e o Banco Insular. Diligências muito superficiais, na base do envio de ofícios, pedidos de informações. Sem utilizar a pouca artilharia de que dispõe o supervisor, como uma inspecção surpresa.

Em resumo, Vitor Constâncio não reconheceu nenhum erro na supervisão. Tudo o que estava ao alcance do BdP foi feito. Tal como no estrangeiro, as fraudes acontecem. "Fraudes ao mais alto nível, que não deixam rasto nas contas, não são fáceis de descobrir", afirmou no Parlamento. Ontem, o CDS/PP apresentou uma proposta para a criação de uma comissão de inquérito à supervisão bancária, mas a maioria socialista no Parlamento chumbou a iniciativa (ver caixa). Para se saber se a supervisão actuou ou não devidamente, apenas há as palavras dos próprios. ■

Considero que nem os auditores nem os serviços do banco podem ser considerados responsáveis por não terem descoberto estas realidades ocultas.

A pressão que fomos criando para obter informações e os processos de contra-ordenações criaram problemas internos no Banco Português de Negócios

Vitor Constâncio
governador do Banco de Portugal



PS vai chumbar comissão de inquérito do CDS

Tudo chumbado – os requerimentos apresentados no Parlamento pelo PCP e BE, para audição de vários antigos responsáveis pelo BPN (entre os quais Manuel Dias Loureiro), tiveram ontem o voto contra da maioria socialista.

Face à recusa, o CDS anunciou que irá propor a constituição de uma comissão de inquérito às irregularidades no Banco Português de Negócios. Mas a iniciativa dos centristas terá o mesmo destino – a reprovação da maioria. "O PS não vai mudar de comportamento nesta matéria", afirmou ao DN Vitor Baptista, coordenador socialista na comissão de Orçamento e Finanças.

Com toda a oposição a defender as audições, em particular a de Dias

Loureiro – que dirigiu uma carta à Assembleia pedindo para ser ouvido pelos deputados – os vários partidos não pouparam ontem críticas ao PS. "De que é que têm medo?" foi uma pergunta que percorreu as bancadas. Pelos socialistas, Vitor Baptista argumentou que há uma investigação em curso, pelo que o Parlamento não é a sede para dar explicações. "Seja quem for o cidadão que tenha explicações a dar, deve dá-las nas instâncias próprias", defendeu o deputado do PS, apontando a Procuradoria-Geral da República.

Argumentos que não convenceram a oposição. Hugo Velosa (PSD) devolveu aos socialistas as acusações de "silêncio cúmplice" no caso do BPN. Honório Novo, do PCP, afirmou

que o PS "não tem um pingão de vergonha política". Francisco Louça deixou uma pergunta – "Porque é que o PS quer fugir à verdade, o que é que querem tapar?". Já Nuno Melo, do CDS, sustentou que o chumbo é "absurdo, estranhíssimo", anunciando o pedido de uma comissão de inquérito. Uma iniciativa que terá, no entanto, de passar pelo crivo do PS. Para impor um inquérito parlamentar, sem que este possa ser travado pela maioria, o pedido tem de ser feito por um quinto dos deputados (46) – ou seja, o PSD tem de participar. Ontem, Hugo Velosa manifestou reticências a este cenário, invocando o mau funcionamento de uma anterior comissão de inquérito ao BCP. ■

SUSETTE FRANCISCO

DA PRIMEIRA INFORMAÇÃO À NACIONALIZAÇÃO DO BPN

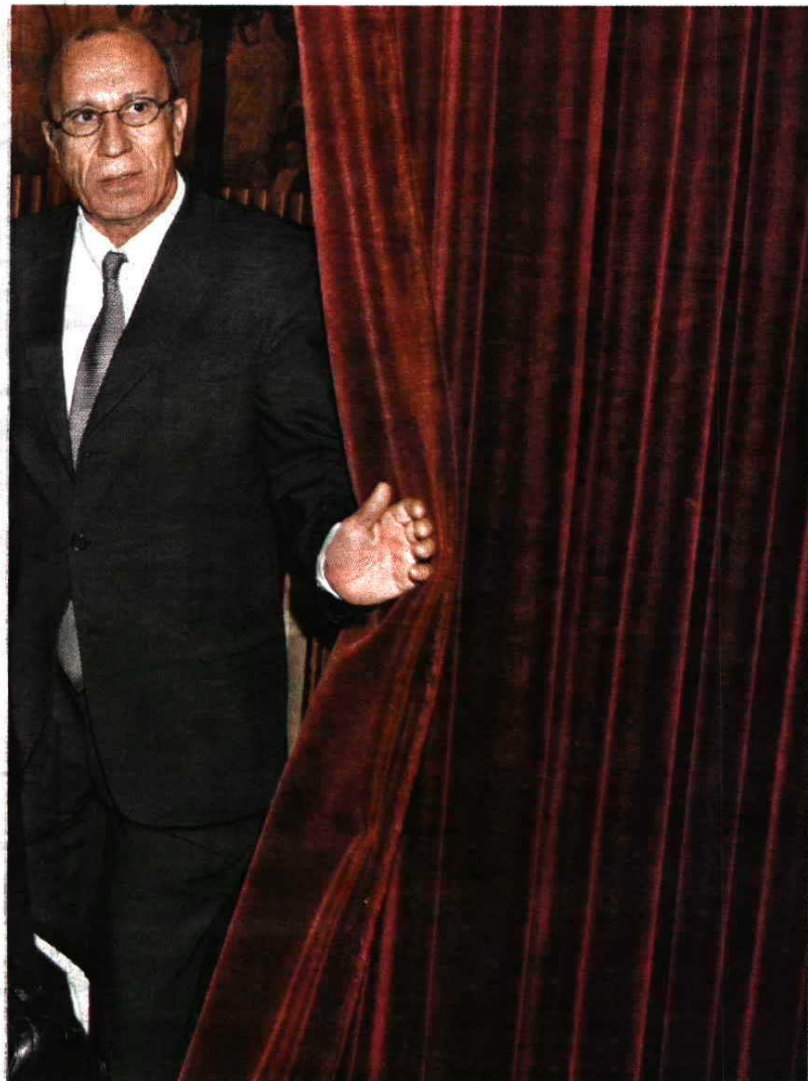
2005 Ministério Público pede informações ao Banco de Portugal sobre o Banco Insular. Um pedido genérico, sem grande detalhes, apenas para complementar indícios recolhidos no âmbito da "Operação Furacão".

2007 Nova correspondência do Ministério Público para o Banco de Portugal, desta vez dando conta de informações mais cimentadas sobre as relações entre o Insular e o BPN. O ofício foi enviado para o Departamento de Supervisão.

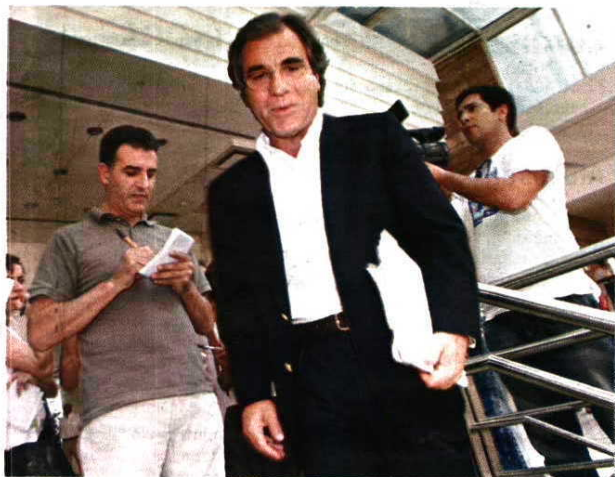
30 DE JANEIRO DE 2008 Começam as diligências do Banco de Portugal sobre o BPN. Numa extensa carta, o supervisor faz várias perguntas sobre operações e ligações do BPN a sociedade *offshores*.

FEVEREIRO DE 2008 Banco de Portugal pede informações genéricas, segundo Constâncio, a Cabo Verde sobre o Insular: quem eram os titulares e se tinham relações com portugueses. Em Março recebe a resposta.

2 DE JUNHO DE 2008 Abdol Vakil, então presidente do Conselho de Administração do BPN, confirma, em carta dirigida ao Banco de Portugal, que o Banco Insular pertence ao universo da Sociedade Lusa de Negócios. Mas, segundo Vitor Constâncio, esta confissão não che-



Versões de Vítor Constâncio têm sido contrariadas



Dias Loureiro não será recebido na Assembleia da República

BE pede demissão

O Bloco de Esquerda defendeu ontem que, a confirmar-se a participação de **Manuel Dias Loureiro** em negócios do BPN que não foram reflectidos nas contas do grupo, o ex-deputado deve demitir-se do Conselho de Estado, onde tem actualmente assento. Segundo o jornal *Público* de ontem, o antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (proprietária do BPN) participou na compra de empresas sediadas em Porto Rico, em 2001 e 2002, operações que foram ocultadas das autoridades. "A ser verdade, [Dias Loureiro] devia demitir-se, não pode manter o seu lugar no Conselho do Estado", defendeu ontem no Parlamento o líder bloquista, Francisco Louçã.

gava. Faltava um papel que a comprovasse.

29 DE AGOSTO DE 2008
Vítor Constâncio entrega na Procuradoria-Geral da República, uma queixa-crime, depois de desenvolver o respectivo processo de

averiguações.

2 DE NOVEMBRO DE 2008
Governo anuncia a nacionalização do BPN. Em causa está um buraco financeiro próximo dos mil milhões de euros.

Tribunal da Relação de Lisboa transforma 'Furacão' numa lotaria

Decisões. Há dias em que há segredo de justiça. Outros não

Continuam as decisões contraditórias sobre o segredo de justiça na "Operação furacão". Agora, foi na 5.ª secção do Tribunal da Relação de Lisboa. Para dois juízes desembargadores, o prazo de prolongamento do segredo até Julho de 2009 está dentro da lei. Mas, dias depois desta decisão, outros juízes da mesma secção disseram que, afinal, não pode ser.

O caricato da situação leva a que alguns arguidos (advogados e a SPAL, Sociedade Portuguesa de Alcobaça) tenham nas mãos um acórdão que lhes dá acesso aos autos e outro que diz que o processo está em segredo de justiça. Confuso? Ora, os arguidos recorrem, em primeiro lugar, de um despacho do juiz de instru-

ção que prolongou o segredo de justiça por um período de três meses. O TRL deu-lhes razão, levando o Ministério Público a recorrer até ao Tribunal Constitucional, que rejeitou a entrada do recurso (tal como o DN noticiou esta semana).

Entretanto, o juiz de instrução do Tribunal Central de Instrução Criminal fez um novo despacho, prolongando o segredo de justiça até Julho de 2009 - o prazo "objectivamente indispensável" para terminar a investigação, tal como diz a lei. Os arguidos recorreram novamente. Os desembargadores Carlos Santos e Manuel Saraiva deram razão ao juiz de instrução, considerando bem aplicado o prazo de um ano.

Para baralhar ainda mais, dias depois desta decisão, segundo informações recolhidas pelo DN, outros juízes desembarga-

dores da 5.ª secção emitiram um acórdão em sentido contrário.

MP vai para o Supremo
Estas últimas decisões juntam-se a outras já proferidas pelo TRL, nas quais se sucederam as contradições. "É a imagem e a credibilidade da justiça que está em causa com o que se tem passado", disse ao DN um advogado ligado ao processo.

Para tentar ultrapassar este obstáculo, o Ministério Público deverá, em breve, solicitar ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) a chamada "uniformização de jurisprudência". Isto é, caberá ao STJ fazer uma única interpretação da lei. Sendo certo que, de acordo com a actual lei, o "processo é público sob pena de nulidade". Ou seja, se o STJ considerar que não deveria haver segredo, muito do processo pode ser nulo. ■ - C.R.L.

Fundo imobiliário do BPN já pode endividar-se até 45% da carteira

O debilitado fundo imobiliário do BPN - BPN Imonegócios - recebeu ontem a autorização formal para se endividar acima do limite normal de 25%.

De acordo com uma deliberação do conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), foi aprovada "a extensão da autorização de ultrapassagem, pelo fundo de investimento imobiliário aberto BPN Imonegócios, do limite máximo de endividamento (...) que havia sido concedida em 10 de Outubro de 2008". Segundo apurou o DN, esta deliberação significa que os gestores desta carteira passam a poder assumir dívida até um novo limite de 45%.

Refira-se que, numa análise à estrutura de carteira do Imonegócios no final de Outubro, o peso da dívida face ao volume de 394,4 milhões de euros encontra-se já nos 59%. No entanto, os limites de endividamentos são calculados em função do valor dos activos, que compreendem construções acabadas e projectos em construção.



Fundo do BPN com défice de liquidez

Os fundos do BPN têm sido penalizados pela desvalorização dos seus activos, mas sobretudo por elevados montantes de resgates. Uma situação que tem vindo a agravar-se nos últimos dias e que já motivou a injeção de 100 milhões de euros pelo Estado através da CGD. Há precisamente 12 meses, a carteira do Imonegócios ultrapassava ligeiramente os 600 milhões de euros sob gestão ■ - P.F.E.

Caso de extorsão ao BPN teve novo capítulo

O julgamento do processo de tentativa de extorsão ao Banco Português de Negócios (BPN) conheceu ontem novos desenvolvimentos, com dois dos acusados a dizerem-se inocentes e a imputarem toda a **responsabilidade dos factos ao**

arguido Domingos Freitas.
A medida que dois dos arguidos, Domingos Freitas e Bruno Pimenta, prestavam os seus depoimentos, a escassa assistência que enchia a sala de audiências do Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, fica-

va com a sensação de assistir a um policial de série B, com um enredo que gira à volta de um "golpe" que correu mal. Os cinco arguidos são acusados de tentar extorquir cinco milhões de euros ao BPN, em troca de não divulgarem documentos que alegada-

mente revelam irregularidades praticadas pela instituição, na altura dos factos (Janeiro deste ano) liderada por José de Oliveira e Costa, que está convocado como testemunha. A audição de testemunhas será feita a partir da próxima sessão, no dia 26. LUSA



Caixa deve ficar com Grupo Português de Saúde

A EMPRESA HOSPITAIS PRIVADOS DE PORTUGAL está na linha da frente para comprar o grupo de saúde que pertence à SLN.

Mário Baptista
mbaptista@economicasgps.com

A Hospitais Privados de Portugal (HPP), a empresa do grupo Caixa Geral de Depósitos com interesses na Saúde, vai “provavelmente” comprar o Grupo Português de Saúde (GPS), apurou o Diário Económico junto de uma fonte ligada ao processo de integração do banco privado no maior banco público português.

“Provavelmente, ficaremos com a gestão do GPS”, disse a mesma fonte ligada ao banco público, acrescentando que, como muitas das empresas da Sociedade Lusa de Negócios estão “fortemente ligadas” ao banco, o endividamento seria insuportável a curto prazo. Certo é que “nenhuma decisão oficial está to-

além de várias clínicas espalhadas pelo país.

O Centro de Medicina, aliás, pode não ser o único hospital que a HPP pode vir a gerir por via desta aquisição, uma vez que o GPS está muito bem colocado para ganhar a gestão do hospital de Vila Franca de Xira, onde, juntamente com a José de Mello Saúde, está na *short-list* para passar à fase final de negociação, em que o Estado escolhe um concorrente para negociar o contrato. ■

A radiografia de um dos maiores grupos de saúde privados

■ O Grupo Português de Saúde (GPS) é um dos maiores grupos de saúde privada em Portugal. O “protagonismo” neste sector é partilhado com o Espírito Santo Saúde, o José de Mello Saúde e os Hospitais Privados de Portugal. Criado em Julho de 2004 e detido pela Sociedade Lusa de Negócios (SLBN), o GPS tem na sua carteira, entre outros, os hospitais British Hospital, o St. Louis, o Hospital de Santa Maria (Porto) e o Centro Hospitalar de S. Francisco em Leiria. Os últimos dados disponíveis, relativos a 2006, dão conta que o grupo gerava um volume de negócios na ordem dos 90 milhões de euros.

Apesar de não estar tomada nenhuma posição oficial, é provável que os Hospitais Privados de Portugal fiquem com o GPS.

mada”, salvaguarda a mesma fonte, que admite até haver outros interessados. Contactados pelo Diário Económico, nenhum dos principais grupos portugueses de saúde mostrou interesse em sequer falar do assunto, e os analistas duvidam do interesse de qualquer um nesta operação.

A concretizar-se, a HPP ficará com a gestão da primeira parceria público-privada na área da Saúde – a gestão de um Centro de Medicina Física e de Reabilitação, em São Brás de Alportel, no Algarve – e com o British Hospital, em Lisboa, para



SLN vende seguros até ao final

DAS VÁRIAS ÁREAS À VENDA os seguros serão a primeira a ficar concluída, seguindo-se a saúde, os vinhos e

Maria Ana Barroso e Sandra Almeida Simões
simoes@economicasgpps.com

O sector segurador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) será o único negócio a conhecer desfecho até ao final do ano. Nas restantes áreas onde o grupo pretende realizar encaixes poderão vir a surgir alienações, mas nunca antes de 2009.

De acordo com fonte do grupo, do processo de venda de activos anunciado por Miguel Cadilhe em Setembro, estão a produzir-se resultados mais visíveis em quatro áreas: seguros, saúde, vinhos e tecnologias de informação. O leque de activos do grupo, colocado numa montra que foi o 'site' "slnfocus" era, no entanto, bem mais vasto, incluindo áreas de negócios, como cimentos, comércio e renting automóvel, corretagem financeira, hotelaria e turismo, imobiliária e imóveis e ainda serviços de segurança.

No sector segurador, fonte oficial do grupo SLN reafirma que o dia 5 de Dezembro se mantém como data limite para receber propostas vinculativas dos investidores que se mostrem interessados. A mesma fonte adianta

ainda que para a semana posterior está "agendada a discussão exclusiva com o candidato melhor colocado". Tal permitirá uma venda ainda em 2008, o que é objectivo agora afirmado por fonte do grupo SLN.

Ao que o Diário Económico apurou, a nova administração do BPN e da SLN terão acordado a venda, em conjunto, da Real Vida Seguros e da Real Seguros. O objectivo é vender um activo que em conjunto é mais rentável do que em separado. Recorde-se que na passada semana Francisco Bandeira, agora presidente do BPN, já tinha avançado a possibilidade de venda de alguns activos do BPN, como os seguros ou a banca de investimento, admitindo que "não se quebre nenhum ritmo dos trabalhos que se têm vindo a concretizar". Assim, com este acordo de cooperação, as duas administrações garantem, à partida, um melhor preço e o cumprimento do calendário estipulado para desfecho deste dossier.

Esta aliança para vender os seguros num único pacote é um dos principais objectivos da primeira reunião entre a nova e a velha administração. Um encontro agendado para

Do processo de venda de activos, estão a produzir-se resultados mais visíveis em quatro áreas: seguros, saúde, vinhos e tecnologias da informação, adiantou fonte oficial do grupo SLN.

esta semana, mas que, segundo soube o Diário Económico, ainda não terá ocorrido. Do mesmo programa o processo de eventual alienação do Grupo Português de Saúde (GPS) continua a decorrer. "O prazo para ofertas não vinculativas está previsto para o final desta semana e a entrega, em meados de Dezembro, das ofertas vinculativas". A concretizarem-se estes prazos, dificilmente a venda conhecerá desfecho ainda este ano, tendo um favorito para ficar com o negócio (ver texto ao lado). Para dia 18 de Dezembro, está agendada a assembleia geral,

onde um dos pontos da ordem de trabalhos é precisamente "apreciar e deliberar sobre opções estratégicas do grupo SLN pós-nacionalização do BPN". Assim, os processos estão a decorrer, embora a administração de Miguel Cadilhe vá reavaliar o futuro da holding. Na agro-

Miguel Cadilhe, presidente da Sociedade Lusa de Negócios



indústria, o processo está também a decorrer. No negócio dos vinhos "houve manifestações de interesse e os contactos com interessados estão adiantados". Nas tecnologias de informação, também estão em curso conversações com potenciais interessados, mas a mesma fonte diz que este dossier está dependente de clarificação com a nova administração do BPN, devido à ligação operacional com a SLN. ■

Real Seguros e Real Vida Seguros vendidas em bloco

■ A decisão de vender as duas seguradoras num único bloco parece ser cada vez mais consensual. Isto apesar das duas seguradoras estarem ligadas a empresas diferentes. A Real Seguros está ligada à 'holding' SLN e a Real Vida Seguros está integrada no BPN (e como tal, com a nacionalização do banco, pertence agora ao Estado). Esta última seguradora registou em 2007 um volume de prémios na ordem dos 18,2 milhões de euros. Os lucros desta companhia ficaram-se

pelos 428 mil euros. Já a Real Seguros atingiu em 2007 um volume de prémios de 125,6 milhões de euros. No que diz respeito aos resultados líquidos, os números da Real Seguros cifraram-se nos 9,1 milhões de euros.

No total, a empresa tinha em 2007 339 mil apólices. A decisão de vender as duas seguradoras em conjunto surge da evidência de se conseguir um melhor preço vendendo em conjunto as duas companhias do que vendendo cada uma em separado, referiu fonte do grupo.

A venda em conjunto das duas seguradoras deverá permitir a obtenção de um preço mais atractivo.

SEGUROS

Data limite para entrega de propostas vinculativas

5 Dez

SAÚDE

Data limite para entregas de propostas não vinculativas

21 Nov



do ano

novas tecnologias.

Desfecho imprevisível para a Fincor

■ A presença da SLN no sector da corretagem financeira é assegurada pela Fincor, que Miguel Cadilhe tinha intenção de vender antes da nacionalização. Para esta corretora ainda não há uma definição quanto ao seu destino. Mas faz parte dos activos que estão a ser avaliados para saber se faz sentido vender no âmbito de um acordo de cooperação entre o Estado e os accionistas da SLN. A Fincor ficou de fora do banco nacionalizado porque pertence ao BPN SGPS. Mas o seu funcionamento depende totalmente do BPN SA, uma vez que quando foi comprada a corretora passou a usar a plataforma informática do banco, e todas as contas dos clientes da corretora estão sediadas no BPN. Rui Pedras, do lado do BPN, é quem está a analisar a situação. Neste momento o dia-a-dia da SLN é separar as estruturas que as empresas tinham em comum com o BPN. **M.T.A.**

Ponto de situação

- O sector segurador conhecerá desfecho até ao final deste ano.
- As negociações no sector da saúde estão a decorrer, o prazo para entrega de propostas não vinculativas termina esta semana. E a apresentação de propostas vinculativas está agendado para meados de Dezembro.
- Das restantes áreas de negócio, a agro-indústria, que inclui os vinhos, e as novas tecnologias, a SLN recebeu manifestações de investidores e os contactos estão adiantados.



EDITORIAL

**PEDRO MARQUES
PEREIRA**

Subdirector
pmpereira@economicasgps.com



O Estado resolve

E depois do BPN, a crise chegou ao Banco Privado Português. A crise aguda do BPP, mais conhecido como o banco de João Rendeiro, tem um aspecto positivo em relação ao caso do BPN - não há indicações de quaisquer actos ilícitos, apenas estratégias insustentáveis na actual conjuntura económica. Para além de uma vertente mais direccionada para os investimentos, o banco vivia sobretudo de empréstimos aos clientes, que alimentava recorrendo à emissão de dívida a taxas inferiores às que cobrava aos clientes. Com a crise de liquidez, deixou de poder ir buscar dinheiro lá fora para pagar as emissões de dívida anteriores, sendo agora obrigado a pedir ajuda.

A má notícia, paradoxalmente, é a mesma - a de que a crise do BPN não se deveu a um acto criminoso. Se fosse esse o caso, seria mais fácil limitar os danos colaterais e evitar que a desconfiança alastre a outras instituições de dimensão semelhante. Ontem, a sombra da especulação abateu-se sobre uma série de outros pequenos bancos. E essa dúvida é assassina, sobretudo para os bancos de menor dimensão, com menos capacidade de financiamento. Mesmo que se encontrem em situação sólida, como todos asseguram ser o caso, as dúvidas podem bastar para os atirar para as cordas.

E por mais que as autoridades de supervisão voltem a assegurar que os bancos portugueses são sólidos, como têm vindo a fazer desde o início da crise - há um ano e meio -, dificilmente pacificarão as dúvidas dos clientes de todos estes bancos. Esse é o reverso da medalha da política de supervisão discreta do banco de Portugal, que prefere esconder os problemas da opinião pública até estarem resolvidos dentro de portas. O paternalismo resulta até ser descoberto a primeira vez. Depois do caso BPN, as garantias do Banco de Portugal de que tudo está bem no reino da banca têm um 'rating' tão sólido como uma emissão de obrigações da Sociedade Lusa de Negócios.

Ao que parece, João Rendeiro estará a coordenar uma solução ordeira com o Estado que evite mais uma nacionalização. Esta deverá passar pelo recurso ao pacote de garantias do Estado para a emissão de 750 milhões de euros em dívida. Esta solução permite chutar a bola para a frente. Mas na prática, a prazo, se o banco não conseguir assegurar as suas responsabilidades, o resultado final será provavelmente o mesmo - a entrega do BPP ao Estado.

Não será nenhum drama para os clientes do Banco Privado Português, a quem serão diligentemente garantidos os depósitos. Mas os tempos serão mais difíceis para os gestores e accionistas dos bancos que jogam na mesma divisão que o BPP. Se calhar, antes de esperarem pelo terno abraço da Caixa Geral de Depósitos, seria altura de equacionarem - aqueles que estiverem em condições disso - a integração em entidades privadas. Caso contrário, estarão a contribuir para aumentar ainda mais o já excessivo peso do Estado na economia, de que certamente os ouviremos queixar-se quando a crise tiver passado. ■



Dias Loureiro demarca-se da gestão do BPN

Ex-administrador questionou em 2001 modelo de administração do banco nacionalizado este ano pelo PS

ADELIÑO CUNHA
adelino.fcunha@jn.pt

O Banco de Portugal ignorou um pedido de Dias Loureiro para auditar o modelo de gestão do Banco Português de Negócios em 2001. Ex-ministro de Cavaco Silva insiste em prestar esclarecimentos no Parlamento.

Dias Loureiro tomou a iniciativa de solicitar uma auditoria ao Banco de Portugal (BP) por existirem dúvidas quando ao modelo de gestão do Banco Português de Negócios (BPN). O pedido foi ignorado em 2001 pelos responsáveis do banco central liderado por Vítor Constâncio, mas Dias Loureiro continua determinado em contribuir para esclarecer o que se passou, apesar de não prestar declarações à Comunicação Social.

Segundo o "Jornal de Notícias" apurou, a solicitação terá sido expressa em Abril de 2001 ao vice-presidente do BP com o pelouro da supervisão, António Marta. Isto é: ano e meio após assumir funções de administrador da Sociedade de Lusa de Negócios, Dias Loureiro já tinha dúvidas sobre a gestão interna do BPN. Em Março de

Lugar de conselheiro de Estado pode estar em risco

José Manuel Dias Loureiro exerceu as mais altas funções nos governos de Cavaco Silva, participou nas comissões políticas das suas candidaturas presidenciais e exerce, actualmente, funções de conselheiro de Estado. O Bloco de Esquerda exigiu, ontem, a sua demissão do cargo e ao longo das próximas semanas serão inevitavelmente conhecidos mais pormenores sobre as suas ligações ao BPN. Dias Loureiro ainda não abordou o assunto com o presidente da República, na medida em que está determinado em ser ouvido para esclarecer pessoalmente todos os contornos da passagem pelo grupo. Os socialistas estão empenhados em desgastá-lo politicamente e recusam o seu pedido para ser ouvido na Assembleia da República.

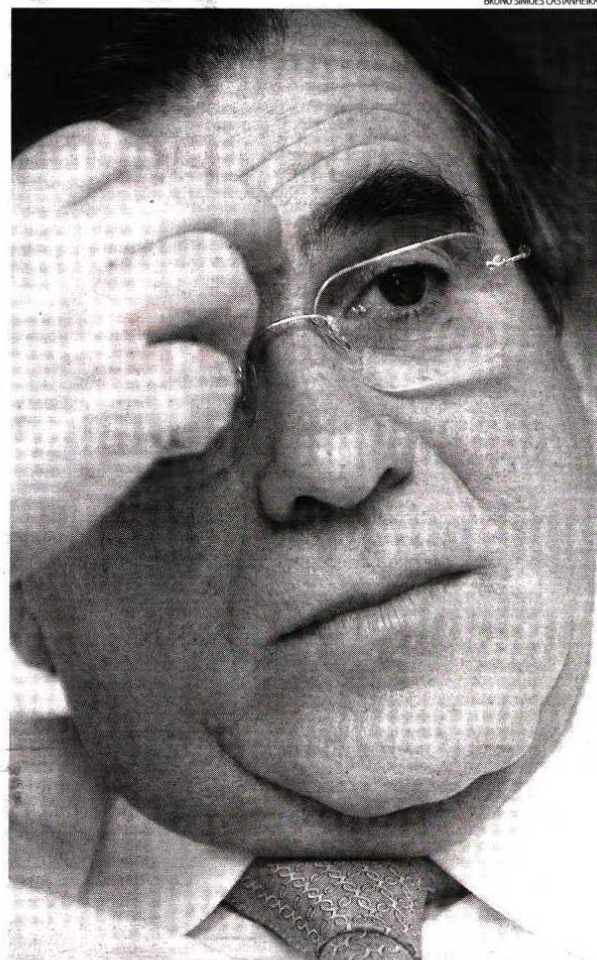
2002, deixou de exercer funções executivas e vendeu as suas acções. A auditoria nunca chegou a realizar-se e o pedido de Dias Loureiro para ser ouvido na Assembleia continua a ter como objectivo esclarecer os negócios em que esteve envolvido e demarcar-se do modelo de gestão.

Deslocou-se por três vezes a Porto Rico para tratar da compra de uma empresa e verificar o seu funcionamento. Oliveira e Costa, presidente do banco, acompanhou-o depois na visita à unidade de produção. Na terceira via-

Conselheiro de Estado não fala publicamente até ser ouvido na Assembleia da República

gem, resolveu um diferendo entre sócios.

Tratou ainda da compra de uma empresa de águas e esgotos em Marrocos, envolveu-se na criação de uma empresa parceira da Autoeuropa e negociou a entrada da Caixa Galicia no BPN. ■



BRUNO SIMÕES CASTANHEIRA

E agora? Dias Loureiro insiste em explicar no Parlamento as suas ligações ao BPN

PS rejeita audições e inquérito

Os socialistas fizeram valer o peso da sua maioria absoluta para rejeitar, ontem, a audição parlamentar de Dias Loureiro. A seguir, o CDS-PP pediu um inquérito parlamentar "às falhas da regulação no caso BPN", mas o PS já anunciou o voto contra. Nem a circunstância de o antigo ministro ser conselheiro de Estado, nem a carta que enviou à Assembleia da

República a pedir para ser ouvido demoveram os socialistas, que argumentam estar a decorrer uma investigação no âmbito da Procuradoria-Geral da República. Inviabilizadas foram ainda as propostas do PCP e do BE, de audição de Miguel Cadilhe, Oliveira e Costa e a Abdul Vakil. Toda a Oposição contestou e acusou o PS de não querer averiguar o caso BPN. A.P.C.



BPN Perdas não reconhecidas nas contas atingem os 330 milhões de euros

Perdas totais do banco atingem os 700 milhões de euros



PS chumba audições Oposição desafia socialistas a dizerem “o que têm a esconder”

Sofia Rodrigues

● O PS inviabilizou sozinho todas as audições parlamentares sobre o caso BPN, nomeadamente a de Miguel Cadilhe (presidente do banco à data da nacionalização) e de Manuel Dias Loureiro, antigo administrador do grupo que controlava o banco, e que se disponibilizou para ser ouvido no Parlamento.

Para justificar o chumbo, o PS refugiou-se no argumento de uma investigação judicial em curso, mas não foi poupado pela oposição, que desafiou a maioria socialista a dizer o que tem a esconder para não permitir as audições. O CDS-PP vai apresentar uma proposta para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Durante o debate de mais de uma hora e meia na comissão de Orçamento e Finanças, o deputado do PS Vítor Baptista argumentou que a questão da nacionalização do BPN já foi discutida e a respectiva lei promulgada. E rejeitou que o Parlamento servisse para “configurar julgamentos”. “Há matérias que estão sob investigação. Não estamos aqui para ouvir cidadãos que queiram vir desmentir notícias de jornais”, alegou Vítor Baptista.

A oposição às audições propostas pelo PCP e pelo BE suscitou críticas dos restantes partidos. “O que receia esta maioria, afinal?”, questionou o deputado do CDS-PP Nuno Melo. O deputado lembrou que se o argumento do PS fosse válido nunca teriam existido comissões de inquérito sobre o caso Camarate, já que havia uma investigação judicial em curso.

As acusações de falta de transparência fizeram eco também no PSD, que votou a favor de todas as audições. “Têm que explicar o que querem ou quem querem proteger”, disse Hugo Velosa, vice-presidente da bancada social-democrata, criticando a maioria socialista por funcionar como um “rolo compressor no esclarecimento da verdade”.

“Loureiro devia demitir-se”

Na mesma linha, Francisco Louçã classificou o chumbo do PS como um “abuso de poder”. “Porque é que o PS quer fugir à verdade? De quem é que têm medo?”, questionou o deputado do BE, aproveitando para pedir a demissão de Dias Loureiro da função de conselheiro de Estado, na sequência da notícia de ontem do PÚBLICO sobre a participação do antigo administrador da sociedade que controlava o BPN num negócio ocultado às autoridades e não reflectido nas contas do grupo. “A ser verdade tal facto, [Dias Loureiro] devia demitir-se de conselheiro de Estado”, sustentou Louçã.

O deputado do PCP Honório Novo sublinhou ser “estranho que o PS ou se não aceite” a oferta de um conselheiro de Estado para ser ouvido no Parlamento. “Não há um pinga de vergonha política. Esta maioria absoluta ensurdeceu completamente”, afirmou indignado.

Auditoria aponta crédito do BPN a Arlindo de Carvalho e Duarte Lima

Créditos são identificados no relatório da Deloitte realizado a pedido de Miguel Cadilhe. Crédito do BPN a accionistas da SLN chega aos 300 milhões

Cristina Ferreira e Vítor Costa

● Arlindo de Carvalho e Duarte Lima são mais dois nomes do Partido Social-Democrata (PSD) ligados ao Banco Português de Negócios (BPN). Os dois militantes sociais-democratas, aparecem ligados ao banco fundado por José Oliveira Costa por terem recebido, respectivamente, perto de 20 e cinco milhões de euros em operações de crédito.

Esta situação é apontada nos relatórios preliminares de auditoria realizados pela Deloitte a pedido do então líder do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Miguel Cadilhe, onde ainda se dá conta de que o banco era credor de vários accionistas da SLN num montante de crédito inferior a 300 milhões de euros. Para além deste montante, a Deloitte aponta ainda créditos concedidos sem terem sido seguidos os procedimentos regulamentares, nunca referindo a existência de ilicitudes.

Na lista de nomes de accionistas da SLN com empréstimos contratualizados junto do BPN, particulares ou empresas, aparece o nome do ex-ministro da Saúde de Cavaco Silva, Arlindo

Carvalho. Um financiamento inferior a 20 milhões de euros e que seguiu os procedimentos regulares.

Confrontado com o facto de ter recebido um empréstimo pessoal neste valor, o ex-mandatário de Pedro Santana Lopes no último congresso do PSD negou. Mas admitiu que as empresas de que é accionista “possam ter financiamentos contraídos junto do BPN, como, aliás, fazem junto de outros bancos com os quais trabalham”. Arlindo de Carvalho diz desconhecer o montante do crédito junto do BPN, mas garante que tudo correu dentro da legalidade.

“Não são créditos irregulares, e se devem [as empresas] dinheiro é porque têm activos e se têm activos é porque têm garantias.” O antigo ministro de Cavaco Silva referiu ainda que as sociedades de que é sócio em conjunto com outros parceiros, na sua maioria da área imobiliária, “nunca falharam as suas obrigações” com o BPN ou com qualquer outra instituição.

Arlindo de Carvalho garantiu ainda nunca ter “obtido nenhuma vantagem” pelo facto de ser investidor da SLN, com “pouquíssimas acções”. “Também sou accionista do BCP e as

minhas empresas também têm operações nesse banco, como, aliás, possuem na CGD.” Em conjunto com José António Conceição Neto, Arlindo de Carvalho possui interesses, designadamente, na Imobiliária Pousa Flores, onde é gerente.

Para além da sua actividade política e no ramo imobiliário, Arlindo de Carvalho ocupou ainda o lugar de presidente do Conselho Fiscal da Dinensino, a sociedade que controlava a Universidade Moderna, pelo menos



Arlindo de Carvalho surge na lista de nomes de accionistas da SLN com empréstimos contratualizados junto do BPN

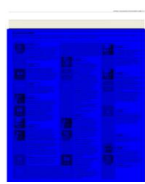
até meados do ano passado. Arlindo de Carvalho nega que os créditos contraídos junto do BPN possam ter alguma coisa a ver com as funções na Dinensino. “É absolutamente falso.”

No documento da Deloitte, e dentro da lista de clientes a quem foi concedido crédito pelo BPN sem que tenham sido seguidos os procedimentos habituais, mas sem que tenha havido ile-

galidades, aparece o nome de Duarte Lima. O empréstimo concedido pelo BPN ao antigo líder da bancada parlamentar social-democrata quando Cavaco Silva era o líder do PSD aproxima-se dos cinco milhões de euros.

O PÚBLICO tentou ao longo de toda a tarde de ontem contactar Duarte Lima através dos seus dois contactos de telemóvel, mas o social-democrata, apoiante de Pedro Santana Lopes, numa primeira fase, e mais recentemente de Pedro Passos Coelho, nunca atendeu as chamadas.

A auditoria preliminar extraordinária da Deloitte concluiu, entre outras matérias, que as perdas não reconhecidas associadas ao banco (imparidades) atingiam, a 14 de Outubro deste ano (quando o relatório foi entregue), 330 milhões de euros, dos quais 120 milhões dizem respeito a empresas do universo da holding. No total, e somando os 350 milhões de euros de imparidades detectadas no Banco Insular, então perdas totais que atingem quase 700 milhões de euros, valor que, aliás, sustentava as medidas inscritas no plano de saneamento do grupo e que foi apresentado ao Governo por Miguel Cadilhe.



Os notáveis e o BPN

Desde o início da década foram vários os ex-governantes, sobretudo ligados ao PSD, que tiveram posições de destaque no BPN. Aqui ficam os principais passos do grupo que está a ser investigado pelas autoridades



José Oliveira Costa
1997

Setembro - A família Amorim saiu do capital do BPN, vendendo 25,5 por cento do capital. José Oliveira Costa renuncia ao cargo de presidente do Finibanco para liderar o BPN. O banco inicia um novo ciclo, marcado por uma estratégia de crescimento mais agressiva no mercado.

Dezembro - O BPN aumenta o capital para 9,2 milhões de contos, voltando-se para o retalho do segmento médio/alto da população.



1998

Março - O BPN informa que vai pedir a admissão à cotação na Bolsa de Lisboa.

Outubro - O BPN inicia um processo de reestruturação orgânica, criando uma "holding", a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), para gerir as participações do grupo. O BPN SGPS encerra o ano com lucros de 4,2 milhões de euros. A Ernst & Young audita as contas anuais.



1999

Dezembro - BPN SGPS encerra o ano com lucros de 8,8 milhões de euros. O activo líquido dispara para mil milhões de euros. O BPN chama a PriceWaterHouseCoopers, para certificar as contas anuais.



Dias Loureiro
2000

Novembro - José Roquette vende a Pléiade à SLN mas não entra no grupo liderado por Oliveira Costa. Dias Loureiro transforma as suas acções da Pléiade em numerário e adquire uma posição no grupo BPN, onde desempenhará um papel relevante na captação de negócios. O grupo volta-se para Espanha, onde o deputado do PSD possui contactos privilegiados.

Dezembro - O BPN SGPS fecha o ano com lucros de 18 milhões de euros. O activo líquido dispara para 1,9 mil milhões de euros. As contas do ano são certificadas pela PriceWaterHouseCoopers.



Daniel Sanches
2001

Janeiro - Dias Loureiro convida Daniel Sanches (ex-ministro da Administração Interna do Governo de Santana Lopes), e então à frente do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, para integrar o BPN. A Ordem dos Advogados critica o Conselho Superior do Ministério Público por autorizar o ex-director do SIS a ir para o banco.

Fevereiro - Dias Loureiro convida António Lencastre Bernardo, ex-director dos serviços de informações militares, e à época à frente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para integrar os quadros do BPN.

Novembro - Dias Loureiro assume um lugar na administração do BPN. O grupo lança uma campanha de marketing com recurso a figuras emblemáticas como Maria João Pires ou Luís Figo.

Dezembro - O BPN SGPS apresenta resultados anuais de 27 milhões de euros e um activo líquido de 2,6 mil milhões de euros. A Deloitte & Touche substitui a PWC como auditora independente e audita as contas de 2001.



2001



2002



Rui Machete
2003

Fevereiro - Em Espanha, o envolvimento falhado do BPN numa das maiores operações imobiliárias do país tem honras de primeira página nos jornais. O genro de Aznar, Agag, intermediaria a operação.

Setembro - Quatro dos cinco fabricantes mundiais de telecomunicações convidados pelo Governo a participar no concurso público para fornecimento e gestão do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) desistiram após levantarem o caderno de encargos. A única proposta aberta foi a do consórcio liderado pela SLN. O concurso é questionado no parlamento.

Dezembro - O BPN SGPS apresenta resultados líquidos de 33,186 milhões de euros e um activo líquido de 4,9 mil milhões de euros. O BPN volta a mudar de auditores, agora para a BDO Binder, que considera já não se colocarem os problemas mencionados pelos auditores anteriores.

Rui Machete nomeado presidente do Conselho Superior do BPN SGPS, desde 2001 desempenha igual função no BPN.

A partir de 2003 passou a exercer a mesma função no BPN



2002



Março - Dias Loureiro e Oliveira Costa contratam o genro do ex-primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar. Alejandro Agag Longo tem de 31 anos e vai ser assessor pessoal do presidente da SLN. Oliveira Costa alega que o currículo do ex-vice-presidente do Partido Popular Europeu espanhol se adapta ao "quadro de necessidades" do grupo pois é "uma figura conhecida em Espanha". E diz ser seu amigo pessoal, tendo agora decidido "agilizar" a relação.

Abril - Durão Barroso assume a liderança do Governo. Dias Loureiro questiona a Assembleia da República para saber se há incompatibilidade entre as funções de deputado do PSD e as que ocupa em empresas (BPN/ SLN, REDAL, Ericsson), pois quer ser deputado em regime de não exclusividade. Acaba por suspender o mandato por 50 dias, alegando compromissos profissionais.

Junho - Dias Loureiro informa que se vai afastar do BPN, mantendo-se na SLN (como administrador não executivo) e na Ericsson.

Dezembro - Dias Loureiro é nomeado presidente da Administração da Ericsson Telecomunicações. O BPN SGPS encerra o ano com um lucro de 38 milhões de euros, para um activo líquido de 3,8 mil milhões de euros. A Deloitte & Touche audita as contas, colocando reservas importantes.



2003



2004

O BPN alarga a actividade a outras áreas, como a saúde e inicia um processo de despedimento de dezenas de trabalhadores. Alejandro Agag Longo deixa os serviços do BPN.

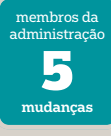
Julho - Pedro Santana Lopes toma posse como primeiro-ministro, depois da demissão de Durão Barroso para assumir o cargo de presidente da Comissão Europeia. Daniel Sanches é o ministro da Administração Interna.



2005

Fevereiro - No dia 23, três dias depois de ter perdido as eleições e já em fase de gestão, o ainda ministro da Administração Interna Daniel Sanches adjudica, por 538,2 milhões de euros, o SIRESP à SLN. Antes de ingressar no governo Sanches tinha sido administrador da Pleiade, presidente da Vsegur e secretário da assembleia geral do BPN.

Até este ano Dias Loureiro mantém-se como administrador não-executivo da SLN. Em Novembro, o ex-ministro mantinha as funções de consultor da Inapal, participada do BPN e era presidente da SPPM Sociedade Portuguesa de Pinturas de Módulos.



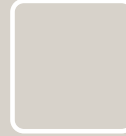
2006

Mais uma mudança de administradores no BPN. Esta foi uma constante desde 2003. Em 3 anos foram cinco os membros da administração que foram trocados, alguns um ano apenas depois de iniciarem os mandatos e sem que o banco desse qualquer explicação.



2007

Há preocupação de alguns accionistas e quadros do grupo, que pedem uma mudança na gestão.

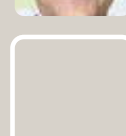


Miguel Cadilhe
2008

Março - Oliveira Costa invoca motivos de doença e cede o lugar de presidente ao já administrador Abdool Vakil.

Junho - Mudança completa da administração do BPN. Miguel Cadilhe entra com o objectivo de sanear o grupo. Já se conhece que há faltas de capital de, pelo menos, cerca de 800 milhões de euros no banco.

Novembro - O Governo anuncia a nacionalização do BPN.





Auditoria ao BPN revela créditos a Duarte Lima e Arlindo de Carvalho

● Arlindo de Carvalho e Duarte Lima são mais dois nomes do PSD ligados ao Banco Português de Negócios (BPN). Os dois militantes sociais-democratas aparecem ligados ao banco fundado por José Oliveira Costa por terem recebido, respectivamente, perto de 20 e cinco milhões de euros em operações de crédito. Esta situação é apontada nos relatórios preliminares de auditoria realizados pela Deloitte a pedido do então líder do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Miguel Cadilhe, onde ainda se dá conta de que o banco era credor de vários accionistas da SLN num montante de crédito inferior a 300 milhões de euros. Há ainda créditos concedidos sem procedimentos regulamentares. → Destaque, 2/3



Bancos

BPN encerrou trimestre com resultado negativo

• O Banco Português de Negócios (BPN), recentemente nacionalizado pelo Governo, fechou o terceiro trimestre com um resultado negativo de 65,4 milhões de euros, revela o balanço da instituição, que foi ontem publicado em *Diário da República*.

Positivo. Segundo as contas, este valor compara com um resultado positivo de 14 milhões de euros no final do terceiro trimestre do ano passado.



ATP

OS RESULTADOS SÃO AGORA PUBLICADOS EM "DR"



Em 2007, o BPN teve lucros. Este ano já não...

BALANÇO DAS ÚLTIMAS CONTAS DO BANCO FORAM ONTEM PUBLICADAS

Passivo do BPN cresceu mil milhões num ano

O balanço das contas do Banco Português de Negócios (BPN), ontem publicado em "Diário da República", mostra que o passivo desta instituição cresceu cerca de 1,1 mil milhões de euros durante o último ano.

Segundo os dados disponibilizados ontem, o banco recentemente nacionalizado apresentava em Setembro

de 2007 um passivo que ascendia aos 6,2 mil milhões de euros, tendo este buraco subido para os 7,3 mil milhões no mesmo mês deste ano.

O mesmo balanço demonstra ainda que o BPN fechou o último trimestre com um resultado negativo de 65,4 milhões de euros.

Segundo explicou ao

24horas o economista Manuel Rivera, "esta situação pode explicar-se com os vários empréstimos contraídos pelo banco que vieram a público nos últimos dias e que serviram apenas para colmatar as deficiências na liquidez do banco, criadas durante a administração de José Oliveira e Costa".

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA


PAULO GONÇALVES MARCOS

Economista, gestor e professor universitário



O Governador tem razão!

Por mais competência e idoneidade que tenham os reguladores e seus quadros, fraudes vão continuar a existir. É da natureza humana...

As últimas semanas têm sido pródigas em ataques ao Banco de Portugal e ao seu Governador, a propósito das fraudes alegadamente verificadas no Banco Português de Negócios. Como se o Regulador e Supervisor do Sector Bancário fosse um cúmplice dos alegados vilões que dirigiram o banco de negócios em questão. Não podemos estar mais em desacordo com esta visão. Em nosso entender o Banco de Portugal tem estado à altura dos acontecimentos. A Supervisão funcionou. E tem impedido que outros potenciais casos tenham surgido no mercado português. A falência de bancos é uma coisa relativamente comum. Aliás, a falência de empresas é uma realidade inofismável de qualquer economia de mercado: pune quem não conseguir captar e fidelizar clientes. Mesmo a falência fraudulenta, quicá sonante de grandes bancos é, no panorama internacional, menos que rara. Sem querer entediar o leitor, vale a pena relembrar algumas. Aqui ao lado, em Espanha, o caso Banesto. Conde, o empresário mais admirado, à época, pelos espanhóis, em quem os conservadores do país vizinho depositavam grandes esperanças de rivalizar com o socialista primeiro-ministro Filipe Gonzalez, liderou a fraude, cometida curtos meses após um aumento de capital de 700 milhões de euros (M€), intermediado pelo sóbrio e sólido J.P. Morgan (que haveria de subscrever, em simultâneo, para um fundo seu, 175 M€, tornando-se no maior accionista do Banesto!). O buraco, detectado pelo Banco de Espanha, foi de 4.000 M€. Poderíamos continuar a lista enumerando casos espectaculares em que a não existência de controlos e de sistemas de cumprimento eficazes, tornaram possíveis a falência do mais que centenário Barings Bank (obra de Nick Leeson) em 1995 com uma perda superior a 1.200 M€; a perda de 800 M€ do Daiwa Bank (1995) no Japão; outra perda de 5.000 M€ na Société Générale, em França, no início de 2008; pelo meio outras que deram brado à época: Amaranth Advisors, um 'hedge fund' que especulava contra o preço futuro dos contratos do gás (2006) ou o Bank of Credit and Commerce Internacional (1991) onde os príncipes árabes se viram chamuscados. Portanto, o caso BPN é um fenómeno não exclusivamente português, incidindo também em praças e mercados financeiros tidos como os mais sofisticados e regulados do mundo. A existência de fraudes, no sistema financeiro ou noutros (Enron, Parmalat, etc), é normalmente função de um triângulo pernicioso: oportunidade detectada + pressão (para apresentar resultados) + racionalização (auto explicação para o comportamento desviante). A ganância também pode

causar erosão nos valores éticos individuais e facilitar a racionalização em termos que seriam inaceitáveis. Contudo, muitos dos prevaricadores são influenciados pelo meio envolvente, mormente por colegas e pela cultura da empresa. Pelo que estas devem ter políticas éticas bem explícitas. Permanentemente zeladas pela Gestão de Topo. O caso BPN ilustra apenas a falha generalizada do estabelecimento de um conjunto de Políticas e Procedimentos de Ética de negócios e a forma mitigada como Valores Éticos eram guião da orientação profissional. Por isso, não são os sessenta técnicos do Banco de Portugal afectos à Supervisão Prudencial que são poucos. Parece-nos que o número ou a qualidade destes e do seu trabalho (lendária no mercado português, pela positiva, atente-se) são adequados e comparam bem com as práticas internacionais, mais a mais considerando o pequeno número de instituições sedeadas em Portugal. Quicá a ausência de experiência em Banca Comercial ou de Investimento de quadros e dirigentes do Banco de Portugal possa ser uma pequena desvantagem relativa. Quicá, igualmente, a opção do Banco de Portugal em querer regular coisas

O Banco de Portugal tem estado à altura dos acontecimentos. A Supervisão funcionou. E tem impedido que outros potenciais casos tenham surgido no mercado português.

A existência de fraudes, no sistema financeiro ou noutros (Enron, Parmalat, etc), é normalmente função de um triângulo pernicioso.

bem menores, como campanhas publicitárias ou os folhetos dos produtos financeiros, tenha desviado a atenção e a energia da gestão de topo e dos quadros do Regulador. Mas isso não invalida dizer que o Banco de Portugal e o seu Governador não são prevaricadores; o número de casos e incidências verificados no mercado português é mínimo e sem a gravidade que outros mercados experimentaram. E que a actuação do Banco e do seu Governador foi correcta do ponto de vista técnico. Enquanto árbitro, mas não jogador. Não lhes competia escolher os bancos vencedores no jogo do mercado. E por mais competência e idoneidade que tenham os reguladores e seus quadros, fraudes vão continuar a existir. É da natureza humana...Basta que o triângulo pernicioso esteja presente. ■

Caso BPN Paraíso fiscal na América Latina entrou na estratégia

Dias Loureiro envolvido na compra de empresas que foi ocultada das autoridades

O antigo ministro esteve em Porto Rico com o antigo presidente do BPN Oliveira e Costa para adquirir duas companhias que exigiram esforço financeiro de 56 milhões de euros

Cristina Ferreira

● A operação de aquisição de duas sociedades com sede em Porto Rico pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN), em 2001 e 2002, numa transacção ocultada das autoridades e não reflectida nas contas do grupo, foi liderada por José Oliveira e Costa, antigo líder do grupo SLN/Banco Português de Negócios (BPN), e por Manuel Dias Loureiro - na altura administrador executivo do mesmo grupo. A operação envolveu duas empresas tecnológicas, contas em *off-shore* e um investimento de mais de 56 milhões de euros por parte da SLN.

Oliveira e Costa e Dias Loureiro foram os gestores que se deslocaram a Porto Rico para tratar do negócio de compra de 75 por cento da New Technologies, em Dezembro de 2001, e de uma posição 25 por cento na Biometrics Imagineer, um mês depois.

As duas empresas estão registadas naquele paraíso fiscal, que é território norte-americano. A SLN adquiriu a Biometrics, empresa que se encontrava falida, e a New Technologies, esta sem qualquer actividade. As duas tinham ainda ligações à Tracy Beattie, gerente da sociedade inglesa Dual Commerce & Services, e a Neelai Patel, secretária desta sociedade.

A Dual Commerce controla a sociedade brasileira Fuentes Participações, para onde foram enviadas por sociedades do universo SLN, designadamente, o Banco Insular e o BPN Cayman (ver PÚBLICO do passado sábado), verbas superiores a 30 milhões de euros. A Dual Commerce é, por sua vez, detida por sociedades *trust* (gestão de fortunas) com sede no paraíso fiscal de Gibraltar.



Dias Loureiro foi nomeado administrador executivo em Novembro de 2001, pouco antes de ir a Porto Rico

Contactado pelo PÚBLICO, Dias Loureiro recusou comentar o seu envolvimento, assim como a sua presença na SLN e no BPN. Mas garantiu que "está disponível para prestar todos os esclarecimentos que as autoridades entenderem necessários sobre a sua actividade no grupo SLN/BPN". Dias depois da nacionalização do BPN, o ex-ministro da Administração Interna e ex-deputado do PSD garantiu à Lusa desconhecer quaisquer irregularidades cometidas pela gestão de Oliveira e Costa: "Nunca tive conhecimento de problemas relacionados com o BPN."

A ligação do ex-ministro de Cavaço Silva à SLN remonta a 2000. Foi

As empresas compradas não tinham actividade efectiva



JOSÉ MANUEL RIBEIRO/REUTERS

nesse ano que vendeu a Pleiade (que possuía com José Roquette) à SLN, tendo, por contrapartida, ficado com uma posição accionista. A alienação arrastou consigo uma empresa em Marrocos, da área das energias, e levou ao afastamento de José Roquette deste grupo.

A 30 de Novembro de 2001, Dias Loureiro foi nomeado administrador executivo no Banco Português de Negócios. Dias depois deslocou-se com Oliveira e Costa a Porto Rico onde trataram da aquisição das duas tecnológicas (que fabricavam máquinas alternativas às usadas pela rede multibanco), um dos cinco dossiers a que Dias Loureiro esteve ligado enquanto gestor da SLN. A Biometrics encerraria as portas três meses depois de ser adquirida pela SLN, tendo a NewTech decretado falência por falta de actividade.

No passado sábado, o semanário *Expresso* mencionou estas transacções, chamando a atenção para o facto de o investimento realizado pela SLN na Biometrics e da Newtech "ter ficado muito acima daquilo" que as participações realmente valiam.

A discussão à volta dos termos comerciais associados às operações porto-riquenhas, e o destino a dar à marroquina, levaria ao afastamen-

PS recusa ouvir administradores

CDS pondera propor comissão de inquérito

O CDS-PP pondera a hipótese de avançar com uma proposta de comissão de inquérito parlamentar sobre o processo BPN, no caso de serem chumbados pelo PS os pedidos de audição a Miguel Cadilhe, presidente do BPN à data da nacionalização, e de Manuel Dias Loureiro, antigo administrador do banco. A ideia da comissão de inquérito não colhe apoios no BE e no PCP por temerem a invocação generalizada de segredos profissionais para não responder aos deputados.

As audições de Miguel Cadilhe e de Dias Loureiro, pedidas pelo PCP e pelo BE, deverão ser hoje chumbadas pelo PS com o argumento de que há uma investigação judicial em curso. O CDS-PP (tal como o BE e o PCP) insiste na necessidade de ouvir o último presidente do BPN que acusou o Banco de Portugal de "falha grave e demorada" na supervisão. "Não acho possível

que esta questão não seja avaliada até ao fim", disse ontem ao PÚBLICO Paulo Portas, líder do CDS-PP, admitindo avançar com uma proposta de comissão de inquérito sobre o caso BPN.

Depois de ter visto chumbado pelos socialistas o pedido para chamar à Comissão de Orçamento e Finanças antigos administradores do BPN, o BE insistiu na audição de Dias Loureiro, até porque o próprio pediu para ser ouvido em carta enviada a Jaime Gama, presidente da Assembleia da República.

O actual conselheiro de Estado, que foi membro dos órgãos sociais da Sociedade Lusa de Negócios (proprietária do banco) entre 2001 e 2005, justifica a sua "enorme vontade" em ter o encontro com os deputados. "Não é por ter muito para contar. É, senhor presidente, por não ter nada para esconder", escreveu o ex-ministro da Administração Interna.

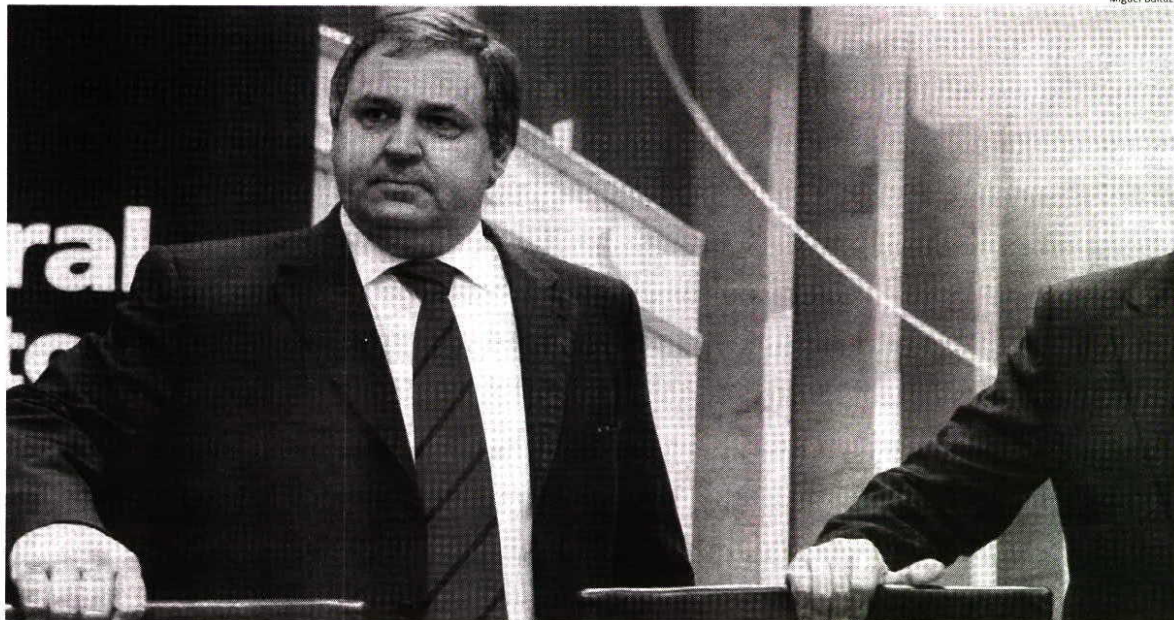
to entre Dias Loureiro e Oliveira e Costa.

Noves meses depois de ser indigitado administrador do BPN SGPS, Dias Loureiro deixaria o lugar, tendo em 2003 vendido as suas acções da SLN e renunciado a desempenhar funções executivas na *holding*. No entanto, manter-se-ia como administrador não executivo até 2005, com o pelouro de uma empresa de componentes de automóveis, detida em 50 por cento pela SLN (e a que estava ligado desde sempre).

Na área das novas tecnologias a SLN detinha uma outra empresa, a Datacom, que tinha acções numa fábrica italiana, a Seac Banch, especializada em leitura óptica de cheques. A Datacom ganhou o concurso para a implantação do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal, no tempo em que Santana Lopes era primeiro-ministro. A adjudicação da infra-estrutura, que visava permitir a interligação entre as várias forças de segurança, a emergência médica e a protecção civil, tinha sido assinada três dias depois de o PS ganhar as eleições e quando era ministro da Administração Interna Daniel Sanches, que tinha sido administrador da SLN, por convite de Dias Loureiro. **Com L.V. e V.C.**

BANCA

Novas regras societárias do BPN aprovadas em Dezembro



Miguel Baltazar

Francisco Bandeira | Novo presidente do BPN vai concluir elaboração dos novos estatutos do banco até 12 de Dezembro.

Tesouro tem em curso definição de novos estatutos e escolha dos bancos que vão avaliar BPN

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

Os novos estatutos do Banco Português de Negócios, que irão adaptar as regras societárias da instituição ao facto desta ter passado a ser uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, têm de ser aprovados pelo Governo até 12 de Dezembro próximo. Neste momento, a administração liderada por Francisco Bandeira tem já em curso o projecto de elaboração dos estatutos, missão que lhe foi entregue pela Direcção-Geral do Tesouro, novo accionista único do BPN.

De acordo com a lei das nacionalizações, os novos estatutos do banco têm que ser aprovados "no prazo de 30 dias" após a transformação da sociedade em empresa maioritariamente ou totalmente pública. As regras societárias terão de ser objecto de um decreto-lei específico, à semelhança do que acontece, por exemplo, com os estatutos da Caixa Geral de Depósitos.

Em paralelo, o Tesouro está também a iniciar o processo de consulta de um grupo restrito de bancos de investimento, com o objectivo de seleccionar duas instituições que terão a missão de avaliar o BPN e as suas participadas. Este levantamento visa permitir a definição de eventuais indemnizações devidas aos antigos accionistas do banco.

A escolha dos dois bancos deve-

rá ser célere. E depois da adjudicação deste serviço, os bancos em causa terão 30 dias para cumprir a sua missão, podendo, caso seja necessário, solicitar o prolongamento deste prazo por mais 30 dias.

Plano estratégico tem que estar pronto em meados de Janeiro

A avaliação do BPN e das empresas que integram o seu universo de participações poderá também ajudar o novo conselho de administração do banco a definir o plano estratégico que tem que ser apresentado até meados de Janeiro, depois de previamente aprovado pelo Governo. Nessa altura já haverá uma ideia mais concreta relativamente ao futuro do BPN. As alternativas podem passar pela integração da instituição na CGD ou pela manutenção da autonomia da marca e da identidade do banco para posterior reprivatização, como já admitiu o secretário de Estado do Tesouro e Finanças e o novo presidente do BPN.

Independentemente da solução final que venha a ser adoptada, é provável que entretanto possam ser vendidos alguns activos do banco. Francisco Bandeira admitiu, na semana passada, poder avançar no curto prazo com a venda da companhia de seguros Real Vida e do banco de investimento Efisa. Este processo contribuirá também para diminuir o esforço financeiro público no BPN.

Cadilhe ajusta contas da SLN à nacionalização do banco

➔ Miguel Cadilhe "está a reanalisar as contas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) à luz das alterações ao perímetro de consolidação do grupo na sequência da nacionalização do BPN", adiantou fonte da instituição ao **Negócios**, sem adiantar pormenores. As novas contas serão apresentadas aos accionistas da SLN na assembleia geral agendada para 18 de Dezembro. Uma reunião em que os investidores irão deliberar sobre a proposta de redução de capital social, destinada a cobrir prejuízos. Pode mesmo estar em causa uma operação harmónio, já que, se as perdas colocarem o capital da SLN em valores abaixo do mínimo exigido por lei, é intenção dos accionistas avançar com um novo aumento de capital. As últimas contas da SLN conhecidas reportam-se ao final de 2007, exercício em que o grupo, que ainda tinha a totalidade do BPN, lucrou 29 milhões de euros.

"Estive dez meses no BPN"



➔ "Estive dez meses no BPN", sublinhou João Manso Neto, administrador da EDP, a propósito da sua passagem pela administração do banco entre 2002 e 2003. O gestor recusou fazer mais comentários sobre esse período, mas não deixou de recordar que as suas outras experiências profissionais foram mais prolongadas. "Estive quase 20 anos num banco [o BCP, para onde entrou por via da aquisição do BPA] e estou na EDP desde Julho de 2003", frisou Manso Neto, em declarações ao **Negócios** à margem da conferência ao sector eléctrico ibérico. O gestor adiantou também que ainda não foi chamado para prestar quaisquer esclarecimentos sobre a sua passagem pelo grupo, no âmbito das investigações em curso ao BPN. **TF**

Grupo Português de Saúde perde alguns imóveis na nacionalização

➔ Parte dos imóveis do Grupo Português de Saúde (GPS) foi nacionalizada com o Banco Português de Negócios, uma vez que a operação de transferência da instituição do sector privado para a esfera pública incluiu a BPN Imofundos, gestora de fundos imobiliários do banco para onde foi transferido muito do património imobiliário do universo Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Ao que o **Negócios** apurou, esta situação é comum a outras empresas do grupo, que estão instaladas em edifícios arrendados aos fundos imobiliários do BPN. Esta circunstância implica que, no processo de alienações que a SLN vai prosseguir, as empresas não possam ser vendidas com os imóveis, mas apenas com o respectivo contrato de arrendamento.

Apesar de recusar demitir-se...

Vítor Constâncio continua debaixo de fogo

Paulo Portas, líder do CDS-PP

■ «A factura para o contribuinte será alta e não podemos continuar com uma supervisão fraca»

Nogueira Leite, economista

■ «A administração do BdP não tem sido capaz de adaptar o banco à nova realidade em que vive desde o final dos anos 90»

Patinha Antão, economista

■ «Houve falha de supervisão, negligência, passividade, lentidão»

ANA CLARA

O governador do Banco de Portugal (BdP) recusa demitir-se na sequência das irregularidades encontradas no Banco Português de Negócios (BPN), por considerar que não houve falha na supervisão. Vítor Constâncio esteve na semana passada no Parlamento a responder às perguntas dos deputados mas considerou normal surgirem fraudes num sistema de livre iniciativa e garante estar de consciência tranquila.

Com excepção do PS, os partidos da oposição consideraram que a actuação do governador foi lenta. Os economistas Nogueira Leite e Patinha Antão e o líder do CDS, Paulo Portas — que pediu a demissão de Constâncio — analisam a actuação do Banco Central.

«A actividade de supervisão precisa de muito mais gente»

Nogueira Leite, economista, diz que «os detalhes deste caso são, a muitos títulos, lamentáveis e preocupantes». «Percebo que o dr. Constâncio defenda a sua actuação e estou certo de que actuou sempre de boa fé e com a máxima diligência de que é capaz. No entanto, as razões sistémicas que aconselham prudência na análise deste caso também aconselhariam que os supervisores tivessem sido capazes de o atalhar a tempo de se externalizarem menos prejuízos para cima dos contribuintes do que aquilo que veio a acontecer», considera.

Nogueira Leite frisa que «pode-mos discordar da eficácia do BdP e da sua gestão, e sou dos que pensam que deveria ter sido capaz de fazer melhor. No entanto, penso que o BdP tudo fará para não passar novo enxovalho

público. Importante agora é que a justiça funcione e se torne finalmente claro que as instituições do Estado estão à altura de problemas com a dimensão que este parece ter».

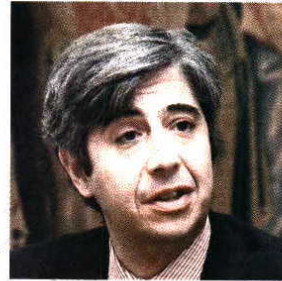
Sobre o facto de o BdP ter apenas 60 técnicos para supervisionar 320 instituições bancárias, o economista realça que «a administração do BdP não tem sido capaz de adaptar o banco à nova realidade em que vive desde o final dos anos 90: papel subsidiário coadjuvando o BCE e o SEBC na de-

Paulo Portas, líder do CDS-PP, critica

«O Governador tem o maior incentivo financeiro que o Estado pode dar (um salário de 17 mil euros)»

■ Paulo Portas, líder do CDS-PP, interpreta as justificações de Constâncio «como desculpas de mau supervisor». «Está, agora, claro que durante anos houve avisos e sinais que deveriam ter levantado suspeitas sérias», constata.

Sobre a avaliação do comportamento do BdP considera que «é óbvia pela consequência que teve: trassou». «Podemos dividir a inação do BdP em três períodos: o primeiro, de 2002 até 2007, em que houve reservas às contas pelos auditores; depois, mudança dos auditores e mudança de administradores — aliás, houve 21 mudanças nos Conselhos de Administração em poucos anos! — e uma «Operação Furacão» sem o BdP tomar quaisquer das medidas que estão previstas na Lei; de 2007 até Maio/Junho deste ano, o Governador apenas fez perguntas que não foram respondidas — perguntas sobre matérias graves e que punham em causa, ao contrário do que Constâncio afirmou, a legalidade no próprio banco — e cuja falta de resposta deu origem, apenas, a contra-ordenações por atraso nas respostas, sem medidas sobre a matéria grave em si mesma; em Maio recebeu algumas respostas. E tudo sucedeu já com uma nova presidência do banco mas com quase todos os mesmos administradores — e com indícios de faltas graves». E prossegue, dizendo que «em Junho recebe uma carta que é uma confissão séria de erros, ilicitudes e enganar. O BdP esperou mais três meses antes de actuar e entregar esses elementos à PGR. Enfim, não desconfiou, quando desconfiou não preveniu,

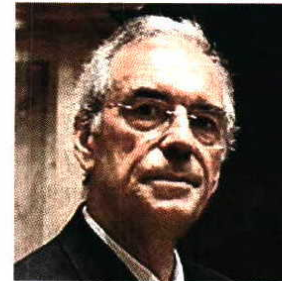


Nogueira Leite e Patinha Antão comentam actuação do BdP

finição e concretização das políticas monetária (e cambial) e sistema de pagamentos da União Monetária e supervisorar o sistema bancário e demais instituições financeiras».

«Mesmo que acreditemos que o BdP tem grande influência na política monetária da UE julgo que não precisa de tantos técnicos de tão boa qualidade com uma missão, na prática, tão estreita», sublinha.

E acrescenta que «a actividade de supervisão precisa de muito mais gente, de uma atitude mais pró-activa, mantendo a discrição de sempre. O banco precisa mais de técnicos com experiência de contabilidade e práticas bancárias do que de economistas. Está sub-dotado dos primeiros e sobredotado dos segun-



dos, em linha com a missão que teve até há dez anos».

«Diria mesmo que se os Governos gerissem a administração pública como o Banco Central gere os seus recursos, o nosso problema orçamental corria o risco de ser bem maior do que o que já é. Penso que também aqui, a administração tem a capacidade para melhorar e actuar internamente mais de acordo com o discurso que há tantos anos merece de todos, incluindo de mim próprio, tanto aplauso», conclui.

«Explicações não foram convincentes»

Patinha Antão, economista e de-

putado do PSD, refere que as explicações dadas pelo governador, «embora claras, não foram suficientemente convincentes» e sublinha que «houve falha de supervisão, negligência, passividade, lentidão», lembra. Frisa que «as explicações devem também ser apreciadas num plano mais geral, marcado por dois acontecimentos — no passado recente, a polémica em torno do caso BCP; e no momento presente, a enorme gravidade da crise financeira global, ainda não debelada, e a imperiosa necessidade de defender a reputação do sistema bancário nacional e de restaurar a sua capacidade normal de funcionamento». E recorda: «no primeiro caso, fui dos que tiveram razão antes de tempo, porque, embora as infracções sejam diferentes, o mesmo padrão de negligência, passividade e lentidão já aí se produziu, como na altura afirmei. Poucos me acompanharam então e muitos me criticaram, curiosamente os mesmo que hoje são os mais áspers críticos do governador». No segundo caso, «o que agora é imperativo é que o governador se concentre, com toda a sua energia e clarividência, na administração dos apoios governamentais ao sistema bancário — as garantias até €22 mil milhões para reabrir um acesso normal aos mercados interbancários globais e os capitais suplementares de €4 mil milhões para, através de acções preferenciais subscritas pelo Estado, os bancos que necessitem se recapitalizarem, de modo a atingirem os novos e mais exigentes rácios de solvabilidade. Depois é que será tempo de atacar e resolver de vez os problemas organizacionais, comportamentais e legais da supervisão bancária».

Patinha Antão diz que «a supervisão bancária tem um problema organizacional — desde que entrámos no Euro, em 1999, tornou-se a mais importante função do BdP mas manteve-se como aquela em que o Banco menos investiu em recursos e em procedimentos». Além disso «tem também um problema de atitude — a supervisão deve infundir receio, se errar deve ser por exagero e não por brandura a mais».

O economista afirma que «houve numerosos indícios de potencial gestão danosa ou fraudulenta, com fortes ameaças à solvabilidade do BPN que não foram percebidos a tempo, nem tão pouco celeremente investigados quando se transformaram em factos». «O caso do Banco Insular é paradigmático — o BdP desconheceu sempre o seu UBO (dono último) e as enormes operações que por ele se fizeram e nunca se preocupou em investigá-lo», garante.

quando quis agir já era tarde e, por fim, nacionalizou quando já nada podia fazer. O custo para o contribuinte será alto».

Paulo Portas afirma que «a supervisão deve ser prudencial», assim diz o seu estatuto». «Mas a prudência é uma virtude de sempre, não se trata de uma virtude de sempre. Foi lento e tibio. Demorou meses a reagir — como no caso da denúncia à PGR ou no pedido de uma auditoria externa, que o BdP só exigiu depois da nova administração Cadilhe já a ter encomendado. Durante anos deixou andar; e quando, finalmente interveio, não usou nenhum dos poderes relevantes que a lei lhe dá. Nem nomeou administradores a tempo nem restringiu, como podia e devia, práticas do BPN».

Para o presidente centrista «o BdP preocupou-se apenas com um elemento da supervisão: os rácios de solvabilidade. Isto é importante mas não pode cegar ao ponto de não se preocupar com a legalidade no BPN: os «buracos» de créditos deteriorados, as relações escondidas entre o BPN e o Banco Insular, por exemplo». E realça que «os erros mais graves foram não ter suspeitado quando os indícios eram abundantes, não ter agido quando suspeitou, não ter reagido a tempo quando soube dos problemas e, quando reagiu, não o ter feito com firmeza».

Garante, por isso, que «é teimosia continuar a não querer ver que falhou» e refere que

«como o Governador não admite erros, podemos temer pelo futuro. Falhou o BCP, falhou o BPN, se continuar nesta linha voltará a falhar».

Recorda ainda que Vítor Constâncio ocupou «este lugar nos últimos oito anos» e que «durante os últimos dois ficámos a conhecer dois casos de dois bancos em que a supervisão falhou». «E só agora, depois de oito anos e deste falhanço é que vem fazer sugestões? Aceito discutir melhorias legislativas. Mas não nos enganemos: com as actuais leis, o caso BPN podia e devia ter sido atalhado a tempo. A factura para o contribuinte será alta e não podemos continuar com uma supervisão fraca. Quanto ao incentivo financeiro uma coisa é verdade: o Governador do BdP tem o maior incentivo financeiro que o Estado pode dar — um salário de 17 mil euros — e não parece que isso tenha dado os resultados que eram da sua obrigação», considera.

Por fim, Paulo Portas salienta: «também me impressiona que, já depois do caso BCP, nada de relevante tenha mudado da supervisão do BdP. É óbvio que devemos perguntar ao Governador se reformou o banco central pós-moeda única. O maior poder que lhe sobra é o de supervisão; a exiguidade dos meios que lhe estão afectos indica a resposta a essa pergunta».



A.C.



PSD/M DIZ QUE PRIVATIZAR BPN FOI ILEGAL

Dias Loureiro e Cadilhe chamados ao Parlamento

O Bloco de Esquerda e o PCP querem ouvir na Assembleia da República Dias Loureiro, ex-administrador do banco agora nacionalizado, e Miguel Cadilhe, o seu antigo presidente.

O BE, pelo deputado Francisco Louçã, insistiu na audição de Dias Loureiro na comissão de Orçamento e Finanças para "esclarecer" sobre "a evolução do BPN".

Também o PCP pediu para ouvir Cadilhe, para esclarecer a "falha grave e demorada" do banco central.

Entretanto, o PSD/Madeira entregou ontem no Parlamento regional um projecto

de resolução que visa requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei que nacionalizou o Banco Português de Negócios.

O grupo parlamentar social-democrata madeirense invoca que foi violado o "dever de audição" dos órgãos de governo próprio desta região autónoma estatuído na Constituição da República e no Estatuto Político Administrativo, no que concerne a "matérias que lhe digam respeito". "Ora, a Assembleia Legislativa da Madeira não foi ouvida no procedimento legislativo", diz. ■



SEMANÁRIO

Militante do PSD negocia quota da Cofina no "Sol"

→ A participação da Cofina na estrutura accionista do semanário "Sol" está a ser negociada com o empresário Joaquim Coimbra, detentor da JVC Holding, presente em diversos sectores de actividade, como o turismo, membro do Conselho Nacional do Partido Social Democrata (PSD) e um dos ex-accionistas do BPN (Banco

Português de Negócios). Joaquim Coimbra goza de direito de preferência na compra dos 33.3% do grupo Cofina, proprietário do do Correio da manhã, por integrar o grupo de investidores do "Sol", no qual se posiciona com 16.7%, tal como a Imosider e o BCP Investimento. O semanário pertence ainda à sociedade composta pelos di-

rectores do jornal. Quando a operação se concretizar, o empresário de Tondela, em tempos proprietário de uma empresa farmacêutica, torna-se no maior accionista da publicação dirigido por José António Saraiva. No PSD, Coimbra foi mandatário de Marques Mendes; a convite de Luís Filipe Menezes continuou, depois,

no Conselho Nacional. Outra das saídas previstas do grupo originário - o semanário fez em Setembro dois anos - deverá ser a do BCP.

No que respeita a vendas, o "Sol" viu a circulação paga ser reduzida em 5000 exemplares nos primeiros oito meses deste ano em relação a 2007. **DINA MARGATO**



Joaquim Coimbra passa a controlar semanário *Sol*

Inês Sequeira

Accionista ligado ao Banco Português de Negócios exerce direito de opção sobre acções da Cofina e vai ficar dono de mais de 50 por cento do jornal

● Joaquim Coimbra, accionista do *Sol* através da JVC Holding, decidiu exercer o direito de opção sobre o capital detido pelo grupo Cofina no semanário, tornando-se desta forma no accionista maioritário, com mais de 50 por cento das acções da empresa e passando a ter controlo sobre as decisões do conselho de administração, confirmou ontem o PÚBLICO.

Em causa está a soma da participação de 16,6646 que a JVC já detinha na sociedade e de 33,3418 por cento correspondentes à quota-parte do grupo liderado por Paulo Fernandes. A JVC Holding é a empresa gestora de participações sociais de Joaquim Coimbra, empresário de Tondela, que é também membro do conselho nacional do PSD e um dos principais accionistas do Banco Português de Negócios.

A Cofina tinha comunicado aos restantes accionistas do *Sol*, em Outubro passado, que estava vendedora da sua posição no semanário. A esse anúncio, seguiu-se um prazo legal de um mês, durante o qual os restantes accionistas tinham o direito de exercer a opção de preferência na compra das acções do grupo liderado por Paulo Fernandes. Esse período terminou no final da semana passada,

quando se realizou um conselho de administração no qual foi anunciada o futuro negócio, ontem noticiado pela Lusa.

O grupo Cofina é dono de vários títulos de imprensa escrita, como o *Correio da Manhã*, a *Sábado* e o *Record*, e entrou no capital da sociedade que gere o semanário em Dezembro passado, no âmbito de um aumento de capital da empresa de cinco milhões de euros para 7,5 milhões. Foi nessa altura que o capital accionista da sociedade O Sol É Essencial passou a estar repartido entre a Cofina (33,3 por cento) e o grupo de fundadores que inclui o director José António Saraiva e o director-adjunto José António Lima, a JVC Holding, a Imosider

50% Ao exercer o direito de opção, Joaquim Coimbra ficará com mais de metade do capital do semanário *Sol*

SGPS (José Paulo Fernandes) e o BCP Capital, cada um com aproximadamente 16,7 por cento.

Para a saída da Cofina terá contribuído a falta de acordo entre a direcção do semanário e o grupo de Paulo Fernandes quanto à estratégia comercial do projecto, que começou a sair para as ruas no final de 2006. Por outro lado, apesar de ter aumentado as receitas, a Cofina registou no último trimestre um resultado líquido negativo devido a menos-valias potenciais da participação que detém na Zon. O capital social da empresa que detém o *Sol* é superior a 9,5 milhões de euros.



Partidos da oposição insistem nas audições de Dias Loureiro e Cadilhe na Assembleia

● O Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) insistiram ontem na necessidade de Dias Loureiro e Miguel Cadilhe serem ouvidos na comissão de Orçamento e Finanças sobre o caso Banco Português de Negócios (BPN). Também o Partido Social Democrata (PSD) garantiu ontem que defende a audição dos anteriores administradores do BPN. As audições não se deverão no entanto realizar uma vez que o Partido Socialista, em maioria no Parlamento, já disse estar contra a sua realização.

O pedido do Bloco foi feito pelo deputado Francisco Louçã, numa carta enviada ao presidente da comissão de Orçamento e Finanças, Jorge Neto, e o pedido do PCP foi feito pelo deputado Honório Novo.

A insistência destes dois partidos surge depois de na passada sexta-feira Dias Loureiro, que entre 2001 e 2005 foi membro dos órgãos sociais do Grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), ter enviado uma carta ao Parlamento em que pedia para ser ouvido no âmbito das irregularidades detectadas no BPN. Ontem, foi a vez de o PSD vir dizer que não está contra a audição de antigos administradores do BPN.

Ainda assim, a audição do antigo ministro nos governos de Cavaco Silva não se deverá efectuar. Primeiro, porque, no início do mês, o PS já tinha chumbado um pedido do BE, onde solicitava a audição de vários ex-gestores (entre eles Dias Loureiro) e de Miguel Cadilhe, o presidente à data da nacionalização do banco. Depois,



PAULO PIMENTA

BPN: polémica continua

porque o mesmo PS, após conhecer a carta de Dias Loureiro, já anunciou que é contra a sua audição.

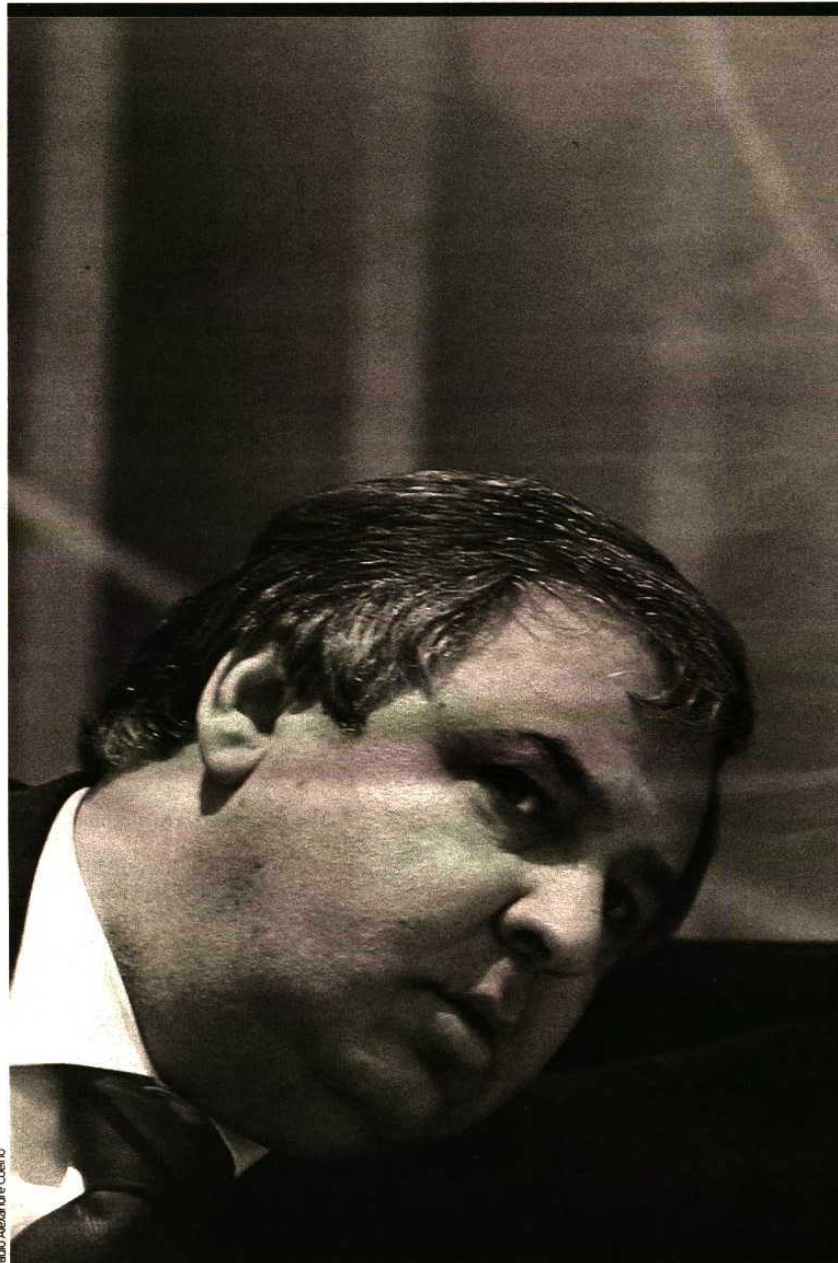
Venda sem dívida paga

Ontem ficou ainda a saber-se que a ERGI Empreendimentos, promotora imobiliária brasileira do grupo SLN onde o BPN injectou 230,6 milhões de euros através do Banco Insular, foi vendida em 2006 sem que esta dívida tenha sido paga, apurou a Lusa.

Segundo os registos do Banco Central do Brasil, divulgados pela Agência Lusa, entre Novembro de 2003 e Outubro de 2006 o Banco Insular de Cabo Verde remeteu à ERGI um total de 230,6 milhões de euros, a título de empréstimo, sendo que, deste montante, 72 milhões foram transferidos

em Outubro de 2006, dois meses antes da venda à Wtorre. Por sua vez, a empresa brasileira que comprou a ERGI à Sociedade Lusa de Negócios (dona do BPN), em Dezembro de 2006, garante que os 135 milhões de euros que pagou pela empresa já incluíam o pagamento dos seus empréstimos bancários, que foram liquidados "na altura da compra".

Partindo do princípio de que as transferências entre o Insular e a ERGI corresponderam, de facto, a empréstimos, conclui-se que o montante pago pela Wtorre é pouco mais de metade do valor em dívida ao Insular. Assim, as dívidas eventualmente pagas pela empresa compradora terão tido como destino outras entidades que não o Insular. **Lusa/PÚBLICO**



PABLO ANDRIGHETTO LORENTO

Todas as hipóteses para o futuro

Francisco Bandeira não quis dar como definitivo o destino

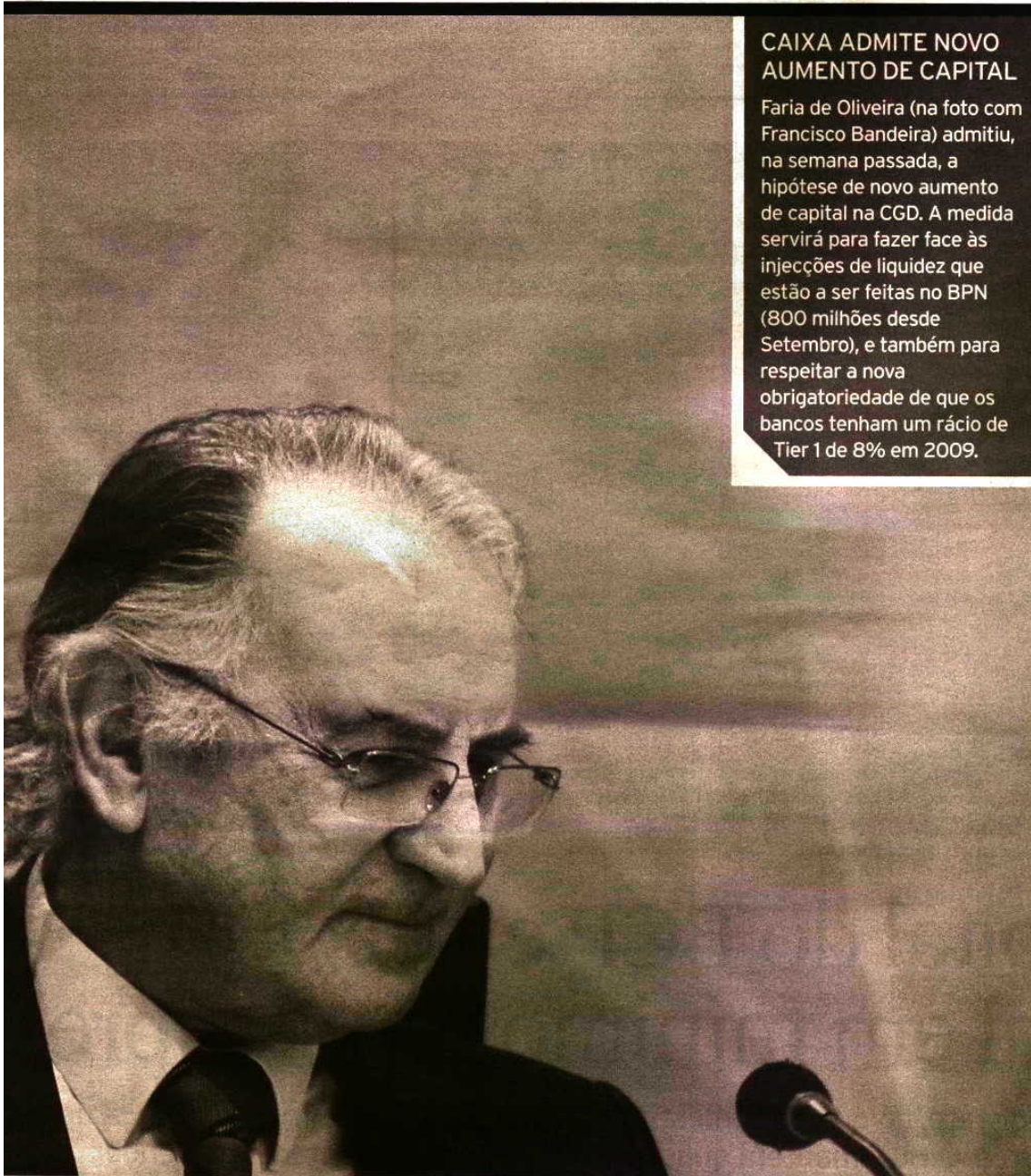
{ **Maria Ana Barroso**
mabarroso@economicasqps.com

Reprivatizar, incorporar na CGD, vender parte dos activos. São várias as possibilidades para o futuro do Banco Português de Negócios (BPN) e todas estão "em cima da mesa", deixou claro Francisco Bandeira.

À margem do seminário da Caixa sobre financiamento da economia, realizado sexta-feira, o novo líder do BPN e também vice-presidente da CGD explicou que primeiro há que "estudar a situação patrimonial e financeira do banco".

Reprivatização, venda de activos e incorporação na CGD são tudo hipóteses para o futuro do BPN.

Francisco Bandeira admitiu, no entanto, a venda de alguns activos "não estratégicos" (ver texto ao lado). Nas primeiras declarações feitas à imprensa desde que começou a trabalhar no BPN, explicou que "há muito trabalho a fazer". E que, independentemente do trabalho de reestruturação financeira que houver a fazer e do destino que se entender dar à instituição, serão comunicadas e penalizadas as irregularidades encontradas. Isto se "no processo de gestão forem encontradas novas situações, que levantem dúvidas



CAIXA ADMITE NOVO AUMENTO DE CAPITAL

Faria de Oliveira (na foto com Francisco Bandeira) admitiu, na semana passada, a hipótese de novo aumento de capital na CGD. A medida servirá para fazer face às injeções de liquidez que estão a ser feitas no BPN (800 milhões desde Setembro), e também para respeitar a nova obrigatoriedade de que os bancos tenham um rácio de Tier 1 de 8% em 2009.

do BPN estão “em cima da mesa”

do BPN, depois da reestruturação. A reprivatização é uma hipótese.

e que eticamente sejam reprováveis”, referiu.

O gestor que, com a nacionalização do BPN, sucedeu a Miguel Cadilhe, acrescentou ainda que, quanto a pessoas ainda no banco que “tenham exercido diligentemente a sua actividade, haverá um processo de expurgo”.

Francisco Bandeira aproveitou, no entanto, para lembrar, quanto à nacionalização, que “a CGD não é accionista do BPN”, mas sim o Estado, e que, por isso, “são situações perfeitamente autónomas”.

Por outro lado, quanto aos

receios dos accionistas da SLN, antigos investidores também do BPN, o responsável disse estar “convicto de que a SLN tudo fará para aportar os meios financeiros ao cumprimento das prestações e do reembolso aos clientes do BPN”. “Tenho garantias da administração de que tudo fará para isso”, acrescentou. ■

Dias Loureiro,
antigo
administrador da SLN



Dias Loureiro não irá à AR

■ Dias Loureiro, antigo administrador da SLN, manifestou vontade de falar aos deputados sobre o caso BPN, mas não terá essa oportunidade. Segundo o “Diário de Notícias”, o PS irá chumbar essa audição, por o caso estar a ser alvo de uma investigação criminal e não estar em curso qualquer comissão parlamentar de inquérito sobre o processo. A deputada socialista Teresa Venda, disse à TSF que a carta que Dias Loureiro enviou à Assembleia da República não apresenta razões para que seja ouvido. “[Dias Loureiro] pede para o ouvirmos não porque tem alguma coisa para contar, mas porque não tem nada para esconder”, explicou a vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. O Diário Económico contactou Dias Loureiro, que não quis fazer qualquer comentário. T.F.

Banco alemão interessado na compra do BPN Brasil

FRANCISCO BANDEIRA admite venda de activos que estão no universo BPN.

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

O banco alemão Landesbank Baden Württemberg (LBBW) está interessado na compra do Banco Português de Negócios (BPN) Brasil, apurou o Diário Económico.

Aquela unidade brasileira estava entre os activos que a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), anterior dona do BPN, equacionava vender. A instituição alemã surge como potencial compradora.

O BPN Brasil faz parte do universo de activos detidos directamente pelo BPN, e que por isso passaram agora para as mãos do Estado. No entanto, a nova administração da instituição nacionalizada, liderada agora por Francisco Bandeira, quer vender alguns activos. Em cima da mesa está a possibilidade de dar seguimento a processos que estavam já em andamento e a "trabalhos já feitos", adiantou o responsável aos jornalistas, na sexta-feira, à margem do seminário da CGD sobre "Financiamento da Economia".

O novo presidente do BPN deixou assim claro que os processos de prospecção de interessados e eventual alienação de alguns activos, que a anterior gestão estava a levar a cabo, não terão de parar por causa da nacionalização.

Conforme noticiou no início de Outubro o Diário Económico, a SLN colocou no leque de possíveis vendas o BPN Brasil, depois de terem surgido interessados. Com a nacionalização do BPN, a maioria do capital

BPN Brasil

- **Carteira de crédito (2007):**
71,2 milhões de euros.
- **Recursos captados (2007):**
105,19 milhões de euros.
- **Activo total (2007):**
133 milhões de euros.
- **Lucro (2007):**
1,87 milhões de euros.
- **Pessoal:**
40 trabalhadores e cerca de 30 agentes.
- **Estrutura accionista:**
80% pelo BPN (agora estatal) e 20% pelo BAI.

do BPN Brasil (80%) passou para as mãos do Estado, permanecendo os restantes 20% nas mãos do Banco Africano de Investimentos (BAI). E portanto é quanto aos primeiros 80% que permanecerá a hipótese de uma venda.

O alemão LBBW é uma instituição bancária universal mas que é especializada na gestão de poupanças, agregando um conjunto de bancos de retalho de várias regiões da Alemanha.

A sua presença internacional é vasta, tendo o LBBW balcões ou escritórios de representação em mais de vinte países, entre Europa, Ásia e América do Sul. Neste último caso tem escritórios no México e Brasil (São Paulo).

Com uma estrutura pequena, e sem rede física de balcões, o BPN Brasil, a operar desde 2003, é uma instituição focalizada precisamente na gestão de carteiras e banca de investimento.

No final de 2007, contava com um activo total de 385 milhões de reais (cerca de 133,14 milhões de euros) e recursos de clientes captados de cerca de 105,19 milhões de euros. O BPN Brasil lucrou 1,87 milhões de euros no ano passado.

Para além do BPN Brasil, o universo do BPN SA nacionalizado conta ainda com o BPN Cayman, o BPN Banque, o Banco Efisa, o BPN IFI, o BPN Imofundos, BPN Gestão de Activos, Real Vida Seguros e BPN Crédito IFIC.

Francisco Bandeira admitiu sexta-feira que a banca de investimento (Efisa) e os seguros (Real Vida) poderão ser alienados. ■

BPN ■ BRAÇO-DE-FERRO PARA AUDIÇÃO DO EX-ADMINISTRADOR NO PARLAMENTO

Bloco insiste em ouvir Dias Loureiro

■ Vitalino Canas defende que existem outros meios para dar explicações mas Francisco Louçã acusa o PS de querer "apagar a questão" do caso BPN

● PEDRO H. GONÇALVES*

O porta-voz do PS, Vitalino Canas, garantiu ontem ao **Correio da Manhã** que prescindia da audição de Dias Loureiro no âmbito das irregularidades detectadas no BPN porque, justificou, "a Assembleia da República serve para fiscalizar o Governo e não para ouvir os problemas dos cidadãos que se querem justificar perante o País. Para isso existem outros meios", sublinhou.

O PS chumbou o primeiro pedido de audição solicitado pelo Bloco de Esquerda (BE) para ouvir vários ex-gestores do Banco Português de Negócios (BPN), entre eles Dias Loureiro. O ex-ministro da Administração Interna enviou uma carta à Assembleia da República a pedir para ser ouvido, mas Vitalino Canas confirma que "a decisão já está tomada" e que o grupo parlamentar chumbará o pedido.

O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Jorge Neto, prefere não falar sobre o conteúdo da carta, mas garante que a enviou para todos os grupos parlamentares e aguarda agora que "seja feito um requerimento para que a questão seja discutida".

O dirigente BE, Francisco Louçã, avisa que vai "voltar à carga" e acusa o PS de "hipocrisia". "São banqueiros que gozaram da confiança do Estado e que vêm falar sobre um problema que vai ser resolvido com o dinheiro dos contribuintes. O PS está a diminuir o Parlamento ao tentar apagar a questão."

Diogo Feio, líder parlamentar do CDS-PP, diz que nem pondera apresentar um requerimento dado que "é um acto desnecessário". E explica porquê: "O PS chumbou o primeiro pedido de audição e já anunciou que vai chumbar o segundo requerimento." ■ *COM.J.R.



Vitalino Canas explica que o PS não vai ouvir Dias Loureiro (à dir.) por estar a decorrer uma investigação

SAIBA MAIS

● AUDIÇÃO

O BE entregou no Parlamento um requerimento para ouvir Oliveira e Costa, Dias Loureiro, Abdool Vakil, Rui Machete e Miguel Cadilhe no âmbito das irregularidades detectadas. O Partido Socialista chumbou o pedido.

● 700

milhões de euros deverá ser o valor a suportar pelos contribuintes em consequência da nacionalização do BPN. Analistas defendem que esse montante deverá ser superior.

"Alegre até é útil ao PS"

● José Lello considera que "Manuel Alegre é muito previsível", mas que "até é útil ao PS". Foi desta forma que o dirigente socialista reagiu às acusações do deputado do PS, que numa entrevista TSF/DN reiterou as críticas ao PS, acusando o partido de ser uma "máquina eleitoral e uma máquina de poder, que deixou de ter vida própria e autónoma". Em declarações ao **Correio da Manhã**, José Lello começou por comentar: "Manuel Alegre tem uma posição tática, previsível, quase em competição com o BE". E acrescentou: "Mas até é útil ao PS porque evidência quanto o partido é aberto, permitindo que haja pessoas com diferentes opiniões."



José Lello, dirigente do PS

Também contactado pelo nosso jornal, o deputado socialista António José Seguro admitiu ter lido a entrevista, mas não quis fazer quaisquer comentários. ■ J.F.

Marcelo: Dias Loureiro deve ir ao Parlamento e à PGR

Comentário. Ex-líder do PSD contra recusa de ouvir conselheiro de Estado

Para Marcelo Rebelo de Sousa, o Parlamento deveria aceitar o pedido de Dias Loureiro para ser ouvido. No seu programa dos domingos na RTP-1, Marcelo afirmou que tendo sido a Assembleia a aprovar a nacionalização do BPN, poderá haver lugar nesse fórum a esclarecimentos do antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (*holding* que detinha o BPN) sobre o processo da nacionalização.

No entanto, Marcelo acha que se

é intenção de Dias Loureiro ir ao Parlamento explicar que nada tem a ver com as irregularidades no Banco Português de Negócios, então deve dirigir-se à procuradoria-geral da República para ser ouvido pelo Ministério Público.

Marcelo regista que “Manuela Ferreira Leite não sentiu necessidade de se demarcar do caso BPN pelo facto de haver elementos do PSD envolvidos”.

“Manuela Ferreira Leite entendeu que esta questão não era prioritária na vida política portuguesa. Para mim, teria sido, mas para ela não é”, acrescentou o ex-líder do PSD. ■



Marcelo Rebelo de Sousa





Miguel Baltazar

BANCA

SLN garante que vai pagar dívida colocada em clientes do BPN

Emissão que vence quarta-feira será reembolsada

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que até à semana passada detinha a totalidade do Banco Português de Negócios (BPN), compromete-se a reembolsar os títulos de dívida – obrigações ou papel comercial – colocados junto de clientes da instituição financeira. Assim, a primeira emissão a vencer após a nacionalização do BPN, com reembolso agendado para esta quarta-feira, será paga na data prevista.

A garantia de pagamento foi dada na sexta-feira pela administração da SLN, liderada por Miguel Cadilhe, à nova equipa de gestão do BPN, presidida por Francisco Bandeira, através de um comunicado cujo conteúdo foi dado a conhecer aos clientes do banco através da rede de agências. Nesta missiva, a que o **Negócios** teve acesso, a SLN afirma que irá reembolsar os titulares de obrigações e papel comercial emitidos pela “holding” ou por empresas do grupo. Afastada está a possibilidade de aqueles títulos de dívida serem pagos antecipadamente.

O novo presidente do BPN afirmou na sexta-feira estar “convicto

de que a SLN tudo fará para aportar os meios financeiros ao cumprimento das prestações e do reembolso aos clientes do BPN. Tenho garantias da administração que tudo fará para isso. Estou a falar de todas as emissões de obrigações, que eram um processo normal de captação de verbas e financiamento”.

Segundo noticiou a TSF também na sexta-feira, a SLN e suas participadas têm emissões de dívida no valor de 300 milhões de euros colocadas junto de 2.650 clientes do BPN. De acordo com aquela rádio, a nacionalização do banco levou alguns dos clientes a dirigirem-se aos balcões da instituição procurando resgatar o dinheiro investido naquelas aplicações.



Estou convicto de que a SLN tudo fará para aportar os meios financeiros ao reembolso dos clientes do BPN.

Francisco Bandeira
Presidente do BPN

Além da SLN e suas participadas, também a SLN Valor, maior accionista da “holding” liderada por Cadilhe, colocou em clientes do BPN uma emissão de papel comercial de 100 milhões de euros. Esta operação, cujo vencimento ocorrerá no próximo Verão, destinou-se a financiar a participação daquela sociedade no aumento de capital da SLN. Fonte da SLN Valor garantiu ao **Negócios** que a sociedade espera cumprir na íntegra as suas obrigações para com os clientes do BPN.

Accionistas da SLN tomam decisões a 18 de Dezembro

Por decidir está ainda o que é que os accionistas da SLN vão fazer relativamente ao aumento de capital da sociedade, no valor de 300 milhões de euros. Esta operação, destinada a reforçar os rácios de capital do BPN, foi registada em Agosto mas estava definido que o pagamento seria feito em três tranches. Com a nacionalização do banco, os investidores estão a equacionar pedir a anulação da operação, como noticiou o “Diário Económico”.

A decisão final será tomada a 18 de Dezembro, em assembleia geral da SLN, a convocar esta semana.

Real Vida e Efisa deverão ser primeiros activos a vender

A Real Vida Seguros e o Banco Efisa deverão ser os primeiros activos a vender no âmbito da reestruturação do BPN que a nova administração, liderada por Francisco Bandeira, tem em curso. “Há áreas do BPN que eventualmente, pela sua natureza, são distintas do negócio estratégico e, portanto, são mais susceptíveis de ser avaliadas as hipóteses da sua alienação, nomeadamente a Real Vida e o banco de investimento”, adiantou o gestor, à margem do seminário “Financiamentos da economia: oportunidades e parcerias no contexto actual”, realizado sexta-feira, em Lisboa.

Francisco Bandeira garantiu que não está a estudar propostas concretas apesar de, como já foi noticiado pelo “Público”, Abdool Vakil, presidente e antigo proprietário do Efisa, ter feito uma proposta de compra daquele banco de investimento ainda antes da nacionalização do BPN. No entanto, o gestor deixou em aberto a possibilidade de alguma das alienações poder ser concretizada até ao final do ano. “Admito que

não se quebre nenhum ritmo dos trabalhos que se tinham vindo a fazer. Coisas que estejam já muito adiantadas, admito que se mantêm. Mas não posso dizer, se for rigoroso, que seja antes ou depois do final do ano”, afirmou. Recorde-se que a anterior gestão do BPN, liderada por Miguel Cadilhe, pretendia fazer alienações, designadamente na área seguradora, ainda em 2008.

Relativamente ao banco propriamente dito, Bandeira não excluiu que possa vir a ser integrado na Caixa Geral de Depósitos (CGD), que actualmente apenas tem um mandato

de gestão do BPN. “Pode haver uma situação intermédia, talvez entre reprivatizar e integrar na CGD”, admitiu aquele responsável.

A posição do também vice-presidente da Caixa não é alheia ao facto de ter algumas dúvidas sobre a capacidade de regeneração da marca BPN. “Alguém que parte para uma tentativa de solução, tem de pensar que é possível. Se é desejável ou não, é outra solução. Ao fim de dois dias, não posso dar uma opinião pessoal. O que é importante, nesta fase, é que há duas marcas distintas e, enquanto a CGD tiver um papel na recuperação daqueles activos, têm a mesma segurança”, adiantou Bandeira.

Como a segurança das aplicações no BPN e na Caixa passa a ser idêntica, o gestor vai acabar com as elevadas remunerações de depósitos até aqui praticadas pela instituição da SLN. “Não é previsível que se mantenham taxas diferenciadas nos clientes que depositam na CGD e no BPN, se não, não podíamos afirmar que a segurança é a mesma. Mas segurança igual, preço igual”. **MJG**



Francisco Bandeira | Líder do BPN vai acabar com elevados juros dos depósitos.

Colaboradores com actuação dolosa serão despedidos

➔ A nova administração do BPN não tem, para já, prevista qualquer acção de redução do quadro de pessoal do banco, no entanto, Francisco Bandeira garante que o banco será expurgado dos funcionários que tenham mantido uma actuação irregular. “Quanto aos despedimentos, as pessoas que, pelas suas práticas e envolvimento, tenham exercido dolosamente a sua actividade, obviamente haverá um processo de expurgo dessas práticas e dessas pessoas”, sublinhou o gestor aos jornalistas. Bandeira garantiu ainda que vai continuar a fazer denúncias ao Ministério Público. “Se no processo de gestão forem encontradas novas situações, vamos procurar continuar o que estava a ser feito. As situações que nos levantem dúvidas e que eticamente sejam reprováveis” serão denunciadas às autoridades competentes.



Pode haver uma situação intermédia, talvez entre reprivatizar [o BPN] e integrar na CGD.

Francisco Bandeira
Presidente do BPN



Portas acusa PS e PSD de proteger Constâncio

O líder do CDS-PP, Paulo Portas, acusou ontem o PS e o PSD de quererem “segurar” o governador do Banco de Portugal que, diz, está “agarrado ao lugar”, mesmo depois de “já ter provado que falhava”.

Paulo Portas falava à margem da cerimónia de apresentação do candidato do CDS-PP à Câmara local, tecendo duras críticas a Vítor Constâncio.

“Se o PS e o PSD o querem segurar, fiquem com essa respon-

sabilidade, eu sou pelos contribuintes”, afirmou, acusando o governador do Banco de Portugal de ter actuado tarde de mais nos casos de fraude que envolveram o Banco Comercial Português e mais recentemente o Banco Português de Negócios.

Para o líder do CDS-PP ambos os casos foram “uma vergonha” e vão prejudicar os contribuintes portugueses em mais de mil milhões de euros porque o governador “falhou”. ||LUSA



Portas ao ataque **MAIS CRÍTICAS A CONSTÂNCIO**

O líder do CDS-PP acusou ontem o PS e o PSD de quererem "segurar" o governador do Banco de Portugal, que, diz, está "agarrado ao lugar", depois de "já ter provado que falhava".

Paulo Portas falava aos jornalistas em Portimão, à margem da cerimónia de apresentação do candidato do CDS-PP à Câmara local. "Se o PS e o PSD o querem segurar, fiquem com essa responsabilidade, eu sou pelos contribuintes", afirmou, acusando o governador do Banco de Portugal de ter actuado tarde de mais nos casos de fraude que envolveram o Banco Comercial Português (BCP) e mais recentemente o Banco Português de Negócios (BPN).

Para o líder do CDS-PP ambos os casos foram "uma vergonha".



BPN ■ PS CHUMBOU PEDIDO DE AUDIÇÃO DE VÁRIOS EX-ADMINISTRADORES PARA ESCLARECEREM GESTÃO

“Só falo da minha actuação”

■ **Conselheiro de Estado pede para ser ouvido mas não irá falar sobre outros gestores**

● **PEDRO H. GONÇALVES**

Quero falar sobre a minha actuação enquanto gestor do BPN. Não é para falar sobre mais ninguém.” Foi com estas palavras que Dias Loureiro explicou ao CM por que motivo quer ser ouvido na Assembleia da República, depois de o PS ter chumbado o pedido do BE de audição de vários ex-gestores do Banco Português de Negócios (BPN).

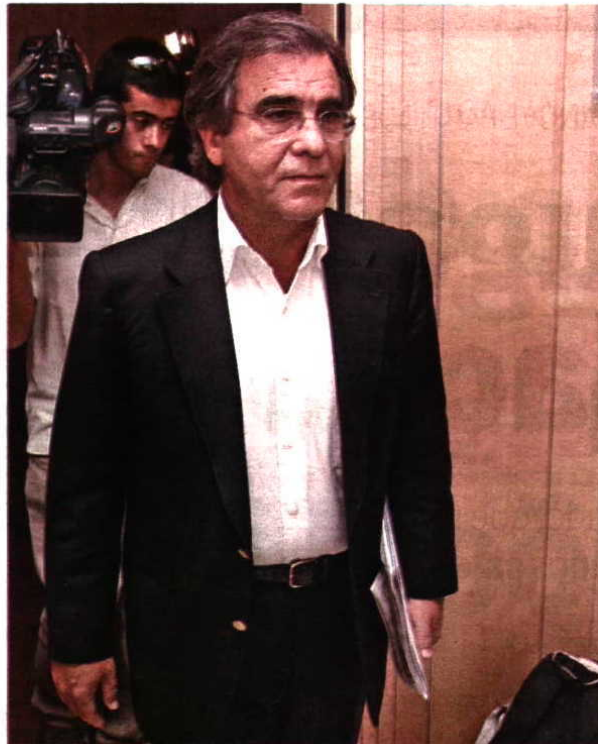
Dias Loureiro, ex-ministro da Administração Interna e actual conselheiro de Estado, garante que não se trata de ir falar sobre a gestão

do banco feita pelos vários administradores, entre eles Oliveira e Costa, sobre quem recaem as principais suspeitas de irregularidades, mas exclusivamente sobre a sua passagem como administrador do BPN.

Dias Loureiro foi administrador-executivo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), detentora do BPN entre Dezembro de 2001 e Setembro de 2002, e administrador não-executivo até 2005.

O pedido para ser ouvido no âmbito das irregularidades detectadas no BPN foi dirigido numa carta ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que o encaminhou agora para a Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, que terá de o apreciar.

Ao CM, Dias Loureiro não quis comentar sobre o paradeiro de Oliveira e Costa. Desde que o caso



Cavaco Silva mantém a confiança em Dias Loureiro no Conselho de Estado

BPN saltou para a ribalta, o banqueiro está em parte incerta.

Dias Loureiro, que foi secretário-geral do PSD, quer explicar a actuação no BPN depois de várias críticas dos partidos da Oposição

ao facto de terem passado pelo BPN diversos sociais-democratas. No entanto, o Presidente da República garante que não vê razões para se questionar a continuação no Conselho de Estado de Dias Loureiro. ■

Q PORMENORES

● ELITE POLÍTICA

Para o dirigente bloquista Francisco Louçã, o “escândalo” BPN é o primeiro de “cumplicidade” entre o poder político e económico, envolvendo a antiga “elite política do cavaquismo”.

● DESCONHECIMENTO

Dias Loureiro afirmou aos jornalistas, aquando da nacionalização do BPN, que “nunca” teve conhecimento de problemas relacionados com o banco.

● AUDIÇÃO CHUMBADA

O Bloco de Esquerda entregou um requerimento para ouvir Oliveira e Costa, Dias Loureiro, Abdool Vakil, Rui Machete e Miguel Cadilhe no âmbito das irregularidades detectadas. O PS chumbou o pedido.

● VÍTOR CONSTÂNCIO

A actuação da supervisão do Banco de Portugal no caso BPN foi extremamente criticada pelos partidos da Oposição que chegaram a pedir a demissão de Vítor Constâncio. No entanto, o governador mantém a confiança do Governo de José Sócrates.

Parlamento. O pedido de Dias Loureiro para ser ouvido na Assembleia da República no âmbito do escândalo BPN não terá o voto favorável dos socialistas. A direcção do PS considera que, sendo o assunto do domínio da investigação criminal, o Parlamento não deve ouvir o conselheiro de Estado

BPN: PS recusa ouvir Dias Loureiro no Parlamento



Dias Loureiro, o homem-forte da velha máquina cavaquista, foi nomeado pelo Presidente para o Conselho de Estado

O pedido do conselheiro de Estado para ser ouvido vai ser chumbado

ANA SÁ LOPES

O PS não vai aceitar que Manuel Dias Loureiro preste esclarecimentos no Parlamento sobre a sua ligação com o BPN, como é vontade do conselheiro de Estado, soube o DN junto de fonte da direcção. Para os socialistas, o caso do Banco Português de Negócios está a ser objecto de investigação criminal e nada justifica que a Assembleia da República (uma vez que não tem nenhuma comissão de inquérito parlamentar sobre esta matéria) venha a ser palco de qualquer intervenção nesta matéria.

Na semana passada, Dias Loureiro escreveu ao presidente da Assembleia da República

a pedir para ser recebido pelos deputados, para prestar depoimento sobre a sua passagem pela administração da Sociedade Lusa de Negócios, na sequência do rebentar do escândalo BPN e consequente nacionalização. Jaime Gama enviou o pedido para a Comissão de Orçamento e Finanças, que agora o irá votar.

Mas os socialistas não entendem que o Parlamento seja a sede indicada para a defesa de Dias Loureiro, uma vez que há um processo judicial a decorrer. O destino do pedido do conselheiro de Estado será idêntico ao do requerimento do Bloco de Esquerda, que também pediu para ouvir Miguel Cadilhe e os antigos responsáveis do Banco Português de Negócios: o chumbo.

A única declaração pública de Dias Loureiro – um dos ministros mais influentes duran-

tes os governos de Cavaco Silva – desde que foi conhecido o escândalo foi a de que desconhecia os problemas do BPN. “Não sei de nada sobre a nacionalização do Banco Português de Negócios, nem nunca tive conhecimento de problemas relacionados com o BPN”, disse no dia 3 deste mês à Lusa. “Não me posso pronunciar sobre a nacionalização, porque tudo o que sei é o que leio nos jornais”, acrescentou.

Dias Loureiro foi até Setembro de 2002 administrador executivo da Sociedade Lusa de Negócios, a holding que controlava o BPN. Posteriormente, até Dezembro de 2005, passou a administrador não executivo.

Na sexta-feira passada, o Presidente da República foi interrogado por jornalistas sobre o caso BPN. “Não posso fazer qualquer afirma-

BPN FINANCIOU CAMPANHAS PARTIDÁRIAS?

Manuel Monteiro, líder demissionário do BPN, quer saber que partidos beneficiaram

O presidente demissionário do Partido da Nova Democracia (PND) defendeu ontem que é preciso apurar quais os partidos políticos beneficiados nas suas campanhas eleitorais pelo Banco Português de Negócios. “Independentemente dos erros ou das omissões que o governador do Banco de Portugal possa ter cometido, está tudo a atirar poeira para cima dele (Vitor Constâncio) para desviar as atenções dos partidos dos políticos que ao longo dos anos foram financiados e beneficiados pela existência do BPN”, disse Monteiro, falando aos jornalistas à margem de uma reunião do Conselho Geral do PND em que oficializou a sua demissão.

ção sobre um assunto que não conheço suficientemente. Não vejo sequer razão até para me ser feita essa pergunta”, afirmou Cavaco, questionado sobre se mantinha a confiança em Dias Loureiro como conselheiro de Estado.

O ex-administrador do BPN foi um dos pilares políticos do actual PR, tanto no partido como no Governo. Cavaco começou por entregar a Dias Loureiro a gestão do PSD (nomeou-o secretário-geral) mas depois chamou-o para o Governo, onde foi ministro dos Assuntos Parlamentares entre 1989 e 1991. Depois de 1991, ocupou a pasta da Administração Interna. Foi, igualmente, um dos principais estrategas das duas campanhas de Cavaco Silva à Presidência da República. Na última, que elegeu Cavaco Silva Presidente, Dias Loureiro foi também o autor do hino de campanha. “Fazer Portugal Maior é romper a bruma, abrir o dia, é rasgar o medo... é fazer melhor”, rezava o refrão. ■

Loureiro afirmou desconhecer os problemas do BPN

Louçã acusa “elite do cavaquismo”

BPN. Líder do Bloco diz que os dirigentes do banco sempre se acharam “inexpugnáveis”

O líder do Bloco de Esquerda afirmou ontem que o “escândalo” do BPN é o primeiro de “cumplicidade” entre poder político e económico, envolvendo a antiga “elite política do cavaquismo”.

Francisco Louçã falou no segundo dia do Congresso Internacional Karl Marx, que hoje terminará, na Universidade Nova, em Lisboa.

“A burguesia do BPN era a elite política do cavaquismo”, disse, citado pela Lusa. “Uma parte dos mais poderosos de Portugal – dos que acharam que eram sempre inexpugnáveis, que não eram obrigados ao cumprimento das leis – pensaram que podiam ter um banco, com grande proximidade face ao poder político e, partir daí, fazerem o que nós hoje sabemos”, acrescentou.

“Sabemos que houve 30 milhões de euros que desapareceram para um gestor de fortunas privadas em Gibraltar;

sabemos que foram aplicados mais de 200 milhões de euros numa empresa do Brasil, que depois foi vendida por cinco milhões; sabemos que houve 71 milhões de euros aplicados numa *off-shore* em Porto Rico; e sabemos que estes banqueiros desapareceram e hoje não respondem por isto.”

E agora, disse ainda o líder bloquista, o actual Governo quer pôr “o IRS das pessoas a pagar as falcatruas de gente que provavelmente nunca será julgada por estes crimes”. ■



Francisco Louçã: “falcatruas” pagas pelos contribuintes



ID: 22782315

16-11-2008

PS nega ouvir Dias Loureiro no Parlamento sobre o BPN

O PS vai recusar o pedido do conselheiro de Estado Manuel Dias Loureiro para prestar depoimento no Parlamento no âmbito do caso Banco Português de Negócios (BPN). Os socialistas argumentam que o

processo está a ser objecto de investigação criminal e o Parlamento não é o fórum indicado para os esclarecimentos do antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, a *holding* que controlava o BPN, ban-

PS defende que Assembleia não é o fórum adequado

co associado a vários outros políticos, sobretudo da área do PSD, mas também do PS. Dias Loureiro tinha dito desconhecer os problemas do banco quando se conheceu a dimensão das dívidas. **Portugal, pág. 22**



“Elite política do cavaquismo” criou BPN, diz Louçã

Maria José Oliveira

● O ditado português “quem rouba um tostão é um ladrão, quem rouba um milhão é um barão” serve que nem uma luva ao caso Banco Português de Negócios (BPN). É isso que defende Francisco Louçã, líder do Bloco de Esquerda (BE), que recorreu ao provérbio para sublinhar a impunidade da “elite política do cavaquismo que fez um banco”. A acusação desta “cumplicidade” entre os poderes político e económico foi feita numa das sessões do Colóquio Internacional Karl Marx, que termina hoje na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e na qual o dirigente bloquista falou sobre a recessão e a crise do capitalismo. “A burguesia do BPN era a elite política do cavaquismo.”

Pouco antes, na sequência de críticas à reunião dos líderes do G20, Louçã disse que o escândalo BPN foi uma organização da “máfia financeira”:

“No essencial, o capitalismo tóxico é um capitalismo mafioso. É mafioso por natureza. E o que acontece no BPN é a máfia financeira a organizar-se”. À saída da sessão temática, o deputado reiterou a indignação do BE perante as revelações que têm surgido em torno do BPN: “Uma parte dos mais poderosos de Portugal, aqueles que julgaram ser inexpugnáveis, pensavam que podiam ter um banco e, devido à grande proximidade com o poder político, fazer aquilo que nós sabemos hoje.” E especificou: “Sabemos que 30 milhões de euros desapareceram para um gestor de fortunas em Gibraltar; que foram aplicados mais de 200 milhões de euros numa empresa do Brasil, que depois foi vendida por cinco milhões; que foram aplicados 71 milhões de euros num *off-shore* em Porto Rico; e sabemos que estes banqueiros desapareceram e não respondem por esta situação”. Instado a explicar a quem se referia, Louçã apontou o dedo a “ex-minis-

tros de Cavaco Silva” e ainda a Miguel Cadilhe (presidente da Sociedade Lusa de Negócios), José Oliveira e Costa (ex-presidente da administração do BPN) e a Manuel Dias Loureiro (antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios). “Esta galeria da elite social achou que podia fazer tudo, até comprar secretamente um banco para fazer manobras ilegais em violação da lei, desaparecendo com milhões

de euros.” Louçã afirmou não acreditar na assunção de responsabilidades pelos envolvidos, realçando que o Governo “quer que sejam os portugueses a pagar, através do IRS, as falcatruas de gente que provavelmente nunca será julgada por estes crimes”. E lembrou que desde o início das investigações ainda não houve qualquer acusação.

Durante a sessão sobre a crise económica, o bloquista aproveitou para acusar o Governo de ter transferido, nos últimos três anos e meio, 25 mil milhões de euros do produto do trabalho para o financiamento do capital, promovendo a concentração da riqueza.

Apontando que o mundo entrou numa “recessão inevitável”, Louçã lamentou que José Sócrates afirme estar “contente” com a estagnação da economia nacional. Porque, arguiu, “basta fechar um sector de produção da Yasaki Saltano ou da AutoEuropa para Portugal entrar em recessão”.

Os negócios

25

mil milhões de euros terão sido transferidos do produto do trabalho para financiar o capital, acusa o líder do Bloco

DESDE SETEMBRO
CGD já injectou 800 milhões no BPN

■ O presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD) revelou ontem que o banco público injectou, desde Setembro, 800 milhões de euros no Banco Português de Negócios (BPN), instituição que o Governo decidiu nacionalizar no início do mês. Em declarações aos jornalistas à margem da conferência sobre “Financiamentos da Economia: Oportunidades e Parcerias no contexto actual”, que teve lugar em Lisboa, Faria de Oliveira avançou que o propósito não é o de integrar o BPN na CGD, mas sim reprivatizar o banco.



Faria de Oliveira propõe soluções

“Há uma segunda hipótese que é vender parte dos activos ao sector privado e há uma terceira hipótese que é, se for de todo impossível qualquer das soluções anteriores, fazer a integração do banco na Caixa Geral de Depósitos”, afirmou.

NACIONALIZAÇÃO DO BPN

Ruptura Accionistas querem que antigos gestores sejam castigados. E desejam vingança

Ao estilo
Kim Il SungTexto ISABEL VICENTE, NICOLAU SANTOS e PEDRO LIMA
Ilustração MIGUEL SEIXAS/WHO

Durante meses, os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), empresa que controlava o BPN antes da nacionalização, conseguiram unir-se em torno do objectivo comum de se verem livres de José

Oliveira Costa. Com isso evitaram expor publicamente as suas divergências, conseguindo impedir que o BPN mergulhasse numa guerra de poder como a que marcou o dia-a-dia do BCP no ano passado. Unia-os a complexa teia de relações e interesses montada por Oliveira Costa, que permaneceu à frente do BPN até Fevereiro deste ano. O sentimento reinante era o de que se a guerra entre accionistas estourasse, todos teriam a perder.

Mas a dimensão dos problemas do banco, o apertar do cerco pelo Banco de Portugal e a crise financeira precipitaram o fim deste estado de coisas. Os accionistas da SLN ainda tentaram uma solução transitória, com Abdool Vakili, que estava no grupo desde a compra do Banco E-fisa pelo BPN, mas acabaram por nomear Miguel Cadilhe para promover uma reestruturação de todo o grupo, que se esperava tranquila. Surgiram aí os primeiros sinais de mal-estar, porque Cadilhe quis vender todos os negócios não financeiros — saúde, tecnologias, retalho automóvel, hotelaria e turismo, indústria e transportes, agro-alimentar e imobiliário —, a fim de tentar salvar o banco.

Agora, com a nacionalização decretada pelo Governo em 2 de Novembro, que retirou do grupo a parte financeira, muitos accionistas sentem que já não há muito a perder. Mostram-se revoltados com os actos de Oliveira Costa. Sentem-se enganados. E o desfazer do frágil equilíbrio alimenta a vontade de vingança, perante a ameaça de ruína dos vários negócios.

Um primeiro sinal do que pode estar para vir surgiu na segunda-feira. Pela primeira vez houve accionistas da SLN a darem a cara e a fazerem acusações fortes contra Oliveira Costa. Um deles, Alberto Figueiredo, acusou-o, durante o programa 'Prós e Contras', da RTP, de ter constituído uma teia, à qual ele próprio estava preso. "Devemos falar dos grandes negócios que se faziam com grandes senhores de Lisboa que quando corriam mal iam parar ao BPN e quando corriam bem iam parar ao bolso deles", acusou.

Alberto Figueiredo, que é presidente da SLN Valor (que tem 38,02% da SLN), deu exemplos de irregularidades cometidas no banco: como o caso de uma empresa que foi negociada por €17,5 milhões mas acabou por ser comprada por €22,5 milhões porque Oliveira Costa terá dito que havia "comissões a pagar". Mais tarde seriam ainda pagos mais €10 milhões, correspondentes à marca, que alegadamente deviam ter sido pagos inicialmente. A empresa em causa, segundo apurou o Expresso, é a Raposeira.

"Estranho que tantos administradores que passaram pelo banco não soubessem do que se passava"; "fico indignado porque ninguém foi constituído arguido" e "isto foi obra não de um homem mas de um conjunto de homens", diz o accionista da SLN.

O "conjunto de homens" a que se refere foram administradores do banco e durante anos gravitaram em torno de Oliveira Costa. É o caso de Luís Caprichoso, administrador da SLN e braço direito de Oliveira Costa, que terá sido constituído arguido no âmbito de um processo de contra-ordenação movido pelo Banco de Portugal. Caprichoso, que saiu em 2006 do grupo, ainda estará a receber ordenado. Contactada, a SLN não comenta. Já quanto a Francisco Sanches, também arguido no mesmo processo, continua no grupo, embora sem funções. Oliveira Costa terá também sido constituído arguido no mesmo processo. Há várias semanas que o Expresso o tenta contactar, sem sucesso.

A forma como Oliveira Costa conseguiu durante tanto tempo manter a teia de interesses surpreende muita gente. O ex-presidente do banco é apontado como um líder autoritário, centralizador e com uma enorme capacidade de persuasão — capaz de fazer verdadeiras lavagens ao cérebro, segundo contam agora alguns dos accionistas da SLN — a fazer lembrar, com o devido exagero, líderes políticos como Kim Il-Sung, que liderou a Coreia do Norte de 1948 a 1994.

Inimigos é o que não lhe falta agora. Além dos accionistas que se sentiram enganados, há também ex-homens-fortes do antigo presidente do BPN que têm contas a ajustar. Alguns estão já a colaborar no sentido de esclarecer o que se passou no grupo, nomeadamente as operações que deram origem a um 'balcão' de pelo menos €700 milhões (do Banco Insular e do 'balcão virtual' por onde passavam negócios que não eram registados na contabilidade oficial do banco).

O Expresso teve acesso aos clientes do referido balcão virtual. São todos sociedades sedeadas em paraísos fiscais (off-shore). Não há o nome de uma empresa ou de um cliente particular. O maior financiamento foi concedido à Solrac Finance, no valor de €100,4 milhões. A Jared Finance recebeu 35 milhões, a Mardell Investments outros 25, a Webster Worldwide Assets quase 15 milhões. No total, estas operações "voadoras", como lhe chama José Vaz Mascarenhas, presidente do Banco Insular, totalizam €407,9 milhões. A probabilidade de serem todos incoberáveis é enorme.

Adelino Silva, outro dos accionistas da SLN que estiveram no 'Prós e Contras', espera que os responsáveis pela actual situação sejam castigados. Acusa Oliveira Costa, através da sua gestão danosa, assim como outros ex-administradores, o regulador e "outros sectores da sociedade" de terem contribuído para a situação. "A curto prazo virá tudo para a opinião pública", vaticinou. "Nesta altura já não é possível abafar qualquer situação".

ivicente@expresso.pt

Golpes em Porto Rico rendem 71 milhões

A SLN comprou há sete anos duas tecnológicas-fantasma em Porto Rico, que escondeu dos accionistas

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) adquiriu em 2001 e 2002 participações em duas empresas de Porto Rico por 71,25 milhões de dólares (a moeda norte-americana tinha nessa altura uma cotação equivalente ao euro), tendo para o efeito usado contas de sociedades sediadas em paraísos fiscais (off-shore). As operações foram noticiadas na época em órgãos de informação deste território norte-americano, mas não surgem registadas nos relatórios e contas da SLN desses dois anos. Nem sequer foram dadas a conhecer nas assembleias gerais, segundo confirma um dos accionistas à época.

Foi assim que, em Janeiro de 2002, o

grupo então controlado por Oliveira Costa comprou 25% da Biometrics Imaging, Inc. por 31,25 milhões de dólares, um valor que terá ficado muito acima daquilo que esta participação valia já que, segundo fontes contactadas pelo Expresso, a empresa estava falida. O negócio chegou a ser anunciado no jornal porto-riquenho 'El Nuevo Dia' como sendo "um grande investimento do conglomerado português Sociedade Lusa de Negócios SGPS SA". Mas o certo é que esta obscura empresa que se dedicava a "atividades de investigação e desenvolvimento de sistemas automáticos de identificação de pessoas baseada em características pessoais" fechou três meses depois.

Antes, em Dezembro de 2001, a SLN já tinha investido mais 40 milhões de dólares na aquisição de 75% da Nova-

Tech-Novatechnologies Inc, também em Porto Rico, com o alegado objectivo de entrar no mercado das tecnologias de sistemas de apoio à decisão (business intelligence-) da América Latina. Mas uma vez esta operação não surge na documentação oficial da SLN. A empresa não teve actividade e fechou no ano passado.

Parte significativa destes 71,25 milhões de dólares destas operações foi depositada em contas off-shore- de administradores da SLN. Ou seja, como foi pago muito mais dinheiro do que o valor daquelas empresas, parte dele foi desviado. A aventura da SLN nas novas tecnologias tinha começado em 2000 com a compra da Datacomp, que tinha uma participação na italiana Seac Banche, especializada em leitura óptica de cheques. Mas, com a gestão de Iolanda Costa (filha do ex-presidente da SLN), os negócios da Datacomp entraram em queda livre porque a sua participada italiana perdeu importantes contratos junto de grandes bancos norte-americanos.

O Expresso contactou a SLN, assim como Oliveira Costa, mas não teve resposta.

JOÃO RAMOS
jramos@expresso.pt

José Vaz Mascarenhas presidente do Banco Insular

"Responsabilidade dos

"Tive uma sensação de alívio com a nacionalização do BPN, porque a partir daí as responsabilidades do BPN para com o Banco Insular ficaram garantidas", admite José Vaz Mascarenhas, presidente do banco cabo-verdiano desde a sua fundação em Dezembro de 1997. Diz que quem controlava a contabilidade do Insular era o BPN e que aceitou a situação porque confiava em Oliveira Costa.

Desde que o BPN comprou o Insular sentiu uma perda de autonomia?

Sim. A ideia inicial era a de, com o auxílio do BPN, criar uma rede de clientes que lhe permitisse iniciar uma vida autónoma, apoiados nalgumas operações que nos enviavam. Essa expectativa não se concretizou, por uma série de razões. E em 2003 caiu uma avalanche de operações sobre o Banco Insular, que acabou com qualquer espécie de auto-

nia. Foi a partir daí que nos consideramos basicamente um instrumento do BPN. A nossa posição na administração era de sujeição funcional ao BPN.

Tinha capacidade de intervenção nessas operações propostas pelo BPN?

As operações eram controladas essencialmente pelo BPN. Quem negociava com os clientes era o BPN, que nos propunha as operações, juntamente com o projecto de contrato e uma carta de garantia. Esta podia não aparecer nesse mesmo dia, mas era sempre enviada. Tecnicamente podíamos dizer que não, mas não havia nenhuma razão objectiva para o fazermos.

O essencial das operações do Banco Insular estão garantidas pelo BPN?

Garantias não no sentido técnico. Não há garantias bancárias emitidas.





Oliveira Costa rodeou-se durante anos de alguns homens-fortes: da esquerda para a direita Armando Pinto, António Franco, José Augusto Oliveira Costa, Luis Caprichoso e Francisco Sanches

DIÁRIO DA NACIONALIZAÇÃO



SEGUNDA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO

Accionistas revoltados

No 'Prós e Contras', da RTP, por entre uma sonolenta discussão de políticos, uns contra, outros a favor, da nacionalização do BPN, percebe-se que chegou ao fim a paciência dos accionistas da SLN, que exigem que os culpados pela situação a que chegou o grupo — Oliveira Costa incluído — sejam punidos.

Necessários €900 milhões

João Carvalho das Neves, que até ao início da semana foi administrador do BPN, disse que para repor as necessidades de capital do banco são necessários €900 milhões.

TERÇA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO

PGR confirma quatro processos no caso BPN

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, confirma a existência de quatro processos relacionados com o BPN. Um teve origem numa queixa do governador do Banco de Portugal e outro numa queixa de Miguel Cadilhe, ex-presidente do BPN. Os outros dois foram abertos no âmbito da 'Operação Furacão'.

Cavaco promulga

Sensível aos argumentos da necessidade de garantir os depósitos e da estabilidade financeira, o Presidente da República promulgou o decreto-lei que nacionaliza o BPN.

A febre de terça-feira

à noite no parlamento
Começou às 21h e terminou quase às 3h da manhã a maratona da audição do governador do Banco de Portugal no Parlamento. Basicamente, Constanção foi dizer aos deputados que a supervisão fez o que devia no caso BPN e que não se demite.

CMVM investiga

A CMVM está a verificar a avaliação dos activos que constam da carteira dos fundos imobiliários geridos pelo BPN, revela o 'Jornal de Negócios'.

QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO

Missão quase impossível

O novo presidente do BPN, Francisco Bandeira, assume, em declarações ao 'Diário Económico', que a principal preocupação que tem é a de "recuperar a situação difícil em que vive o BPN". Mais difícil será cumprir o objectivo de tirar o banco das primeiras páginas dos jornais...

QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO

Insular no Brasil

Entre 2005 e 2007 o Insular transferiu mais de €300 milhões para o Brasil, grande parte para empresas ligadas à SLN, o que levanta suspeitas de financiamento encapotado, diz o 'Diário de Notícias' (DN).

Caixa vai em €500 milhões

Diz o 'Diário Económico' que desde a nacionalização a CGD injectou €500 milhões no BPN. E que, na semana passada, os clientes do banco levantaram mais do dobro das semanas anteriores.

SLN valor financiou-se junto de clientes do BPN

O Banco de Portugal autorizou em Julho os accionistas da SLN a endividarem-se em €100 milhões junto dos clientes do BPN através de uma emissão de papel comercial, diz o 'Público'.

SEXTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO

MAIS €100 MILHÕES

A CGD injectou mais €100 milhões no BPN, para salvar os fundos do banco, revela o 'DN'.

incobráveis é do BPN e não do Insular”

Mas as opções que temos de lhas vender quando quisermos têm os mesmos efeitos jurídicos e práticos de uma garantia.

■ **Isso quer dizer que os 180 milhões de créditos eventualmente incobráveis, o Banco Insular pode exigí-los?**
■ O problema de incobrabilidade não é do Banco Insular, mas do banco BPN, que lá os pôs e que assegurou que não recompraria quando nós quiséssemos.

■ **O que se passava com a contabilidade e o sistema informático do Banco Insular?**
■ A contabilidade do Banco Insular é processada pelo BPN, utilizando um software chamado Bank Manager, que corre no AS400 da IBM, que é um computador muito potente onde reside um programa bastante complexo que permite, vim agora a saber, que seja utilizado por

vários utilizadores separados entre si cujas contas não consolidam. E foi nesse programa, ao que julgo saber, que o BPN criou como que um banco, um balcão virtual. Mas ao fazê-lo isso não significa que as operações imputadas a tal 'balcão' fossem do Banco Insular. O dr. Vítor Constanção teve o cuidado de o sublinhar na sua conferência de imprensa e posteriormente perante a Comissão Parlamentar. Essas operações não estavam contabilizadas em lado nenhum.

■ **Desconhecia essas operações?**
■ Completamente. Só vim a saber delas já depois da saída do dr. Oliveira Costa, quando toda a gente soube.

■ **Pediu ao BPN acesso ao programa informático do Banco Insular?**
■ Sim. É uma exigência das mais elementares. Quem é responsável por uma

instituição quer ter livre acesso à sua contabilidade. Nós acabávamos por ter de pedir ao BPN que nos desse a informação de que precisávamos e o BPN facultava-nos os dados que queria. O acesso directo de quem liga o computador, entra nas contas e vê a evolução que têm, foi sempre prometido e sempre na prática negado.

■ **Confiava em Oliveira Costa?**
■ Essa relação de confiança é o que está na base desta situação de mandatário que acabei por assumir. Já o conhecia há muitos anos e com relações de amizade profissional, mas foi uma pessoa que teve um percurso brilhante, desde membro de Governo a presidente de bancos e nunca sobre ele constou nada de menos abonatório. Vamos ver se há razão para as acusações que lhe são feitas. As pessoas mudam, mas não tanto.

■ **Depois de Oliveira Costa ter saído do banco, teve alguns contactos com ele?**
■ Tivemos alguns contactos, umas duas ou três vezes. Ele teve a amabilidade de me procurar para me pôr ao corrente de negociações que estaria a acompanhar, com vista à aquisição do Grupo SLN por entidades estrangeiras. E quando eu já estava informado destas operações fora do balanço e lhe perguntei sobre elas, ele respondeu-me que as ignorava, que também não sabia, que a culpa não tinha sido sua. É um ponto que agora as investigações irão elucidar.

■ **Vai manter-se em funções?**
■ Não tenho qualquer interesses em manter-me neste cargo. E renunciarei a ele logo que as questões que ainda estão pendentes estejam resolvidas.
NICOLAU SANTOS
nsantos@expresso.pt

Denúncia a quanto obrigas...

Constâncio esteve cinco horas no parlamento a **tentar convencer os deputados** de que a supervisão actuou bem

Se não fossem as denúncias anónimas, alguma vez seriam descobertas as irregularidades que foram cometidas no BPN nos últimos anos?

Esta é uma das perguntas a que o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, não tem dúvidas em responder. E a resposta é "não". O que significa que a probabilidade de os supervisores detectarem operações ilegais é reduzida, no entender de Constâncio, que depois da crise por que passou o BCP, voltou a estar debaixo de fogo.

Esta foi uma das ideias-chave deixadas pelo governador aos deputados durante a maratona de quase cinco horas na Assembleia da República, na passada terça-feira. Os deputados dos partidos da oposição — PSD, CDS-PP, PCP e Bloco de Esquerda — quiseram saber porque é que o BdP não conseguiu detectar também este caso, tendo em conta que os indícios de que algo ia mal no BPN foram muitos ao longo do ano.

Sem a existência de denúncias não teria sido possível desmontar a teia de interesses em que o BPN viveu nos últimos anos, diz Constâncio

Constâncio justificou-se dizendo que "até 2007 os problemas do BPN nunca puseram em causa a solvabilidade e liquidez do grupo presidido por José Oliveira Costa". As situações detectadas até 2007 foram corrigidas através de instruções do BdP, nomeadamente no que diz respeito ao reforço de provisões para riscos de crédito e aumento dos rácios de capital. E explicou ainda que só em Junho, depois de ter sido confessado por quadros da instituição que havia uma relação de domínio por parte do grupo SLN no Banco Insular e o chamado balcão virtual, se pôde avançar mais na investigação. No entanto, só mais tarde foi possível ter uma ideia da dimensão do buraco que estas duas instituições fizeram no BPN.

Quanto a um rol de questões colocadas, a maioria ficou sem uma resposta que satisfizesse os deputados da oposição. Por que razão o BdP não se debruçou mais atentamente sobre o BPN quando este mudou de auditor quatro vezes em quatro anos e porque não os questionou acerca da sua saída? E ainda por que motivo o BdP não interrogou os administradores que saíram do BPN, alguns dos quais sem assinar as contas? Entre as questões em aberto fi-

cou também por justificar a razão do BdP não avançar com uma auditoria externa quando em Maio lhe foram confessadas algumas das ilicitudes por parte da administração de Abdool Vakil, que substituiu Oliveira Costa quando este saiu em Fevereiro.

A história repete-se, e neste caso apenas passou um ano para que outra bomba no sistema financeiro português estourasse. Primeiro foi o BCP que reentrou na praça pública através de jornais e de denúncias e agora o BPN.

Constâncio nunca visitou tantas vezes a Assembleia da República. Os motivos não são os melhores mas, no caso do BPN, os contornos são mais surpreendentes e incluem alegados crimes fiscais, branqueamento de capitais, uma contabilidade pa-

ralela num balcão virtual e um banco em Cabo Verde, o Insular, que esteve escondido da supervisão durante anos, com perdas de €360 milhões (ver texto nas páginas 2 e 3).

Os deputados, em particular o líder do CDS-PP, Paulo Portas foi incisivo no pedido de demissão de Constâncio, alegando que o BdP não teve mais uma vez capacidade para descobrir o que por lá se passava, acusando o banco central de "sonolência". Além do mais criticou ainda o facto de a denúncia à Procuradoria-Geral da República ter sido, na sua opinião, tardia — a partir do momento em que foram parcialmente confessadas as ilicitudes ao BdP, este demorou 90 dias a entregar a denúncia à PGR, acusou Portas.

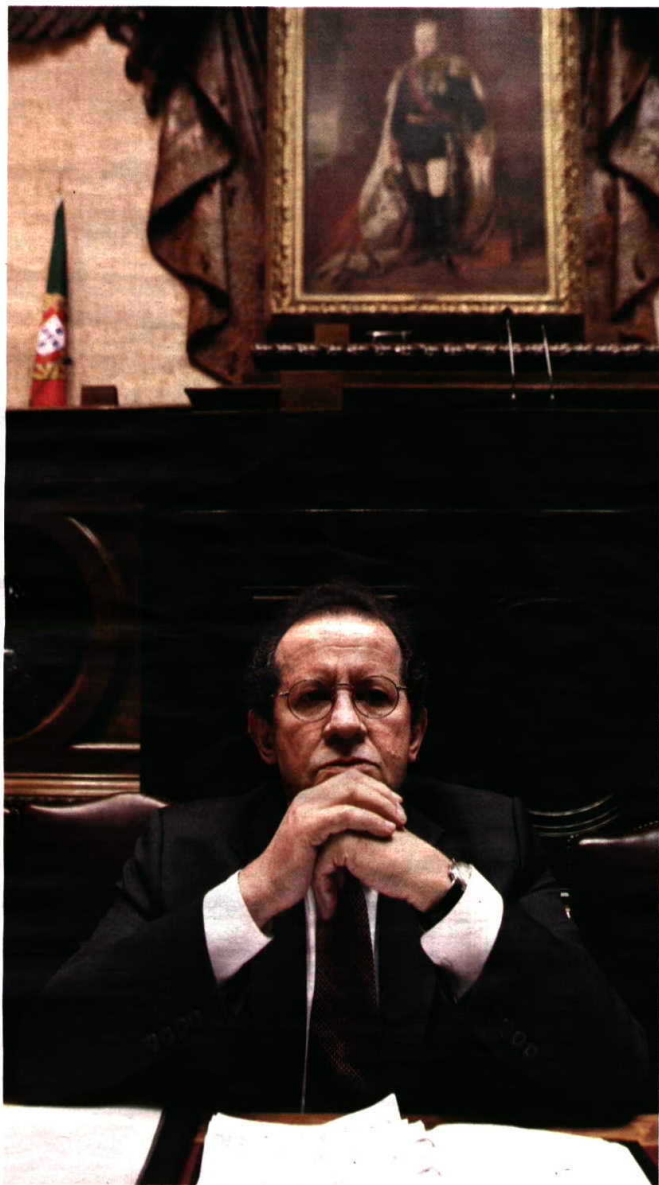
As perdas diagnosticadas pela auditoria externa, pedida em Julho por Miguel Cadilhe, ex-administrador do BPN, depois de ter sido eleito para presidir ao grupo, ascenderam a €700 milhões. A notícia deste valor é apenas conhecida em meados de Outubro quando a Deloitte apresentou o relatório preliminar. Antes disso, ao que apurou o Expresso, Cadilhe tinha pedido uma auditoria externa ao Banco Insular (BI), depois de Abdool Vakil lhe ter entregue a carta que enviou para o Banco de Portugal reconhecendo o Banco Insular no universo BPN e a existência de um balcão virtual. Esta auditoria foi pedida à Mazars poucos dias depois de Cadilhe ter sido eleito presidente do BPN.

Um cenário de insolvência de capitais brutal que vai certamente deixar uma factura pesada ao erário público. Record-se que a CGD já teve de injectar mais €600 milhões no BPN, além dos €200 milhões canalizados pelo BdP.

Mas Vítor Constâncio não se deixou intimidar pela sugestão de demissão por parte de Paulo Portas. Disse inclusivamente que estava de consciência tranquila.

O governador explicou ainda que nada fazia prever que um grupo presidido por um ex-técnico de supervisão do Banco de Portugal, vice-presidente do Banco Europeu de Investimento, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, cuja experiência e idoneidade se presume ser a melhor possível, desse azo a situações com estes contornos. Constâncio referia-se obviamente a Oliveira Costa, que continua em parte incerta.

ISABEL VICENTE E PEDRO LIMA
vicente@expresso.pt



Vítor Constâncio deixou muitas questões colocadas pelos deputados em aberto FOTO ALBERTO FRIAS.

P&R

Como funciona a supervisão bancária?

Segundo a Lei Orgânica do Banco de Portugal (BdP), a função de supervisão financeira é prudencial e comportamental. A primeira tem como objectivo assegurar a estabilidade, eficiência e solidez do sistema financeiro e a segunda visa olhar pelo cumprimento de regras de conduta e prestação aos clientes bancários, garantindo a segurança dos depósitos e dos depositantes, bem como a protecção dos clientes. Na prática a supervisão bancária funciona através da análise dos reportes enviados pelas instituições ao BdP.

Quantos funcionários existem para inspeccionar?

A 31 de Dezembro existiam 336 instituições, das quais 39 bancos. E segundo afirmou o governador do BdP, Vítor Constâncio, existem apenas 60 técnicos para olhar por todas elas. O que levanta a questão de ser necessário aumentar o corpo de inspectores para a acção de supervisão prudencial.

Por que acontecem estas surpresas como a do BPN?

Possivelmente porque a acção do BdP é ainda muito limitada ao nível de recursos e de inspeções proactivas, assentando a supervisão essencialmente na aceitação do reporte por parte dos bancos e dos auditores externos que atestam as contas dos bancos. Em 2007, segundo dados do banco central, foram realizadas 35 inspeções, 29 das quais programadas sendo 14 a bancos e 6 acções inspectivas pontuais.

O que pode ser mudado para ajudar a supervisão a ser mais expedita?

Durante a audição no Parlamento, na terça-feira, Vítor Constâncio apontou as alterações que considera necessárias para melhorar o «modus operandi» da supervisão. Entre elas está o agravamento da moldura penal para punir e prender os incumpridores do sector financeiro, a criminalização de comportamentos que hoje são apenas objecto de contra-ordenação, como o reporte de falsas declarações aos reguladores, a proibição de concessão de crédito pela banca a sociedades «off-shore», caso esta não identifique os seus titulares, a colocação de equipas de supervisores em permanência nas grandes instituições e a criação de um sistema de protecção para quem denuncie situações, uma espécie de «estatuto de arrependido».

Influência e peso da CGD na banca alvo de críticas

Nova administração do BPN conta com cinco elementos da Caixa Geral de Depósitos. Banco público tem poder relevante também no BCP

A nova administração do BPN, liderada pelo vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), Francisco Bandeira, tomou posse esta semana por entre um coro de críticas, umas mais veladas, outras públicas. É que, uma vez mais, tal como aconteceu recentemente na crise que abalou o BCP, a Caixa está a ser usada para resolver problemas que não

lhe dizem respeito, uma situação que tem criado algum desconforto dentro do próprio banco.

O facto de a Caixa passar a gerir o BPN obriga-a a dispersar-se da estratégia delineada, nomeadamente ao nível da internacionalização e do crescimento do negócio doméstico.

A nova administração do BPN conta com sete elementos, cinco dos quais vindos do universo da Caixa e três deles da administração. Francisco Bandeira, nomeado para a presidência do BPN, Norberto Rosa, que assume no BPN o planeamento, contabilidade e «back-office» e Pedro Cardo-

so que vai ocupar-se da área financeira e internacional. O vice-presidente da CGD, que acumula a presidência do BPN com a estratégia, recursos humanos e as relações com a Sociedade Lusã de Negócios (SLN), Lourenço Soares e Mário Gaspar são dois quadros da CGD que transitam para o universo BPN. Lourenço Soares fica com a área de contencioso e auditoria, e Mário Gaspar com o crédito e empresas e marketing. Outro dos novos administradores, Jorge Pessoa, foi director do BPN e fica à frente da rede de agências.

Da administração de Cadilhe

no BPN, Rui Pedras foi respecado para a nova equipa do banco ficando com o pelouro dos fundos e da informática.

Peso da Caixa na banca

As críticas ao peso e à intervenção da Caixa na banca nacional tem vindo a aumentar em crescendo. Recentemente o ex-governador do Banco de Portugal e ex-ministro das Finanças, Silva Lopes, criticou o facto de o banco público andar a investir no BCP e a fazer aumentos de capital. Operações que acabam por servir para repor rácios fra-

gilizados por imparidades resultantes de menos-valias e pela necessidade de aumentar as provisões. "Devo dizer que me irrita um bocadinho o dinheiro dos contribuintes tenha ido para a CGD, para esta o meter no BCP, e perder dinheiro", disse.

No primeiro semestre de 2008, a Caixa registava uma menos-valia de €182 milhões, com a posição de 3,3% no BCP.

Mas a exposição do banco público ao BCP — hoje presidido pelo ex-presidente da CGD Santos Ferreira, e vice-presidido por Armando Vara, também ex-administrador da Caixa — não se fica

por aqui. A CGD financiou a compra de acções do BCP de vários accionistas de referência do banco, valores que terão ascendido só entre Janeiro e Junho de 2007 a montantes que terão rondado os €500 milhões, segundo o «Público». Entre os accionistas estão Joe Berardo, a família Moniz da Maia (Sogema), Manuel Fino, Goes Ferreira e Pedro Teixeira Duarte. Também Fernando Ulrich, presidente do BPI disse que o papel da Caixa tem de ser discutido.

ANABELA CAMPOS E ISABEL VICENTE
acampos@expresso.pt



Cadilhe alerta accionistas para inconstitucionalidade

Presidente da SLN acredita que a empresa é viável. Vai cortar nos salários dos gestores

Sem o banco para salvar, Miguel Cadilhe vira-se agora para a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a que continua a presidir. O ex-ministro das Finanças admite que os accionistas convocarão uma Assembleia Geral, mas se não o fizerem nos próximos dias, será a administração da SLN a fazê-lo. O objectivo é reforçar a sua liderança e decidir neste novo enquadramento qual vai ser o futuro da SLN.

Numa carta que escreveu aos accionistas esta semana, a que o Expresso teve acesso, Cadilhe acusa o Estado e o Banco de Portugal da situação a que o BPN chegou.

Afirma que o Governo podia ter acolhido a proposta de recuperação do banco e que havia alternativas "menos radicais e mais respeitadoras dos direitos dos accionistas. Tanto mais quanto a situação do BPN era, também, fruto de uma falha de Estado, consubstanciada em grave e longa falha de supervisão".

O presidente da SLN não poupa críticas ao Estado e diz mesmo que a explicação oficial para

a nacionalização do BPN "é uma inverdade". E explica que "a verdade sobre o dinheiro dos contribuintes não é o que foi dito — que a nossa proposta fazia dos contribuintes uns dadores aos accionistas privados". E isto porque "a nacionalização implica capitais exclusivamente públicos, arrasta um esforço financeiro do Estado muito maior do que o que seria na nossa solução de combinação de capitais privados e públicos". Acrescenta também que "a nacionalização, ao contrário da nossa solução, não estabelece a obrigação de remunerar os capitais públicos".

Na mesma carta, Cadilhe deixa implícito um aviso quando refe-

re que "os accionistas têm de lutar pela justa indemnização por expropriação do grupo BPN, a qual, todavia, a lei 62-A/2008 parece contrariar". Em causa poderá estar a constitucionalidade de uma das normas do decreto, nomeadamente a que elege como factor de indemnização aos accionistas o valor do património líquido em detrimento do valor justo, cuja ponderação conta com outros critérios. Uma interpretação que está a ser estudada por juristas, segundo apurou o Expresso.

O ex-ministro das Finanças antecipou-se a críticas e dois dias após o anúncio da nacionalização tomou a iniciativa de avan-

çar com "a redução da estrutura e dos custos da SLN, incluindo o número e redução das remunerações dos administradores". O Expresso sabe que a proposta já foi entregue na comissão de remunerações da SLN para que se proceda aos reajustamentos. Cadilhe respondia assim a algumas vozes de accionistas e quadros que em surdina criticavam as elevadas remunerações da administração. E também ao facto de a SLN estar fortemente descapitalizada. Quanto à redução do número de gestores, para já apenas existe uma baixa: Rui Pedras, que faz agora parte da nova administração do BPN.

Miguel Cadilhe acredita que a SLN tem viabilidade, mas não esconde que depois da nacionalização do BPN "está numa encruzilhada e tem muitas matérias para rever e decidir". A necessidade de "diminuir drasticamente passivos através do programa de alienações" é a única forma de realizar dinheiro e o único meio no imediato para viabilizar algumas empresas.

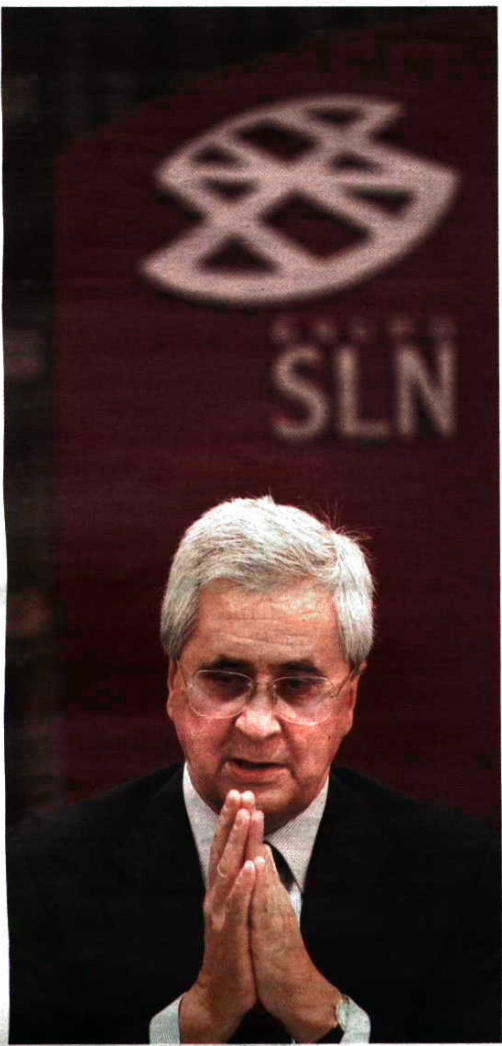
O plano de vendas mantém-se, mas o aumento de capital anunciado — falta injectar €200 milhões — está a ser analisado, dada a alteração radical das circunstâncias e pressupostos, com a saída do BPN do grupo. Este facto poderá ditar a suspensão do reforço de capital.

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.pt

A carta aos accionistas

Cadilhe começa a carta pelo dia 14 de Outubro para explicar a etapa das negociações antes da nacionalização. Naquele dia recebe o relatório da auditoria com volumosas imparidades no BPN e um buraco de €700 milhões no Banco Insular e no balcão virtual. Afectado pela crise e escassez de liquidez, a 17 de Outubro, o BPN apresenta ao ministro das Finanças uma proposta de recapitalização, onde o Estado entraria com acções

preferenciais no capital. Dia 20, Teixeira dos Santos rejeita a proposta de Cadilhe e contrapõe com uma oferta de compra pela CGD. Cadilhe rejeita. E no dia 22 a CGD propõe-se comprar o BPN. Perante isso, Cadilhe, dia 27, faz uma contraproposta à CGD: vender todo o grupo SLN e não apenas o BPN, o que não é aceite, no dia 30. Um dia depois, o ministro rejeita o plano de Cadilhe e no dia 2 anuncia a nacionalização do BPN.



Cadilhe fez fortes críticas ao Governo e ao Banco de Portugal

BPN ■ PRINCIPAL SUSPEITO DA MÁ GESTÃO DO BANCO



O fundador do BPN possui um quinto andar num prédio de luxo em Lisboa (à esq.) e um palacete, deixado ao abandono, na região de Aveiro

Oliveira e Costa desaparecido

■ Nas duas casas do antigo presidente do BPN, ninguém o vê há meses. O paradeiro do banqueiro é incerto desde que o caso BPN saltou para ribalta

● PEDRO H. GONÇALVES/
/SÉRGIO PEREIRA CARDOSO

A campanha toca uma e outra vez, mas a porta não abre e não há resposta pelo intercomunicador. No quinto andar do prédio em Lisboa onde vive o antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN) Oliveira e Costa as janelas estão fechadas e os vizinhos garantem que não vêem o banqueiro há meses. Desde que surgiram as notícias sobre ilegalidades na gestão do banco, Oliveira e Costa, fundador do BPN e seu presidente até Fevereiro de 2008, tem estado desaparecido. É sobre o banqueiro

que recaem as principais suspeitas de ilegalidades na gestão do banco que levou à nacionalização do BPN.

Um dos vizinhos do banqueiro, que pede para não ser identificado, garantiu ao CM que não vê Oliveira e Costa "há largos meses" e salienta não "ter noção de onde poderá estar". A mesma resposta se obtém do café à frente do prédio situado na avenida Álvares Cabral. "Nunca mais o vi", explica o dono do estabelecimento.

Apesar do paradeiro incerto do antigo presidente do BPN, o CM pôde observar que se encontra roupa estendida na varanda do seu apartamento. Porém, as portas da casa do banqueiro mantiveram-se fecha-

Na casa de Aveiro os sinais são de evidente abandono

🔍 PORMENORES

● **CORRIDA AOS DEPÓSITOS**
O novo presidente do BPN, Francisco Bandeira, admite que os clientes estão a levantar os depósitos, mas não "por uma questão de segurança".

● **PRIVATIZAR**
O presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), Faria de Oliveira, defende que a solução ideal para o BPN é a sua reestruturação e posterior venda a privados.

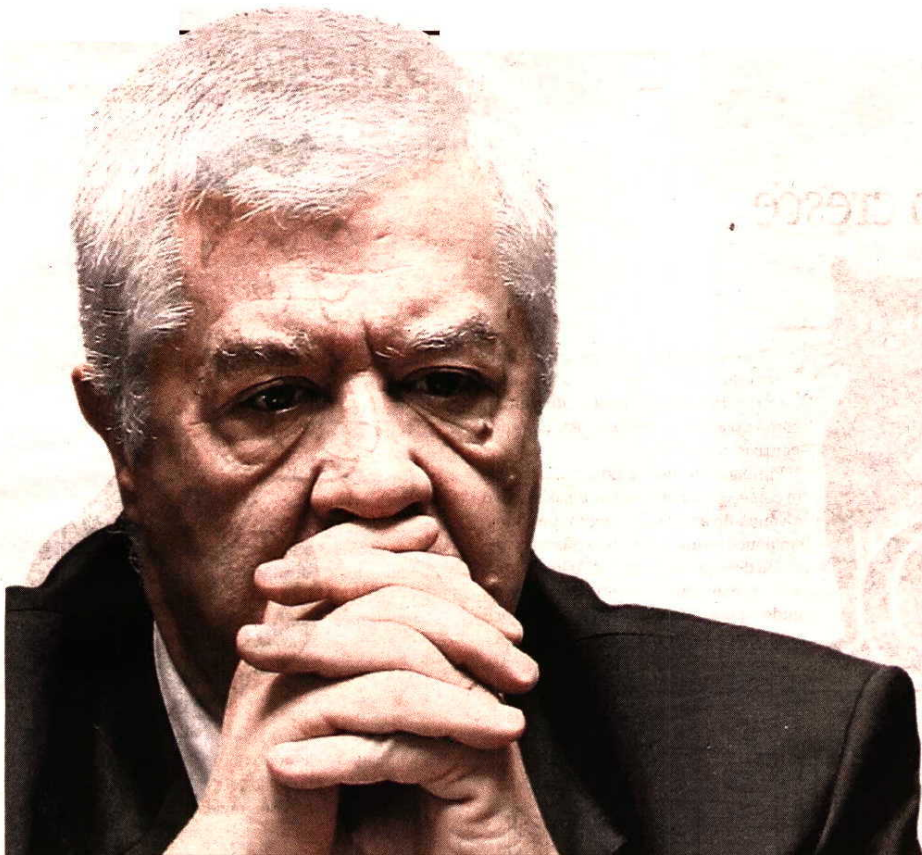
● **800 MILHÕES INJECTADOS**
A CGD já injectou mais de 800 milhões de euros desde Setembro no BPN.

das, apesar das insistentes tentativas do CM.

Na outra casa de Oliveira e Costa, na freguesia de Esgueira, em Aveiro, os sinais são de abandono. As persianas fechadas e o correio acumulado apontam para a falta de movimento num palacete que se destaca das restantes casas do lugar de Mataduchos.

"Sempre que o via era a sair ou a entrar com o carro. Mas isso já não acontece há mais de um ano. Quem vinha mais aqui era a irmã, uma senhora mais velha, mas também já não aparece há muito tempo", contou ao CM uma vizinha que preferiu permanecer no anonimato.

Na residência, renovada há cerca de três anos, já nem o jardineiro aparece. "Ao Costa só o vi na televisão. Uma casa destas ao abandono é uma pena", lamenta a moradora. ■



Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, diz que as perdas nacionalizadas do BPN valem 700 milhões de euros | LUSA

Buraco do BPN é maior do que diz o Governo

Perdas de 700 milhões não devem ficar por aqui. Negócios em **imobiliário** pressionam a factura dos contribuintes para valores acima de mil milhões

LUÍS REIS RIBEIRO*
luis.ribeiro@sol.pt

OS PREJUÍZOS do Banco Português de Negócios (BPN) deverão ser muito maiores do que diz o Governo.

Ou seja, o 'fardo' que os contribuintes terão de suportar com a nacionalização do BPN deverá ser superior aos 700 milhões de euros até agora apurados como prejuízos directos das alegadas fraudes cometidas durante a gestão liderada por José Oliveira e Costa, apurou o SOL junto de fontes ligadas ao BPN, bem como de outros es-

pecialistas. Há quem estime perdas superiores a mil milhões de euros.

Riscos imobiliários

«A CGD [que absorveu o banco na sequência da nacionalização] vai ter de assegurar muitos compromissos financeiros do BPN. Ora, esses montantes não estão totalmente apurados», alerta uma fonte do próprio BPN. O prejuízo final é, pois, um número ainda em aberto e que só será conhecido depois de terminadas as investigações contabilísticas e judiciais.

Boa parte das perdas es-

tará ligada à forte desvalorização de alguns activos subjacentes a investimentos imobiliários.

António Nogueira Leite, economista e ex-secretário

de Estado do Tesouro, lembra que «os fundos imobiliários são responsabilidades financeiras face a terceiros, não são activos do banco, e isto

consubstancia-se num risco para o próprio BPN».

Segundo o *Jornal de Negócios*, a carteira de fundos imobiliários do BPN, gerida pela Imofundos e avaliada em mais de mil milhões de euros, pode esconder uma sobreavaliação dos activos, os imóveis. Se assim for, o valor dos fundos deverá ser inferior ao real, ou seja há perdas adicionais que o BPN ainda terá de assumir. No ano passado, a BPN Imofundos foi multada por «avaliação indevida dos imóveis», escreveu o mesmo jornal.

Fonte oficial da CMVM, entidade que regula este mercado, esclareceu ao SOL que «até à data não temos qualquer notícia que aponte para uma ruptura iminente nos fundos». Mas lembra que, recentemente, autorizou o fundo Imonegócios do BPN a exceder o limite de endividamento, fixado em 25%. É algo que a lei prevê, mas que também sinaliza que o fundo está a tentar compensar os resgates de que tem sido alvo e evitar a liquidação.

Alberto Figueiredo, um accionista do BPN apoiante da gestão de Miguel Cadilhe (que se afastou após a nacionalização), é peremptório quanto ao risco de 'derrapagem' nas perdas: «Não tenho dúvidas de que devem ser muito superiores a 700 milhões. Há lucros ligados a dezenas e dezenas de negócios, sobretudo na área do imobiliário, ao longo dos últimos anos, que simplesmente evaporaram». E dá exemplos: «O BPN comprou um prédio em São Paulo avaliado em 34 milhões de euros, mas nas contas só constam seis milhões; comprou um empreendimento no Algarve que supostamente valia 40 milhões, mas no banco apenas entraram 20 milhões».

Outra fonte, que trabalhou na área não financeira do grupo SLN, acredita que «as perdas são mais avultadas do que os 700 milhões anunciados, podem até ser o dobro».

Foi o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, que no dia da nacionalização avançou com o número. Na altura explicou que eram perdas acumuladas relativas a um «conjunto de operações que foram investigadas», nomeadamente com o Banco Insular, de Cabo Verde (ver página seguinte). E justificou a entrada do Estado com o facto de o risco de assumir o BPN «ser elevado» e de, por isso, não haver bancos (privados) disponíveis para o comprar. Questionado sobre o risco de 'derrapagem' nas perdas, o Ministério das Finanças referiu que «não há comentários adicionais a fazer ao que já foi dito sobre o BPN».

*Com Mariana Adam



Oliveira e Costa

O ex-presidente do BPN está em parte incerta, o que inviabiliza qualquer tentativa de o confrontar com os factos que lhe são imputados, e não é conhecido o advogado, ou sociedade de advogados, que o representa

Indefinição no futuro do grupo SLN

Os empregados da Sociedade Lusa de Negócios – empresa que detinha o BPN, mas que acabou por não ser abrangida pela nacionalização – temem pelo seu futuro. O SOL apurou junto de fontes internas do actual grupo SLN – holding que reúne os negócios não financeiros e que emprega cerca de quatro mil pessoas –, que só há actividade planeada até ao final deste ano. Daí em diante é a indefinição total. Ninguém sabe,

por exemplo, se haverá dinheiro para salários a partir do início de 2009 e qual a efectiva viabilidade das cerca de 50 empresas que integram a área não financeira do grupo. Os casos mais preocupantes são os negócios imobiliários e os seguros não-vida. Há já notícia da saída de pessoas. O plano proposto pela administração de Miguel Cadilhe contemplava o saneamento de toda a SLN e não apenas do banco. A.J.G.



Miguel Cadilhe ordenou uma auditoria ao Banco Insular em Cabo Verde | LUSA

BPN utilizava Insular para operações ilícitas

ANTÓNIO JOSÉ GOUVEIA
antonio.j.gouveia@sol.pt

OS ELEVADOS montantes depositados no Banco Insular (BI), pertencente ao universo do Banco Português de Negócios (BPN), não tinham qualquer certificação da origem do dinheiro. Ou seja, as autoridades que estão a investigar o papel do banco cabo-verdiano na estrutura do BPN suspeitam que este terá sido utilizado para 'lavagem de dinheiro' e outras operações fraudulentas, apurou o SOL.

Esta é, aliás, uma das conclusões da auditoria pedida à consultora Mazars pela administração liderada por Miguel Cadilhe, a que o SOL teve acesso. O relatório alerta para a inexistência de documentação relativa à certificação da origem dos depósitos, um elemento essencial que qualquer banco é obrigado a cumprir.

A auditoria, entregue a Miguel Cadilhe a 15 de Julho, diz ainda que o grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) recorreu, desde o início da sua actividade, em 1998, a *offshores* para financiamento das suas operações. No entanto, só a partir de 2001 é que toda a actividade do banco via *offshores* passou para o Banco Insular, onde os dois maiores clientes eram o BPN Cayman e o

CRIMES

Consultora

que fez a auditoria ao Banco Insular diz que grande parte das operações foi ordenada, de forma não escrita, por José Oliveira e Costa até final de 2007

BPN IFI, SARL, duas *offshores* que 'recolhiam' depósitos e que, à revelia dos clientes, os transferiam para o Insular.

Um balcão legal e outro ilegal

A auditoria revela que, mais tarde, em 2003, devido a solicitações de elementos financeiros e contabilísticos por parte do Banco Central de Cabo Verde, todas as operações passaram a ser repartidas entre dois 'balcões virtuais', um com tradução contabilística e outro com registo extra-contabilístico. Ou seja, operações legais e ilegais. Aliás, o presidente do Banco Insular, José Vaz de Mascarenhas, num relatório de 4 de Julho entregue a Miguel Cadilhe, dizia que as operações extra-contabilísticas teriam sido realizadas com a preocupação da sua ocultação ao conselho de administração do BI, resultando de instruções expressas de José Oliveira e Costa, então presidente do BPN. No relatório apre-

sentado, Vaz de Mascarenhas considerou as operações ilegais, configurando crime de falsificação de documentos.

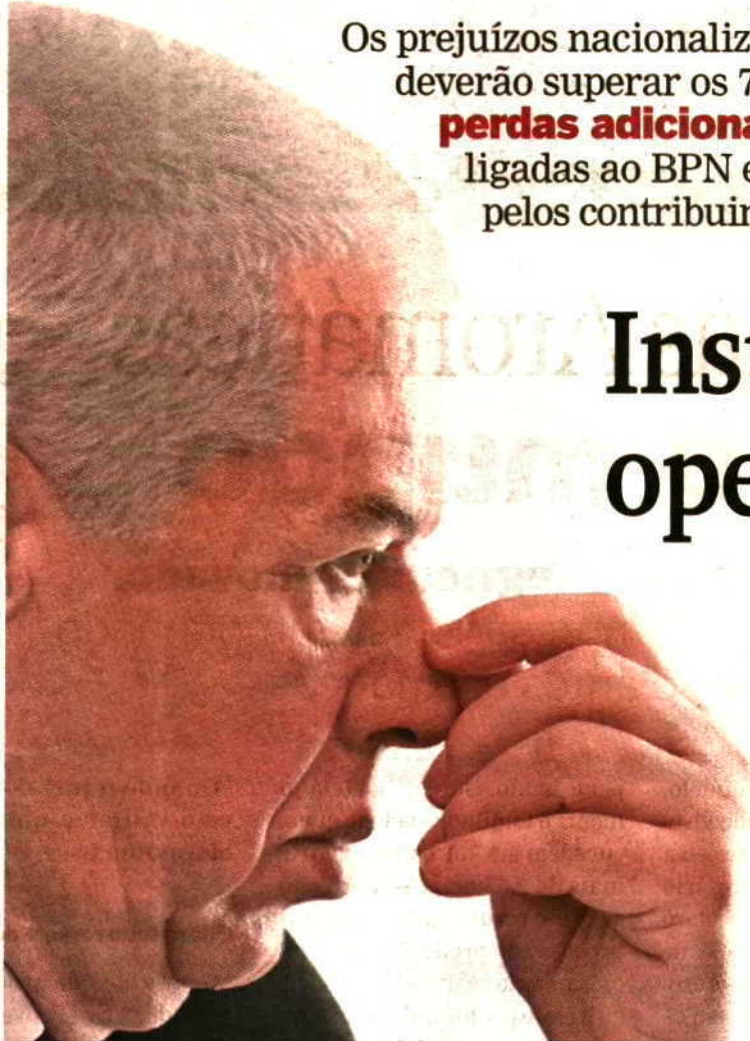
A consultora Mazars refere ainda que o montante total de crédito ao exterior concedido pelo BI ascendia, a 30 de Junho, a cerca de 600 milhões de euros, dos quais 270 milhões concedidos através do balcão 'fora do balanço'. Mais grave é que, segundo a auditoria, as operações sem suporte contratual terão sido ordenadas, de forma não escrita, por José Oliveira e Costa, pelo menos até final de 2007. Segundo a Mazars, os empréstimos concedidos pelos dois 'balcões virtuais' destinaram-se a aquisições de acções da SLN SGPS e da SLN Valor, a empréstimos a accionistas para aquisição de acções e a pagamentos diversos, desde remunerações, prémios e comissões ainda de difícil contabilização.

Assim, a auditoria estimava em Julho que as perdas a reconhecer no perímetro da SLN SGPS rondariam os 390 milhões de euros, nomeadamente em custos por reconhecer de várias sociedades *offshore*, como a Solrac Finance (100 milhões de euros), Jared Finance (40 milhões), a Webster Worldwide Assets (25 milhões) e a Mardell Investments (25 milhões).

NACIONALIZAÇÃO

'Buraco' no BPN já ultrapassa mil milhões

Os prejuízos nacionalizados do Banco Português de Negócios deverão superar os 700 milhões de euros por causa de **perdas adicionais ligadas ao imobiliário**. Fontes ligadas ao BPN estimam que o 'buraco', a ser pago pelos contribuintes, ultrapasse os mil milhões ➔ PÁGS. 4 E 5



Insular 'escondia' operações ilegais

- » *SOL* revela o relatório de auditoria ao Banco Insular
- » Banco cabo-verdiano terá sido utilizado para 'lavagem de dinheiro'
- » Operações eram ordenadas de forma verbal por José Oliveira e Costa

Banca. O destino do banco nacionalizado oscila entre a reprivatização total e a sua absorção pela CGD. Pelo meio está a separação dos activos e uma venda unitária. O presidente da CGD prefere a primeira opção, ao contrário do novo líder do BPN, que faz questão de deixar claro que a última palavra é a dele

Estratégia para o BPN divide gestores da Caixa

CGD pode reforçar capital e injectar mais liquidez

PEDRO FERREIRA ESTEVES

O futuro do Banco Português de Negócios (BPN) "está em aberto" e "tudo está em cima da mesa". Neste aspecto, o líder da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o novo presidente do BPN (administrador do banco público) estão em total sintonia. No entanto, há uma divergência nas preferências dos dois gestores quanto ao que acontecerá ao banco nacionalizado depois de avaliada a sua situação financeira e patrimonial.

Faria de Oliveira, líder da CGD, considera que "poderíamos dar preferência à possibilidade de reestruturar completamente o banco e, logo que possível, reprivatizá-lo. [Essa hipótese] seria a ideal". Já Francisco Bandeira, novo presidente do BPN, confrontado com esta posição, referiu que "essa é a opinião do eng. Faria de Oliveira. Pode haver uma situação intermédia talvez entre reprivatizar e integrar na CGD". E faz questão de sublinhar que "a CGD não é accionista do BPN, são situações perfeitamente autónomas. Qualquer intervenção será feita em exclusivo no âmbito do BPN, não há contaminação".

Estas posições, assumidas ontem perante os jornalistas à margem do seminário "Financiamento da economia: oportunidades e parcerias no contexto actual", têm reflexos diferentes para os contribuintes. A reprivatização acarreta, à partida, um custo menor no curto prazo para o erário público. Uma eventual fragmentação das actividades do BPN e



Conversa entre as quatro pessoas que vão decidir o futuro do BPN

800 milhões de euros

é o montante das injeções da CGD no BPN desde Setembro, segundo Faria de Oliveira

posterior venda "peça a peça" terá uma rentabilização mais lenta – mas potencialmente mais proveitosa – do dinheiro público injectado no banco. A absorção na CGD é, para Faria de Oliveira, "a última hipóte-

se, se não forem possíveis as anteriores". Isto porque, em teoria, é a que mais penaliza a instituição e os cofres do Estado.

No entanto, tudo dependerá da situação em que se encontra o BPN e do interesse que for manifestado pelo sector privado na aquisição dos seus activos. "Faz parte de quem trabalha na banca não efectuar juízos precipitados. Vamos tentar perceber qual é o caminho mais eficiente para rapidamente terminarmos isto depressa, que começa já a ser um suplício falar no BPN pelas más razões",

sublinhou Francisco Bandeira. Por isso, considerou ser "importante que se comece a falar do BPN pelas pessoas boas que certamente ainda tem e tem muitas", reconheceu aos jornalistas naquela que foi a sua primeira intervenção pública desde que assumiu oficialmente a gestão do BPN na terça-feira (ver entrevista ao lado).

Aumento de capital da CGD

Na mesma ocasião, o presidente do banco público aproveitou para esclarecer que já foram injectados 800 milhões de euros no BPN desde Se-

“ [Reprivatizar] seria o ideal, é preciso que haja condições para isso. Só o levantamento total da situação do banco, é que permitirá dizer.

Faria de Oliveira
Presidente da CGD

Essa é a opinião do eng. Faria de Oliveira. Pode haver uma solução intermédia entre reprivatizar e integrar o BPN na CGD

Francisco Bandeira
Presidente do BPN e gestor da CGD

tembro e que isso "não interferirá nos resultados, mas poderá vir a requerer um reforço de capital na instituição". Não excluindo novas injeções, frisou que o seu montante "vai depender da determinação da liquidez que possa ainda ser necessária até ao final do ano", embora o aumento de capital "possa não ser necessário já este ano".

Quanto à eventualidade de a CGD vir a ser forçada a intervir noutros bancos com problemas como os do BPN, Faria de Oliveira disse que "não antevemos que tal aconteça. Se acontecer, nós não temos nenhum problema de liquidez".

Já o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que as injeções de liquidez no BPN "são indispensáveis para assegurar aos depositantes que o seu dinheiro está seguro e fora de perigo". ■

Plano de gestão definido até 10 de Janeiro

Nacionalização. Lei publicada no dia da promulgação salvaguarda esforço financeiro da Caixa no BPN

O decreto-lei de nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) e o que estabelece uma lei-quadro para futuras operações similares, foi publicado com data de terça-feira, no próprio dia em que foi promulgado pelo Presidente da República, Cavaco Silva. A contar a partir de 11 de Novembro, dada da publicação, a Caixa terá 60 dias para definir os objectivos de gestão de forma a acautelar os interesses dos depositantes, patrimoniais do Estado e dos contribuintes e ainda assegurar a defesa dos direitos dos cerca de 1500 trabalhadores do banco. O prazo dado à equipa liderada por Francisco Bandeira acaba já em 2009, a 10 de Janeiro.

A versão final acabou por trazer várias altera-

ções em relação à proposta inicial, algumas das quais respondem às críticas da Oposição, como a transformação do decreto-regulamentar em decreto-lei a legislação necessária para novas nacionalizações, o que obriga uma eventual iniciativa a ser discutida e aprovada no Parlamento.

Outra das novidades agora em relação ao processo do próprio BPN tem a ver com a salvaguarda dada pelo Estado ao esforço financeiro da Caixa Geral de Depósitos neste processo. Assim, as operações de crédito ou assistência de liquidez realizadas pelo banco público a favor do BPN até à data da aprovação dos objectivos de gestão, ou seja, no limite até 10 de Janeiro, beneficiam da garantia especial do Estado. O Governo pôs à disposição dos bancos nacionais uma garantia para financiamentos até 20 mil milhões de euros.

Até agora, e segundo informações ontem divulgadas, a CGD injectou mais de 800 milhões de eu-

ros no BPN desde Setembro e poderá ter de garantir mais liquidez até ao início de 2009.

Outra das mudanças introduzidas pelo PS antes da votação final do diploma prevê que o ministro das Finanças possa determinar a resolução (anulação) em benefício da massa patrimonial de actos de gestão considerados prejudiciais, nos termos previstos no Código da Insolvência e Recuperação de Empresas. Este diploma prevê que possam ser resolvidos em benefício da massa insolvente os activos prejudiciais praticados ou omitidos dentro dos quatro anos anteriores à data do início do processo de insolvência, neste caso de nacionalização. São considerados prejudiciais os actos que diminuam, frustrem, dificultem, ponham em perigo ou atrasem satisfação dos credores da insolvência e que pressuponham má fé. ■

ANA SUSPIRO

Dias Loureiro quer ir ao Parlamento

O ex-ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, enviou uma carta à Assembleia da República, onde pede para ser ouvido no âmbito das irregularidades detectadas no Banco Português de Negócios (BPN). Dias Loureiro foi administrador-executivo da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do BPN, entre Dezembro de 2001 e Setembro 2002 e administrador não-executivo até 2005. Curiosamente, a audição de Dias Loureiro já fora solicitada pelo Bloco de Esquerda, mas acabou chumbada pelo PS.

"Há muito trabalho a fazer" para recuperar o BPN



APOLUC/DA

Entrevista Francisco Bandeira, PRESIDENTE DO BPN

"Quem agiu com dolo será expulso"

Admite enviar mais informação para o Ministério Público?

Se no processo de gestão forem encontradas novas situações que nos levantem dúvidas e que eticamente sejam reprováveis, a lei é muito clara: está estabelecido o caminho a tomar e isso será feito, com total transparência e rapidez.

A situação é pior que aquela que esperava?

Eu esperava o pior, sou um pessimista por natureza. Não direi que é pior que a que esperava. Direi que há muito trabalho a fazer.

Tem havido uma corrida aos depósitos?

Não tem havido tanto quanto se especula. É claro que num banco que estava numa das franjas do mercado onde os clientes procuravam o preço, temo que possa haver um desvio dos depósitos. Mas quero crer que não é por uma questão de segurança, nós já dissemos que é a marca e a segurança CGD que está em causa. Os depósitos do BPN são seguros.

Já pode garantir que não vão despedir pessoas?

Eu posso garantir que não me ouvirão nenhuma palavra que perturbe a serenidade e a motivação dos trabalhadores do BPN.

Mas está em cima da mesa uma redução de custos a esse nível?

Está tudo em cima da mesa. A redução de custos é hoje importante para qualquer banco, mesmo os que não estão em dificuldades. Quanto aos despedimentos, obviamente haverá um processo de expurgo das pessoas que pelas suas práticas e envolvimento tenham exercido dolosamente a sua actividade.

Só nesse caso?

Neste momento não está mais nada em cima da mesa.

Houve saída de grandes clientes do BPN?

Não tenho nenhum registo especial de saídas de grandes clientes do banco, que não sejam da área dos depositantes. Tem havido um processo normal, na data dos vencimentos dos de-

pósitos, de as pessoas quererem mudar o destino das suas aplicações. O BPN não é excepção. Com a particularidade de ter sido o BPN um banco que procurou, durante algum tempo, ser agressivo na captação, e que, na medida que o risco agora é risco CGD, os clientes que procuraram esse tipo de fidelização ao preço, possam estar mais susceptíveis a sair.

Os juros altos dos produtos BPN não se vão manter na CGD?

Não é previsível que se mantenham taxas diferenciadas nos clientes que depositam na CGD e no BPN, se não, não podíamos afirmar que a segurança é a mesma. Segurança igual, preço igual.

Tem ideia do que é que o BPN precisa para ser relançado?

Há áreas do BPN que eventualmente, pela sua natureza, são distintas do negócio estratégico do banco e que, portanto, são mais susceptíveis de ser avaliadas as hipóteses de alienação. Nomeadamente, os seguros da Real Vida e a banca de investimento. Podemos pensar em zonas homogêneas de negócio, como a gestão de activos, mas ainda é cedo.

Um antigo administrador do BPN disse que as necessidades do banco chegariam a 900 milhões...

Isso é um cenário. Um cenário em que o Estado não era dono e não mandaria. Num cenário diferente, devemos ter um espírito livre para equacionar todas as hipóteses. Gostaria é que houvesse tranquilidade e que as transições a fazer fossem feitas no BPN e não na CGD.

Acha que a marca BPN não vai ficar "manchada" pela nacionalização durante muito tempo?

Alguém que parte para uma tentativa de solução, tem de pensar que é possível. Se é desejável ou não, é outra coisa. Ao fim de dois dias, não posso dar uma opinião pessoal. O que eu acho que é importante, nesta fase, é que há duas marcas distintas e, enquanto a CGD tiver um papel na recuperação daquele activo, têm a mesma segurança. ■ - P.F.E.



BANCA

Dias Loureiro quer ir à AR sobre caso BPN

➔ Dias Loureiro quer ir ao Parlamento prestar esclarecimentos sobre os anos em que foi administrador - executivo primeiro e não executivo depois - da empresa dona do Banco Português de Negócios (BPN). O ex-ministro da Administração Interna de Cavaco Silva aguarda que a comissão parlamentar de Orçamento e Finanças aprove a audição, confirmou à Lusa o presidente da comissão, Jorge Neto (PSD).

A notícia de que o ex-governante quer esclarecer o público sobre o assunto coincidiu com o dia em que se soube que a Cixa Geral de Depósitos já injectou mais de 800 milhões de euros desde Setembro, no BPN, segundo Faria de Oliveira, presidente do banco público, assegurando que a operação "não interferirá nos resultados" do banco, mas poderá afectar o rácio de capital Tier 1 (fundos próprios de base face aos activos ponderados pelo risco) - o que poderá obrigar a nova injeção de capital por parte do Estado, ou à venda de activos. Quanto ao BPN, defendeu que a solução ideal é a reestruturação e posterior venda a privados

BPI vendeu BCP

Ontem, o BPI anunciou ao mercado ter vendido todas as acções do BCP, terminando assim o plano de desinvestimento daquele banco já em curso. O banco liderado por Fernando Ulrich ficou apenas com o domínio do correspondente a 0,37% do capital do Millennium, devido cobretudo à participação do seu fundo de pensões.

Com a venda dos títulos, o BPI juntou mais 7,5 milhões de euros às menos-valias que tem vindo a acumular e que em grande parte justificam a queda nos lucros registada ao longo deste ano. Também o BCP tem vindo a vender a sua participação no BPI. ■

O clima de amiguismo, que campeia em Portugal, parece ter atingido a Presidência da República e o PSD

O país da Super Cola 3

A Super Cola 3 é conhecida como aquela que cola cientistas ao tecto. Ora, em Portugal, há uma versão deste produto que cola políticos aos lugares. É essa a razão pela qual, apesar de os escândalos e irregularidades se sucederem em catadupa, ninguém se demite nem é demitido. Na peculiar democracia portuguesa, os ocupantes de cargos públicos e políticos não dão grande importância a princípios como o da igualdade perante a lei e o da ausência de conflitos de interesses. Ou não fosse Portugal um país de amigos. Senão vejamos.

1. O ministro da Economia, Manuel Pinho, nomeou, em 2008, como presidente da Autoridade da Concorrência, Manuel Sebastião, um seu amigo e pessoa da sua confiança. Tanto que, em 2004, quando era administrador do Banco Espírito Santo e da ESAF, empresa deste grupo que geria fundos de investimento, passou uma procuração a Manuel Sebastião, que era então administrador do Banco de Portugal, para que este comprasse, como seu representante, uma propriedade pertencente ao fundo de investimento do BES.

2. Vítor Constâncio foi à Assembleia da República garantir que não se demite porque acha que não tem qualquer responsabilidade no caso da pré-falência do Banco Português de Negócios. Vítor Constâncio é presidente do Banco de Portugal (BdP) desde Fevereiro de 2000, tendo já anteriormente ocupado o cargo entre 1985 e 1986. E acha normal que o BdP não tenha intervindo de forma a salvaguardar a lei e o interesse público no BPN. Considerou mesmo que o facto de se falar, há anos, que no BPN se poderiam viver eventuais irregularidades não era suficiente para o BdP actuar, já que “não se faz supervisão com base em boatos”. E explicou ainda que o ex-presidente do BPN, José Oliveira e Costa, “queixava-se do rigor que a supervisão impunha” ao banco (PÚBLICO on-line 12/11/08).

Perante os deputados da Comissão de Orçamento e Finanças, Vítor Constâncio resumiu o problema à falta de pessoal. O BdP até tem 1700 funcionários, mas ligados directamente à supervisão há “apenas 60 técnicos, chefiados por uma dúzia de dirigentes, para acompanhar cerca de 320 instituições financeiras, das quais 39 são bancos”, relatava o PÚBLICO (12/11/2008). Afinal, é tudo um problema de mão-de-obra. A culpa é da falta de pessoal que fiscalize. De resto, tudo funcionou bem no BdP, presidido por Vítor Constâncio há oito anos sucessivos.

3. Na Câmara de Lisboa, depois de ter sido tornado público que o amiguismo é um dos critérios para o arrendamento de casas, soube-se agora (PÚBLICO de 12/11/08) que o município contratou serviços jurídicos externos



São José Almeida
A semana política

a um advogado que era seu funcionário e que, na época, gozava licença sem vencimento. Perante o silêncio público de António Costa - que, segundo o PÚBLICO, tinha conhecimento da situação -, foi noticiado que a Câmara de Lisboa, através do Departamento Jurídico, contratou, este ano, os serviços jurídicos do advogado João Paulo Rosado Correia, que era funcionário daquele mesmo departamento, ainda que em gozo de licença sem vencimento desde Junho de 2006.

O advogado em causa, além de funcionário do Departamento Jurídico da Câmara, era sócio da firma de advocacia Rui Pena e Associados, estatuto que manteve até Julho passado, transitando então para uma outra firma de advogados, a Garrigues. Isto quando é proibido (artigo 69.º, alínea i) da Lei 84/84 de 16 de Março de 1984 - Estatuto dos Advogados) os advogados acumularem a advocacia privada com a praticada nos departamentos jurídicos municipais. Aparentemente, na Câmara de Lisboa ninguém sabia desta lei, nem considerou irregular pagar serviços externos a um seu funcionário, ainda que em licença sem vencimento. Só quando o jornalista do PÚBLICO José António Cerejo começou a fazer perguntas é que se acendeu a luz nos Paços do Concelho e João Paulo Rosado Correia se demitiu do quadro de funcionários municipais.

Este clima de amiguismo e de facilitismo, que campeia em Portugal, em que são afrontados os princípios que garantem o funcionamento democrático da sociedade e até a própria legalidade democrática, parece ter atingido a Presidência da República e o maior partido da oposição, o PSD, no que se refere ao modo como têm silenciado críticas e sido coniventes com as irregularidades, ao nível do normal funcionamento democrático, que têm sido cometidas na Madeira.

Concretizando: o PSD tem estado em absoluto silêncio em relação ao que se passou na Assembleia Legislativa da Madeira, em que, ultrapassando os seus poderes, o presidente do parlamento regional fez aprovar, em conferência de líderes, a suspensão do deputado do Partido da Nova Democracia, José Manuel Coelho, proibiu a entrada deste no edifício parlamentar, bem como decidiu a paragem dos trabalhos parlamentares.

É certo que o deputado madeirense José Manuel Coelho, ao ostentar a bandeira nazi no hemiciclo madeirense, incorreu em crime, pois usou símbolos proibidos pela Constituição. Mas, em democracia, os crimes são julgados pelos tribunais. Não é a conferência de líderes de



NUNO FERREIRA SANTOS

Em democracia, os crimes são julgados pelos tribunais. Não é a conferência de líderes de um parlamento que faz justiça

um parlamento que faz justiça e aplica a pena. Mais: ao suspender os trabalhos em plenário, o presidente do parlamento da Madeira incorreu num acto que atenta contra a essência do funcionamento político democrático: limitou o direito de liberdade de

expressão dos partidos da oposição.

É de estranhar que Cavaco Silva se tenha limitado a acompanhar a situação e a tentar restabelecer a ordem democrática através do representante da República na Madeira e não tenha tido necessidade de falar publicamente ao país sobre este assunto. Um silêncio que se soma ao facto de, quando visitou a Madeira, ter aceitado, calado, não ter sido recebido no Parlamento madeirense. Isto quando tem sido tão categórico a criticar o Governo e o PS por estarem a aprovar um Estatuto dos Açores que considera atentatório do regime democrático e do figurino constitucional do Estado português. Também aqui fica a dúvida sobre se em Belém igualmente vigora a regra dos dois pesos, duas medidas, ou seja, para os adversários a lei, para os amigos tudo. *Jornalista (sao.jose.almeida@publico.pt)*

Banca Banco Insular era “alimentado” pelo BPN Cayman

Brasileiros que recebiam verbas do BPN controlam gestora de fortunas em Gibraltar

A Fuentes Participações, com sede em S. Paulo, no Brasil, recebeu mais de 30 milhões de euros de sociedades do universo Banco Português de Negócios

Cristina Ferreira, Luís Villalobos e Vítor Costa

● O rasto aos mais de 30 milhões de euros enviadas por sociedades ligadas ao Banco Português de Negócios (BPN) para a sociedade Fuentes Participações, com sede no Brasil, em S. Paulo, acaba numa gestora de fortunas em Gibraltar.

Os registos que se encontram na página de Internet do banco central brasileiro permitem verificar que desde 2002 foram enviados por várias empresas do universo BPN, principalmente pelo BPN Cayman e pelo Banco Insular de Cabo Verde, mais de 30 milhões de euros para a Fuentes.

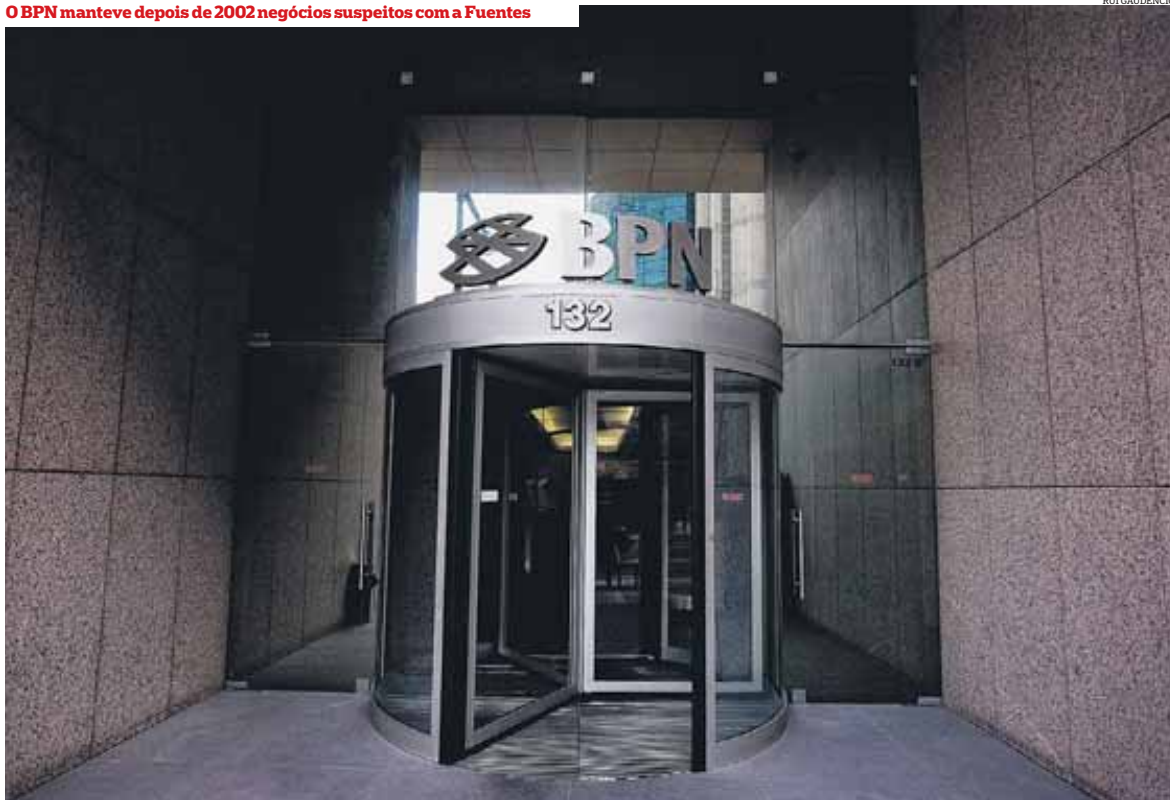
O capital desta sociedade é detido a 99 por cento pela holandesa Excellence Real Investments (EREI), fundada em 2001. Na identificação desta sociedade, aparece como administrador o nome A. Guimarães. Mas este apenas se manteve em funções até Junho deste ano, data em que Miguel Cadilhe assume a presidência do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN)/BPN. A EREI é, por sua vez, detida por um *trust* (sociedades gestoras de património) com sede no *offshore* de Gibraltar, através do Fiduciary Trust (50 por cento) e Fiduciary Nominees (50 por cento).

A procura do rasto do dinheiro enviado para o Brasil permite, no entanto, verificar outras coincidências. No mesmo ano em que foi criada a EREI, surgiu também uma outra sociedade: a Dual Commerce & Services, localizada em Londres. A morada desta empresa, perto de Baker Street, é a mesma da Insular Holding (proprietária do cabo-verdiano Banco Insular). E também esta sociedade é detida pelo *trust* constituído através do Fiduciary Trust e Fiduciary Nominees. No meio, há o pormenor de este *trust* ser dono de duas lojas de roupa de senhora em Gibraltar.

Mas há mais ligações. A Fuentes, detida a 99 por cento pela EREI, tem como proprietário do restante capital Francisco Valgode, o presidente da concessionária brasileira da marca Volkswagen detida pela empresa brasileira Sabrico. Valgode é ex-cunhado de Luís Caprichoso, que foi o braço-direito do anterior líder da SLN, José de Oliveira e Costa, e ex-administrador executivo do BPN SGPS entre 2001 e 2006. Caprichoso abandonou as funções executivas no final de 2007.

A Sabrico, por sua vez, é detida pela portuguesa Sorel, cujos proprietários são a empresa C. Rodrigues SGPS (com 82 por cento), sendo os restantes 12 por cento detidos pela SLN SGPS. A C. Rodrigues é controla-

O BPN manteve depois de 2002 negócios suspeitos com a Fuentes



Cadilhe garante serviço da dívida do Grupo Clientes foram aos balcões reclamar

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), liderada por Miguel Cadilhe, veio já garantir que estava determinada em cumprir com o vencimento do serviço da dívida perante os titulares de obrigações e Papel Comercial por si emitidos ou emitidos pelas suas participadas. A informação surgiu ontem e visou acalmar os clientes do BPN que financiaram os accionistas do Grupo SLN adquirindo Papel Comercial ou obrigações aos balcões. Quarta-feira vence uma emissão da ADICAIS, uma das cinco empresas do grupo SLN que se financiou junto dos clientes do BPN. As emissões são subscritas por particulares, empresas e instituições e, de acordo com as condições da operação, o BPN não se responsabiliza pelo

investimento, que totaliza 300 milhões de euros. Ontem os clientes do BPN subscritores destas emissões foram ao banco tentar resgatar o dinheiro, o que só poderão fazer no final do prazo previsto no prospecto. A TSF relatou casos de ameaças aos funcionários. Com a estatização do BPN, a SLN perdeu um dos seus activos mais relevantes e que era o financiador das instituições ligadas ao grupo. Para além das empresas do universo da SLN, também os accionistas da SLN Valor, cujo único activo é uma posição de 40 por cento na SLN, recorreram entre 28 de Julho e 4 de Agosto aos clientes do BPN para se financiar, emitindo 100 milhões de euros de Papel Comercial, numa operação autorizada pelo Banco de Portugal. **C.F.**

da a 100 por cento por Joaquim José dos Santos Oliveira, também próximo de José Oliveira e Costa.

Antes de chegar ao Brasil

As verbas chegavam ao Brasil, principalmente por via do Banco Insular de Cabo Verde, que, por sua vez, era alimentado pelo BPN Cayman, uma instituição que, ao contrário do Insular, fazia oficialmente parte do BPN.

Na prática, o Insular funcionava como veículo para esconder crédito malparado do BPN: negócios ruinosos e financiamento a empresas do grupo e accionistas que nunca eram assumidos. Mas era também uma sociedade instrumental de passagem de verbas provenientes de operações paralelas às contas.

Toda esta situação que culminou na nacionalização do BPN resultou do facto de o desenvolvimento do BPN se ter sustentado numa cadeia de *offshores* que se articulavam por debaixo de *trust*. Um *puzzle* em camadas que estendia os seus interesses a vários paraísos fiscais e que funcionava como pólo de atracção de sociedades e de

investidores, que geraram no banco um buraco superior a mil milhões de euros. Este esquema começou a ser adoptado em força a partir de 2001.

Estima-se que o défice do Grupo BPN seja superior a mil milhões de euros. Directamente, o crédito malparado do BPN deverá ascender a 300 milhões de euros, metade do qual está relacionado com financiamentos contraídos por empresas do grupo ou por accionistas e que não foram liquidados. O não-cumprimento dos compromissos resultava da incapacidade em pagar ou de um esquema ilícito para encobrir verbas. Em Maio, o Banco Insular apresentava um défice superior a 400 milhões de euros.

Para o défice contribuíram práticas ilícitas de natureza vária. O BPN aparecia no mercado a oferecer aos clientes taxas de remuneração dos depósitos muito acima dos concorrentes e para poder pagar os juros o banco envolvia-se em operações, nomeadamente, imobiliárias, onde gerava mais-valias internas e financiamento às empresas do grupo a taxas superiores às do mercado.

**BPN****CGD já injectou mais de 800 milhões**

A Caixa Geral de Depósitos já injectou mais de 800 milhões euros no Banco Português de Negócios (BPN), desde Setembro.

“Os reforços de liquidez, hoje, ultrapassam os 800 milhões de euros”, disse o presidente da Caixa, Faria de Oliveira, em declarações à margem da Conferência sobre “Financiamentos da Economia: Oportunidades e Parcerias no contexto Actual”, a decorrer na Cultur-

gest, em Lisboa.

Entretanto, o Presidente do BPN admitiu que vários clientes optaram por retirar as poupanças do banco, depois de ter sido anunciada a nacionalização.

Francisco Bandeira defende, no entanto, que estes levantamentos não foram motivados por preocupações com a segurança dos depósitos, mas porque os clientes procuraram outras condições de investimento.